Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis 1

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores 2

2.3 - Outras informações relevantes 4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 5

3.2 - Medições não contábeis 6

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras 7

3.4 - Política de destinação dos resultados 8

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido 10

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas 11

3.7 - Nível de endividamento 12

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento 13

3.9 - Outras informações relevantes 14

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco 15

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco 24

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes 25

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores 28

4.5 - Processos sigilosos relevantes 29

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto 30

4.7 - Outras contingências relevantes 31

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados 32

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado 33

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado 37
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado 39
5.4 - Outras informações relevantes 40

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM 42
6.3 - Breve histórico 43
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas 44
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial 46
6.7 - Outras informações relevantes 47

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas 48
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais 50
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais 51
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total 55
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades 56
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior 58
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades 59
7.8 - Relações de longo prazo relevantes 60
7.9 - Outras informações relevantes 61

8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico 62
8.2 - Organograma do Grupo Econômico 64
8.3 - Operações de reestruturação 65
8.4 - Outras informações relevantes 67

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros 68
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados 69

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia 70

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades 72

9.2 - Outras informações relevantes 77

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 78

10.2 - Resultado operacional e financeiro 87

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras 95

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor 96

10.5 - Políticas contábeis críticas 98

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor 99

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios 100

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras 101

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 102

10.10 - Plano de negócios 103

10.11 - Outros fatores com influência relevante 105

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 106

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas 108

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa 119

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais 122

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76 123

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração 124

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem 125

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal 126

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração 132

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores 133

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros 135

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores 139

12.12 - Outras informações relevantes 140

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária 142

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 144

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 147

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária 148

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão 152

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária 153

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária 154

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária 155

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções 156

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários 159

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal 160

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria 161

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores 162

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam 163

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor 164

13.16 - Outras informações relevantes 165

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 174

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos 175

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados 176

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos 178

15. Controle

15.1 / 15.2 - Posição acionária 179

15.3 - Distribuição de capital 188

15.4 - Organograma dos acionistas 189

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte 191

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor 192

15.7 - Outras informações relevantes 193

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas 194

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas 195

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado 207

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social 208

17.2 - Aumentos do capital social 209

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações 210

17.4 - Informações sobre reduções do capital social 211

17.5 - Outras informações relevantes 212

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 213

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública 214

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto 215

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados 216

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos 217

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação 218

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros 219

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor 220

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros 221

18.10 - Outras informações relevantes 222

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor 223

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria 225

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social 226

19.4 - Outras informações relevantes 227

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários 228

20.2 - Outras informações relevantes 229

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações 232

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas 233

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações 235

21.4 - Outras informações relevantes 236

22. Negócios extraordinários

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor 237

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor 238

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais 239

22.4 - Outras informações relevantes 240

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Rudimar Dall Onder**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Francisco Olinto Velo Schmitt**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0011-05
Período de prestação de serviço	01/01/2011 a 31/12/2011
Descrição do serviço contratado	Revisão dos ITR's (Controladora e Consolidado) e auditoria anual de balanço da Controladora e Consolidado
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R$ 376.478,00 para o exercício encerrado em 31/12/2011, referente a serviços de auditoria prestados. Não há outros tipos de serviços prestados.
Justificativa da substituição	Substituição em cumprimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 308/99 (art.31), que determina a rotatividade dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Luis Carlos de Souza	01/01/2011 a 31/12/2011	612.539.289-91	Avenida Mostardeiro, 322, 10º Andar, Independência, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (51) 21042050, Fax (51) 21042141, e-mail: luis.c.souza@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0006-35
Período de prestação de serviço	01/01/2012
Descrição do serviço contratado	Revisão dos ITR's (Controladora e Consolidado) e auditoria anual de balanço da Controladora e Consolidado.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R$ 329.500,15 para o exercício encerrado em 31/12/2012, referente a serviços de auditoria prestados. Não há outros tipos de serviços prestados. R$ 311.235,67 para o exercício encerrado em 31/12/2013, referente a serviços de auditoria prestados. Não há outros tipos de serviços prestados.
Justificativa da substituição	Substituição da empresa Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., em cumprimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 308/99 (art.31), que determina a rotatividade dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Emerson Lima de Macedo	01/01/2012	497.470.295-53	Rua Mostardeiro, 800, 8 e 9 andar, Independência, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (51) 33781700, Fax (51) 33281609, e-mail: carlos.biedermann@br.pwc.com

2.3 - Outras informações relevantes

2.3 – Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)
Patrimônio Líquido	2.067.960.954,13	1.953.562.189,21	1.800.951.559,06
Ativo Total	2.369.342.354,14	2.291.452.389,31	2.045.623.462,03
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	2.187.264.222,32	1.882.326.085,95	1.481.061.871,94
Resultado Bruto	993.702.121,00	882.157.529,51	642.139.305,33
Resultado Líquido	433.540.109,38	429.002.548,01	305.445.697,15
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	300.173.000	300.720.000	300.720.000
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	6,889230	6,496283	5,988799
Resultado Líquido por Ação	1,442104	1,426585	1,015715

3.2 - Medições não contábeis

3.2 – Medições não contábeis

Conciliação do EBIT/EBITDA *(R$ milhares)	2011	2012	2013
Lucro líquido do exercício	**305.446**	**429.003**	**433.540**
Part. acionistas não controladores	5	888	465
Tributos sobre o lucro	34.845	65.399	68.805
Resultado financeiro líquido	(153.003)	(132.477)	(103.577)
EBIT	**187.293**	**362.813**	**399.233**
Depreciação e amortização	28.917	31.725	36.648
EBITDA	**216.210**	**394.538**	**435.881**
Margem EBIT	***12,6%***	***19,3%***	***18,3%***
Margem EBITDA	***14,6%***	***21,0%***	***19,9%***

**** Demonstração conforme Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.***

A Grendene tem divulgado desde a abertura de capital o EBITDA (das iniciais em inglês – Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization), também conhecido como LAJIDA (iniciais da sigla em português). O EBITDA não é uma medida de acordo com princípios e práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez.
O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA utilizada pela Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas, segundo consenso da prática de mercado o EBITDA é um indicativo do potencial de geração operacional de caixa de forma recorrente, antes dos efeitos dos impostos, das decisões de financiamento, excluindo-se, portanto o resultado financeiro e das decisões de investimentos (despesas de depreciação). Até set/2008 publicávamos o EBITDA AJUSTADO (calculado a partir de dados contábeis, adicionando os ajustes de incentivos fiscais, inclusive o incentivo federal de redução do imposto de renda).
Com a adoção das modificações contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07, em especial no que diz respeito à contabilização dos incentivos fiscais de investimentos (subvenções concedidas pelos estados do Ceará e da Bahia) no Demonstrativo de Resultados (a partir de dez/2008), que antes eram registrados diretamente no Patrimônio Líquido, tornou-se desnecessário fazer ajustes no cálculo do EBITDA. Também julgamos que a exclusão do incentivo do IRPJ no cálculo do EBITDA, que antes incluíamos no EBITDA AJUSTADO, reflete melhor o seu propósito. Neste mesmo sentido entendemos que os descontos financeiros concedidos a clientes que efetuam os pagamentos pontuais considerados como despesas financeiras operacionais devam ser deduzidos da receita (apresentados como redutores da receita) para apuração do cálculo do EBITDA. Com isso acreditamos que incorporamos ao cálculo do EBITDA apresentado pela Grendene os principais ajustes que já eram feitos pelos analistas e investidores em relação ao método que adotávamos anteriormente, adequando nosso procedimento melhor às práticas de mercado permitindo uma melhor comparabilidade com outras empresas.
Por ser uma Companhia de baixa intensidade de capital, a diferença entre o lucro operacional antes dos efeitos financeiros, também conhecido como EBIT, e o EBITDA, é muito pequena, correspondente ao valor da depreciação, por isso a Grendene entende que o EBIT reflete melhor o desempenho operacional da Companhia, sendo esta a medida de desempenho utilizada internamente pela administração.
Chamamos ainda a atenção para o fato de que, com adoção da nova prática contábil, tanto o EBITDA quanto o EBIT, estão considerados a valor presente, já que as receitas foram ajustadas a valor presente e que passamos a divulgar a demonstração conforme Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3 – Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não ocorreram eventos subsequentes que possam alterar substancialmente as demonstrações contábeis de 31/12/2013.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4 – Política de destinação dos resultados	
a. Regras sobre retenção de lucros	
31/12/2011	Cabe ao Conselho de Administração propor a destinação do lucro líquido de cada exercício (art. 21, letra g – Estatuto Social), exceto pela constituição de reserva legal.
31/12/2012	Cabe ao Conselho de Administração propor a destinação do lucro líquido de cada exercício (art. 21, letra g – Estatuto Social), exceto pela constituição de reserva legal.
31/12/2013	Cabe ao Conselho de Administração propor a destinação do lucro líquido de cada exercício (art. 21, letra g – Estatuto Social), exceto pela constituição de reserva legal.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	
31/12/2011	De acordo com o Estatuto Social a Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituem antecipação do dividendo obrigatório. Os acionistas fazem jus a dividendo obrigatório anual equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei; e (b) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão dessas reservas que tenham sido formadas em exercícios anteriores. O pagamento do dividendo limita-se ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, e a diferença é registrada como reserva de lucros a realizar. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados, se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, devem ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. Os lucros remanescentes têm a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta formulada pela Diretoria.
31/12/2012	De acordo com o Estatuto Social a Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituem antecipação do dividendo obrigatório. Os acionistas fazem jus a dividendo obrigatório anual equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei; e (b) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão dessas reservas que tenham sido formadas em exercícios anteriores. O pagamento do dividendo limita-se ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, e a diferença é registrada como reserva de lucros a realizar. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados, se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, devem ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. Os lucros remanescentes têm a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta formulada pela Diretoria.
31/12/2013	De acordo com o Estatuto Social a Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituem antecipação do dividendo obrigatório. Os acionistas fazem jus a dividendo obrigatório anual equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei; e b) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão dessas reservas que tenham sido formadas em exercícios anteriores na forma prevista no Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; §1º - O pagamento do dividendo de que trata este artigo limita-se ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, e a diferença é registrada como reserva de lucros a realizar na forma prevista no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados, se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, devem ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. §2º A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar parcela do lucro líquido para a constituição e/ou manutenção de reserva de lucros estatutária denominada “Reserva para Aquisição de Ações”, que terá por finalidade resgate, recompra ou aquisição de ações de sua própria emissão inclusive para

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4 – Política de destinação dos resultados	
	cumprimento de suas obrigações de entregar ações aos participantes do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela mesma, que exercerem suas opções. A Reserva para Aquisição de Ações poderá ser formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, e cujo saldo terá um limite máximo de 20% do Capital Social. Ao final do exercício, o eventual saldo remanescente não utilizado desta reserva poderá ser utilizado, com o mesmo propósito, para o exercício seguinte se assim entender necessário a administração, mediante aprovação da Assembleia Geral, e, caso não utilizado total ou parcialmente, o referido saldo será revertido para o pagamento de dividendos. Na forma prevista no Artigo 198 da Lei das Sociedades por Ações, a destinação dos lucros para constituição da Reserva para Aquisição de Ações não poderá ser aprovada em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório. §3º Os lucros remanescentes têm a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta formulada pela Diretoria, observando-se os preceitos legais aplicáveis, notadamente o art. 202, §6°, da Lei n° 6.404/76.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	
31/12/2011	Trimestrais, conforme deliberação do Conselho de Administração “ad referendum” da AGO que apreciar o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras do exercício.
31/12/2012	Trimestrais, conforme deliberação do Conselho de Administração “ad referendum” da AGO que apreciar o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras do exercício.
31/12/2013	Trimestrais, conforme deliberação do Conselho de Administração “ad referendum” da AGO que apreciar o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras do exercício.
d. Restrições às distribuição de dividendos	
31/12/2011	Não há restrições às distribuições de dividendos
31/12/2012	Não há restrições às distribuições de dividendos
31/12/2013	Não há restrições às distribuições de dividendos

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2013	Exercício social 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011
Lucro líquido ajustado	433.540.109,38	429.002.548,01	305.445.697,15
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	68,200000	68,400000	71,900000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	22,200000	23,800000	18,200000
Dividendo distribuído total	300.057.180,00	293.502.720,00	219.525.600,00
Lucro líquido retido	133.482.929,38	135.499.828,01	85.920.097,15
Data da aprovação da retenção	07/04/2014	08/04/2013	02/04/2012

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório							
Ordinária		64.053.360,00	22/05/2013	58.941.120,00	16/05/2012	26.764.080,00	31/08/2011
Ordinária		41.499.360,00	14/08/2013				
Ordinária		83.839.500,00	14/11/2013				
Ordinária		110.664.960,00	23/04/2014				
Ordinária				42.702.240,00	22/08/2012		
Ordinária				86.607.360,00	21/11/2012		
Ordinária				105.252.000,00	24/04/2013		
Ordinária						87.208.800,00	25/04/2012
Ordinária						60.444.720,00	30/11/2011
Ordinária						45.108.000,00	08/06/2011

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6 – Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

em R$ mil	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013
a. Lucros retidos	23.838	39.716	19.073
b. Reservas constituídas	1.509	-	-

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2013	301.381.400,01	Índice de Endividamento	0,14573843	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2013)					
Tipo de dívida	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Garantia Real	0,00	1.405.409,76	836.336,21	0,00	2.241.745,97
Quirografárias	285.065.641,80	9.653.575,14	4.420.437,10	0,00	299.139.654,04
Total	285.065.641,80	11.058.984,90	5.256.773,31	0,00	301.381.400,01
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

3.9 – Outras informações relevantes

Para melhor entendimento do item **3.5 – Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido**

A Companhia adotou como Política de Dividendos desde a abertura de capital, em 2004, a distribuição de 100% do lucro contábil, lembrando que os incentivos fiscais que a Companhia tem direito não integravam este lucro líquido até 2007, sendo registrados diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia até o advento da Lei 11.638/2007. A partir de então, segundo lhe facultava a medida provisória 449/08, posteriormente Lei 11.941/09, a empresa passou a excluir estes valores, referentes aos incentivos fiscais da base de dividendos assim como proceder sua exclusão no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR – sempre de acordo com estes dispositivos legais.

Em 14 de maio de 2009 a Grendene divulgou através de Fato Relevante a deliberação adotada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada naquele dia, que a partir daquela data, os dividendos antecipados passariam a ser distribuídos e pagos aos acionistas trimestralmente.

Dos lucros auferidos no ano base de 2010, a Companhia deduziu da base dos dividendos o valor dos incentivos fiscais conforme previsto na Lei nº 11.638/2007, do art. 195-A da Lei nº 6.404/76***** e Lei 11.941, de 27 de maio de 2009 - art.18, informado no item 3.5 (Lucro líquido retido) e contabilizado em Reservas de Incentivos Fiscais, não oferecendo à tributação com base no inciso II (excluir do Livro de Apuração do Lucro Real o valor decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, reconhecido no exercício, para fins de apuração do lucro real).
*******Lei nº 11.638/2007, do art. 195-A da Lei nº 6.404/76, que dispõe: Reserva de Incentivos Fiscais - Art. 195-A - A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 desta Lei).*

Na Reunião do Conselho de Administração de 24 de fevereiro de 2011, foi aprovada a alteração da política de distribuição de dividendos a partir dos resultados do exercício social de 2011.
Após minuciosa análise sobre as questões legais decorrentes das alterações na legislação, a Companhia decidiu a partir de 2011, sem prejuízo da manutenção do integral cumprimento de todos os compromissos relativos à concessão dos incentivos fiscais e após analisar suas necessidades de investimento elevar a distribuição de dividendos do resultado, ainda que tenha que oferecer à tributação uma parcela dos recursos destinados a este pagamento, conforme prevê a Lei. A partir da Nova Política de Dividendos o percentual de dividendos passa a ser analisado e definido anualmente pela administração conforme a necessidade de recursos para investimentos, oportunidades de negócios ou para fazer frente a outros compromissos da Companhia, podendo ser alterado anualmente se a Administração da empresa entender conveniente.
Em 2011 o percentual definido de distribuição total de dividendos (*payout*) foi de aproximadamente de 75% do Lucro Líquido do Exercício após a constituição de reservas legais.
A Nova Política de Dividendos foi amplamente divulgada em Fato Relevante divulgado em 24 de fevereiro de 2011.
A Companhia manteve a política de distribuição trimestral dos dividendos.

Para 2012 o percentual definido de distribuição de dividendos (payout) também foi de aproximadamente de 75% do Lucro Líquido do Exercício após a constituição de reservas legais da mesma forma que o adotado em 2011.

Para o exercício de 2013, em função de investimentos adicionais ao habitual (CAPEX) a Companhia definiu o percentual de distribuição de dividendos (payout) em aproximadamente 65% do Lucro Líquido do Exercício após a constituição de reservas legais, conforme divulgado em Fato Relevante de 28 de fevereiro de 2013.

Para o exercício de 2014, conforme fato relevante divulgado no dia 13 de fevereiro de 2014, tendo em vista a edição da Medida provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013, a Companhia decidiu alterar a Política de Dividendos não fazendo destinação diversa de incentivos fiscais estaduais para comporem a base de dividendos, como vinha fazendo, e distribuir como dividendos a totalidade dos Lucros que não tem como origem os incentivos fiscais estaduais, após a constituição das Reservas Legais e Estatutárias (Não há mais definição de *payout*). A Grendene mantém a política de distribuição trimestral dos dividendos.

Adicionalmente, a Companhia possui um Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações (Stock Option) instituído e com Regulamento aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 14 de abril de 2008. Para que os participantes do plano possam exercer suas opções, a Companhia adquire suas próprias ações no mercado e as entrega posteriormente aos participantes ao preço de exercício. Com este objetivo específico, a Companhia constitui Reserva de Lucros aprovadas com base no orçamento de capital pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 – Descrição dos fatores de risco

Nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações podem ser adversa e materialmente afetados por quaisquer dos riscos aqui relacionados e ainda em função de outros riscos que não conseguimos antever atualmente. O preço de mercado das ações da Grendene pode cair devido a quaisquer destes riscos, sendo que há possibilidade de perda de parte ou de todo o capital nela investido. Riscos adicionais, que são atualmente desconhecidos ou irrelevantes também podem ter um efeito adverso em nossos negócios e no investimento em nossas ações.

a) Ao emissor:

Podemos não ser bem sucedidos em implementar nossa estratégia de crescimento.

Como parte de nossa estratégia de crescimento, nós procuramos posicionar melhor nossas marcas próprias, expandir nossas vendas no mercado local e internacional e elevar nosso desempenho operacional, inclusive por meio da obtenção de novos incentivos fiscais. Nós pretendemos manter nossa estratégia de crescimento, com a utilização de ações de *marketing* e esforços de promoção, lançamento contínuo de novos produtos, crescimento de nossas vendas no mercado interno e expansão de nossa produção e exportações, inclusive por meio da obtenção de novos benefícios fiscais. Nós poderemos não ser capazes de implementar satisfatoriamente nossas estratégias de crescimento, inclusive em função de barreiras tarifárias e/ou não tarifárias nos países para os quais exportamos nossos produtos. Se nós falharmos em implementá-las, nossa taxa de crescimento poderá diminuir ou nossos resultados operacionais poderão ser reduzidos, o que poderá ter um efeito adverso para a Grendene.

Podemos não ser bem sucedidos em gerenciar nosso crescimento.

Nós experimentamos um crescimento significativo nos últimos anos (2008-2013). Nosso desempenho futuro irá depender de nossa capacidade de gerenciar o crescimento rápido e significativo de nossas operações domésticas e internacionais, mediante a melhora de nossos sistemas de controles financeiros e operacionais, nossa infraestrutura e nosso sistema de informações, assim como a contratação de mão de obra qualificada e aumento de nossa capacidade produtiva. Não podemos assegurar que nossa capacidade de gerenciamento do nosso crescimento será bem sucedida ou que não interferirá adversamente na estrutura já existente. Caso não sejamos capazes de gerenciar nosso crescimento de forma satisfatória, poderemos perder nossa participação no mercado (*market share*), o que poderá ter um efeito adverso para a Grendene.

Nossas vendas e rentabilidade poderão ser adversamente afetadas se nossos investimentos em propaganda e *marketing*, incluindo nossos licenciamentos, não produzirem os efeitos pretendidos para aceitação e consumo de nossos produtos.

Considerando que a demanda de nossos consumidores por calçados é altamente influenciada pela imagem de nossas marcas, nossos negócios requerem investimentos substanciais em propaganda e *marketing*, incluindo o licenciamento de marcas e nomes de celebridades nacionais e internacionais e personagens infantis conhecidos nacional e internacionalmente. Caso tais investimentos não atinjam os efeitos por nós pretendidos no sentido de elevar a aceitação e consumo de nossos produtos ou, ainda, caso não sejamos capazes de manter e contratar novos licenciamentos, nossas vendas e rentabilidade podem ser adversamente afetadas.

Caso nossas marcas venham a ser utilizadas indevidamente por nossos concorrentes ou caso sejamos impedidos de utilizar nossas marcas, nossos resultados poderão ser adversamente afetados.

Nossas marcas e o *design* de nossos produtos estão constantemente sujeitos à utilização indevida e violação, por terceiros, de nossos direitos de propriedade intelectual. Há produtos falsificados e produtos que infringem os nossos direitos de propriedade intelectual nos mercados em que atuamos e em outros mercados. Nem sempre temos sucesso, especialmente em outros países, em combater a falsificação de nossos produtos e a infração de nossos direitos de propriedade intelectual. A falsificação de nossos produtos e a utilização indevida de nossas marcas pode não apenas nos causar efeitos adversos em nossas vendas, como atingir a integridade de nossas marcas próprias em função de sua associação com produtos de menor qualidade.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 – Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, embora tenhamos o registro da grande maioria de nossas marcas e patentes, não podemos assegurar que nossos concorrentes não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual. Nessa hipótese, caso sejamos impedidos de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá ter um efeito adverso para a Grendene.

O desligamento ou perda dos serviços de pessoas estratégicas para a Companhia pode afetar adversamente os nossos negócios.
Nosso desempenho depende, em grande parte, de esforços e da capacidade dos principais executivos, que ocupam posição estratégica em nossa estrutura e orientam vários aspectos da condução de nossos negócios. A perda dos serviços ou o falecimento de qualquer de tais executivos poderá ter um efeito adverso para a Grendene. Nosso sucesso e crescimento futuro dependem, ainda, de nossa habilidade em identificar, atrair e manter em nossos quadros outros funcionários e administradores qualificados. O mercado em que atuamos é competitivo e nós não podemos assegurar que teremos sucessos em atrair e manter tais funcionários e administradores.

O desligamento ou perda dos serviços de sistemas pode afetar adversamente os nossos negócios.
Para operar eficientemente a Companhia depende dos seus sistemas de informática e telecomunicações e o mau funcionamento ou perda de operacionalidade destes sistemas, ainda que temporariamente, podem afetar negativamente nossos negócios.
Os sistemas da Companhia e de suas controladas são todos informatizados, e para prevenir problemas mantemos um plano de contingência que prevê recuperar toda a base de dados e retomar normalmente a operação em um prazo inferior a quarenta e oito horas (disaster recovery). A base de dados é replicada e automaticamente atualizada em duas instalações, localizadas em ambientes físicos distintos. Todos ambientes são implantados e operados com os conceitos de alta disponibilidade e de virtualização.
Toda a rede de comunicação de dados entre as unidades é no mínimo redundante, e atendida por duas operadoras. A rede interna em cada localidade também é redundante com links de fibra em anel, garantido alta disponibilidade e desempenho. Não obstante estes cuidados poderão ocorrer situações em que sejamos incapazes de restaurar os serviços na velocidade e na qualidade estabelecidos para uma operação eficiente de nossas atividades.

Nossas operações podem ser adversamente afetadas por problemas em nossas fábricas, instalações ou meios de transporte.
A Grendene desenvolve produtos novos em grande quantidade basicamente através de equipe própria de design localizada no município de Farroupilha no Rio Grande do Sul e para tanto utiliza sistemas avançados informatizados e ferramentas de colaboração. As matrizes para a injeção dos calçados são fabricadas no município de Carlos Barbosa no Rio Grande do Sul e de lá são enviadas para nossas diversas fábricas localizadas nos municípios de Fortaleza, Sobral e Crato no estado do Ceará e Teixeira de Freitas na Bahia. As matérias primas são adquiridas por equipe também localizada no município de Farroupilha no Rio Grande do Sul e entregues diretamente em nossas fábricas por transportadoras independentes. Uma vez fabricados os produtos são despachados para os centros de consumo em todo o Brasil, mas com expressivo volume concentrado no sudeste brasileiro. O transporte de produtos prontos e de matérias primas no território nacional é feito no modal rodoviário e no caso das exportações de produtos e importações de matéria prima no modal marítimo, principalmente através do porto de Pecém localizado no Ceará.
A ocorrência de sinistros como incêndios e outros acidentes pode causar danos às instalações e aos estoques, interrompendo a produção e a distribuição de produtos. A falta de energia, água e combustíveis por parte das concessionárias de serviços públicos e das distribuidoras, bem como greves, piquetes e bloqueios logísticos, também pode comprometer a fabricação dos produtos. Para todos os possíveis tipos de sinistros a Companhia possui seguros contratados e/ou planos de contingência que minimizam os riscos mencionados.
Ainda assim, não é possível prever que no futuro não ocorra nenhum sinistro que possa provocar a paralisação de alguma das fábricas ou dos meios de transporte impedindo o recebimento de matéria prima e/ou o despacho de produtos para nossos clientes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 – Descrição dos fatores de risco

Somos titulares de benefícios fiscais federais e estaduais e a suspensão, o cancelamento ou a não renovação de tais benefícios podem afetar adversamente nossos resultados.

Desde o final da década de 90, a Companhia é titular de incentivos fiscais estaduais, tendo hoje 11 (onze) de suas unidades contempladas com incentivos concedidos pelos estados do Ceará (10 unidades fabris) Bahia (uma unidade fabril). Somos titulares de benefícios fiscais federais e estaduais que nos garantem isenção ou redução do imposto de renda, bem como a restituição de parte do valor por nós recolhido ao Estado do Ceará a título de ICMS e o aproveitamento de créditos presumidos de ICMS no estado da Bahia e do valor de exportação de nossos produtos.

A Companhia possui incentivos fiscais federais, tendo hoje 11 (onze) unidades industriais, todas sediadas no Nordeste do Brasil, com incentivos concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Tais incentivos, federais e estaduais, consistem na transferência de recursos a título de contrapartida dos respectivos governos para os investimentos da Companhia na construção, instalação e modernização de novas unidades industriais nos respectivos estados ou regiões. A concessão de tais incentivos é realizada somente após a Companhia comprovar a realização dos investimentos previstos em projetos aprovados pelos respectivos governos, nos termos das leis que autorizam os respectivos governos a conceder subvenções para a realização de tais investimentos.

Mesmo se tratando de incentivos fiscais concedidos em função do atendimento a determinadas condições e por prazo certo – os quais, segundo a legislação brasileira, não podem ser suprimidos unilateralmente pelos governos concedentes antes do transcurso do prazo de concessão – a Companhia poderá vir a sofrer a suspensão do direito ao recebimento dos mesmos, ou até seu cancelamento, caso descumpra algumas exigências que devem ser obedecidas durante seu prazo de fruição, tais como: (i) aplicação dos recursos oriundos do incentivo na implantação/modernização da atividade objeto do investimento; (ii) manutenção de suas operações dentro da regularidade fiscal, especialmente pagando os tributos sem atrasos; e (iii) apresentação, anualmente, de certos documentos e relatórios às autoridades competentes. O não cumprimento de tais obrigações pode resultar na suspensão ou no cancelamento de tais incentivos fiscais, podendo até obrigar a Companhia e suas Controladas a devolverem o valor dos incentivos recebidos, acrescido de encargos, o que pode vir a ter um efeito adverso relevante para a Companhia.

Os benefícios fiscais na esfera estadual no estado do Ceará preveem um mecanismo de concessão de financiamentos. A concessão de tais financiamentos depende da existência de recursos no Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI. Não podemos garantir que o FDI terá recursos à disposição para nos serem repassados. A inexistência de recursos do FDI poderá ter um efeito adverso para a Grendene.

Além disso, não podemos assegurar que os benefícios fiscais estaduais serão efetivamente mantidos até o final de seus prazos de vigência ou, ainda, no caso dos benefícios fiscais estaduais e federais, que seremos capazes de renová-los, em condições favoráveis, após expirado seu prazo atual de vigência ou obter novos benefícios fiscais após encerrado o prazo de vigência dos benefícios fiscais de que a Companhia atualmente é titular. Caso os benefícios fiscais estaduais de que somos titulares venham a ser questionados judicialmente por terceiros, incluindo, a título exemplificativo, o Ministério Público, outros Estados e novos governantes do Estado do Ceará, e a decisão judicial final nos seja desfavorável, poderemos ter os benefícios fiscais cancelados e/ou sermos cobrados pelo valor objeto da isenção, redução e/ou financiamento concedidos até a data de tal decisão (respeitado o prazo prescricional e decadencial), conforme o caso, o que poderá ter um efeito adverso para a Grendene. Adicionalmente, não podemos assegurar que o procedimento atualmente adotado pela Companhia junto ao Bradesco S.A. no que diz respeito ao recolhimento do ICMS será mantido no futuro ou, ainda, caso venha a ser alterado, que será adotado um procedimento que contemple condições favoráveis à Companhia.

Há projetos em trâmite no Congresso Brasileiro objetivando ampla reforma tributária no Brasil. Nesses projetos existem propostas para a total extinção de incentivos fiscais estaduais, mesmo que preservando os atualmente concedidos até seu prazo final. Caso tais projetos venham a se transformar em alteração da Constituição Brasileira ou de leis tributárias, desaparecerão as oportunidades para a obtenção de novos incentivos fiscais estaduais, pelo menos nos moldes dos atualmente fruídos pela Companhia. Nessa hipótese, nossa geração de caixa também poderá sofrer um efeito adverso relevante.

Além disso, não podemos assegurar que as alterações tributárias a serem aprovadas no âmbito desta reforma não sejam desfavoráveis aos negócios da Companhia, que as propostas para a manutenção dos incentivos fiscais já concedidos até o final do prazo de concessão sejam incorporadas à legislação e que as propostas de redução das alíquotas interestaduais sejam adotadas conforme as propostas que estão sendo discutidas. Todas estas propostas e projetos em discussão no Congresso podem ser alterados antes de serem transformadas em Lei e podem se tornar desfavoráveis aos negócios da Grendene.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 – Descrição dos fatores de risco

O preço de nossas matérias primas é volátil e uma oscilação brusca e inesperada nos preços de nossas matérias-primas poderá ter um efeito adverso para a Grendene.
Nossas principais matérias primas são a resina de PVC e os óleos plastificantes. Tais matérias primas são consideradas *commodities* e seu valor flutua em razão da cotação das mesmas no mercado internacional e de acordo com a oscilação da oferta e da procura. Historicamente, a cotação de tais *commodities* no mercado internacional sofreu flutuação devido a uma série de fatores. Entretanto em virtude de um excesso de capacidade de oferta internacional em relação à demanda sua cotação foi relativamente estável no período 2009 – 2012. A partir do segundo semestre de 2013, essas *commodities* voltaram a apresentar elevação nos preços, em função do crescimento do nível de atividade da construção civil (mundo), que é o principal consumidor desta resina termoplástica e responsável por aproximadamente 60% da demanda. Nós não temos e não teremos controle sobre os fatores que afetam a flutuação da cotação de tais *commodities*. Outro fator que contribui para mitigar o risco do preço desta matéria prima é que um dos principais insumos para sua fabricação no mercado internacional é o gás natural que tem sofrido reduções no preço internacional em decorrência do crescimento recente da produção do gás de xisto principalmente nos Estados Unidos. O outro insumo relevante para a fabricação das resinas de PVC é o cloro obtido a partir do sal de cozinha (cloreto de sódio) cuja oferta é muito ampla.
Os papéis e embalagens em geral são importantes insumos em nosso processo produtivo. O preço desses insumos é relativamente volátil, uma vez que acompanha o preço da celulose no mercado internacional. Historicamente, o preço da celulose sofreu grande flutuação devido a uma série de fatores, sobre os quais não temos e não teremos controle. Alterações bruscas e inesperadas na cotação das *commodities* e no preço da celulose, bem como oscilações na oferta e demanda por tais produtos, podem impactar diretamente o preço de nossas matérias-primas e insumos e o que poderá ter um efeito adverso para a Grendene.

O pedido de renovação intempestivo de licenças ambientais e a ausência de seguro para a cobertura de danos ambientais pode ter um efeito adverso para a Grendene.
Nossas plantas industriais requerem a obtenção e manutenção de licenças ambientais para operarem. A falha em obter estas licenças ou de mantê-las atualizadas pode nos sujeitar a penalidades administrativas podendo nos casos extremos chegar até à interdição se não sanarmos quaisquer deficiências apontadas por órgãos reguladores.
Uma vez que na avaliação da administração os processos industriais das unidades da Grendene possuem aspectos ambientais de baixo risco, sendo que os aspectos mais significativos possuem os devidos controles operacionais e a matéria-prima é 100% reciclável – as sobras de PVC são integralmente reaproveitadas no processo produtivo – e todas as unidades fabris adotam processos de controle de emissão de efluentes e emissões atmosféricas, e de redução de resíduos sólidos, não contratamos seguro para cobertura de danos ambientais que possam eventualmente ser causados pela operação de cada uma de nossas plantas industriais. Na hipótese de ocorrência de sinistros envolvendo danos ambientais, poderemos estar obrigados a gastar recursos substanciais para aplicação de medidas ambientais corretivas, bem como suportar penalidades na esfera administrativa e judicial, o que poderá ter um efeito adverso para a Grendene.

b) A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle:
Continuamos a ser controlados pelo acionista controlador, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas.
Os acionistas controladores possuem, direta ou indiretamente, ações representativas, em conjunto, de aproximadamente 75% do capital votante da Companhia. As demais ações detidas direta ou indiretamente de titularidade dos acionistas Alexandre G. Bartelle Participações S.A., Verona Negócios e Participações S.A. e Grendene Negócios S.A. estão sujeitas a um acordo de acionistas datado de 06 de outubro de 2004 e aditivos. Enquanto o nosso acionista Alexandre Grendene Bartelle controlar, direta ou indiretamente a Companhia, ele terá o direito de, sem que seja necessário o consentimento dos demais acionistas:

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 – Descrição dos fatores de risco

- Eleger a maioria do nosso conselho de administração e destituir conselheiros;
- Controlar nossa administração e nossas políticas;
- Determinar o resultado de grande parte de nossas operações societárias ou de outras matérias submetidas à apreciação dos acionistas, inclusive fusões, consolidações e a venda da totalidade ou de parte substancial de nossos ativos;
- Determinar políticas de distribuição de dividendos, respeitado o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei.

O interesse do acionista Alexandre Grendene Bartelle pode diferir daquele dos demais acionistas da Companhia.

c) A seus acionistas:

Não podemos assegurar a existência de um mercado ativo e líquido para nossas Ações e podem ocorrer limitações na possibilidade de venda e compra de nossas Ações.

Em anos recentes a liquidez de nossas ações melhorou muito. Nosso free float é de 25% e estamos classificados como uma empresa *middle cap* com valor de mercado de aproximadamente R$6 bilhões em 2013. Não podemos prever em que medida uma conjuntura desfavorável das economias nacional e internacionais, com possível fuga de capitais do mercado acionário brasileiro, afetará a liquidez de nossas ações no futuro e nem em que medida este fator pode provocar a queda no valor das nossas ações. Visando minimizar este risco a Grendene mantém um programa de Relações com Investidores bastante ativo, que, dentre várias ações, inclui a realização *de non deal road shows* junto a investidores locais e internacionais com o objetivo de mantê-los bem informados sobre o setor em que a Companhia atua e, no caso de investidores internacionais, a respeito da conjuntura econômica brasileira.

Também para mitigar este risco, a Grendene contratou a BTG Corretora para atuar como Formador de Mercado das suas ações.

A venda de um número significativo de nossas Ações por parte dos acionistas controladores pode afetar de maneira adversa o seu preço.

A venda por nossos acionistas de uma quantidade significativa de ações, ou a percepção de que isso possa vir a acontecer, pode afetar de maneira adversa o preço de mercado de nossas Ações.

d) A suas controladas e coligadas:

As empresas controladas e coligadas atuam no mesmo setor (Consumo: Calçados e Móveis) e, portanto estão sujeitas aos mesmos riscos da Grendene. Entretanto, observamos que estas operações são muito pequenas em relação ao tamanho da Grendene.

e) A seus fornecedores:

Nossa cadeia de suprimentos é formada por diversos fornecedores, nacionais e estrangeiros, tanto de materiais primas quanto de outras mercadorias, em especial máquinas e equipamentos utilizados em nossas linhas de produção. Em geral concentramos o nosso abastecimento em poucos fornecedores para cada tipo de matéria-prima, buscando com isso, aumentar nossa representatividade na receita dos respectivos fornecedores, em consequência, obter preços competitivos, bem como produtos e materiais desenvolvidos por encomenda com características próprias. Tendo em vista que nossas principais matérias-primas são consideradas *commodities* produzidas em diversas regiões do mundo, acreditamos que embora o nosso abastecimento seja adversamente afetado no caso de uma interrupção em um de nossos fornecedores locais poderemos mitigar estes efeitos recorrendo ao fornecimento internacional. A Grendene tem porte e experiência suficientes para adotar esta solução.

f) A seus clientes:

A inadimplência por parte dos clientes ou o não recebimento, por parte da Companhia podem afetar negativamente as receitas da Companhia.

Esse risco advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Não há

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 – Descrição dos fatores de risco

clientes que individualmente representem mais que 5% do total do contas a receber de clientes ou das receitas da Companhia.

O desempenho deficiente de representantes comerciais pode afetar negativamente nossas vendas
Todas as vendas efetuadas no Brasil são realizadas por meio de representantes comerciais, incluindo as vendas realizadas para grandes redes varejistas e lojas especializadas. Mantemos relações estritamente comerciais com nossos representantes, os quais são pessoas jurídicas cujos vendedores não são nossos empregados. Eles atuam em áreas específicas, determinadas em contrato, e pela prestação de tais serviços recebem comissões baseadas no total de vendas efetuadas em sua área de atuação. Nossos representantes comerciais não estão sujeitos a controle de horário de trabalho e suportam todos os custos inerentes às suas atividades.
Estes representantes cumprem um papel fundamental em nosso processo de vendas e sua atuação deficiente pode afetar adversamente nossas receitas. Quando existe a necessidade de substituí-los em função de desempenho insatisfatório podem ocorrer litígios que gerem custos para a Grendene.
No mercado externo, as vendas de nossos produtos são efetuadas por meio de subsidiárias nos Estados Unidos, Argentina, Reino Unido e na Itália, que atuam como agentes ou como distribuidoras de nossos produtos, conforme o caso. Nos demais países, usualmente a venda de nossos produtos é feita por meio de distribuidores. Também neste caso, quando existe a necessidade de substituí-los em função de desempenho insatisfatório podem ocorrer litígios e demandas por indenizações que gerem custos para a Grendene.

A Companhia está sujeita a reclamações de consumidores e a recall de produtos, o que poderia afetar negativamente sua imagem, bem como ter um impacto relevante em seus custos, negócios e resultados, acarretando um efeito adverso para a Companhia.
A Companhia e suas Controladas produzem e vendem bens de consumo, o que a sujeita à Lei do Consumidor. Caso a Companhia ou suas Controladas venham a ser responsabilizadas em algum processo de responsabilidade civil relacionado aos seus produtos ou venha a realizar algum recall de seus produtos, isto poderia impactar negativamente sua lucratividade por um período, dependendo: (i) do volume do produto no mercado; (ii) da reação dos concorrentes; e (iii) da reação dos seus consumidores acarretando, inclusive, custos relevantes de recall, explicações na mídia e com advogados, bem como possíveis pagamentos de indenizações. Mesmo que não sejam responsabilizadas em uma ação judicial, a publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação aos seus produtos e à sua qualidade poderia afetar adversamente sua reputação perante atuais e futuros consumidores, assim como sua imagem corporativa e de suas marcas, o que acarretaria um efeito adverso para a Companhia, seus negócios e resultados.

g) Aos setores da economia nos quais o emissor atue:
A indústria calçadista é sensível à queda no poder aquisitivo dos consumidores e ciclos econômicos desfavoráveis. Caso as condições econômicas no Brasil e nos demais países que importam nossos produtos venham a se deteriorar, muitos de nossos clientes podem reduzir significativamente suas compras e podem não ser capazes de pagar em tempo hábil os produtos que adquirirem.
Historicamente, o mercado calçadista esteve sujeito a variações cíclicas e queda de desempenho quando há redução dos gastos por parte dos consumidores. Muitos fatores afetam o nível de gastos de nossos consumidores no mercado calçadista, incluindo:

- Condições gerais dos negócios;
- Taxas de juros;
- Renda dos consumidores e em menor proporção a disponibilidade de crédito ao consumidor;
- Tributos; e
- Confiança dos consumidores nas condições econômicas futuras.

A compra de nossos produtos pode sofrer queda durante períodos de recessão e pode, ainda, sofrer declínio em outras circunstâncias em que a renda do consumidor venha a ser menor. Condições econômicas adversas nos mercados em que atuamos poderão reduzir nossas vendas e ter um efeito adverso para a Grendene.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 – Descrição dos fatores de risco

A indústria calçadista é altamente competitiva e podemos perder nossa posição no mercado em determinadas circunstâncias.
A indústria calçadista é altamente competitiva e possui baixas barreiras a entrada de novos competidores. Os principais fatores que influenciam a competição nesta indústria incluem o preço, a qualidade do produto, o *design* do produto, a imagem e o prestígio da marca e a capacidade de atender clientes em tempo hábil. Nós competimos com diversos concorrentes nacionais e internacionais, alguns deles com acesso a significativos recursos financeiros e cujas marcas são dotadas de reconhecimento pelos consumidores. Um grande sucesso de *marketing*, uma grande campanha promocional ou uma grande inovação tecnológica apresentada por um de nossos concorrentes poderá afetar negativamente nossa posição no mercado. Não podemos garantir que, nesta hipótese, seremos capazes de reagir a tempo e de forma satisfatória ou que as pressões geradas pela competição não terão um efeito adverso para a Grendene.

Alterações não previstas nas preferências dos consumidores, costumeiras na indústria calçadista, poderão ter um efeito adverso para a Grendene.
A indústria calçadista está sujeita a rápidas alterações nas preferências de nossos consumidores. A demanda dos consumidores por nossos produtos é significativamente influenciada pela imagem das marcas, pela receptividade dos consumidores e, eventualmente, pelas condições climáticas. Nossas iniciativas para fortalecer nossas marcas, que incluem a realização de pesquisas de mercado, lançamentos de produtos novos e inovadores, nossas parcerias para licenciamentos, utilização de acessórios e um ativo planejamento de *marketing* podem não ser bem sucedidas. Também não podemos garantir que os consumidores irão continuar tendo boa receptividade aos nossos produtos ou que iremos responder rápido o bastante às alterações nas preferências dos consumidores. Se não conseguirmos introduzir no mercado produtos que tenham boa aceitação entre os consumidores, nossas vendas poderão diminuir, o que terá um efeito adverso para a Grendene.
A Grendene opera há mais de 40 anos no setor de calçados e demonstrou larga experiência no sucessivo lançamento de produtos e marcas de sucesso. Entretanto, ocasionalmente alguma coleção de produtos não é bem sucedida, pois não temos como antever com precisão o gosto dos consumidores, se as tendências de moda que incorporamos aos nossos produtos conquistarão os clientes, as condições econômicas que irão prevalecer quando os novos produtos chegarem ao mercado e que produtos os concorrentes lançarão para disputar os mesmos clientes que nossos produtos pretendem atender. Quando nossas coleções em determinada estação do ano não desempenham bem em relação aos concorrentes os resultados da Grendene são afetados negativamente.

A inflação e as ações do governo para combatê-la podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e afetar negativamente os negócios da Companhia.
O Brasil já passou por períodos de alta inflação no passado. Desde a implantação do Plano Real em 1994, a inflação anual, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), diminuiu significativamente. A inflação medida pelo IPCA era de 5,8% em 2008, 4,3% em 2009, 5,8% em 2010, 6,3% em 2011, 5,8% em 2012, e 5,9% em 2013. Se o Brasil sofresse altos níveis de inflação novamente, poderia haver desaceleração da taxa de crescimento econômico do país, o que levaria a uma menor demanda pelos produtos da Companhia no Brasil. Provavelmente, a inflação também aumentaria alguns dos custos e despesas da Companhia, especialmente o da mão de obra, vinculado ao reajuste do salário mínimo, que talvez não possam ser repassados aos consumidores, levando à redução de nossas margens de lucro e receita líquida.
Além disso, a alta inflação diminui a renda disponível dos consumidores para o consumo discricionário afetando negativamente a demanda de calçados e geralmente conduz a taxas de juros internas mais altas, o que pode reduzir ainda mais esta renda do consumidor na atual conjuntura de endividamento mais elevado da população brasileira.
A inflação também pode prejudicar o interesse dos investidores pelos mercados de capitais, o que pode reduzir o preço das ações em geral, inclusive da Grendene.
Pressões inflacionárias também podem levar à adoção de políticas governamentais de combate à inflação, com possíveis impactos adversos para os negócios da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 – Descrição dos fatores de risco

Variações cambiais entre o dólar americano e a moeda brasileira podem diminuir a capacidade de exportação da Grendene

Os resultados operacionais da Companhia são impactados pelas variações entre o real, e o dólar americano sendo beneficiados com a desvalorização do real frente ao dólar e prejudicados com a apreciação do real frente ao dólar. Basicamente a apreciação do real frente ao dólar reduz a competitividade de nossos produtos nos mercados internacionais e reduz nossas margens de exportação. Nos últimos anos, aproximadamente 20% de nossas receitas são provenientes de exportação.

h) À regulação dos setores em que o emissor atue:

Alterações nas leis e regulamentos ambientais podem afetar de maneira adversa os negócios da indústria calçadista.

As empresas da indústria calçadista, incluindo a Companhia, estão sujeitas a uma rigorosa legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal no tocante, dentre outros, à eliminação de resíduos sólidos e descartes de efluentes líquidos, industriais e sanitários. Tais indústrias necessitam de autorizações de agências governamentais para algumas de suas atividades. Na hipótese de violação ou não cumprimento de tais leis, regulamentos, licenças e autorizações, as indústrias podem sofrer sanções administrativas, tais como multas ou revogação de autorizações, ou ficarem sujeitas a sanções criminais (inclusive seus administradores). Podem, ainda, ser obrigadas a arcar com substanciais gastos ambientais corretivos. As agências governamentais ou outras autoridades podem também editar novas regras mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, que podem obrigar as indústrias do setor calçadista, incluindo a Companhia, a gastar recursos adicionais na adequação ambiental. Qualquer ação neste sentido por parte das agências governamentais poderá afetar de maneira negativa os negócios da indústria calçadista e ter um efeito adverso para a Grendene.

Alterações nas leis tributárias podem afetar de maneira adversa os negócios da indústria calçadista.

Todos os nossos produtos são fabricados no Brasil em nossas fábricas localizadas no Nordeste, principalmente no estado do Ceará. Mantemos no Brasil aproximadamente 25 mil funcionários e, portanto sujeitos à complexa legislação trabalhista brasileira.

Esta região tem sérios problemas climáticos que dificultam a atividade primária o que ocasionou, historicamente, grandes problemas sociais. Para minorar estes problemas o governo federal e os governos estaduais mantêm políticas de incentivos fiscais para incentivar a industrialização da região, e a Grendene preenche os requisitos para receber estes incentivos, que são importantes para os seus resultados.

Grande parte de nossa receita (cerca de 80%) é obtida no mercado nacional e, portanto, sujeita à não menos complexa legislação tributária brasileira e finalmente, a maior parte do consumo de calçados no Brasil ocorre na região sudeste (eixo Rio de Janeiro – São Paulo – Minas Gerais) e os produtos embarcados para outros estados (estados diferentes daqueles onde são fabricados) são sujeitos a legislações que regulam a tributação interestadual.

Alterações nas normas e legislação tributária, trabalhista, previdenciária e relativas aos incentivos fiscais podem afetar negativamente a demanda e os custos no setor calçadista e para os negócios da Grendene.

Entretanto, em anos recentes o governo brasileiro tem promovido medidas para estimular o consumo e para favorecer a criação de empregos o que tem beneficiado a Grendene. Em 2011 reconhecendo as dificuldades enfrentadas pela economia brasileira o governo editou a Medida Provisória nº 540 de 02 de agosto de 2011, posteriormente em Lei nº 12.546 de 14 de dezembro de 2011, conhecida como Plano Brasil Maior que beneficia as empresas intensivas em mão de obra, como a Grendene, reduzindo a zero a contribuição de INSS que incidia sobre a folha de pagamento à alíquota de 20% e introduziu em seu lugar um tributo de 1,5%, inicialmente e posteriormente reduzido para 1%, a incidir sobre a receita bruta no mercado interno. Adicionalmente, reconhecendo a dificuldade dos exportadores instituiu o REINTEGRA que possibilitou um crédito de 1,5% do valor FOB das exportações em 2013, o que também beneficiou a Grendene que é o maior exportador de calçados do Brasil. O Brasil Maior tem validade prevista até 2014 e não podemos assegurar que o governo irá renovar esta medida, e o REINTEGRA encerrou em 2013.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 – Descrição dos fatores de risco

i) Aos países estrangeiros onde o emissor atue:

Medidas restritivas impostas por países importadores para conter o comércio de calçados podem afetar os negócios da Companhia, aumentando o custo de seus produtos ou reduzindo sua capacidade de exportação.

A Companhia é uma produtora de calçados que abastece o mercado interno brasileiro e vários mercados no exterior. As exportações da Companhia enfrentam a concorrência de outros produtores de calçados e as restrições impostas pelos países importadores na forma de cotas, impostos sobre mercadorias, tarifas ou aumentos nas taxas de importação. Qualquer desses fatores pode aumentar os custos dos produtos e torná-los menos competitivos ou impedir que a Companhia os venda nesses mercados. Não há garantia de que os países importadores não irão impor cotas, impostos sobre mercadorias, ou tarifas, nem de que não aumentarão as taxas de importação.

A Grendene mantém a liderança nas exportações de calçados brasileiros pelo 11º ano consecutivo – 41,1% dos calçados brasileiros (número de pares) exportados em 2013 (40,0% em 2012) e seus produtos são comercializados em mais de 90 países nos cinco continentes. Qualquer mudança relevante no ambiente político/econômico de um desses países, ou da região onde eles se localizam, pode afetar as vendas nesses locais.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2 – Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

A Grendene tem como prática o monitoramento constante de custos que possam impactar de forma adversa as operações e resultados, inclusive mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades repassando para seus preços quaisquer alterações significativas nos custos do seu negócio. Adota política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa.

Em relação aos riscos descritos no item 4.1, atualmente, a Companhia identifica um risco crescente na exposição aos efeitos inflacionários que afetam o poder de consumo da população. As incertezas econômicas e o baixo crescimento da economia brasileira têm provocado quedas sucessivas de demanda no setor de calçados.

Apesar do baixo dinamismo econômico e da crise internacional a Grendene tem conseguido crescer mediante conquista de parcelas crescentes do mercado de calçados. Este ganho de *market share* em um mercado recessivo poderá provocar um acirramento do ambiente competitivo tornando mais difícil a manutenção das taxas de crescimento.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, de risco e que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas, bem como não possui temas de natureza fiscal ou cível que requeiram divulgação.

A Companhia tem ações de natureza trabalhista, fiscal e cível, envolvendo risco de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para os quais não há provisão constituída.

A composição e estimativa apresenta-se a seguir:

(R$ milhares)	31/12/13	31/12/12
Fiscais		
INSS	**383**	383
PIS e COFINS	**672**	2.785
ICMS	**10.765**	-
Trabalhistas	**2.476**	3.321
Cíveis	**192**	213
Total	**14.488**	6.702

Em 31/12/2013, a Companhia figurava no polo passivo nos seguintes processos fiscais:

Processo nº 0001648-57.2012.4.05.8103 (INSS)	
a) Juízo	18 ª Vara Federal – CE
b) Instância	2ª Instância
c) Data de instauração	10/08/2012
d) Partes no processo	Autor: Grendene S.A. / Réu: União Federal
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 534.161,42 em 10/08/2012
f) Principais fatos	Ação ordinária que visa a nulidade e devolução dos valores recolhidos pelo lançamento tributário objeto da NFLD nº 35.612.86-4 no montante de R$ 383.122,47. Lançamento fundamentado no fato que deveria integrar o salário de contribuição a verba paga a serviços de assistência médica a empregados. Sentença procedente, todavia sujeita a reexame do TRF5º. Apresentada Apelação.
g) Chance de perda	Remota.
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	Não há impacto. O montante discutido na ação já foi recolhido a União, que deverá providenciar a restituição do valor pago na Hipótese de procedência da ação. No entanto há possibilidade de honorários de sucumbência a ser arbitrado.
i) Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 13312.000366/2009-53 (PIS e COFINS)	
a) Juízo	Administrativo / 4ª Turma da Delegacia Receita Federal do Brasil de Julgamento em Fortaleza - CE
b) Instância	2ª Instância - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF / DF
c) Data de instauração	16/06/2009
d) Partes no processo	Receita Federal do Brasil / Grendene S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 9.281.137,03 em 28/01/2013

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f) Principais fatos	O presente processo administrativo, se refere a Impugnação oferecida em 16/06/2009, em autos de infração por suposto não recolhimento do PIS-Importação e da COFINS-Importação devidos sobre os diversos pagamentos realizados no período de 1º de maio de 2004 a 30 de junho de 2006. Em Nov/2012 foi julgada parcialmente procedente a Impugnação, reduzindo o montante da autuação para R$ 671.813,57, esta decisão deverá ser revisada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Apresentado Recurso Voluntário.
g) Chance de perda	Remota, com relação às rubricas “direitos autorais”, “marcas e patentes” e “software”, que correspondem a aproximadamente 70% do valor da autuação. Possível, cerca de 30% do valor da autuação com relação às demais rubricas (feiras e exposições, consultoria, pesquisa e desenvolvimento, serviços técnicos).
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto econômico do processo se resume a cerca de 7,2% do valor atribuído ao auto de infração, sem honorários sucumbências por se tratar de processo administrativo.
i) Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 201300501 (ICMS)	
a) Juízo	Administrativo / SEFAZ/CE - CONAT
b) Instância	1ª Instância
c) Data de instauração	08/02/2013
d) Partes no processo	SEFAZ/CE / Grendene S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 6.332.374,38 em 08/02/2013
f) Principais fatos	Lançamento tributário referente ao diferencial de alíquota devido pela entrada interestadual de bens classificados como material de uso e consumo. Divergência na interpretação quanto ao enquadramento de tais bens e sua utilização no processo fabril. Foram arrolados bens do maquinário da Companhia, em garantia do lançamento. Apresentada Impugnação ao Auto de Infração, aguarda-se julgamento.
g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto econômico se resume ao valor da autuação, sem incidência de honorários sucumbenciais.
i) Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 201300495 (ICMS)	
a) Juízo	Administrativo / SEFAZ/CE – CONAT
b) Instância	1ª Instância
c) Data de instauração	08/02/2013
d) Partes no processo	SEFAZ/CE / Grendene S.A.
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 4.432.657,04 em 08/02/2013

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f) Principais fatos	Lançamento tributário referente à escrituração e aproveitamento indevido de créditos de ICMS, referente a materiais de uso e consumo. Divergência na interpretação quanto ao enquadramento de tais bens e sua utilização no processo fabril. Foram arrolados bens do maquinário da Companhia, em garantia do lançamento. Apresentada Impugnação ao Auto de Infração, aguarda-se julgamento.
g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto econômico se resume ao valor da autuação, sem incidência de honorários sucumbências.
i) Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 – Processos sigilosos relevantes

Não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos relevantes em conjunto na Companhia e nem em suas controladas.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 – Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes da Companhia e nem de suas controladas.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8 – Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável à Companhia.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1 – Descrição dos principais riscos de mercado

No curso normal dos nossos negócios, estamos expostos a vários riscos gerais que são inerentes às nossas atividades, que podem influenciar nossos resultados operacionais, nossa situação financeira ou nossas perspectivas futuras, já que alterações na conjuntura econômica do Brasil, como as políticas fiscais, cambiais, monetárias, entre outras que serão adotadas pela atual ou futura administração do Governo Federal, poderão prejudicar as nossas atividades através, por exemplo, da desaceleração econômica, aumento de juros, aumento da inflação e aumento da percepção de riscos em outros países.

O modelo de negócios adotado pela Grendene contempla a atuação em mercados afetados pela moda onde a Companhia, como diferencial competitivo, apresenta regularmente uma grande quantidade de modelos novos a cada período. Cada modelo ofertado pela Companhia faz parte de uma coleção cuja vida média é em torno de 90 a 180 dias. Desta forma a cada trimestre a Grendene apresenta novas coleções, propondo ao mercado uma nova base de preços (para cada nova coleção). Neste modelo de negócios, quaisquer alterações de custos são repassados para os preços finais sempre que a demanda por estes produtos e o poder de compra dos consumidores permitirem. Assim sendo, a inflação afeta nosso resultado, afetando a renda que o consumidor tem disponível para o consumo de nossos produtos. Nossos principais insumos são *commodities* em dólar no mercado internacional.

A taxa de cambio influencia os nossos custos na medida em que afetam os preços em reais destas *commodities* quando seu preço é traduzido para o real. Entretanto esta não é uma relação linear, uma vez que o preço das *commodities* em dólar flutua de acordo com a oferta e demanda no mercado internacional (quando o real se valoriza o preço das *commodities* em reais fica mais barato, entretanto nestes casos geralmente também acontece variação no preço das *commodities* em dólar compensando uma parte deste efeito). Por outro lado a taxa de câmbio afeta as nossas exportações, uma vez que os nossos custos na sua grande maioria são em reais.

As taxas de juros não afetam o resultado operacional da Companhia, somente o resultado financeiro. A Companhia mantém um saldo expressivo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (CP e LP) que em 31 de dezembro de 2013 era de R$734 milhões. Estes recursos basicamente estão aplicados no mercado financeiro rendendo juros à taxas próximas da Selic. Quaisquer variações nas taxas de juros praticados no mercado afetarão a remuneração destes recursos.

O quadro a seguir apresenta as variações para os itens nele demonstrados:

	2011	2012	Var. % 11/12	2013	Var. % 12/13
Variação % da receita líquida	(7,6%)	27,0%		16,2%	
Variação % do lucro operacional (EBIT)	(10,1%)	93,7%		10,0%	
Variação % do lucro líquido	(2,2%)	40,5%		1,1%	
Preço médio por par – MI – R$	R$ 13,85	R$13,21	(4,6%)	R$12,96	(1,9%)
Preço médio por par – ME – R$	R$ 8,04	R$10,56	31,3%	R$11,17	5,8%
Preço médio por par – ME – US$	US$ 4,80	US$5,40	12,5%	US$5,18	(4,1%)
Preço médio total – R$	R$ 12,20	R$12,56	3,0%	R$12,54	(0,2%)
CPV por par – R$	R$ 5,60	R$5,40	(3,6%)	R$5,52	2,2%
Taxa R$ / US$ (Final)	R$ 1,8758	R$2,0435	8,9%	R$2,3426	14,6%
Taxa R$ / US$ (médio)	R$ 1,6750	R$1,9546	16,7%	R$2,1576	10,4%
IGP-M			7,8119%		5,5257%
IPCA amplo			5,8386%		5,9108%

Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa – são classificadas na categoria “empréstimos e recebíveis” e está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço.

Aplicações financeiras – as aplicações classificadas nas categorias “investimentos mantidos até o vencimento”, que são

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1 – Descrição dos principais riscos de mercado

mensuradas ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros e as aplicações classificadas como “ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado” que são mensuradas ao seu valor justo.

Empréstimos e financiamentos – são classificados na categoria “passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado” pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos se aproximam aos seus valores contábeis na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, os valores dos principais instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas estão assim demonstrados:

Em milhares de reais	Valor contábil / Valor Justo		
	2011	2012	2013
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	61.518	14.489	39.360
Aplicações financeiras *(*)*	854.062	859.421	694.605
Derivativos	84	568	-
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	110.674	137.963	117.736
Derivativos	-	-	860

(*) A Companhia mensura seus instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 40 – R1 (IFRS 7) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, e de acordo com o nível 1 de hierarquia. Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

Operações de Instrumentos Derivativos Cambiais

A estratégia de contratação destas operações tem como objetivo a proteção das receitas de vendas e ativos financeiros da Companhia e de suas controladas sujeitas à exposição cambial. Estes instrumentos são utilizados com a finalidade específica de proteção, cujo portfólio consiste, na venda de dólares dos Estados Unidos futuro, mediante instrumentos financeiros destinados a este fim, tais como: contrato de venda na BM&F, contratos de ACC (Adiantamentos de contrato de câmbio) e ACE (Adiantamentos de cambiais entregues).
Nas operações de contrato de venda na BM&F o impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas ocorre mediante a apuração de ajustes da cotação do dólar dos Estados Unidos até a liquidação dos contratos.
Os limites máximos de exposição cambial líquida são compostos de: (i) saldos bancários em moeda estrangeira mantidos no exterior; (ii) aplicações financeiras mantidas no exterior; (iii) saldo de contas a receber de câmbios a contratar; (iv) projeções de exportações de até 90 dias, menos (i) saldos de fornecedores mantidos em moeda estrangeira (ii) importações em andamento e (iii) ACC (Adiantamento de contrato de câmbio). Estes riscos são monitorados diariamente e administrados através de controles internos, que visam demonstrar os limites de exposição e adequá-los à política de gestão de riscos da Companhia.
Não é permitida a utilização de outras formas de proteção cambial sem expressa autorização dos administradores da Companhia. Até o presente momento, a Companhia não autorizou a utilização de outras formas de proteção cambial diferentes das relatadas no parágrafo anterior.
As operações de proteção cambial são usualmente efetuadas junto à BM&F através de corretoras especializadas, realizadas sem margeamento. O valor da garantia é de R$33.223 em 31 de dezembro de 2013 (R$30.831 em 2012), normalmente constituído por aplicações financeiras da Companhia em títulos públicos, observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, conforme definido na política de gestão de riscos de suas contrapartes.
No quadro abaixo são demonstradas as posições verificadas em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, com os valores nominais e de mercado.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1 – Descrição dos principais riscos de mercado

Descrição	Valor de Referência (notional)				Valor de Referência (R$)				Saldo a Receber (Pagar) / Valor justo			
	Moeda	2011	2012	**2013**	Moeda	2011	2012	**2013**	Moeda	2011	**2012**	**2013**
Contratos Futuros:												
Posição Vendida												
Moeda Estrangeira	US$	10.000	76.000	**50.000**	R$	18.800	156.077	**119.071**	R$	84	**568**	**(860)**
Total	US$	10.000	76.000	**50.000**	R$	18.800	156.077	**119.071**	R$	84	**568**	**(860)**

É importante salientar que estas operações estão associadas ao recebimento das vendas e a ativos financeiros em moeda estrangeira, os quais estão igualmente relacionados à variação da cotação do câmbio, compensando eventuais ganhos ou perdas apuradas. O saldo a pagar do valor justo apresentado em 31 de dezembro de 2013, no valor de R$860, está classificado em outras contas a pagar e o saldo a receber de R$568 em 31 de dezembro de 2012 e de R$84 em 2011, estão classificado na conta de títulos a receber.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2013 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes de 25% e 50% para aplicações financeiras e crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos e resgates de aplicações.
Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, e CDI.
No quadro a seguir são apresentadas as posições em aberto em 31 de dezembro de 2013, com os valores nominais e juros de cada instrumento contratado, a saber:

Operação	Moeda	Cenário Provável (Valor Contábil)	Cenário Possível	Cenário Remoto
DETERIORAÇÃO DAS RECEITAS FINANCEIRAS				
Juros aplicações financeiras	R$	42.972	34.344	25.696
Depreciação da Taxa em			**25,00%**	**50,00%**
Referência para Receitas Financeiras				
CDI %		9,78%	7,33%	4,89%
IPCA		5,77%	4,33%	2,89%
AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA				
Encargos de financiamentos – Proapi e Provin	R$	797	996	1.194
Apreciação da Taxa em			**25,00%**	**50,00%**
Referência para Passivos Financeiros				
TJLP		5,00%	6,25%	7,50%

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos contratados

Instrumentos de proteção cambial
A Companhia projetou o impacto das operações destinadas à proteção de taxa de câmbio em 3 (três) cenários para o exercício 2013, a saber:
- Cenário Provável: Neste cenário foi considerado que a operação seria liquidada pela cotação do dólar de R$2,3814.
- Cenário Possível: Neste cenário a operação seria liquidada pela cotação do dólar de R$2,9768, equivalente a 25% superior à cotação do primeiro cenário.
- Cenário Remoto: Neste cenário a operação seria liquidada pela cotação do dólar de R$3,5721, equivalente a 50% superior à taxa do primeiro cenário.

A seguir demonstramos o resumo do impacto em cada cenário projetado, para posição com vencimento em 31 de janeiro de

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1 – Descrição dos principais riscos de mercado

2014.

	Valores de Referências				
	Moeda	**2013**	**Cotação do dólar em 2013**	**Valor em R$**	**Impacto**
Cenário Provável					
Compromissos de Venda					
Posição Vendida	US$	50.000	R$2,3814	119.071	(860)
Cenário Possível - 25%					
Compromissos de Venda					
Posição Vendida	US$	50.000	R$2,9768	148.840	(29.769)
Cenário Remoto - 50%					
Compromissos de Venda					
Posição Vendida	US$	50.000	R$3,5721	178.605	(59.534)

Observamos que estas operações têm por objetivo o hedge de ativos e que esta análise de sensibilidade tem por objetivo mostrar apenas o efeito das variações do câmbio nas operações de derivativos sendo que as variações nestas operações aqui demonstradas serão compensadas por variações equivalentes nos ativos que o hedge visa proteger e o efeito líquido final será muito pequeno.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2 – Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia é bastante conservadora com riscos não inerentes ao seu negócio principal, motivo pelo qual os riscos de mercado são identificados e eliminados ou reduzidos significativamente.

a) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia é exposta ao risco de crédito e risco de mercado relacionado a mudanças adversas nas taxas de juros, taxas de câmbio e risco de preço de commodities. Buscamos proteção contra tais riscos, conforme descrito no item “b”.

b) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos.

Risco de crédito: Entre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras; análise dos créditos concedidos a clientes; o estabelecimento de limites de vendas. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total do contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013.

Os critérios de gestão de riscos da Companhia e de suas controladas, para as aplicações financeiras, aprovados pelo Conselho de Administração, estabelecem que os recursos financeiros disponíveis devem ser mantidos, substancialmente em bancos de primeira linha (assim considerados os 10 maiores bancos por ativos do país) de uma forma diversificada em instrumentos financeiros atrelados a uma cesta de indicadores compostos por CDI, taxas pré-fixadas ou corrigidos pela inflação.

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que reduzam o ganho com suas aplicações no mercado financeiro uma vez que estas aplicações superam em muito o valor das dívidas da Companhia. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados a uma cesta de indicadores como CDI, taxas pré-fixadas ou corrigidos pela inflação.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou o ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Além de contas a receber originado por exportações a partir do Brasil, aplicações financeiras e investimentos no exterior se constituem um hedge natural, para proteger a Companhia das oscilações cambiais. Para o saldo entre ativos e passivos sujeitos ao risco da variação cambial a Companhia e suas controladas avaliam sua exposição cambial e contratam, se necessário, instrumento financeiro derivativo adicional, como forma de proteção.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui adiantamentos de contrato de exportação de US$11.627 mil (US$22.489 mil em 2012), o qual é compatível com as vendas programadas para o mercado externo no vencimento dos contratos. Não há outros financiamentos e empréstimos contratados ou indexados a qualquer moeda estrangeira.

Risco de preço das commodities: Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de utilizar commodities como matéria prima, a Companhia poderá ter seus custos dos produtos vendidos afetado por alterações nos preços internacionais destes materiais. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional e quando for o caso, utiliza-se da formação de estoques estratégicos para manter suas atividades comerciais. Não existem mercados líquidos que permitam operações de hedge para estas matérias primas.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Os instrumentos utilizados para proteção consistem, na venda de dólares dos Estados Unidos futuro, mediante instrumentos financeiros destinados a este fim, tais como: contrato de venda na BM&FBOVESPA, contratos de ACC (Adiantamentos de contrato de câmbio) e ACE (Adiantamentos de cambiais entregues).

As operações de proteções cambiais são usualmente efetuadas junto à BM&FBOVESPA através de corretoras especializadas, realizadas sem margeamento. A garantia é normalmente constituída por aplicações financeiras da Companhia em títulos

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

públicos, observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, conforme definido na política de gestão de riscos de suas contrapartes.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Para monitorar os limites máximos de exposição cambial líquida, a Companhia avalia os seguintes itens: (i) saldos bancários em moeda estrangeira mantidos no exterior; (ii) aplicações financeiras mantidas no exterior; (iii) saldo de contas a receber de câmbios a contratar; (iv) projeções de exportações de até 90 dias, menos (i) saldos de fornecedores mantidos em moeda estrangeira (ii) importações em andamento e (iii) ACC (Adiantamento de contrato de câmbio). Estes riscos são monitorados diariamente e administrados através de controles internos, que visam demonstrar os limites de exposição e adequá-los à política de gestão de riscos da Companhia.

e) Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não utilizamos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

As atividades de gerenciamento de riscos é uma atividade contínua e seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base nos relatórios de controles internos preparados pela gerência financeira e na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração entende que o ambiente de controles internos mantido pela Companhia apresenta elevado grau de confiança para o seu tipo de atividade e volume de operações, e se encontra preparado para prevenir e detectar fraudes e erros.

O nível de automatização e integração dos sistemas garante eficiência e segurança dos processos. Não obstante, esforços têm sido constantemente envidados para aprimorar os processos e controles, sempre visando segurança e mitigação de riscos na execução das rotinas e ganhos de competitividade.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3 – Alterações significativas nos principais riscos de mercado

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos, bem como no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4 – Outras informações relevantes

Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, mantendo uma politica de baixo nível de alavancagem, desta forma protegendo seu capital de oscilações da política econômica do governo, maximizando o valor para o acionista.
A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode adequar a política de pagamento de dividendos aos acionistas.
A política de dividendos da Companhia pode incluir os incentivos fiscais relacionados aos programas Provin e Proapi na base de cálculo dos dividendos, desde que não haja impacto nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital da Companhia. Para 2014 a política de dividendos esta mencionada no item 3.9. Não houve impactos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013.

Em milhares de reais	Consolidado		
	2011	2012	2013
Caixa e equivalentes de caixa	61.518	14.489	39.360
Aplicações financeiras	854.062	859.421	694.605
(-) Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	(110.674)	(137.963)	(117.736)
Posição financeira líquida	**804.906**	**735.947**	**616.229**

Apresentamos a exposição da Companhia ao risco de crédito e risco de liquidez:

a) Risco de crédito:

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - A exposição da Companhia aos riscos de contraparte em instituições financeiras está demonstrada a seguir:

Em milhares de reais	Consolidado		
	2011	2012	2013
Caixa e equivalentes de caixa			
Disponibilidades	5.796	7.914	25.531
Aplicações financeiras	55.722	6.575	13.829
Total de caixa e equivalentes	**61.518**	**14.489**	**39.360**
Aplicações financeiras			
Títulos ao valor justo por meio do resultado	2.811	183.989	119.548
Títulos disponíveis para venda	341.618	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	509.633	675.432	575.057
Total de aplicações financeiras	**854.062**	**859.421**	**694.605**
Total	**915.580**	**873.910**	**733.965**

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários. As aplicações financeiras classificadas como valores equivalentes a caixa estão representadas por investimentos de curto prazo, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

As aplicações financeiras são classificadas em “Títulos disponíveis para venda” “Títulos ao valor justo através do resultado” e “Títulos mantidos até o vencimento”, conforme a estratégia de investimentos da Companhia, e possuem liquidez imediata.

Contas a receber – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, perdas estimadas para liquidações duvidosas, desconto pontualidade e ajuste a valor presente.

A exposição do risco de crédito com clientes está demonstrada a seguir:

Em milhares de reais	Valor contábil/ Valor justo		
	2011	2012	**2013**
Contas a receber de clientes	624.586	806.149	**900.048**

5.4 - Outras informações relevantes

5.4 – Outras informações relevantes

Em milhares de reais	Consolidado		
	2011	2012	2013
Títulos a vencer	616.564	793.984	902.975
Títulos vencidos até 30 dias	32.244	45.663	40.242
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	5.269	4.742	4.017
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	2.492	670	1.072
Títulos vencidos há mais de 91 dias	22.582	23.238	7.493
Soma	**679.151**	**868.297**	**955.799**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.458)	(18.859)	(3.489)
Provisão para descontos por pontualidade	(29.231)	(35.205)	(39.013)
Ajustes a valor presente – AVP	(8.876)	(8.084)	(13.249)
Total	**624.586**	**806.149**	**900.048**

Mais detalhes vide nota 7-Contas a receber de clientes das respectivas Demonstrações financeiras.

b) Risco de liquidez:

A Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa, o que torna os riscos de liquidez inexpressivos na opinião da administração. O risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos) pode ser avaliado conforme demonstração a seguir:

Em milhares de reais	2011			2012			2013		
	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total
Financiamento ativo fixo	476	3.178	**3.654**	474	2.710	**3.184**	474	2.241	**2.715**
Capital de giro	94.028	-	**94.028**	120.894	-	**120.894**	97.122	-	**97.122**
Financ. – Proapi e Provin	3.047	9.945	**12.992**	2.215	11.670	**13.885**	4.313	13.586	**17.899**
	97.551	**13.123**	**110.674**	**123.583**	**14.380**	**137.963**	**101.909**	**15.827**	**117.736**

Em milhares de reais	2011			2012			2013		
	Projeção incluindo juros futuros			Projeção incluindo juros futuros			Projeção incluindo juros futuros		
	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total
Financiamento ativo fixo	630	3.666	**4.296**	607	3.066	**3.673**	585	2.486	**3.071**
Capital de giro	94.355	-	**94.355**	135.752	-	**135.752**	102.172	-	**102.172**
Financ. – Proapi e Provin	3.196	11.927	**15.123**	2.274	13.775	**16.049**	4.433	16.074	**20.507**
	98.181	**15.593**	**113.774**	**138.633**	**16.841**	**155.474**	**107.190**	**18.560**	**125.750**

Contas a pagar – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.

Em milhares de reais	Valor contábil		
	2011	2012	2013
Fornecedores	27.011	56.806	39.792

A posição de ativos líquidos e valores a receber de clientes já foram demonstrados no item Risco de Crédito descrito anteriormente.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	25/02/1971
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade empresária limitada e transformada em sociedade por ações em 26/11/1979.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	26/10/2004

6.3 - Breve histórico

6.3 – Breve histórico

Plásticos Grendene Ltda foi constituída em 25 de fevereiro de **1971**, originalmente sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com o objetivo de operar no ramo de industrialização de plásticos em geral. Na época da constituição da Companhia, suas atividades estavam voltadas para a **fabricação de embalagens plásticas para garrafões de vinho**, uma inovação num mercado que até então apenas produzia tais embalagens em vime.

Em **1976** a Companhia ampliou suas atividades iniciando a **fabricação de peças de plástico para máquinas e implementos agrícolas** e, em seguida, se tornou fornecedora de **componentes para calçados**, tais como solados e saltos. Foi pioneira na utilização da poliamida (nylon) como matéria-prima para a fabricação de tais componentes. Em **1979**, já com a denominação social de **Grendene S.A.**, lançou as **primeiras sandálias** com a marca ***Nuar*** e no mesmo ano as sandálias da marca ***Melissa***.

Em busca de condições mais competitivas em termos de custo de mão de obra e das vantagens decorrentes de incentivos fiscais, houve a migração da produção da serra gaúcha no Rio Grande do Sul, inicialmente para a capital do Ceará, Fortaleza (1990) e gradualmente foram sendo construídas fábricas em pleno agreste do Estado, em Sobral (1993), que passou a ser a sede social e Crato (1997), em condições bastante diversas em termos de cultura, adversas em termos de clima, infraestrutura mínima à época e com mão de obra local não especializada na indústria de calçados e menos ainda na indústria específica de calçados injetados, que utilizam equipamentos sofisticados e automatizados. Em 2007 mais uma nova fábrica entrou em produção no sul da Bahia, em Teixeira de Freitas, a MHL Calçados Ltda.

Ao longo dos anos a Companhia desenvolveu **marcas próprias reconhecidas e de sucesso**, como: **Melissa, Rider, Grendha, Ipanema, Ilhabela, Zaxy, Cartago, Pega Forte, Zizou, Grendene Kids** e **Grendene Baby**. Além disso, também se utiliza de marcas de terceiros e licenciamentos de celebridades e personagens do universo infanto-juvenil como: **Gisele Bündchen, Shakira, Ivete Sangalo, Paula Fernandes, Xuxa, Guga Kuerten, Mormaii, Senninha, Hot Wheels, Barbie, Hello Kitty, Homem Aranha e as principais licenças da Disney.**

A Grendene é totalmente integrada, com capacidade instalada total de 250 milhões de pares/ano em suas seis unidades industriais, compostas por 13 fábricas de calçados, uma matrizaria e uma fábrica de PVC para consumo próprio.

Em linha com a estratégia da Companhia de ampliar e fortalecer o relacionamento da marca com os seus clientes e consumidores, a marca *Melissa* conta com duas lojas conceito "*Galeria Melissa*", uma em São Paulo e uma em New York, *Showroom*, em Milão, que assumiu a gestão e distribuição dos produtos da marca na Itália e com uma rede de franquias de mais de 120 lojas "*Clube Melissa*" no Brasil. A Casa Ipanema abriu as portas do espaço de convivência da marca com seus clientes em fevereiro de 2014, no Rio de Janeiro.

Em 2013 firmou parceria com Philippe Starck e outros sócios e constituiu a empresa controlada **A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. (A3NP)**, para produzir em escala industrial produtos feitos a partir do plástico, com design sofisticado e custo acessível para classe média. A **A3NP** apresentou os seus primeiros produtos ao mercado com a marca **TOG,** em abril de 2014, em evento paralelo ao *Salone Internazionale del Mobile*, que ocorreu em Milão. A expectativa é que as vendas iniciem no segundo semestre de 2014. O logo da marca "**TOG**" é uma redução de "ALLCREATORSTOGETHER" e representa o conceito de negócios a ser adotado. A **TOG** será um player de design e criatividade desenvolvendo uma plataforma de criação e customização de produtos inovativos reunindo criadores de diversas tendências e diferentes locais.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5 – Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Os principais eventos societários envolvendo a Grendene S.A. em 2011, 2012 e 2013 estão descritos a seguir:

Grendene UK Limited

Empresa constituída em 16 de abril de 2013, no Reino Unido, cuja atividade principal é a comercialização de varejo e atacado de produtos Grendene e de terceiros. A Grendene detém o controle de 100% do capital total.

Grendene Italy S.R.L.

Empresa constituída em 13 de setembro de 2013, na Itália, cuja atividade principal é a distribuição dos produtos Melissa nesse país. A Grendene UK Limited detém o controle de 100% do capital total.

A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. (A3NP)

Empresa constituída no Brasil, em 15 de maio de 2013, cuja atividade principal é a industrialização, comércio, importação e exportação de móveis, peças e armações de acrílico, polipropileno, policarbonato, copolímero de polietileno termoplástico, ligas metálicas de alumínio, madeira maciça e outros materiais, para uso doméstico, industrial e comercial, bem como artefatos decorativos, utensílios em geral e vestuário. A Grendene detém 42,5% do capital total, equivalente a 50,1% do capital votante.

Z Plus Eur Company S.R.L.

Empresa adquirida pela A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. em 29 de julho de 2013, cuja atividade é a produção e venda por atacado de produtos e artigos para decoração, projeto e desenvolvimento de protótipos, coordenação da produção, prestação de serviços conexos ao sistema de controle de qualidade e coordenação entre as atividades de projeto e de produção. A A3NP detém o controle de 100% do capital total.

Reestruturação societária do grupo controlador

A Grendene S.A. foi comunicada em 30 de julho de 2013, que em decorrência das transferências de ações da Companhia, de Alexandre G. Bartelle Participações S.A. (“AGBPar”) para Alexandre Grendene Bartelle (“Alexandre”) e de Verona Negócios e Participações S.A. (“Verona”) para Pedro Grendene Bartelle (“Pedro”), Maria Cristina Nunes de Camargo (“Maria Cristina”), Pedro Bartelle (“Pedro Filho”) e Giovana Bartelle Velloso (“Giovana”), através de redução de capital da AGBPar e da Verona, foi celebrado e arquivado, na sede da Companhia, instrumento particular de aditamento ao acordo de acionistas da Grendene S.A., celebrado em 06 de outubro de 2004, entre AGBPar, Verona e Grendene Negócios S.A., com a anuência da Companhia, de Alexandre, Pedro, Maria Cristina, Pedro Filho e Giovana, visando apenas refletir as transferências de ações mencionadas, incluindo as pessoas físicas como partes integrantes do acordo de acionistas, apesar de as mesmas já serem anteriormente intervenientes anuentes do referido acordo, tendo sido ratificados e mantidos integralmente todos os termos e condições originalmente estabelecidos, mantendo inalterado o grupo controlador, detentor em conjunto 74,05370% do capital social da Companhia, e mantendo-se a mesma estrutura administrativa da Companhia.

Apresentamos a seguir o quadro acionário da Companhia, antes e após a reestruturação acionária efetuada pelos acionistas controladores.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5 – Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Quadro acionário em 30/06/2013 – Antes da reestruturação acionária do grupo de controle.

Acionistas	30/06/2013	
	Quant. Ações ON	% Part.
Alexandre G.Bartelle Participações S.A. *(*)*	90.000.000	29,928172%
Verona Negócios e Participações S.A. *(*)*	72.000.000	23,942538%
Grendene Negócios e Participações S.A. *(*)*	60.300.000	20,051875%
Pedro Grendene Bartelle *(*) (**)*	222.300	0,073923%
Alexandre Grendene Bartelle *(*) (**)*	149.457	0,049700%
Giovana Bartelle Veloso *(*)*	22.400	0,007449%
Administradores (exceto acionistas controladores)	797.246	0,265112%
Ações em circulação	77.228.597	25.681231%
Total de ações emitidas	**300.720.000**	**100,000000%**

O Capital Social da Companhia é representado somente por ações ordinárias.
(*) Faz parte do acordo de acionistas.
(**) Membros do Conselho de Administração.

Quadro acionário em 30/07/2013 – Após a reestruturação acionária do grupo de controle.

Acionistas	30/07/2013	
	Quant. Ações ON	% Part.
Grendene Negócios e Participações S.A. *(*)*	60.300.000	20,051875%
Alexandre G.Bartelle Participações S.A. *(*)*	60.000.000	19,952115%
Verona Negócios e Participações S.A. *(*)*	50.200.000	16,693269%
Alexandre Grendene Bartelle *(*) (**)*	30.149.457	10,025757%
Pedro Grendene Bartelle *(*) (**)*	11.139.740	3,704356%
Maria Cristina Nunes de Camargo *(*)*	5.441.280	1,809417%
Giovana Bartelle Veloso *(*)*	2.743.040	0,912157%
Pedro Bartelle *(*)*	2.720.640	0,904709%
Administradores (exceto acionistas controladores)	797.246	0,265112%
Ações em circulação	77.228.597	25,681231%
Total de ações emitidas	**300.720.000**	**100,000000%**

O Capital Social da Companhia é representado somente por ações ordinárias.
(*) Faz parte do acordo de acionistas.
(**) Membros do Conselho de Administração.

Demonstramos a seguir o quadro acionário da Companhia em 31 de dezembro de 2013.

Acionistas	31/12/2013	
	Quant. Ações ON	% Part.
Grendene Negócios e Participações S.A. *(*)*	60.300.000	20,051875%
Alexandre G.Bartelle Participações S.A. *(*)*	60.000.000	19,952115%
Verona Negócios e Participações S.A. *(*)*	50.200.000	16,693269%
Alexandre Grendene Bartelle *(*) (**)*	30.149.457	10,025757%
Pedro Grendene Bartelle *(*) (**)*	11.139.740	3,704356%
Maria Cristina Nunes de Camargo *(*)*	5.441.280	1,809417%
Giovana Bartelle Veloso *(*)*	2.743.040	0,912157%
Pedro Bartelle *(*)*	2.720.640	0,904709%
Administradores (exceto acionistas controladores)	486.981	0,161938%
Ações em tesouraria	547.000	0,181897%
Ações em circulação	76.991.862	25,602508%
Total de ações emitidas	**300.720.000**	**100,000000%**

O Capital Social da Companhia é representado somente por ações ordinárias.
(*) Faz parte do acordo de acionistas.
(**) Membros do Conselho de Administração.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6 – Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não houve pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7 – Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1 – Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A Grendene é uma das maiores produtoras mundiais de calçados. Possui tecnologia proprietária e exclusiva na produção de calçados para os públicos feminino, masculino e infantil e é totalmente integrada, com capacidade instalada de 250 milhões de pares/ano (800.000 pares/dia) em suas seis unidades industriais, compostas por 13 fábricas de calçados, matrizaria e fábrica de PVC para consumo próprio na produção de calçados; com uma logística de distribuição que atinge desde distribuidores a varejistas tradicionais e não tradicionais em todo o território nacional e no exterior.

A Companhia vende seus produtos por meio de representantes comerciais, distribuidores, exportações diretas e via subsidiárias no exterior, Grendene USA, Inc. (EUA), Grendene Argentina S.A. (Argentina), Grendene UK Limited (Reino Unido) e Grendene Italy S.R.L. (Itália) atingindo cerca de 20 mil pontos de venda fora do País e 60 mil no mercado brasileiro, além de uma área de vendas separada e distribuição seletiva para a marca Melissa. As receitas são obtidas principalmente pela comercialização de produtos no mercado interno (cerca de 80% da Receita Bruta) sendo o restante (cerca de 20% da Receita Bruta) fruto de exportações para mais de 90 países.

Em linha com a estratégia da Companhia de ampliar e fortalecer o relacionamento da marca com os seus clientes e consumidores, a marca Melissa conta com duas lojas conceito “Galeria Melissa”, uma em São Paulo e uma em New York, Showroom, em Milão, que assumiu a gestão e distribuição dos produtos da marca na Itália e com uma rede de franquias de mais de 120 lojas “Clube Melissa” no Brasil. Já a marca Ipanema abriu as portas do espaço de convivência da marca com seus clientes em fevereiro de 2014, no Rio de Janeiro.

Os diferenciais competitivos são fundamentados na missão, visão e nos valores que norteiam a Grendene:

Missão

Fazer moda democrática, respondendo rapidamente às necessidades do mercado e gerando retorno atrativo para a empresa e seus parceiros.

Visão

Ser a empresa mais rentável do mundo entre as organizações líderes do setor.

Valores

LUCRO – O lucro é essencial e insubstituível para a continuidade da Grendene e a manutenção dos empregos.

COMPETITIVIDADE – Produtividade crescente – custos e despesas em exame e redução constante.

INOVAÇÃO E AGILIDADE – Antecipar-se às dificuldades, inovar e fazer melhor.

ÉTICA – Integridade, Respeito e Transparência – Pensar, Falar e Agir.

A Grendene possui vantagens competitivas inigualadas pela concorrência fundamentadas em larga escala de produção; eficiência, rapidez e versatilidade na produção; tecnologia própria, exclusiva e de última geração; preços competitivos; marcas e design próprios; pesquisa e desenvolvimento, inovação constante, marketing agressivo; propaganda e publicidade com apelo emocional utilizando celebridades e licenciamentos de marcas de terceiros. Além disso, oferece aos consumidores um portfólio diversificado de produtos, na média, com cerca de 180 modelos de calçados disponíveis a cada coleção o que resultou em 1017 novos produtos em 2013.

Descrevemos a seguir o artigo 2º do Estatuto Social da Grendene S.A., o qual estabelece o objeto social da Companhia.

“A Companhia tem por objeto social:

(i) a industrialização, comercialização, exportação e importação de (a) calçados e artigos do vestuário em geral; (b) componentes e partes para calçados e artigos de vestuário em geral; (c) matrizes e moldes para o setor de calçados, artigos de vestuário e plásticos em geral; (d) PVC, resinas, óleos plastificantes, EVA e demais matérias primas e insumos utilizados na fabricação de calçados em geral; (e) acessórios, perfumaria, cosméticos, joias, relógios, óculos, jogos, brinquedos, brindes e materiais promocionais associados aos produtos produzidos pela sociedade; (f) EPI - Equipamentos de Proteção Individual.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1 – Descrição das atividades do emissor e suas controladas

(ii) a prestação de serviços, inclusive na área de informática, concernentes às atividades descritas no item (i) acima;

(iii) a importação de máquinas industriais e respectivos acessórios, bem como equipamentos, ferramentas especiais e aparelhos relacionados com o objeto social da sociedade;

(iv) a participação no capital de outras sociedades, no Brasil ou exterior, como sócia, quotista ou acionista, mediante aplicação de recursos próprios ou de incentivos fiscais."

A Grendene também detém investimento na **A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.** (**A3NP**), empresa controlada, através da participação de 42,5% no capital total, equivalente a 50,1% do capital votante da empresa.

A empresa foi constituída em 15 de maio de 2013 e tem sua sede localizada no estado de São Paulo, Brasil. As atividades se concentram na industrialização, comercialização, importação e exportação de móveis e complementos a partir do plástico. A comercialização dos produtos ocorrerá com a marca "**TOG**", cujo logo é uma redução de "AllCreatorsTogether" e representa o conceito de negócios a ser adotado. A TOG será um player de design e criatividade desenvolvendo uma plataforma de criação e customização de produtos inovadores reunindo criadores de diversas tendências e diferentes locais. A marca foi apresentada à imprensa especializada em Milão no dia 7 de abril de 2014, em evento paralelo ao *Salone Internazionale del Mobile*, em sua *flagship temporária*, com 21 famílias de produtos desenvolvida por um time de designers reconhecidos internacionalmente: *Sebastian Bergne*, *Jon Bui Quang Da*, *Sam Hecht + Kim Colin*, *Ambroise Maggiar*, *Nicola Rapetti*, *Dai Sugasawa* e *Philippe Starck*.

A Companhia deve iniciar a geração de receitas a partir do segundo semestre de 2014.

Descrevemos a seguir o artigo do Estatuto Social da A3NP, o qual estabelece o objeto social da Companhia.

"Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social: (a) O Comércio, importação e exportação de móveis, peças e armações de acrílico, polipropileno, policarbonato, copolímero de polietileno termoplástico, ligas metálicas de alumínio extrudado e fundido, madeira maciça e outros materiais, para uso doméstico, industrial e comercial, bem como de artefatos decorativos de plástico, acrílico e outros materiais, utensílios funcionais em geral, vestuário em geral, bem como mobiliário solto, tais como sofás e cadeiras; (b) Prestação de serviços de instalação, montagem, locação e decoração, por conta própria ou de terceiros; (c) Representação comercial por conta própria ou de terceiros, bem como serviços de cadastramento e levantamento de dados; (d) A importação de máquinas industriais, seus acessórios, partes e componentes, bem como equipamentos, ferramentas especiais e aparelhos relacionados com o objeto social da Companhia; e (e) Participação em outras empresas, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, com ou sem controle acionário."

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2 – Informações sobre segmentos operacionais

a. Produtos e serviços comercializados:
Calçados

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Em milhares de reais	2011	% RL	2012	% RL	2013	% RL
Mercado interno	1.147.487	77,4%	1.417.324	75,3%	1.640.068	75,0%
Mercado externo	335.149	22,6%	465.002	24,7%	547.196	25,0%
Receita líquida de vendas	**1.482.636**	**100,0%**	**1.882.326**	**100,0%**	**2.187.264**	**100,0%**

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Em milhares de reais	2011	% LL	2012	% LL	2013	% LL
Mercado interno	254.501	83,3%	325.057	75,8%	325.745	74,1%
Mercado externo	50.945	16,7%	103.946	24,2%	107.795	24,9%
Lucro líquido do exercício	**305.446**	**100,0%**	**429.003**	**100,0%**	**433.540**	**100,0%**

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3 – Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. Características do processo de produção

O processo produtivo é diferenciado, com um parque fabril moderno, produção em escala e verticalizada, representando um diferencial competitivo no mercado. A Companhia sempre desenvolveu seus calçados pelo processo de injeção de termoplásticos. É uma tecnologia proprietária, desenvolvida em mais de 30 anos de experiência, que inclui o desenvolvimento próprio de matrizes, a formulação de PVC na própria fábrica e a produção automatizada de calçados, com a fusão do cabedal e dos componentes ao solado do calçado durante o processo de injeção. A produção da totalidade do PVC – principal matéria-prima – na própria fábrica permite desenvolver, com maior flexibilidade e sem depender de terceiros, formulações específicas para cada tipo de componente e cada tipo de calçado. Possibilita também corrigir rapidamente eventuais problemas identificados na matéria-prima durante o processo produtivo. As máquinas e os equipamentos, adquiridos de fornecedores, são adaptados e montados pela equipe da Grendene de acordo com especificações próprias e mantidas como segredo industrial.

Eventuais problemas de fornecimento de energia são evitados pela manutenção de geradores próprios.

Com isso, a produção torna-se mais econômica, rápida, diferenciada e de melhor qualidade, com grande volume em curto espaço de tempo, enquanto a maior parte dos concorrentes utiliza produção manufaturada (montagem), que é a forma tradicional de produzir calçados. Assim, no caso da Companhia, é possível criar rapidamente modelos diferenciados ou retirar modelos do mercado, respondendo às tendências da moda e à aceitação dos produtos pelos consumidores.

O resultado dessa estrutura de produção é um calçado de alta qualidade, com elevada competitividade em custo gerando retorno atrativo para a Companhia e seus parceiros.

Produção anual x capacidade instalada

Grendene (milhões de pares)	2011	2012	2013
Produção anual	150	185	216
Capacidade Instalada	200	200	250

b. Características do processo de distribuição

A Grendene possui um sistema de logística que permite uma distribuição nacional e internacional em diferentes canais de vendas. Atende o mercado brasileiro por meio de representantes comerciais e o mercado externo, tanto por meio das subsidiárias no exterior (a Grendene USA, Inc. (Estados Unidos), Grendene UK Limited (Reino Unido), Grendene Italy S.R.L. (Itália) e a Grendene Argentina S.A. (Argentina), quanto por meio de distribuidores e de exportações diretas para grandes clientes. A distribuição dos produtos fica a cargo de transportadoras terceirizadas.

Atua em mais de 90 países, com uma base acima de 60.000 pontos de venda no Brasil e 20.000 no exterior.

c. Características dos mercados de atuação

O Brasil que já foi o maior fabricante mundial de calçados, na década de 1970 – atua no setor há mais de 150 anos – caracterizado por empresas pequenas (estimados 8 mil fabricantes) intensivas em mão de obra, ocupa hoje o terceiro lugar no ranking dos produtores detendo importante participação no segmento de calçados que alia qualidade e design a preços competitivos.

Dados gerais da indústria
Cerca de 8 mil **empresas produtoras de calçados**
Geração de mais de **348.000 empregos diretos**
Produção de 908 milhões de pares* em 2013 (864 milhões de pares em 2012)
Brasil é o 3º maior **Produtor Mundial**
Consumo aparente no mercado interno: 824 milhões de pares* e 4,2 pares per capita* / ano em 2013 (787 milhões e 4,0 pares em 2012)
Exportação: 123 milhões de pares para mais de 140 países em 2013 (8,5% vs. 2012)
Fonte: *IEMI/RAIS/ABICALÇADOS/SECEX / (*) Números estimados pela Grendene*

A exemplo dos últimos anos, 2013 foi difícil, iniciando com grandes esperanças e deteriorando-se ao longo de todo ano para terminar em um nível de atividade fraco. Ainda assim, segundo estimativas preliminares o consumo e produção de calçados se recuperaram crescendo em torno de 4,7% e 5,1% respectivamente. Observamos novamente neste ano a expectativa de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3 – Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

crescimento do PIB caindo em sintonia com muitos outros indicadores macroeconômicos que se deterioraram tais como, inflação, juros subindo e câmbio muito volátil. Os custos no Brasil subiram de forma generalizada nos afetando especialmente o aumento de preços das tintas, embalagens, fretes e resinas termoplásticas.

Os juros mantidos artificialmente baixos em boa parte do ano contribuíram para diminuir nossos resultados financeiros por outro lado sua elevação deve contribuir para nossos resultados financeiros em 2014. Entretanto, embora o consumidor esteja menos endividado, os juros mais altos podem ter um impacto em sua renda disponível no ano que se inicia afetando negativamente o consumo no país. A boa notícia foi a manutenção do nível de renda dos consumidores e, para as exportações, a moeda brasileira mais desvalorizada. A Grendene tem maior fluxo de receita em dólares do de que custos e a tendência prevista de um real mais desvalorizado em 2014 é positiva para a empresa.

Em 2013 as exportações brasileiras de calçados voltaram a crescer, mas mesmo assim nossa participação no total de exportações manteve tendência de aumento. Também as importações cresceram afetando principalmente o setor de calçados esportivos que a Grendene não compete.

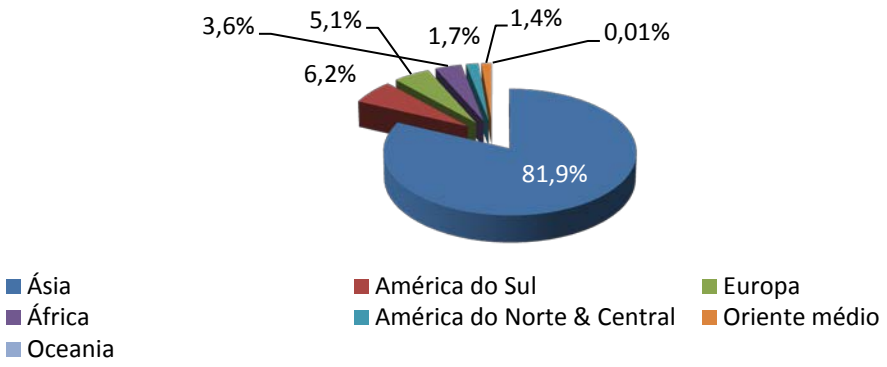
Cumpre observar que apesar do crescimento das importações, em nenhum momento dos últimos cinco anos elas ultrapassaram 6% do consumo aparente no mercado interno e os produtos importados se concentram nos segmentos menos ligados à moda, uma vez que o tempo para o fornecimento de produtos importados é muito maior que aqueles praticados pelos fornecedores locais e a moda é um produto altamente “perecível”.

Produção Brasileira de Calçados e Consumo Aparente (milhões de pares)

Brasil	2011	2012	2013
Produção	819	864	908*
Importação	34	36	39
Exportação	113	113	123
Consumo aparente	740	787	824*
Consumo per capita (pares)	3,8	4,0	4,2*

*Fonte: IEMI / SECEX / Abicalçados / *Números estimados pela Grendene*

Distribuição da produção de calçados por continente em 2011



País	Produção 2011 (milhões de pares)
China	10.503
Índia	2.250
Brasil	819
Vietnã	707
Indonésia	640
Outros	3.498
Total	**18.417**

Os cinco principais países produziram 14.919 milhões de pares, equivalente a 81% da produção mundial.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3 – Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

I. Participação em cada um dos mercados

A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de calçados para o mercado interno e externo.

Em função de produzir unicamente calçados, para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia, embora sejam destinados a diversos públicos (masculino, feminino, infantil e de massa) não são controlados e gerenciados pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

As vendas consolidadas no mercado interno e externo estão assim representadas:

	2011	2012	2013
Vendas brutas (Em milhares de reais)			
Mercado interno	1.489.883	1.845.402	2.146.918
Mercado externo	356.823	479.048	564.445
	1.846.706	**2.324.450**	**2.711.363**

As informações de vendas brutas no mercado externo, por segmento geográfico, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, ou seja, tendo por base as vendas realizadas pela controladora no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior (a Grendene USA e a Grendene Argentina, nos Estados Unidos e na Argentina, respectivamente), e podem ser assim apresentadas:

	2011	2012	2013
Vendas brutas mercado externo a partir do (Em milhares de reais):			
Brasil	289.638	357.749	452.116
Estados Unidos	10.574	19.024	23.674
Argentina	56.611	102.275	88.349
Reino Unido	-	-	306
	356.823	**479.048**	**564.445**

As vendas são pulverizadas e são equilibradamente distribuídas nos mercados nacional e internacional, sem dependência de um mercado específico. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% das vendas.

Por essa razão, eventual queda nas vendas de um determinado calçado, pode não representar significativo efeito adverso nos resultados, que poderá ser compensado com um melhor resultado em outro produto.

A Grendene esta presente no Brasil e no exterior e é referência em inovação, qualidade e processos de produção, globalização das marcas próprias, correta segmentação de mercados, adequada leitura de tendências do mercado e forte investimento em múltiplas mídias.

II. Condições de competição nos mercados

O Brasil é o principal mercado dos produtos da Grendene, sendo responsável por 79,2% da receita bruta e 76,6% dos calçados vendidos em 2013. A Grendene se faz presente em todos os Estados do país e esta corretamente posicionada nos mercados em atua.

Os diferenciais competitivos da Grendene são a força das marcas (*Melissa, Rider, Grendha, Ipanema, Ilhabela, Zaxy, Cartago, Pega Forte, Zizou, Grendene Kids e Grendene Baby*), licenciamentos, capacidade de inovação e marketing, processo produtivo diferenciado, sólida estrutura de capital e forte geração de caixa.

d. Eventual sazonalidade

A Companhia tem maior demanda durante os meses de setembro a dezembro de cada ano, que coincide com as vendas relacionadas com festas de final de ano. Entre maio e julho temos menor demanda por nossos produtos em função do inverno na região Sul e Sudeste do Brasil.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3 – Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

e. Principais insumos e matérias primas

As nossas principais matérias primas e insumos são a Resina de PVC e os óleos plastificantes.

I. Descrição das relações mantidas com fornecedores inclusive se está sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

Na Grendene observamos especificações rigorosas para a escolha de nossos fornecedores, baseados não somente na qualidade e preço, mas também na reputação e situação financeira. Os termoplásticos e óleos plastificantes, nossas principais matérias primas, são regulados por diversas legislações e/ou normas técnicas.

São exigências dos mercados brasileiro, norte-americano e europeu o atendimento às legislações que tratam de substâncias químicas restritas nestes mercados. Os órgãos/legislações nesses mercados são:

- Brasil: IPT
- Estados Unidos: CPSIA – Consumer Product Safety Improvement Act
- Comunidade Europeia: REACH - Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals

A aquisição dos demais insumos e das matérias primas não está sujeita a controle ou regulamentação governamental.

II. Eventual dependência de poucos fornecedores.

Não temos dependência de fornecedores. A escala de produção da Grendene permite que se pesquise no mundo inteiro a matéria-prima, comprá-la em grandes quantidades e negociar um preço baixo. (Ver item 4 Fatores de Risco).

III. Eventual volatilidade em seus preços.

A matéria prima básica adquirida no mercado é a resina de PVC, cujo preço é definido no mercado internacional em função do equilíbrio entre oferta e demanda. (Ver item 4 Fatores de Risco).

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4 – Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Não temos concentração de vendas e isoladamente nenhum cliente é responsável por mais de 5% da receita líquida.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5 – Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Companhia possui licenças de funcionamento de todas as suas unidades. Além disso, a Companhia possui licenças ambientais válidas para todas as suas unidades industriais e cumpre rigorosamente as condições dos órgãos cedentes.

Atendemos todas as condicionantes referentes ao monitoramento dos controles ambientais, tais como: automonitoramento dos parâmetros de efluentes sanitários e industriais, automonitoramento sobre a geração e destinação final dos resíduos e automonitoramento dos parâmetros de emissões atmosféricas.

b. Política ambiental e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental

Constantemente os produtos Grendene são submetidos a testes laboratoriais para controle de formulação cujos resultados podem ser compartilhados quando solicitados por seus clientes.

Os produtos Grendene são concebidos em sua essência e design com a preocupação relativa à minimização de resíduos e manufaturabilidade ao menor custo. Outro ponto a ser ressaltado é que o PVC produzido pela Grendene **não usa estabilizantes que contenham metais pesados,** seguindo rígidas normas técnicas e legislações.

O foco prioritário de nossas ações ambientais em 2012/2013 foi o aumento de eficiência no tratamento e reuso de efluentes industriais e sanitários, reduzindo significativamente o impacto ambiental das operações, principalmente com relação às ações nas operações industriais, que estão relacionadas às reduções dos custos ambientais e de riscos. Destacam-se nelas as seguintes ações:

- Instalação e operação das Estações de Tratamento Biológico (ETEB) inicialmente na matriz (Sobral), com capacidade de tratar aproximadamente 700 m^3 dia, como taxa de remoção de 99% de carga orgânica e 100% de micro-organismos patogênicos. No processo da ETEB não são adicionados produtos químicos e todo o gás metano (CH_4) gerado nos reatores anaeróbios, serão utilizados para alimentar o gerador que gerará energia elétrica para toda ETEB, ou seja, ela será autossustentável. Atualmente todo o efluente da ETEB é reutilizado para irrigação, para alguns processos industriais e ainda será utilizado nos sanitários da unidade. A ETEB tem alta tecnologia embarcada, alta eficiência no tratamento e baixo custo operacional.

No ano de 2013, as ações foram focadas na conclusão de obras estruturais, entre elas a finalização das E.T.E.Bs (Estações de Tratamento de Efluentes Biológicos) das unidades de Crato e Fortaleza, que iniciaram as suas operações, nos meses de janeiro e fevereiro de 2014, respectivamente.

Mantivemos atenção especial ao consumo de água, consumo de energia e geração de resíduos. As ações desenvolvidas geraram não apenas redução de custos e riscos operacionais como também um menor impacto ambiental.

Alguns resultados de 2013 que podem ser destacados, no comparativo com o ano de 2012, são as seguintes **reduções**:

1) 6,54% de consumo de água por par produzido;
2) 4,42% de consumo de energia por par produzido;
3) 5,40% de geração de resíduos por par produzido;

Para a redução do consumo de água a empresa investiu em novos hidrômetros para monitoramento online e contou com o reuso de efluente tratado das estações de tratamento de efluentes sanitários na irrigação das áreas verdes da Unidade de Sobral (100% das áreas irrigadas).

Os gastos (investimentos e despesas) em gestão ambiental foram:

R$ Milhões	2011	2012	2013
Investimentos e despesas em gestão ambiental	3,5	3,4	5,3

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5 – Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

c. Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Ao final de 2013, a Companhia detinha o registro definitivo de 369 marcas no Brasil (e mais 143 pedidos de registro) e 651 registros de marcas no exterior, em 112 países (294 pedidos de registro em andamento).

Marcas	Total	Brasil	Exterior	Nº de países*
Pedido de registro	**437**	143	294	**118**
Registrado	**1.020**	369	651	**112**
Patentes - Geral	**Total**	**Brasil**	**Exterior**	**país(es)***
Pedidos de Registro	**593**	468	125	**36**
Registro	**932**	771	161	**38**
Desenhos industriais	**Total**	**Brasil**	**Exterior**	**país(es)***
Pedido de registro	**567**	442	125	**36**
Registro	**907**	746	112	**38**
Modelos de utilidades	**Total**	**Brasil**	**Exterior**	**país(es)***
Pedido de registro	**12**	12	0	**0**
Registro	**16**	16	0	**0**
Patentes industriais	**Total**	**Brasil**	**Exterior**	**país(es)***
Pedido de registro	**14**	14	0	**0**
Registro	**9**	9	0	**0**
** Não inclui o Brasil*				

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6 – Receitas relevantes provenientes do exterior

a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

As vendas no mercado nacional são efetuadas por meio de representantes comerciais, com uma base acima de 60.000 pontos de venda. Não há clientes que individualmente representem mais do que 5% das vendas.

Em milhares de reais	2011	% RL	2012	% RL	2013	% RL
Mercado Interno	1.147.487	77,5%	1.417.324	75,3%	1.640.068	75,0%
Receita líquida de vendas	1.481.062	100,0%	1.882.326	100,0%	2.187.264	100,0%

b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

As exportações são realizadas para mais de 90 países e são bastante pulverizadas, com uma base acima de 20.000 pontos de venda, não havendo dependência significativa de nenhum cliente, país ou moeda. Não há clientes que individualmente representem mais do que 5% das vendas.

c. Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Em milhares de reais	2011	% RL	2012	% RL	2013	% RL
Exportação	333.575	22,5%	465.002	24,7%	547.196	25,0%
Receita líquida de vendas	1.481.062	100,0%	1.882.326	100,0%	2.187.264	100,0%

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7 – Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Grendene está sujeita às normas aduaneiras e Leis dos cerca de 90 países para os quais exporta. A imposição de cotas ou tarifas de importação por parte destes países podem afetar nossas exportações para estes mercados.

Como nossos produtos utilizam como matérias primas principais compostos químicos – resinas de PVC e óleos plastificantes estamos também sujeitos às regras locais para a importação de produtos que utilizem como insumos compostos químicos.

As normas internacionais mais abrangentes são:

- Estados Unidos: CPSIA – Consumer Product Safety Improvement Act.
- Comunidade Européia: REACH - Registration, Evaluation, Authorization and Restriction of Chemicals.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

7.8 – Relações de longo prazo relevantes

Incentivos Fiscais
A Grendene goza de incentivos fiscais federais e estaduais relativo às suas atividades localizadas no Estado do Ceará (Vide item 4.1 – a). Os prazos de vencimento e valores dos financiamentos ligados ao Provin e Proapi podem ser visualizados no item 10.1.

Incentivo	Prazo
PROVIN	Até Abril/2025
PROAPI	Até Março/2017
Imposto de Renda	Até 2022

Relatório de Sustentabilidade
A Grendene não publica o assim chamado Relatório de Sustentabilidade. Em nossa opinião, as informações prestadas no site de Relações com Investidores, nas Demonstrações Financeiras, no Relatório da Administração e no Formulário de Referência (item 7.5 – b) atendem de forma satisfatória.

Website de Relações com Investidores
http://ri.grendene.com.br

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras
http://ri.grendene.com.br/PT/Informacoes-Financeiras/Relatorio-da-Administracao

Formulário de Referência
http://ri.grendene.com.br/PT/Informacoes-Financeiras/Arquivos-CVM

7.9 - Outras informações relevantes

7.9 – Outras informações relevantes

O segmento de móveis ainda não iniciou a produção e comercialização, portanto não gerou receitas nos exercícios sociais de 2011, 2012 e 2013.

Todas as demais informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a. Controladores Diretos e Indiretos

A tabela abaixo contém informações sobre a titularidade das ações ordinárias em 30/04/2015.

Acionistas diretos	Quant. Ações ON	% Part.
Grendene Negócios S.A.[(1)]	60.300.000	20,051875%
Alexandre G. Bartelle Participações S.A. [(1)]	60.000.000	19,952115%
Verona Neg. e Participações S.A.[(1)]	50.200.000	16,693269%
Alexandre Grendene Bartelle[(1)]	30.149.457	10,025757%
Pedro Grendene Bartelle [(1)]	7.367.940	2,450100%
Maria Cristina Nunes de Camargo [(1)]	5.956.280	1,980673%
Giovana Bartelle Veloso[(1)]	2.743.040	0,912157%
Pedro Bartelle[(1)]	2.720.640	0,904709%
Total	**219.437.357**	**72,970656%**

[(1)] Signatária do Acordo de Acionistas

Composição acionária das empresas signatárias do Acordo de Acionistas, até o nível de pessoa física:

Grendene Negócios S.A.	Quant. Ações ON	% Part.
Alexandre G. Bartelle Particip. S.A.	5.522.390	55,223900%
Verona Neg. Particip. S.A.	4.477.610	44,776100%
Total	**10.000.000**	**100,000000%**

Alexandre G. Bartelle Participações S.A.	Quant. Ações ON	% Part.
Alexandre G. Bartelle	3.285.059	99,999909%
Pedro Grendene Bartelle	1	0,000030%
Elizabeth Bartelle Laybauer	1	0,000030%
Maria de Lourdes Bartelle	1	0,000030%
Total	**3.285.062**	**100,000000%**

Verona Negócios e Participações S.A.	Quant. Ações ON	% Part.
Pedro Grendene Bartelle	2.705.100	50,080014%
Maria Cristina Nunes de Camargo	1.348.228	24,959993%
Giovana Bartelle Velloso	674.114	12,479997%
Pedro Bartelle	674.114	12,479997%
Total	**5.401.556**	**100,000000%**

b. Controladas e coligadas

A Companhia possui como controladas diretas e indiretas as seguintes empresas:

Tipo	Companhia	País	% Part. direta
Controlada direta	MHL Calçados Ltda	Brasil	99,998000%
Controlada direta	Grendene USA, Inc.	Estados Unidos	100,000000%
Controlada direta	Grendene Argentina S.A.	Argentina	95,000000%
Controlada direta	Grendene UK Limited	Reino Unido	100,000000%
Controlada direta	A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.	Brasil	42,500000%

Tipo	Companhia	País	% Part. direta
Controlada indireta	Grendene New York LLC	Estados Unidos	100,000000%
Controlada indireta	Grendene Italy S.R.L.	Itália	100,000000%
Controlada indireta	Z Plus Eur Company S.R.L.	Itália	100,000000%

c. Participações do Emissor em Sociedades do Grupo

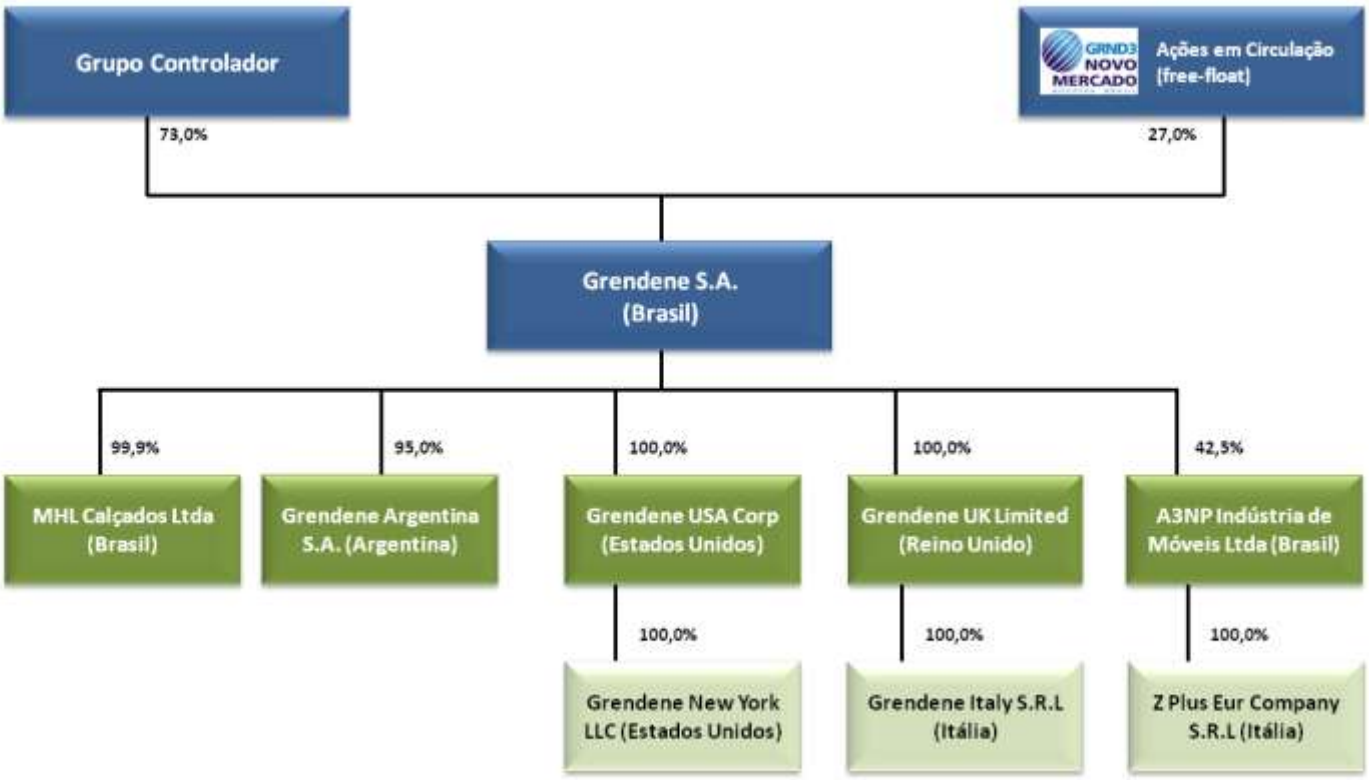
Não aplicável

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

d. Participações de Sociedades do Grupo no Emissor
Não aplicável

e. Sociedades sob Controle Comum
Não aplicável

8.2 - Organograma do Grupo Econômico



8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	**13/09/2013**
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Grendene Italy s.r.l.
Descrição da operação	Empresa constituída na Itália, cuja atividade principal é a distribuição dos produtos Melissa nesse país. A Grendene UK Limited detém o controle de 100% do capital total.
Data da operação	**30/07/2013**
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Reestruturação societária do grupo controlador
Descrição da operação	A Grendene S.A. foi comunicada que em decorrência das transferências de ações da Companhia, de Alexandre G. Bartelle Participações S.A. (“AGBPar”) para Alexandre Grendene Bartelle (“Alexandre”) e de Verona Negócios e Participações S.A. (“Verona”) para Pedro Grendene Bartelle (“Pedro”), Maria Cristina Nunes de Camargo (“Maria Cristina”), Pedro Bartelle (“Pedro Filho”) e Giovana Bartelle Velloso (“Giovana”), através de redução de capital da AGBPar e da Verona, foi celebrado e arquivado, na sede da Companhia, instrumento particular de aditamento ao acordo de acionistas da Grendene S.A., celebrado em 06 de outubro de 2004, entre AGBPar, Verona e Grendene Negócios S.A., com a anuência da Companhia, de Alexandre, Pedro, Maria Cristina, Pedro Filho e Giovana, visando apenas refletir as transferências de ações mencionadas, incluindo as pessoas físicas como partes integrantes do acordo de acionistas, apesar de as mesmas já serem anteriormente intervenientes anuentes do referido acordo, tendo sido ratificados e mantidos integralmente todos os termos e condições originalmente estabelecidos, mantendo inalterado o grupo controlador, detentor em conjunto 74,05370% do capital social da Companhia, e mantendo-se a mesma estrutura administrativa da Companhia.
Data da operação	**29/07/2013**
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	Z Plus Eur Company s.r.l. - Empresa adquirida pela A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A., cuja atividade é a produção e venda por atacado de produtos e artigos para decoração, projeto e desenvolvimento de protótipos, coordenação da produção, prestação de serviços conexos ao sistema de controle de qualidade e coordenação entre as atividades de projeto e de produção. A A3NP detém o controle de 100% do capital total.
Data da operação	**15/05/2013**
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.
Descrição da operação	Empresa constituída no Brasil, cuja atividade principal é a industrialização, comércio, importação e exportação de móveis, peças e armações de acrílico, polipropileno, policarbonato, copolímero de polietileno termoplástico, ligas metálicas de alumínio, madeira maciça e outros materiais, para uso doméstico, industrial e comercial, bem como artefatos decorativos, utensílios em geral e vestuário. A Grendene detém 42,5% do capital total, equivalente a 50,1% do capital votante.
Data da operação	**16/04/2013**
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Grendene UK Limited

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	Empresa constituída no Reino Unido, cuja atividade principal é a comercialização de varejo e atacado de produtos Grendene e de terceiros. A Grendene detém o controle de 100% do capital total.

8.4 - Outras informações relevantes

8.4 – Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 – Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

A Grendene conta com 13 fábricas de calçados, uma fábrica de PVC e uma matrizaria. As plantas industriais estão assim distribuídas: Sobral (sete fábricas de calçados e uma de PVC), Fortaleza (duas fábricas de calçados) e Crato (uma fábrica de calçados), no Estado do Ceará; Teixeira de Freitas (uma fábrica de calçados), no Estado da Bahia e Farroupilha (duas fábricas de calçados) e Carlos Barbosa (matrizaria), no Estado do Rio Grande do Sul.

Além das unidades industriais, mantemos em São Paulo e em New York duas lojas conceituais da Melissa “Galeria Melissa” e um Showroom da Melissa em Milão, que assumiu a gestão e distribuição dos produtos da marca na Itália através da subsidiária Grendene Italy S.R.L. e com uma rede de franquias de mais de 120 lojas “Clube Melissa” no Brasil. Na cidade do Rio de Janeiro, em fevereiro de 2014, inauguramos um espaço denominado “Casa Ipanema”, que visa aproximar a marca de mesmo nome dos seus clientes.

Em 2013 constituímos a empresa controlada A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. (A3NP), em São Paulo, para produzir em escala industrial produtos feitos a partir do plástico, com design sofisticado e custo acessível.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Prédios e Instalações	Brasil	CE	Sobral	Própria
Prédios e Instalações	Brasil	CE	Fortaleza	Própria
Prédios e Instalações	Brasil	CE	Crato	Própria
Prédios e Instalações	Brasil	RS	Farroupilha	Própria
Prédios e Instalações	Brasil	RS	Carlos Barbosa	Própria
Prédios e Instalações	Brasil	BA	Teixeira de Freitas	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	CE	Sobral	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	CE	Fortaleza	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	CE	Crato	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Farroupilha	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Carlos Barbosa	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	BA	Teixeira de Freitas	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	CE	Sobral	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	CE	Fortaleza	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	CE	Crato	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	RS	Farroupilha	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	RS	Carlos Barbosa	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	BA	Teixeira de Freitas	Própria
Prédios e Instalações - Galeria Melissa	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Prédios e Instalações - Casa Ipanema	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Prédios e Instalações - Galeria Melissa	Estados Unidos	NY	New York	Alugada
Prédios e Instalações - Galeria Melissa	Inglaterra		Londres	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Galeria Melissa	Brasil	Até 2018	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso da marca: a) não renovação dos direitos a cada 10 anos; b) sofrer oposição de terceiros; c) Não utilização do uso da marca.	A perda dos direitos implica em prejuízos econômicos pela: a) perda do investimento realizado pela Companhia para consolidar a marca; b) perda do direito de uso da marca; c) perda da relação e do vínculo estabelecido entre a marca, empresa e produtos.
Marcas	Grendene Kids	Brasil	Até 2022	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso da marca: a) não renovação dos direitos a cada 10 anos; b) sofrer oposição de terceiros; c) Não utilização do uso da marca.	A perda dos direitos implica em prejuízos econômicos pela: a) perda do investimento realizado pela Companhia para consolidar a marca; b) perda do direito de uso da marca; c) perda da relação e do vínculo estabelecido entre a marca, empresa e produtos.
Marcas	Grendha	Brasil	Até 2018	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso da marca: a) não renovação dos direitos a cada 10 anos; b) sofrer oposição de terceiros; c) Não utilização do uso da marca.	A perda dos direitos implica em prejuízos econômicos pela: a) perda do investimento realizado pela Companhia para consolidar a marca; b) perda do direito de uso da marca; c) perda da relação e do vínculo estabelecido entre a marca, empresa e produtos.
Marcas	Ilhabela	Brasil	Até 2018	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso da marca: a) não renovação dos direitos a cada 10 anos; b) sofrer oposição de terceiros; c) Não utilização do uso da marca.	A perda dos direitos implica em prejuízos econômicos pela: a) perda do investimento realizado pela Companhia para consolidar a marca; b) perda do direito de uso da marca; c) perda da relação e do vínculo estabelecido entre a marca, empresa e produtos.
Marcas	Ipanema	Brasil	Até 2018	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso da marca: a) não renovação dos direitos a cada 10 anos; b) sofrer oposição de terceiros; c) Não utilização do uso da marca.	A perda dos direitos implica em prejuízos econômicos pela: a) perda do investimento realizado pela Companhia para consolidar a marca; b) perda do direito de uso da marca; c) perda da relação e do vínculo estabelecido entre a marca, empresa e produtos.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Melissa	Brasil	Até 2020	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso da marca: a) não renovação dos direitos a cada 10 anos; b) sofrer oposição de terceiros; c) Não utilização do uso da marca.	A perda dos direitos implica em prejuízos econômicos pela: a) perda do investimento realizado pela Companhia para consolidar a marca; b) perda do direito de uso da marca; c) perda da relação e do vínculo estabelecido entre a marca, empresa e produtos.
Marcas	Cartago	Brasil	Até 2022	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso da marca: a) não renovação dos direitos a cada 10 anos; b) sofrer oposição de terceiros; c) Não utilização do uso da marca.	A perda dos direitos implica em prejuízos econômicos pela: a) perda do investimento realizado pela Companhia para consolidar a marca; b) perda do direito de uso da marca; c) perda da relação e do vínculo estabelecido entre a marca, empresa e produtos.empresa e produtos.
Marcas	Rider	Brasil	Até 2020	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso da marca: a) não renovação dos direitos a cada 10 anos; b) sofrer oposição de terceiros; c) Não utilização do uso da marca.	A perda dos direitos implica em prejuízos econômicos pela: a) perda do investimento realizado pela Companhia para consolidar a marca; b) perda do direito de uso da marca; c) perda da relação e do vínculo estabelecido entre a marca, empresa e produtos.
Marcas	Grendene	Brasil	Até 2029	Os principais eventos que podem causar a perda dos direitos de uso da marca: a) não renovação dos direitos a cada 10 anos; b) sofrer oposição de terceiros; c) Não utilização do uso da marca.	A perda dos direitos implica em prejuízos econômicos pela: a) perda do investimento realizado pela Companhia para consolidar a marca; b) perda do direito de uso da marca; c) perda da relação e do vínculo estabelecido entre a marca, empresa e produtos.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.	15.761.916/0001-31	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Industrialização, comercialização, importação e exportação de móveis e complementos a partir do plástico.	42,500000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	4.523.000,00
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Participar em um novo segmento de negócio. Produzir em escala industrial produtos feitos a partir do plástico, com design sofisticado e custo acessível para classe média.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Grendene Argentina S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Argentina		Buenos Aires	Industrialização, comercialização, exportação e importação de Calçados e artigos de vestuário em geral.	95,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	21.030.000,00
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Grendene Argentina S.A. (Antigamente Saddle Calzados S.A.) é uma sociedade constituída e organizada sob as leis da Argentina e funciona como distribuidora no mercado da Argentina dos nossos produtos.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Grendene Argentina S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Argentina		Buenos Aires	Industrialização, comercialização, exportação e importação de Calçados e artigos de vestuário em geral.	95,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2011	7.372.000,00
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Grendene Argentina S.A. (Antigamente Saddle Calzados S.A.) é uma sociedade constituída e organizada sob as leis da Argentina e funciona como distribuidora no mercado da Argentina dos nossos produtos.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Grendene Argentina S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Argentina		Buenos Aires	Industrialização, comercialização, exportação e importação de Calçados e artigos de vestuário em geral.	95,000000

				Valor mercado				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2012	23.359.000,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Grendene Argentina S.A. (Antigamento Saddle Calzados S.A.) é uma sociedade constituída e organizada sob as leis da Argentina e funciona como distribuidora no mercado da Argentina dos nossos produtos.

Grendene UK Limited	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Inglaterra		Londres	Exportação, importação e comercialização de varejo e atacado de produtos Grendene e de terceiros na Inglaterra.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2013	4.520.000,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Grendene UK Limited é uma sociedade constituída e organizada sob as leis do Reino Unido e funciona como agente de vendas e distribuidora de nossos produtos.

Grendene USA, Inc	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos		Orlando	Distribuição de calçados para as maiores redes de varejo e demais varejistas dentro dos EUA, representante de vendas dentro dos EUA para fabricantes de calçados.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2011	13.741.000,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Grendene USA, Inc (Anteriormente Grendha Shoes Corp) é uma sociedade constituída e organizada sob as leis do Estado de Delaware nos Estados Unidos e funciona como agente de vendas e distribuidora de nossos produtos no mercado norte-americano.

Grendene USA, Inc	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos		Orlando	Distribuição de calçados para as maiores redes de varejo e demais varejistas dentro dos EUA, representante de vendas dentro dos EUA para fabricantes de calçados.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2012	15.722.000,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Grendene USA, Inc (Anteriormente Grendha Shoes Corp) é uma sociedade constituída e organizada sob as leis do Estado de Delaware nos Estados Unidos e funciona como agente de vendas e distribuidora de nossos produtos no mercado norte-americano.

Grendene USA, Inc	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos		Orlando	Distribuição de calçados para maiores redes de varejo e demais varejistas dentro dos EUA, representante de vendas dentro dos EUA para fabricantes de calçados.	100,000000

			Valor mercado			
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2013	18.813.000,00
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Grendene USA, Inc (Anteriormente Grendha Shoes Corp) é uma sociedade constituída e organizada sob as leis do Estado de Delaware nos Estados Unidos e funciona como agente de vendas e distribuidora de nossos produtos no mercado norte-americano.

MHL Calçados Ltda	07.512.861/0001-06	-	Controlada	Brasil	BA	Teixeira de Freitas	Industrialização, comercialização, exportação e importação de: a) calçados e artigos de vestuário em geral; b) componentes e partes para calçados e artigos de vestuário em geral; c) matrizes e moldes para o setor de calçados, artigos de vestuário e plásticos em geral; PVC, resinas, óleos plastificantes, EVA e demais matérias primas e insumos utilizados na fabricação de calçados e artigos do vestuário em geral; acessórios, brindes, materiais promocionais associados aos produtos produzidos pela sociedade; (ii) a prestação de serviços, inclusive na área de informática, para processamento de dados, inclusive para terceiros; (i); (iii) a importação de máquinas industriais e respectivos acessórios, bem como equipamentos, ferramentas especiais e aparelhos relacionados com o objeto social da sociedade; (iv) a participação no capital de outras sociedades, no Brasil ou exterior, como sócia, quotista ou acionista, inclusive mediante aplicação de recursos próprios ou de incentivos fiscais.	99,990000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
				Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2012	13.822.000,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

É uma sociedade constituída com o mesmo objeto social da controladora Grendene S.A. O investimento nesta Companhia tem por objetivo, o aumento da competitividade dos produtos, especialmente naqueles cujo impacto do frete nos custos é relevante, e por razões de logística, está produzindo calçados em uma região bem mais próxima dos grandes centros consumidores.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
MHL Calçados Ltda	07.512.861/0001-06	-	Controlada	Brasil	BA	Teixeira de Freitas	Industrialização, comercialização, exportação e importação de: a) calçados e artigos de vestuário em geral; b) componentes e partes para calçados e artigos de vestuário em geral; c) matrizes e moldes para o setor de calçados, artigos de vestuário e plásticos em geral; PVC, resinas, óleos plastificantes, EVA e demais matérias primas e insumos utilizados na fabricação de calçados e artigos do vestuário em geral; acessórios, brindes, materiais promocionais associados aos produtos produzidos pela sociedade; (ii) a prestação de serviços, inclusive na área de informática, para processamento de dados, inclusive para terceiros; (i); (iii) a importação de máquinas industriais e respectivos acessórios, bem como equipamentos, ferramentas especiais e aparelhos relacionados com o objeto social da sociedade; (iv) a participação no capital de outras sociedades, no Brasil ou exterior, como sócia, quotista ou acionista, inclusive mediante aplicação de recursos próprios ou de incentivos fiscais.	99,980000

				Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2011	11.337.000,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

É uma sociedade constituída com o mesmo objeto social da controladora Grendene S.A. O investimento nesta Companhia tem por objetivo, o aumento da competitividade dos produtos, especialmente naqueles cujo impacto do frete nos custos é relevante e por razões de logística, está produzindo calçados em uma região bem mais próxima dos grandes centros consumidores.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
MHL Calçados Ltda	07.512.861/0001-06	-	Controlada	Brasil	BA	Teixeira de Freitas	Industrialização, comercialização, exportação e importação de: a) calçados e artigos de vestuário em geral; b) componentes e partes para calçados e artigos de vestuário em geral; c) matrizes e moldes para o setor de calçados, artigos de vestuário e plásticos em geral; PVC, resinas, óleos plastificantes, EVA e demais matérias primas e insumos utilizados na fabricação de calçados e artigos do vestuário em geral; acessórios, brinds, materiais promocionais associados aos produtos produzidos pela sociedade; (ii) a prestação de serviços, inclusive na área de informática, para processamento de dados, inclusive para terceiros; (i); (iii) a importação de máquinas industriais e respectivos acessórios, bem como equipamentos, ferramentas especiais e aparelhos relacionados com o objeto social da sociedade; (iv) a participação no capital de outras sociedades, no Brasil ou exterior, como sócia, quotista ou acionista, inclusive mediante aplicação de recursos próprios ou de incentivos fiscais.	99,990000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2013	14.125.000,00
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00			

Valor mercado

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

É um sociedade constituída com o mesmo objeto social da controladora Grendene S.A.. O investimento nesta Companhia tem por objetivo, o aumento da competitividade dos produtos, especialmente naqueles cujo impacto do frete nos custos é relevante, e por razões de logística, está produzindo calçados em uma região bem mais próxima dos grande centros consumidores.

9.2 - Outras informações relevantes

9.2 – Outras informações relevantes

Nossas marcas e o *design* de nossos produtos estão constantemente sujeitos à utilização indevida e violação, por terceiros, de nossos direitos de propriedade intelectual. Há produtos falsificados e produtos que infringem os nossos direitos de propriedade intelectual nos mercados em que atuamos e em outros mercados. Nem sempre temos sucesso, especialmente em outros países, em combater a falsificação de nossos produtos e a infração de nossos direitos de propriedade intelectual. A falsificação de nossos produtos e a utilização indevida de nossas marcas pode não apenas nos causar efeitos adversos em nossas vendas, como atingir a integridade de nossas marcas próprias em função de sua associação com produtos de menor qualidade.

Adicionalmente, embora tenhamos o registro da grande maioria de nossas marcas e patentes, não podemos assegurar que nossos concorrentes não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual. Nessa hipótese, caso sejamos impedidos de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá ter um efeito adverso para a Grendene.

Nossas principais propriedades intelectuais são nossas marcas, tais como: *Melissa, Rider, Grendha, Ipanema, Ilhabela, Zaxy, Cartago, Pega Forte, Zizou, Grendene Kids e Grendene Baby.*

Além de nossas marcas próprias, temos o licenciamento de nomes e marcas de celebridades nacionais e internacionais e personagens infantis conhecidos nacional e internacionalmente.

A Companhia detém o registro definitivo das patentes de maior importância para nosso processo produtivo e ainda temos algumas patentes, modelos de utilidade e desenhos industriais em fase de registro. Também detínhamos registros no exterior relacionados a patentes industriais e desenhos industriais (vide item 7.5.c).

Somos titulares, ainda, de nomes de domínio no Brasil e nos Estados Unidos com relação aos nomes de grande parte de nossos principais produtos.

As empresas controladas mencionadas no item 9.1.c. são de capital fechado e avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2013 alcançamos um ganho total para os acionistas (Lucro Líquido) de R$433,5 milhões. Deste total destinamos R$300,1 milhões ao pagamento de dividendos, reinvestindo o restante na Companhia.

O lucro obtido, equivalente a R$1,4417 por ação, 1,1% maior que no ano anterior (R$1,4266 por ação em 2012), proporcionou uma rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 22,2% (23,8% em 2012 e 18,2% em 2011), com uma robusta geração de caixa proveniente das atividades operacionais de R$303,3 milhões (R$192,6 milhões em 2012). A distribuição de dividendos representou um *dividend yield* de 5,0% (8,4%, em 2012) se considerada a cotação média ponderada em 2013 e um *payout* de 71,8%.

Desde a abertura de capital em outubro de 2004 o valor patrimonial por ação, ajustado aos desdobramentos, aumentou 180,5%, o Lucro Líquido por ação aumentou 114,8%, com taxas composta média de crescimento de 12,1% e 8,9% respectivamente sendo que o retorno acumulado aos acionistas na forma de dividendos foi de R$1,6 bilhão ou R$5,1448/ação.

Em 2013 a ação da Companhia cresceu 14,8%, considerando o reinvestimento dos dividendos com bom crescimento na liquidez que ao final do ano (dez/13) negociava em torno de R$8,7 milhões por dia com 1.596 negócios. O valor de mercado atingiu R$5,7 bilhões, 83,9% superior ao valor da Companhia na abertura de capital em 2004 (R$3,1 bilhões).

Em 2013 ultrapassamos o significativo marco de produção e venda de 200 milhões de pares em nossas 13 fábricas de calçados, todas elas localizadas no Brasil, sendo 165,7 milhões de pares consumidos no mercado interno, correspondentes a estimados 20,1% do consumo aparente no país e 50,5 milhões de pares exportados correspondentes a 41,1% das exportações brasileiras no período, totalizando 216,2 milhões de pares. Desta forma, segundo dados publicados pelo MDIC/SECEX/ABICALÇADOS a Grendene pelo 11º ano consecutivo lidera com folga as exportações brasileiras de calçados evidenciando seu grande poder de competição nos mercados internacionais.

Para garantir a continuidade de nosso crescimento investimos cerca de R$64 milhões em nova fábrica adicionando a capacidade anual de produção de aproximadamente 50 milhões de pares atingindo a capacidade instalada de cerca de 250 milhões de pares/ano. Também investimos valor equivalente à depreciação anual, cerca de R$37 milhões na manutenção e atualização de nosso parque fabril; R$8 milhões em nossa controlada A3NP e R$45 milhões em outras melhorias de processo, totalizando R$154 milhões de investimentos em 2013.

Adicionalmente reconhecemos como despesa do ano os gastos em publicidade e propaganda no valor de R$163,7 milhões e no desenvolvimento de novos produtos de R$49,9 milhões.

O ano 2013 também foi de grandes transformações no sistema de governança corporativa da Grendene. Os acionistas controladores e fundadores da empresa renunciaram aos cargos de presidente (CEO) e vice-presidente após 42 anos liderando o dia a dia da Companhia dando lugar a novos executivos em sua maioria formados durante o desenvolvimento da empresa. A transição tranquila, sem impactos negativos nos resultados, espelha bem a maturidade deste sistema.

Ao longo de nossa história conquistamos expressiva liderança no setor de calçados e continuamos, apostando no fortalecimento de nossas marcas e crescimento no mercado interno e no mercado internacional, confiantes no futuro e no nosso potencial. Esta liderança vem sendo atestada por diversos avaliadores independentes que nos tem concedido inúmeros prêmios em reconhecimento à nossa capacidade de entregar resultados, inovação, crescimento, rentabilidade, sustentabilidade e responsabilidade social. Nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013, apesar das crises internas e externas e da taxa de câmbio desfavorável, a Grendene obteve um crescimento médio composto de 11,8% a.a. na receita líquida, 12,6% a.a. no lucro líquido e 22,5% a.a. nos dividendos efetivamente pagos. Neste período alternamos anos de perda e ganho de *market share* (participação da Grendene no total de consumo aparente no mercado interno publicado pela Abicalçados). Em 2013, avaliamos que novamente ganhamos *market share em todos nossos mercados alvo.* Nos próximos anos a Administração tem a determinação de manter e se possível elevar o patamar das margens obtidas neste período, consolidando a tendência estabelecida. A qualidade de nossos produtos, a força de nossas marcas e o reconhecimento do varejo e clientes finais bem como nossa alta eficiência operacional servem de base a esta expectativa.

Na opinião da Administração, os resultados obtidos em 2013 foram melhores que os de 2012, mas inferiores às nossas expectativas basicamente porque o incremento nos resultados não foi tão bom quanto o incremento obtido em 2012. Os números absolutos de resultados foram maiores, mas o crescimento do Lucro deixou a desejar com o estreitamento das margens. Entretanto, levando em conta as dificuldades enfrentadas, os resultados foram satisfatórios. Neste ano enfrentamos o aumento de preços em matérias primas importantes, um mercado pouco dinâmico pelo terceiro ano consecutivo, manifestações populares que prejudicaram o varejo nos meses de junho e julho, volatilidade cambial que torna a decisão de compras de nossos clientes mais complexa e uma continuada competição muito acirrada.

No início do ano esperávamos um crescimento da economia de 3% mas o crescimento não passou de 2,3%. Esperávamos um lucro líquido significativamente maior do que aquele que obtivemos o que não ocorreu basicamente em decorrência, de maiores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

custos que os esperados e não de menores vendas que se realizaram dentro das expectativas. Também esperávamos dividendos maiores em termos absolutos que os distribuídos em 2012, o que conseguimos entregar.

Apesar de todas as dificuldades acreditamos que nossas marcas foram fortalecidas, nossa relação com o varejo foi intensificada com o alto giro de nossos produtos nas lojas e fomos capazes de vender, produzir e entregar altos volumes com eficiência e agilidade confirmando, mais uma vez, os acertos de nosso modelo de negócios. Mais uma vez demonstramos consistência nos resultados em cenário econômico adverso.

Para assegurar esta regularidade de resultados destacamos nossa habilidade de construir marcas fortes que tenham uma relação privilegiada com os clientes e desenvolver sólido relacionamento com os canais de distribuição através de um processo de longo prazo com efeitos cumulativos. Desde a abertura de capital em 2004, entre muitos outros esforços, investimos R$1,2 bilhão em publicidade e propaganda como forma de consolidar a construção de valor e nos próximos anos vamos buscar com ainda maior vigor a aproximação com os clientes finais da Grendene. Nossa crença é que o entendimento das necessidades deste cliente é fator fundamental para o sucesso de nosso modelo de negócios.

Em 2012 a Grendene criou o *Clube Melissa (ex-jelly),* conforme noticiado em Fato Relevante de 16 de Julho de 2012, com o objetivo de desenvolver uma rede de franquias para a marca Melissa. A rede que contava com 42 franqueados quando foi divulgada a operação, possuía em 31 de dezembro de 2013 e em 30 de abril de 2014 122 lojas, um notável crescimento em ano de baixo dinamismo da economia.

Em 2013 inauguramos a expansão de nossa fábrica em Sobral, Ceará, aumentando nossa capacidade para aproximadamente 250 milhões de pares por ano, criamos nova empresa em parceria com o conhecido designer internacional Philippe Stark para desenvolver e comercializar móveis e avançamos com a ideia de criar mais uma marca internacional de calçados também em parceria com o mesmo designer.

Todas estas ações são coerentes com nossos Valores que destacam justamente os aspectos que temos recebido o reconhecimento público: Lucro, Competitividade, Inovação e Agilidade, e Ética.

As condições financeiras e patrimoniais gerais da Grendene podem ser evidenciadas pelo quadro a seguir, pelos comentários apresentados neste item e complementadas pelos itens 10.1.b, 10.1.c, 10.1.d, 10.1.e, 10.1.f, 10.1.g, 10.1.h e 10.2 desta proposta.

Liquidez	2011	2012	2013
Liquidez Geral	7,4	6,0	6,6
Liquidez corrente	7,2	5,1	5,9
Liquidez seca	6,5	4,5	5,2

Rentabilidade	2011	2012	2013
Retorno s/Patrimônio Líquido	18,2%	23,8%	22,2%
Margem líquida	20,6%	22,8%	19,8%
Margem bruta	43,3%	46,9%	45,4%
Margem ebit	12,6%	19,3%	18,3%

Em milhares de reais	2011	2012	2013
Patrimônio Líquido Consolidado	1.800.952	1.953.562	2.067.960
Empréstimos e financiamentos (CP e LP)	110.674	137.963	117.736
Caixa e equiv. de caixa e aplic. Financeiras (CP e LP)	915.580	873.910	733.965

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Companhia possui uma estrutura de capital que não depende de capitais de terceiros para condução dos negócios. A Grendene realiza seus investimentos tanto fixos, quanto em capital de giro com recursos próprios.

Todas as ações emitidas pela Grendene são ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal e não possuem previsão de resgate.

i. Hipóteses de resgate

Não se aplica, pois a Grendene não tem ações resgatáveis emitidas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

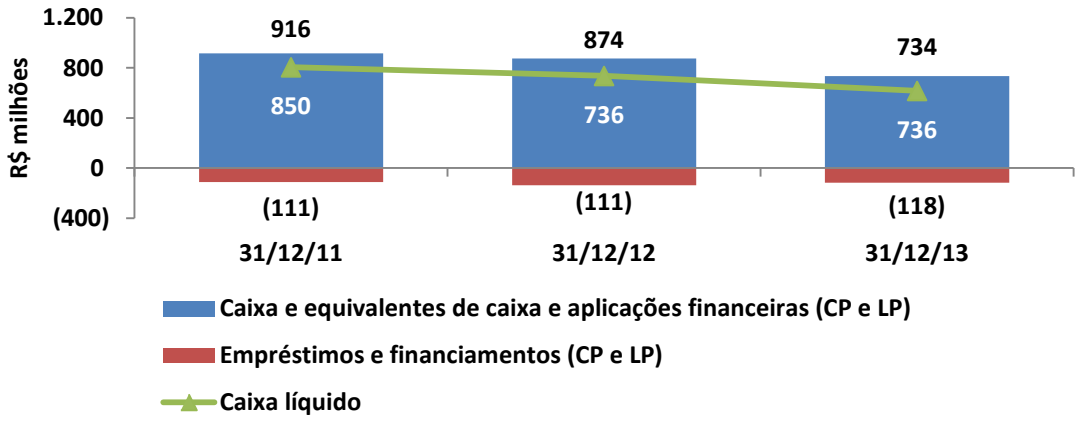
10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, pois a Grendene não tem ações resgatáveis emitidas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Grendene mantém confortável e sólida situação financeira tendo plenas condições de honrar com todos os seus compromissos.



Em milhares de reais	2011	2012	2013
Ativo Circulante	1.646.145	1.633.258	1.694.062
Ativo Não circulante	399.479	658.194	675.280
Passivo Circulante	229.549	323.063	285.066
Passivo Não Circulante	15.123	14.827	16.316
Patrimônio Líquido Consolidado	1.800.952	1.953.562	2.067.960

Como pode ser evidenciado pelo balanço patrimonial da Companhia e demonstrado no quadro acima, o caixa da Companhia (Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras) é superior a todo exigível de curto e de longo prazo.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Grendene detém significativa posição de caixa líquido (saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras menos empréstimos de curto e longo prazo) e **tem capacidade de financiar suas operações e investimentos atuais com recursos próprios.** Entretanto, a empresa poderá recorrer a fontes de financiamento sempre que os custos destes recursos sejam suficientemente baixos no julgamento de sua administração para gerarem valor aos seus acionistas.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Grendene não tem deficiências de liquidez, não teve deficiências no passado e não tem previsão que esta situação possa ocorrer. O seu capital de giro e investimentos são financiados com recursos próprios.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamento estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescido dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela a seguir apresenta a composição de nosso endividamento bancário consolidado (Ativo Fixo e Capital de Giro) em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013.

Instituições financeiras	Indexador	Taxa de juros (a.a.)	2011	2012	2013
Ativo fixo					
Banco Itaú BBA S.A.	Pré-fixado	4,50%	3.654	3.184	2.715

Instituições financeiras	Indexador	Taxa de juros (a.a.)	2011	2012	2013
Capital de giro					
Banco Itaú S.A. Argentina	Pesos Argentina	23,63%	-	13.051	-
Banco Patagônia S.A.	Pesos Argentina	15,92%	708	17.669	-
Banco Patagônia S.A.	Pesos Argentina	21,50%	-	-	17.650
BBVA Francês S.A. Argentina	Pesos Argentina	19,50%	-	22.104	-
BBVA Francês S.A. Argentina	Pesos Argentina	22,25%	-	-	26.509
Banco Supervielle S.A.	Pesos Argentina	20,25%	-	1.681	-
Banco Santander Rio S.A. Argentina	Pesos Argentina	20,23%	-	20.445	-
Banco Santander Rio S.A. Argentina	Pesos Argentina	23,75%	-	-	25.732
Banco do Brasil S.A.	Dólar +	1,01%	-	288	-
Banco do Brasil S.A.	Dólar +	1,06%	-	13.557	-
Banco do Brasil S.A.	Dólar +	1,03%	-	-	10.427
Banco Bradesco S.A.	Dólar +	2,63%	31.906	-	-
Banco Bradesco S.A.	Dólar +	1,32%	28.666	32.099	-
Banco Bradesco S.A.	Dólar +	1,06%	-	-	16.585
Banco HSBC S.A.	Dólar +	2,18%	8.255	-	-
Banco HSBC S.A.	Dólar +	1,90%	24.493	-	-
Banco HSBC S.A.	Dólar +	0,82%	-	-	219
Total dos financiamentos bancários			**97.682**	**124.078**	**99.837**
Proapi – Provin	TJLP	-	12.992	13.885	17.899
Total dos empréstimos e financiamentos			**110.674**	**137.963**	**117.736**
(-) Total do passivo circulante			(97.551)	(123.583)	(101.909)
Total do passivo não circulante			**13.123**	**14.380**	**15.827**

Contratos Financeiros

Contrato celebrado entre a Companhia e o Banco Itaú S.A. destinados ao financiamento de equipamentos industriais.

Em 26 de agosto de 2009 a Companhia efetuou a contratação de Operação de Crédito Bancário através das Cédulas de Crédito Bancário nº 106509120024400, 106509120040700, 106510010004200. Em 22 de Outubro de 2009 a de nº 106509120054400 e em 23 de novembro de 2009 a de nº 106510020008800, perfazendo um valor total de R$ 3.747.760,00, através do Banco Itaú S.A., sendo que a liberação de todo o recurso se deu em 13 de julho de 2010. Os recursos são originados do programa FINAME – BNDES PSI – BK NOVOS, destinado ao financiamento de equipamentos industriais, com encargos financeiros a taxa efetiva de 4,50% a.a., prazo de amortização de 96 meses com periodicidade mensal. A garantia do financiamento é a alienação fiduciária dos equipamentos que são objeto do financiamento.

Saldos Contábeis em:

Em milhares de R$	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
2013	474	2.241	2.715
2012	474	2.710	3.184
2011	475	3.179	3.654

Contratos celebrados entre a Companhia e os Bancos Itaú S.A. Argentina, destinados a financiamento de capital de giro.

Foram tomados empréstimos, através da subsidiária Grendene Argentina S.A., para cobertura de despesas de nacionalização de produtos importados. Estes financiamentos foram concedidos pelo Banco Itaú S.A. Argentina. Os encargos são de 23,63% a.a. para o saldo de 2012, sempre incidentes sobre o valor equivalente na moeda argentina. A modalidade utilizada para este

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

tipo de operação equivale a uma conta garantida, na qual o financiado utiliza uma linha de crédito rotativa, não havendo, portanto um vencimento fixo. A garantia destes financiamentos é dada através de Carta de Fiança Bancária fornecida pela Companhia com validade até 31 de julho de 2014.

Saldos Contábeis em:

Em milhares de R$	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
2013	-	-	-
2012	13.051	-	13.051
2011	-	-	-

Contratos celebrados entre a Companhia e o Banco Patagônia S.A. destinados a financiamento de capital de giro.

Foram tomados empréstimos, através da subsidiária Grendene Argentina S.A, para cobertura de despesas de nacionalização de produtos importados. Estes financiamentos foram concedidos pelo Banco da Patagônia S.A. Os encargos são de 16,75% a.a. para o saldo de 2011, 15,92% a.a. para o saldo de 2012 e 21,50% a.a. para o saldo de 2013, sempre incidentes sobre o valor equivalente na moeda argentina. A modalidade utilizada para este tipo de operação equivale a uma conta garantida, na qual o financiado utiliza uma linha de crédito rotativa, não havendo, portanto um vencimento fixo. A garantia destes financiamentos é dada através de Carta de Fiança Bancária fornecida pela Companhia com validade até 10 de agosto de 2014.

Saldos Contábeis em:

Em milhares de R$	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
2013	17.650	-	17.650
2012	17.669	-	17.669
2011	708	-	708

Contrato celebrado entre a Companhia e o Banco BBVA Frances S.A. Argentina, destinados a financiamento de capital de giro.

Foram tomados empréstimos, através da subsidiária Grendene Argentina S.A., para cobertura de despesas de nacionalização de produtos importados. Estes financiamentos foram concedidos pelo Banco BBVA Frances S.A. Argentina. Os encargos financeiros sobre o saldo de 2012 são de 19,50% a.a. e sobre o saldo de 2013 são de 22,25% a.a. sempre incidentes sobre o valor equivalente na moeda argentina. A modalidade utilizada para este tipo de operação equivale a uma conta garantida, na qual o financiado utiliza uma linha de crédito rotativa, não havendo, portanto um vencimento fixo. A garantia destes financiamentos é dada através de Carta de Fiança Bancária fornecida pela Companhia com validade até 31 de maio de 2014.

Saldos Contábeis em:

Em milhares de R$	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
2013	26.509	-	26.509
2012	22.104	-	22.104
2011	-	-	-

Contrato celebrado entre a Companhia e o Banco Supervielle S.A., destinado a financiamento de capital de giro.

Foram tomados empréstimos, através da subsidiária Grendene Argentina S.A., para cobertura de despesas de nacionalização de produtos importados. Estes financiamentos foram concedidos pelo Banco Supervielle S.A. Os encargos financeiros sobre o saldo de 2012 são de 20,25% a.a. incidentes sobre o valor equivalente na moeda argentina. A modalidade utilizada para este tipo de operação equivale a uma conta garantida, na qual o financiado utiliza uma linha de crédito rotativa, não havendo, portanto um vencimento fixo. A empresa tem nesta instituição um limite pré-aprovado não sendo necessário aporte de garantia pela Grendene S.A.

Saldos Contábeis em:

Em milhares de R$	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
2013	-	-	-
2012	1.681	-	1.681
2011	-	-	-

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Contrato celebrado entre a Companhia e os Banco Santander Rio S.A. Argentina, destinados a financiamento de capital de giro.

Foram tomados empréstimos, através da subsidiária Grendene Argentina S.A., para cobertura de despesas de nacionalização de produtos importados. Estes financiamentos foram concedidos pelo Banco Santander Rio S.A. Argentina, os encargos para o saldo de 2012 são de 20,23% a.a. e para o saldo de 2013 são de 23,75% a.a., incidentes sobre o valor equivalente na moeda argentina. A modalidade utilizada para este tipo de operação equivale a uma conta garantida, na qual o financiado utiliza uma linha de crédito rotativa, não havendo, portanto um vencimento fixo. A garantia destes financiamentos é dada através de Carta de Fiança Bancária fornecida pela Companhia com validade até 28 de setembro de 2014.

Saldos Contábeis em:

Em milhares de R$	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
2013	25.732	-	25.732
2012	20.445	-	20.445
2011	-	-	-

Contrato celebrado entre a Companhia e o Banco do Brasil S.A., destinados a financiamento de exportação.

A Companhia tomou empréstimos na modalidade ACC (Adiantamentos a Contratos de Câmbio) e ACE (Adiantamentos de Cambiais Embarcadas) para suas operações de exportação. Estas operações consistem em adiantar o valor correspondente em reais de exportações embarcadas e não embarcadas, para tanto a empresa se compromete a apresentar aos bancos financiadores documentos das exportações referentes aos valores adiantados, e no momento que os clientes no exterior liquidarem as faturas a empresa pagará aos bancos os juros acordados. Os prazos dos empréstimos contratados variam de 90 a 180 (curto prazo), os encargos são baseados na taxa Libor e variam entre 1,01% a.a. até 1,06% a.a. em moeda estrangeira.

Saldos Contábeis em:

Em milhares de R$	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
2013	10.427	-	10.427
2012	13.845	-	13.845
2011	-	-	-

Contrato celebrado entre a Companhia e o Banco Bradesco S.A. destinados a financiamento de exportação.

A Companhia tomou empréstimos na modalidade ACC (Adiantamentos a Contratos de Câmbio) e ACE (Adiantamentos de Cambiais Embarcadas) para suas operações de exportação. Estas operações consistem em adiantar o valor correspondente em reais de exportações embarcadas e não embarcadas, para tanto a empresa se compromete a apresentar aos bancos financiadores documentos das exportações referentes aos valores adiantados, e no momento que os clientes no exterior liquidarem as faturas a empresa pagará aos bancos os juros acordados. Os prazos dos empréstimos contratados variam de 90 a 180 (curto prazo), os encargos são baseados na taxa Libor e variam entre 1,06% a.a. até 2,63% a.a. em moeda estrangeira.

Saldos Contábeis em:

Em milhares de R$	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
2013	16.585	-	16.585
2012	32.099	-	32.099
2011	60.572	-	60.572

Contrato celebrado entre a Companhia e o Banco HSBC S.A. destinados a financiamento de exportação.

A Companhia tomou empréstimos na modalidade ACC (Adiantamentos a Contratos de Câmbio) e ACE (Adiantamentos de Cambiais Embarcadas) para suas operações de exportação. Estas operações consistem em adiantar o valor correspondente em reais de exportações embarcadas e não embarcadas, para tanto a empresa se compromete a apresentar aos bancos financiadores documentos das exportações referentes aos valores adiantados, e no momento que os clientes no exterior liquidarem as faturas a empresa pagará aos bancos os juros acordados. Os prazos dos empréstimos contratados variam de 90 a 180 (curto prazo), os encargos são baseados na taxa Libor e variam entre 0,82% a.a. até 2,18% a.a. em moeda estrangeira.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Saldos Contábeis em:

Em milhares de R$	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
2013	219	-	219
2012	-	-	-
2011	32.748	-	32.748

Financiamentos – PROAPI e PROVIN

A Companhia goza de incentivos fiscais relativamente às suas atividades localizadas no Estado do Ceará, por meio da obtenção de financiamento concedido através do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará, por intermédio do agente financeiro estabelecido por este fundo. Os referidos financiamentos são baseados no ICMS devido e em parte pelos produtos exportados, apurados mensalmente. Os financiamentos devem ser liquidados no prazo de 36 e 60 meses após a sua liberação e, segundo suas cláusulas de concessão, os valores devidos terão desconto de 75% à 99% em relação ao total financiado.

Os incentivos relativos ao ICMS têm validade até o ano de 2025, para os estabelecimentos localizados em Sobral, Crato e Fortaleza, e o da Exportação até março de 2017, para o estabelecimento de Sobral.

É entendimento da Administração da Companhia que o registro do benefício de redução dos valores devidos se dê no momento da obtenção dos financiamentos, por assim refletir com maior adequação o regime de competência do exercício, uma vez que o custo do ICMS e das exportações, referentes às operações incentivadas também são registradas concomitantemente aos benefícios.

	Indexador	Taxa de juros (a.a)	31/12/11	31/12/12	31/12/13
ICMS / EXPORTAÇÕES	TJLP	0,00%	12.992	13.885	17.899

Em milhares de R$	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
2013	4.313	13.586	17.899
2012	2.215	11.670	13.885
2011	3.047	9.945	12.992

Em geral, as garantias vinculadas aos empréstimos e financiamentos são as seguintes:

a) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos adquiridos; e

b) garantia fidejussória prestada por fiança e aval dos administradores da Companhia.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não apresenta relações de longo prazo com instituições financeiras que não obrigações relacionadas às operações acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não existem restrições impostas a Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário. Existem limitações quanto aos valores das operações, cuja autorização é de competência do Conselho de Administração, conforme descrito no Artigo 21 do Estatuto Social.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem financiamentos contratados e não utilizados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras Consolidadas dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 da Companhia foram elaboradas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da *Comissão de Valores Mobiliários* (CVM).

Não existem alterações significativas nas demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, na opinião da Administração, dos exercícios de 2011, 2012 e 2013.

Descrição das principais contas do Balanço patrimonial consolidado

Considerações sobre as principais contas do Ativo

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo, totalizaram em 31 de dezembro de 2011 R$915,6 milhões, 31 de dezembro de 2012 R$873,9 milhões e em 31 de dezembro de 2013 R$734,0 milhões. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

As aplicações financeiras são classificadas em “Títulos disponíveis para venda” “Títulos ao valor justo através do resultado” e “Títulos mantidos até o vencimento”, conforme a estratégia de investimentos da Companhia, e possuem liquidez imediata.

Demonstramos a seguir a geração de caixa da Companhia em:

Em milhares de R$	31/12/11	31/12/12	31/12/13
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	68.147	192.636	303.305
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de investimentos	214.937	22.358	89.596
Disponibilidades líquidas aplicadas às atividades de financiamento	(268.862)	(262.023)	(368.030)
Redução / Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**14.222**	**(47.029)**	**24.871**

As disponibilidades e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Curto e longo prazo) representavam em 31 de dezembro de 2013 31,0% do Ativo Total (38,1% em 2012 e 44,8% em 2011).

Contas a receber de clientes e Estoques

As rubricas, Contas a receber de clientes e Estoques totalizaram R$768,7 milhões em 31 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2012 aumentaram 27,5% atingindo R$980,1 milhões e em 31 de dezembro de 2013 somaram R$1.105,8 milhões, aumento de 43,85% vs. 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 os prazos médios de recebimento para o mercado interno eram de 97, 97 e 93 dias respectivamente, e para o mercado externo 73, 76 e 79 dias, respectivamente.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido totalizou R$2.060,7 milhões em 31 de dezembro de 2013, R$1.952,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R$1.800,6 milhões em 31 de dezembro de 2011. Abaixo apresentamos a evolução do Patrimônio Líquido da Companhia.

Em milhares de R$	Evolução do Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**1.675.666**
Aquisição de ações em tesouraria	(11.005)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra	7.303
Ajuste valor de mercado – aplicações financeiras	3.655
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	1.698
Despesas com plano de opções de ações	1.615
Lucro líquido do exercício	305.461
Dividendos distribuídos	(183.441)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**1.800.952**
Aquisição de ações em tesouraria	(2.612)
Ajuste valor de mercado – aplicações financeiras	(2.596)
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	279
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra de ações	1.471
Despesas com plano de opções de ações	1.636
Lucro líquido do exercício	429.891
Dividendos distribuídos	(275.459)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**1.953.562**
Lucro líquido do exercício	434.005
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	(254)
Aumento na participação de acionistas não controladores	5.752
Aquisição de ações em tesouraria	(57.751)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra de ações	22.799
Despesas com plano de opções de compra ou subscrição de ações	4.492
Dividendos distribuídos	(294.645)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**2.067.960**

Capital de Giro

O capital de giro esta demonstrado a seguir:

Em milhares de R$	31/12/11	31/12/12	31/12/13
Capital de giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante)	1.416.596	1.310.195	1.408.966
Capital de giro / Ativo total	69,3%	57,2%	59,5%
Capital de giro / Receita líquida de vendas	95,6%	69,6%	64,4%

Descrição das principais contas da Demonstração do resultado consolidado

Vide item 10.2, letra “a”.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Resultado operacional e financeiro

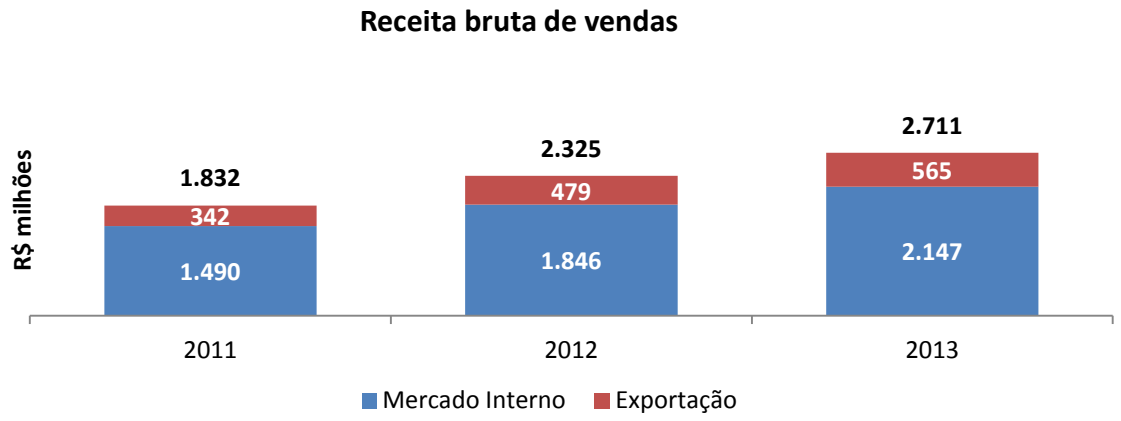
a. Resultados das operações do emissor, em especial:

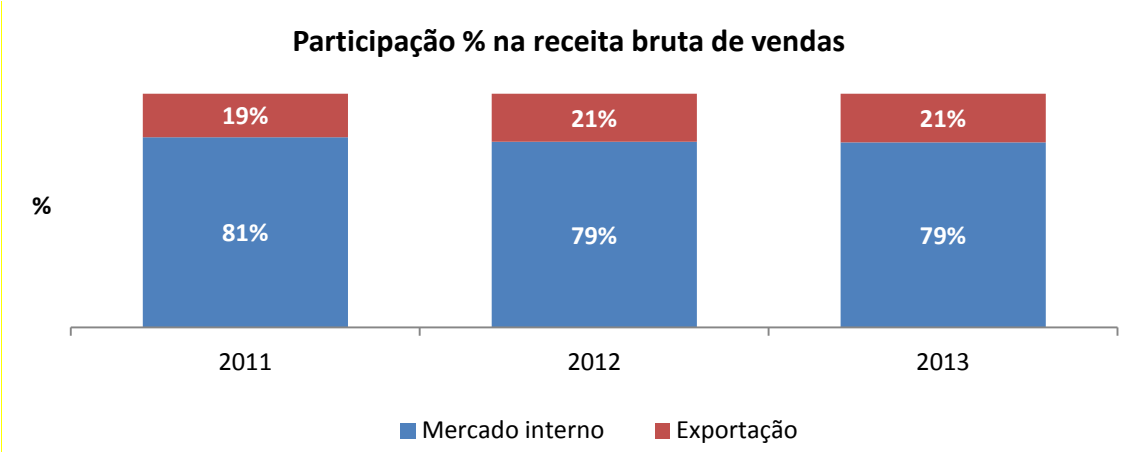
i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita bruta de vendas

A elevação da receita bruta em 2013, relativamente à 2012 foi de 16,6% sendo que a receita bruta aumentou à taxa média composta de crescimento (CAGR) dos últimos cinco anos em 11,5% a.a. (2008-2013).

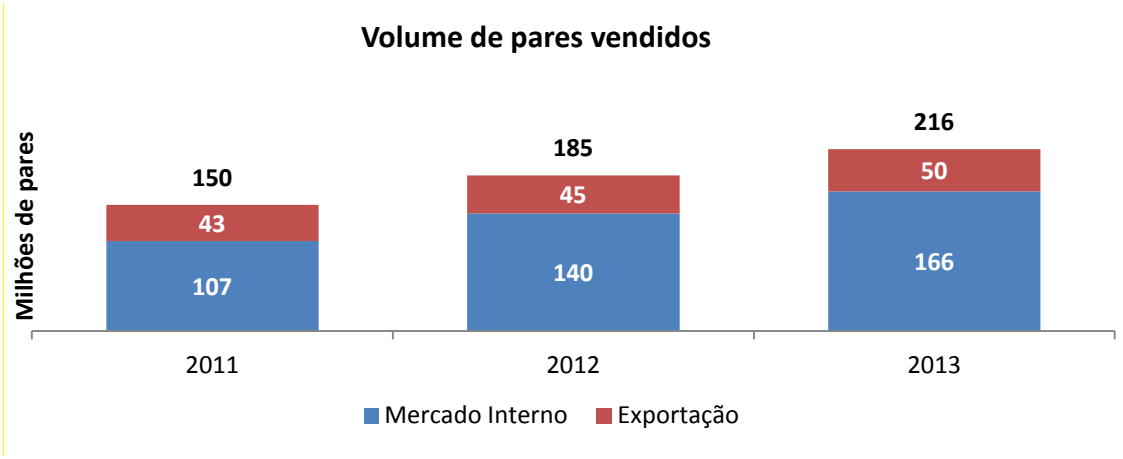
R$ milhões	2011	2012	2013	Var. 12/13
Receita bruta de vendas	**1.831,6**	**2.324,5**	**2.711,4**	**16,6%**
Mercado interno	1.489,9	1.845,4	2.146,9	16,3%
Exportação	341,7	479,1	564,5	17,8%
Exportação em US$	*204,0*	*245,1*	*261,6*	*6,7%*
Milhões de pares	**2011**	**2012**	**2013**	**Var. 12/13**
Volumes	**150,1**	**185,0**	**216,2**	**16,8%**
Mercado interno	107,6	139,7	165,7	18,6%
Exportação	42,5	45,3	50,5	11,4%
R$	**2011**	**2012**	**2013**	**Var. 12/13**
Preço médio	**12,20**	**12,56**	**12,54**	**(0,2%)**
Mercado interno	13,85	13,21	12,96	(1,9%)
Exportação	8,04	10,56	11,17	5,8%
Exportação em US$	*4,80*	5,40	*5,18*	**(4,1%)**

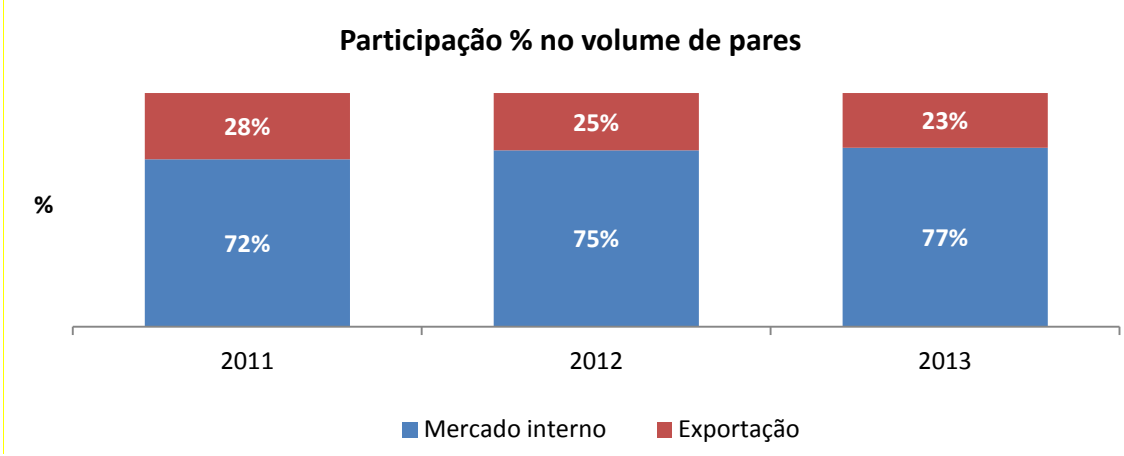


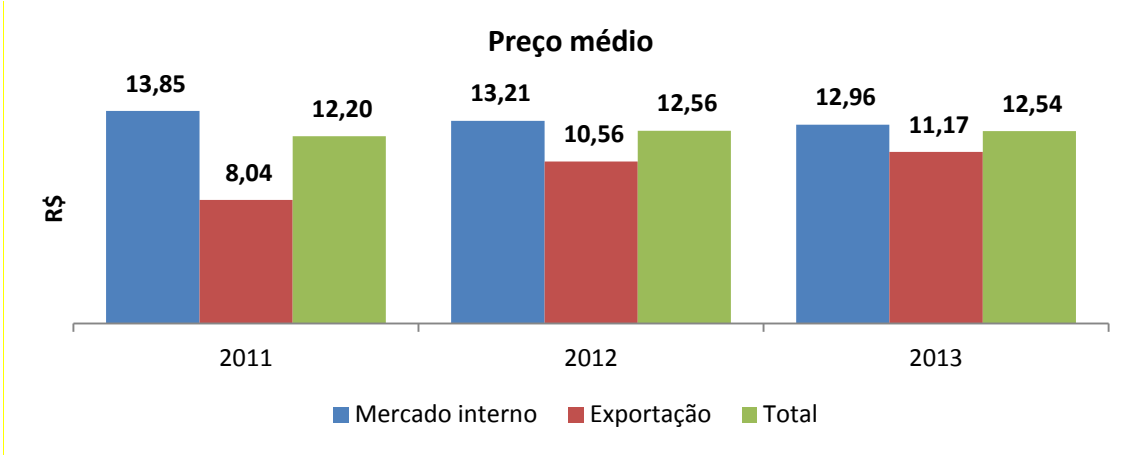


10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Resultado operacional e financeiro







Conforme dados da MDIC/SECEX/ABICALÇADOS, as exportações brasileiras de calçados em 2013 vs. 2012, aumentaram 0,2% em dólar; 8,5% no volume de pares vendidos com queda de 7,7% no preço médio em dólar.

A nossa participação nas exportações brasileiras de calçados, quando comparado 2013 vs. 2012, passou de 40,0% para 41,1% nos volumes de pares e de 22,4% para 23,9% na receita de exportação em dólar, mantendo a liderança nas exportações brasileiras de calçados pelo 11º ano consecutivo.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Resultado operacional e financeiro

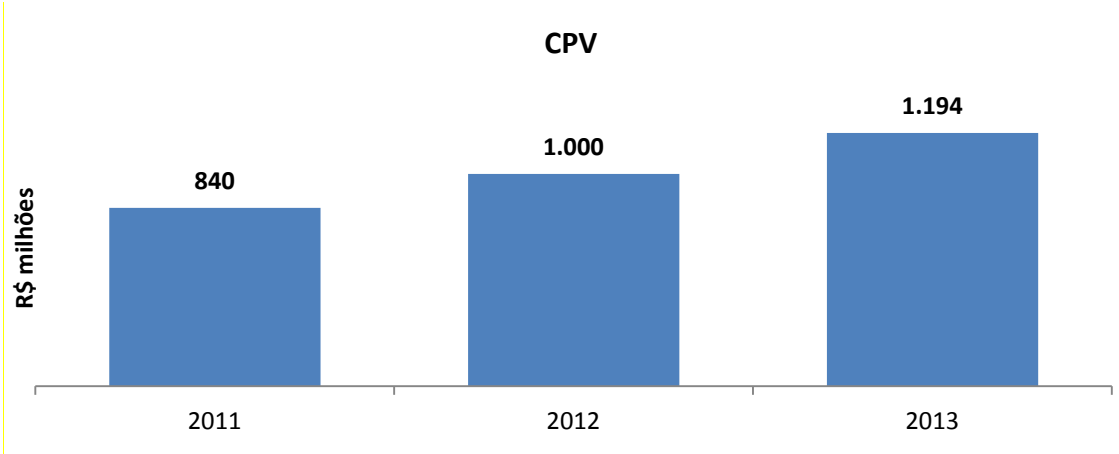
Receita líquida de vendas

R$ milhões	2011	2012	2013	Var. 12/13
Receita bruta de vendas	**1.831,6**	**2.324,5**	**2.711,4**	**16,6%**
Mercado interno	1.489,9	1.845,4	2.146,9	16,3%
Exportação	341,7	479,1	564,5	17,8%
Deduções das vendas	**(350,6)**	**(442,1)**	**(524,1)**	**18,5%**
Devoluções e impostos s/vendas	(255,3)	(328,6)	(393,3)	19,7%
Descontos concedidos a clientes	(95,3)	(113,5)	(130,8)	15,2%
Receita líquida de vendas	**1.481,1**	**1.882,3**	**2.187,3**	**16,2%**

Custo dos produtos vendidos

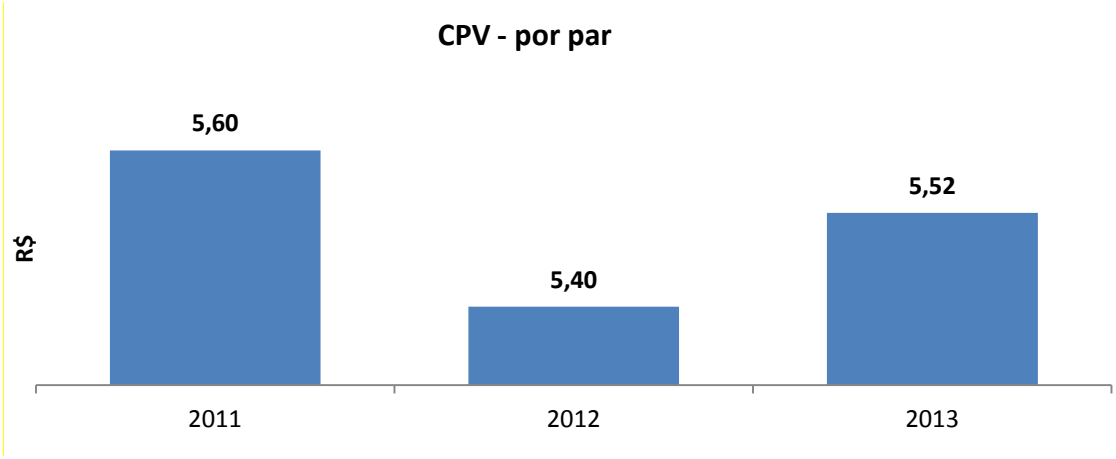
Em 2013, em termos absolutos o CPV cresceu 19,3%, 3,1 p.p. acima do crescimento da receita líquida (16,2%) em função do aumento de preços de diversos custos tais como matérias primas, embalagens e fretes.

R$ milhões	2011	2012	2013	Var. 12/13
Custo dos produtos vendidos	840,5	1.000,2	1.193,6	19,3%
R$ por par	**2011**	**2012**	**2013**	**Var. 12/13**
Custo dos produtos vendidos	5,60	5,40	5,52	2,2%



10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Resultado operacional e financeiro

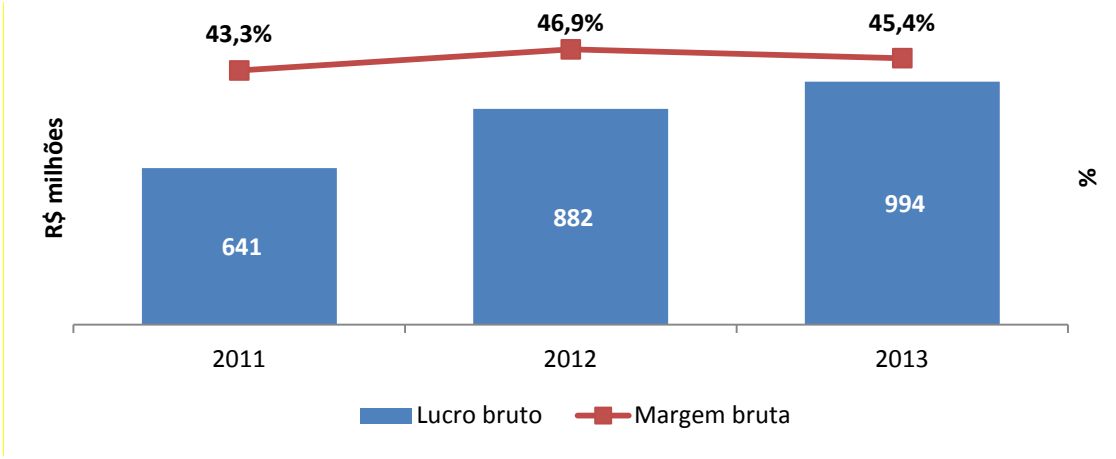


Lucro bruto

Nosso lucro bruto vem se expandindo à taxa de 13,9% a.a. desde 2008 até 2013.

Em 2013, totalizou R$993,7 milhões, com aumento de 12,6% em relação aos R$882,1 milhões de 2012. Com a elevação dos custos acima do aumento da receita líquida, conforme explicado anteriormente perdemos 1,5 p.p. da margem bruta, passando de 46,9% em 2012 para 45,4% em 2013.

R$ milhões	2011	2012	2013	Var. 12/13
Lucro bruto	640,6	882,1	993,7	12,6%
Margem bruta, %	43,3%	46,9%	45,4%	(1,5p.p.)



Despesas operacionais (DVG&A)

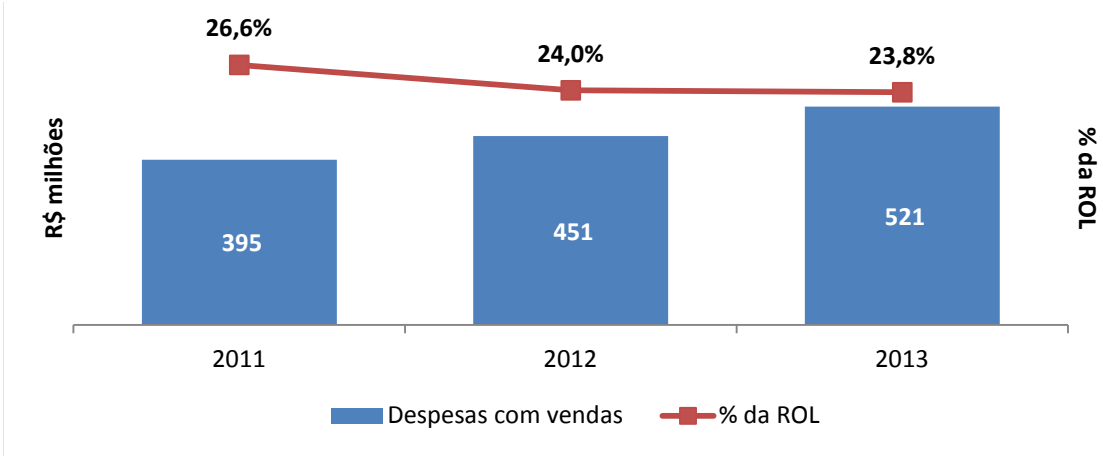
Despesas com vendas

As despesas comerciais da Companhia são predominantemente variáveis na forma de fretes, licenciamentos, comissões, publicidade e marketing.

R$ milhões	2011	2012	2013	Var. 12/13
Despesas com vendas	394,5	451,0	521,2	15,6%
% da receita líquida de vendas	26,6%	24,0%	23,8%	(0,2p.p.)

10.2 - Resultado operacional e financeiro

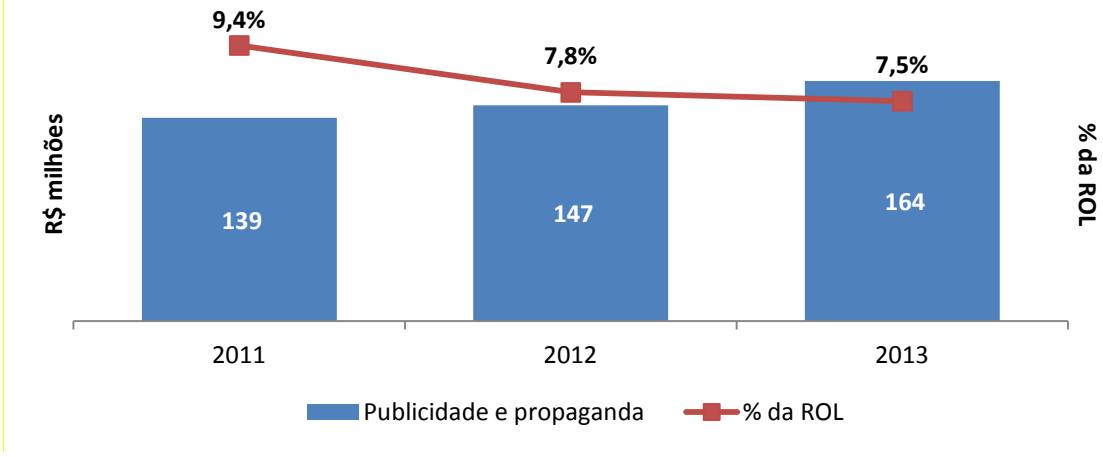
10.2 – Resultado operacional e financeiro



Despesas com publicidade e propaganda

A despesa de publicidade e propaganda permanece em linha com a estratégia da Companhia, entre 8% e 10% da receita líquida.

R$ milhões	2011	2012	2013	Var. 12/13
Despesas de public. e propaganda	138,7	147,0	163,7	11,3%
% da receita líquida de vendas	9,4%	7,8%	7,5%	(0,3 p.p.)



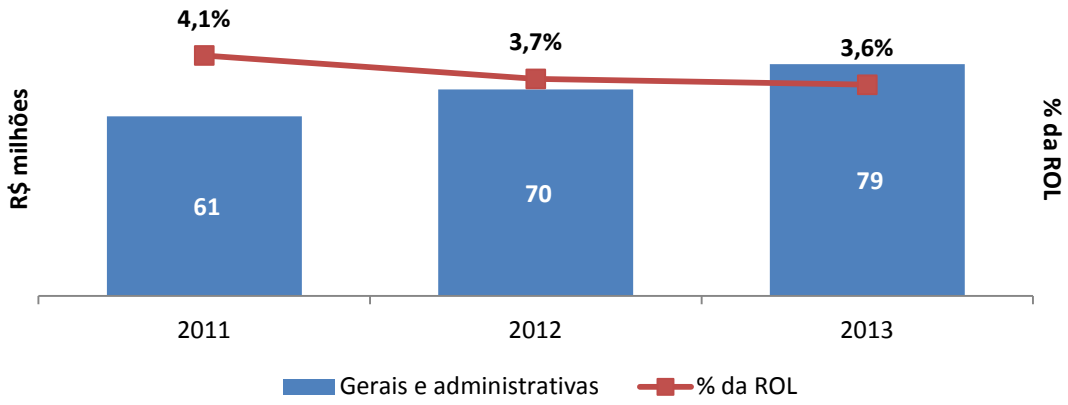
Despesas gerais e administrativas (DG&A)

As despesas gerais e administrativas tem apresentado tendência de queda em termos percentuais da receita líquida no período de 2011 a 2013.

R$ milhões	2011	2012	2013	Var. 12/13
Despesas gerais & administrativas	61,2	70,4	79,0	12,2%
% da receita líquida de vendas	4,1%	3,7%	3,6%	(0,1p.p.)

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Resultado operacional e financeiro



Resultado financeiro líquido

A Companhia detém uma sólida posição de caixa e os resultados financeiros são uma parte importante do lucro líquido da empresa. As operações com câmbio tem por objetivo o hedge principalmente de recebíveis das exportações. A Grendene nestas operações é vendedora da moeda americana e o resultado à longo prazo das mesmas tem como objetivo ser muito perto de zero. Assim o resultado financeiro é basicamente influenciado pela taxa de juros (SELIC) e o caixa médio mantido pela Companhia.

Em 2013 o resultado financeiro líquido foi positivo de R$103,6 milhões, 21,8% menor que 2012 (R$132,5 milhões), conforme demonstrado no quadro a seguir:

R$ milhões	2011	2012	2013	Var. 12/13
Receitas financeiras	**215,8**	**204,9**	**183,1**	**(10,7%)**
Juros recebidos de clientes	2,9	1,9	1,9	0,7%
Rec. op. derivativos cambiais – BM&FBOVESPA	3,9	14,8	18,2	22,6%
Receitas de aplicações financeiras	128,8	93,7	81,9	(12,7%)
Receitas com variações cambiais	35,5	49,7	40,2	(19,1%)
Ajuste a valor presente (AVP)	42,1	41,3	38,7	(6,3%)
Outras receitas financeiras	2,6	3,5	2,2	(36,4%)
Despesas financeiras	**(62,8)**	**(72,5)**	**(79,5)**	**9,7%**
Desp. op. derivativos cambiais – BM&FBOVESPA	(5,3)	(11,3)	(26,2)	132,3%
Despesas de financiamentos	(15,0)	(9,2)	(19,6)	113,0%
Despesas com variação cambial	(38,2)	(47,8)	(28,5)	(40,3%)
Outras despesas financeiras	(4,3)	(4,2)	(5,1)	21,7%
Resultado financeiro líquido	**153,0**	**132,5**	**103,6**	**(21,8%)**

Lucro líquido do exercício

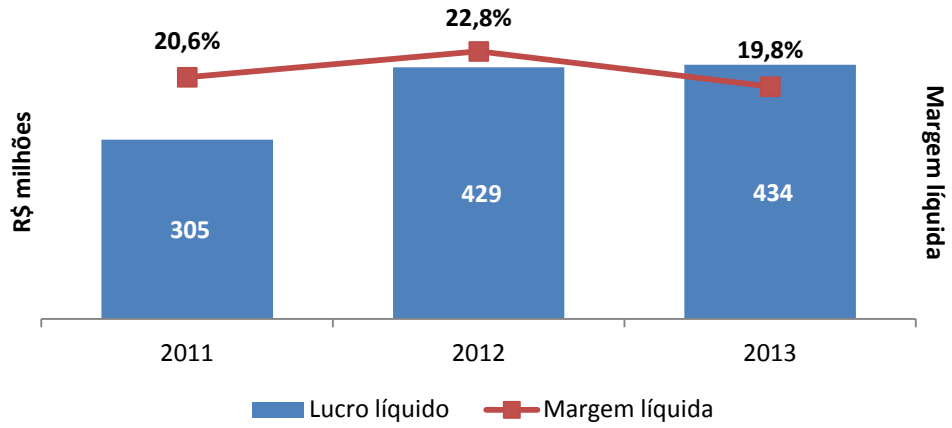
Nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013, o lucro líquido cresceu 12,6% a.a. (CAGR) com elevação em todas as margens da empresa: bruta operacional e líquida.

Em 2013, o lucro líquido praticamente ficou estável em relação ao resultado de 2012 em função do aumento de custos que provocaram a diminuição das margens bruta e operacional e ainda pela redução dos resultados financeiros provocada por dois fatores: uma taxa média de juros menor que à verificada em 2012; e uma redução do saldo médio de caixa mantido pela Grendene em função de maior CAPEX e política agressiva de dividendos.

R$ milhões	2011	2012	2013	Var. 12/13
Lucro líquido do exercício	305,4	429,0	433,5	1,1%
Margem líquida	20,6%	22,8%	19,8%	(3,0 p.p.)
Lucro líquido do exercício por ação (R$)	1,0157	1,4266	1,4417	1,1%

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Resultado operacional e financeiro



b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossas receitas operacionais são impactadas por modificações nos volumes de pares vendidos, preços médios praticados e pela taxa de câmbio na exportação. O impacto dos itens mencionados pode ser observado nas tabelas abaixo:

Receita bruta (em milhares)	2011 R$	2012 R$	Var. 2011-12 R$	Var. 2011-12 %	2013 R$	Var. 2012-13 R$	Var. 2012-13 %
Mercado interno R$	1.489.883	1.845.402	355.519	**23,9%**	2.146.918	**301.516**	**16,3%**
Exportação R$	341.731	479.048	137.317	**40,2%**	564.445	**85.397**	**17,8%**
Exportação US$	*204.023*	*245.090*	*41.067*	***20,1%***	*261.604*	***16.514***	***6,7%***
Total	**1.831.614**	**2.324.450**	**492.836**	**26,9%**	**2.711.363**	**386.913**	**16,6%**

Volume de vendas (milhares de pares)	2011 R$	2012 R$	Var. 2011-12 R$	Var. 2011-12 %	2013 R$	Var. 2012-13 R$	Var. 2012-13 %
Mercado interno	107.562	139.721	32.159	29,9%	165.667	25.946	18,6%
Exportação	42.529	45.346	2.817	6,6%	50.528	5.182	11.4%
Total	**150,091**	**185.067**	**34.976**	**23,3%**	**216.195**	**31.128**	**16,8%**

Preço médio (em R$)	2011 R$	2012 R$	Var. 2011-12 R$	Var. 2011-12 %	2013 R$	Var. 2012-13 R$	Var. 2012-13 %
Mercado interno R$	13,85	13,21	(0,64)	(4,6%)	12,96	(0,25)	(1,9%)
Exportação R$	8,04	10,56	2,52	31,3%	11.17	0,61	5,8%
Exportação US$	*4,80*	*5,40*	*0,60*	*12,5%*	*5,18*	*(0,22)*	*(4,1%)*
Total	**12,20**	**12,56**	**0,36**	**3,0%**	**12,54**	**(0,02)**	**(0,2%)**

Variação em reais da Receita Bruta de Vendas no Mercado Interno e Externo, em função dos Volumes e Preços Médios			
2011 – 2012		**2012 – 2013**	
Volume MI – (32.159 x R$13,85)	R$445.447	Volume MI – (25.946 x R$13,21)	R$342.689
Volume ME – (2.817 x R$8,04)	R$22.635	Volume ME – (5.182 x R$10,56)	R$54.744
Var. receita a preços 11	**R$468.082**	**Var. receita a preços 12**	**R$397.433**
Var. PM – MI – (-R$0,64 x 139.721)	(R$89.928)	Var. PM – MI – (R$0,25 x 165.667)	(R$41.173)
Var. PM – ME – (R$2,52 x 45.346)	R$114.682	Var. PM – ME – (R$0,61 x 50.528)	R$30.653
Var. receita volumes 12	**24.754**	**Var. receita volumes 13**	**(R$10.520)**
Total	**R$492.836**	**Total**	**R$386.913**

Variação em dólares da Receita Bruta de Vendas no Mercado Externo, em função dos Volumes e Preços Médios			
2011 – 2012		**2012 – 2013**	
Volume ME – (2.817 x US$4,80)	US$13.514	Volume ME – (5.182 x US$5,40)	US$28.008
Var. receita a preços 11	**US$13.514**	**Var. receita a preços 12**	**US$28.008**
Var. PM – ME – (US$0,60 x 45.346)	US$27.325	Var. PM – ME – (US$0,22 x 50.528)	(US$11.405)
Var. receita volumes 12	**US$27.325**	**Var. receita volumes 13**	**(US$11.405)**
Total	**US$40.839**	**Total**	**US$16.603**

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Resultado operacional e financeiro

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O modelo de negócios adotado pela Grendene contempla a atuação em mercados afetados pela moda onde a empresa, como diferencial competitivo, apresenta regularmente uma grande quantidade de modelos novos a cada período. Cada modelo ofertado pela empresa faz parte de uma coleção cuja vida média é em torno de 90 a 180 dias. Desta forma a cada trimestre a Grendene apresenta novas coleções, propondo ao mercado uma nova base de preços (para cada nova coleção). Neste modelo de negócios, quaisquer alterações de custos são repassados para os preços finais sempre que a demanda por estes produtos e o poder de compra dos consumidores permitirem. Assim sendo, a inflação afeta nosso resultado, afetando a renda que o consumidor tem disponível para o consumo de nossos produtos. Nossos principais insumos são *commodities* em dólar no mercado internacional.

A taxa de cambio influencia os nossos custos na medida em que afeta os preços em reais destas *commodities* quando seu preço é traduzido para o real. Entretanto esta não é uma relação linear, uma vez que o preço das *commodities* em dólar flutua de acordo com a oferta e demanda no mercado internacional (quando o real se valoriza o preço das *commodities* em reais fica mais barato, entretanto nestes casos geralmente também acontece variação no preço das *commodities* em dólar compensando uma parte deste efeito). Por outro lado a taxa de câmbio afeta positivamente as nossas receitas de exportações, geralmente contribuindo positivamente para as margens uma vez que os nossos custos na sua grande maioria são em reais.

As taxas de juros não afetam diretamente o resultado operacional da Companhia, somente o resultado financeiro. A Companhia mantém um saldo expressivo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (CP e LP) que em 31 de dezembro de 2013 era de R$734,0 milhões. Estes recursos basicamente estão aplicados no mercado financeiro rendendo juros a taxas próximas da Selic. Quaisquer variações nas taxas de juros praticados no mercado afetarão a remuneração destes recursos.

Indiretamente a elevação dos juros pode afetar o poder de compra de nossos consumidores.

O quadro a seguir apresenta as variações para os itens nele demonstrados:

	2011	2012	Var. % 11/12	2013	Var. % 12/13
Preço médio por par – MI – R$	R$ 13,85	R$13,21	(4,6%)	R$12,96	(1,9%)
Preço médio por par – ME – R$	R$ 8,04	R$10,56	31,3%	R$11,17	5,8%
Preço médio por par – ME – US$	US$ 4,80	US$5,40	12,5%	US$5,18	(4,1%)
Preço médio total – R$	R$ 12,20	R$12,56	3,0%	R$12,54	(0,2%)
CPV por par – R$	R$ 5,60	R$5,40	(3,6%)	R$5,52	2,2%
Taxa R$ / US$ (Final)	R$ 1,8758	R$2,0435	8,9%	R$2,3426	14,6%
Taxa R$ / US$ (médio)	R$ 1,6750	R$1,9546	16,7%	R$2,1576	10,4%
IGP-M			7,8119%		5,5257%
IPCA amplo			5,8386%		5,9108%

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2013, o Conselho de Administração da Grendene avaliou e aprovou a constituição de uma nova Companhia (A3NP), controlada pela Grendene e tendo como sócios: Philippe Starck, Philippe Ouakrat, Alexandre Allard, ABCDEFGHI Participações Ltda, empresa detida pelo Sr. Nizan Guanaes e FIP Santana fundo de investimentos detido pelo Sr. André Esteves.

O objetivo é aliar o expertise de Philippe Starck no design de produtos e dos demais sócios nas suas respectivas áreas, ao da Grendene na implementação e produção em escala industrial de produtos feitos a partir do plástico para vender, móveis e complementos, com design sofisticado e custo acessível para classe média.

A Grendene detém o controle acionário através de 42,5% do capital total e 50,1% do capital votante do novo negócio e o Investimento aprovado foi de R$52 milhões para as atividades iniciais, sendo destes, R$22 milhões a participação correspondente da Grendene.

Em 2011 e 2012 não houve introdução ou alienação de segmento operacional em nossas atividades durante que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da nossa Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Estabelecemos uma empresa controlada A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. para conduzir os negócios de móveis. Até 31 de dezembro de 2013 o investimento na empresa foi de aproximadamente R$8,0 milhões. A Companhia já tem equipe de gestão contratada e em plena atividade que está desenvolvendo o modelo de negócios e a linha de produtos, devendo iniciar a geração de receitas a partir do segundo semestre de 2014, mas muito provavelmente não atingirá o lucro neste primeiro ano. Entretanto, tudo o que desenvolvemos até agora em termos de produtos e modelo de negócios só nos encorajam em relação às expectativas iniciais.

Assim, provavelmente o impacto em 2014 nos números consolidados da Grendene será um pequeno prejuízo já que a operação não atingirá o ponto de equilíbrio neste ano.

Também em 2013, foi constituída a Grendene UK Limited, controlada 100% pela Grendene, com objetivo social a representação comercial e distribuição de produtos da Companhia no Reino Unido.

Em 2011 e 2012 não constituímos, adquirimos ou alienamos participação societária relevante que tenham causado efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

c. Eventos ou operações não usuais

Em 2013 efetuamos investimentos em torno de R$64 milhões adicionando a capacidade anual de produção de aproximadamente 50 milhões de pares, que nos permitiu atingir a capacidade instalada de cerca de 250 milhões de pares/ano. O total investido, incluindo pavilhão industrial, instalações, máquinas e equipamentos, gerou cerca de 4.500 empregos diretos.

Não ocorreram, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve alterações nas políticas contábeis e métodos de cálculo adotados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013.

A partir do segundo trimestre de 2013, as empresas A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. e a Grendene UK Limited, passam a fazer parte das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme descrito na Nota 10.c.

Não há em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

1. Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

A seguir apresenta-se a norma que será efetiva a partir do exercício social iniciado em 1° de janeiro de 2014:

- **IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensações de Ativos e Passivos** – Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

A seguir apresenta-se a norma que será efetiva a partir do exercício social iniciado em 1° de janeiro de 2015:

- **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros –** A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Companhia está avaliando, mas não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

- **IFRIC 21 –** Taxações – Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxação são claros. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

2. Avaliação dos impactos da Medida Provisória 627/13 convertida em Lei 12.973/14.

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas:

(i) alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido;

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta Medida Provisória, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria;

(iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos;

(iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio, e;

(v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Medida Provisória têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014, que é facultada às empresas pela Medida Provisória, pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos até a data de publicação desta MP, bem como juros sobre capital próprio e resultados de equivalência patrimonial.

A Companhia acompanha as diversas emendas já propostas no legislativo ao texto da Medida Provisória e tomará a decisão de adoção antecipada ou não quando esta se transformar em Lei ou, antes se assim for determinado por atos da Receita Federal (a data para a escolha ainda não está definida na legislação). Não obstante isto, a Administração elaborou estudos dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que:

a) a sua adoção antecipada eliminaria o risco da tributação da parcela dos dividendos pagos com base na contabilidade societária excedidos aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os valores apurados nos referidos estudos, são considerados imateriais pela Administração da Companhia.

b) a alteração trazida pelo art. 2° da Medida Provisória n° 627/13 ao Decreto-Lei n° 1.598, de 26 de dezembro de 1977 (dispositivo legal que trata do lucro da exploração), introduziu norma que, de forma expressa, passou a determinar a exclusão das receitas decorrentes de subvenções para investimentos no cálculo do lucro da exploração. A Companhia sujeitar-se-á a esta nova regra de forma facultativa a partir de 2014 ou obrigatória a partir de 2015. De acordo com os estudos promovidos, este dispositivo legal afetará a tributação incidente sobre os incentivos estaduais no momento em que integrarem a base de dividendos. Essa alteração poderá influenciar a decisão futura da Companhia sobre a proporção do Lucro Líquido a ser distribuído (*payout*) de acordo com a política de distribuição de dividendos da Companhia.

Em função da Medida Provisória 627/13, a Companhia decidiu alterar em 13 de fevereiro de 2014 a sua política de dividendos não fazendo destinação diversa de incentivos fiscais estaduais para comporem a base de dividendos, como vínhamos fazendo, e distribuir como dividendos a totalidade dos Lucros que não tem como origem os incentivos fiscais estaduais, após a constituição das Reservas Legais e Estatutárias. A MP 627/13 foi convertida na Lei 12.973 em 13 de maio de 2014.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não há ressalvas no Parecer dos Auditores. A ênfase presente no parecer do auditor se refere ao descrito na Nota 2 (a), as demonstrações financeiras individuais terem sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Grendene S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Políticas contábeis críticas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado reduzido dos custos incorridos para realizar a venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam das estimativas de resultado para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos: As regulamentações tributárias no Brasil são complexas, o que remete a incertezas com relação à interpretação dos mesmos e ao valor e época de resultados tributários futuros. Desta forma, eventuais diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia não constituiu provisões para este tema, suportada por diversos fatores, como, na experiência de auditorias fiscais anteriores, interpretações divergentes dos regulamentos tributários e por avaliações sistemáticas realizadas pela administração da Companhia em conjunto com suas assessorias tributárias.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis: As avaliações da probabilidade de perdas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outros itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; provisão para desconto pontualidade; a provisão para perdas no estoque; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação dos ajustes a valor presente de certos ativos e passivos; valor justo da remuneração baseada em ações; e as análises de sensibilidade de instrumentos financeiros.

De um modo geral as perdas registradas nestes itens tem sido insignificantes em relação ao porte da Companhia. Os ativos imobilizados cuja vida útil poderia variar tem valor individual pequeno e mesmo no seu conjunto não representam parcela significativa do total de ativos mantidos pela Companhia. Os créditos a receber de clientes representam um valor significativo no seu conjunto, mas como as vendas são extremamente pulverizadas nenhum cliente individual representa um risco muito grande e historicamente as provisões para perdas tem sido suficientes.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6 – Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras – Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Acreditamos na eficiência dos procedimentos e controles internos que adotamos para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das nossas demonstrações contábeis. Por essa razão, na opinião de nossa administração, nossas demonstrações contábeis apresentam adequadamente o resultado de nossas operações e nossa situação patrimonial e financeira nas respectivas datas.

Ressaltamos que os resultados financeiros indicados nas referidas demonstrações contábeis não indicam, necessariamente, os resultados que podem ser esperados para qualquer outro período ou exercício.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O relatório de recomendações para o aprimoramento dos Controles Internos, emitido pelos auditores independentes foi analisado pela administração da Companhia e nele não constam deficiências ou recomendações de impacto significativo que possam afetar as Demonstrações Financeiras da Grendene ou mesmo prejudicar o seu desempenho de forma material.

As principais recomendações para o aprimoramento dos controles internos apontam deficiências pontuais em áreas operacionais de apoio como TI, RH e Financeiro tais como melhorar a rapidez com que as senhas de acesso aos sistemas da Companhia são bloqueadas para funcionários demitidos, velocidade de adequação de senhas para novos cargos, armazenamento de históricos de logs de backups realizados, melhorar a formalização na migração de sistemas especialistas (software) em ambiente de teste para ambiente de produção, melhorar o controle dos contratos de licenciamento segregando-os em ativos e inativos, etc. Nenhuma das recomendações apresentadas se referem a problemas sistêmicos e segundo avaliação da administração e dos auditores independentes não tem ou terão impacto significativos na qualidade do retorno e/ou na capacidade da Companhia continuar obtendo retornos.

Essas recomendações vêm sendo devidamente analisadas, tendo como premissas a obrigatoriedade, relação custo x beneficio de melhorias de controles internos e sempre que julgadas pertinentes, implementadas pela administração da Companhia de forma tempestiva. Também enfatizamos que não foram encontradas nenhuma deficiência significativa ou falhas relevantes nos controles internos adotados pela Companhia que suportam os processos de elaboração das demonstrações financeiras.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7 – Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários em 2011, 2012 e 2013.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como:

i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não Aplicável

ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não Aplicável

iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não Aplicável

iv) Contratos de construção não terminada

Não Aplicável

v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não Aplicável

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não mantém quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos com sociedades controladas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, em sua situação financeira e/ou mudanças em sua situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital que não estejam registrados em seu balanço patrimonial.

A Companhia assinou boletim de subscrição de ações com a controlada A3NP Indústria de Móveis S.A. pelo qual se compromete a integralizar R$20,8 milhões dos quais já integralizou R$7,4 milhões até 31 de dezembro de 2013.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não Aplicável

b. Natureza e o propósito da operação

Não Aplicável

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não Aplicável

10.10 - Plano de negócios

10.10 – Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2012 os maiores investimentos foram em manutenção de prédios industriais, reposição do ativo imobilizado e aquisição de novos equipamentos para modernização do parque fabril e melhor eficiência de produção.

Em 2013 houve um incremento nos gastos em decorrência da ampliação da capacidade produtiva em 20%, com ampliação das instalações e aquisição de máquinas e equipamentos e em novo negócio de móveis plásticos em nossa controlada.

A composição dos investimentos está demonstrada no quadro a seguir:

Em milhares de reais	2011	2012	2013	Var. 13/12 %
Investimentos	**39.355**	**63.613**	**154.036**	**142,1%**

As descrições quantitativas e qualitativas dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos estão descritas nos itens 10.10.b e 10.10.c.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia tem condições de fazer todos os investimentos com recursos próprios.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos para os próximos anos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Em 2014, continuaremos a investir na melhoria e eficiência de nossos processos, o que provavelmente nos obrigará incorrer em despesas e custos não recorrentes com estes projetos no curto prazo. Também as despesas da controlada A3NP, ainda em fase pré-operacional, devem prejudicar nossas margens em 2014. Além do impacto em despesas também planejamos elevar nosso CAPEX que deve ficar aproximadamente em torno de R$120 milhões no ano.

Será um ano com grandes iniciativas. Inauguramos a Casa de Ipanema no Rio de Janeiro no bairro que serve de inspiração para a marca e provavelmente inauguraremos a Galeria Melissa em Londres no segundo semestre. São duas importantes ações "*branding*" que devem gerar resultados futuros na forma de "*awarenes*" das nossas marcas.

O Clube Melissa já ultrapassou as 100 lojas com bons resultados e deve continuar no mesmo ritmo confirmando nossas expectativas de chegar a 200 lojas em três ou quatro anos.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

A Grendene atua no setor de calçados com forte componentes de moda e seu modelo de negócios se assemelha ao que é conhecido no mercado como "*fast fashion",* que consiste no lançamento de muitos produtos num ano compondo diversas coleções. Desta forma o portfólio de produtos da Grendene é inteiramente renovado a cada 90 a 180 dias.

Para garantir o sucesso e aceitação destas coleções a Grendene acompanha continuamente o mercado mantendo estreita comunicação com os pontos de venda e realiza pesquisas de mercado junto a consumidores alvo sobre suas propostas de lançamentos. Também faz parte deste esforço a participação em muitas feiras nacionais e internacionais onde as reações dos compradores relativas aos produtos podem ser observadas e testadas.

O novo negócio de móveis, conduzido na controlada A3NP deve iniciar vendas no segundo semestre de 2014, mas muito provavelmente não atingirá o lucro neste primeiro ano, mas tudo o que desenvolvemos até agora em termos de produtos e modelo de negócios só nos encorajam em relação às expectativas iniciais.

10.10 - Plano de negócios

10.10 – Plano de negócios

i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Grendene não divulga pesquisas em andamento pelas características de seu negócio, mas mostra o resultado na forma de produtos nos lançamentos, que geralmente ocorrem durante a participação em feiras e eventos.

ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

R$ milhões	2011	2012	2013	Var. 12/13
Gastos gerais em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos	59,6	42,9	49,9	16,2%

A rigor a Companhia comercializa apenas um produto: calçados em diversos modelos que são continuamente renovados, nas linhas masculina, feminina e infantil. O que chamamos aqui de novos produtos são, na verdade, diferentes modelos de calçados.

iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Vide item 10.10.b e 10.10.c.

iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não distinguimos estes gastos dos apresentados no item 10.c.ii.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 Projeções divulgadas e premissas

Os resultados obtidos em ano difícil excederam nossas expectativas o que reforça nossa confiança no modelo de negócios da Grendene e nos estimula a manter a projeção de nossas metas até 2015 e estender para 2018, passando a considerar para avaliação de nossa evolução o período de 2008 a 2018, conforme a seguir:

Mantidas as metas para o período 2008-2015 e estendidas até 2018:

- Crescimento da receita bruta a uma taxa composta média (CAGR) entre 8% e 12% (2008-2018).
- Crescimento do lucro líquido a uma taxa composta média (CAGR) entre 12% e 15% (2008-2018).
- A Grendene tem por objetivo manter neste período as despesas de propaganda e publicidade em média entre 8% e 10% da receita líquida.

Entendemos que neste período poderemos ter anos com crescimento maior que esta taxa e outros com crescimento menor, mas pretendemos na média atingir esta meta.

Nossa expectativa é que o crescimento da receita bruta no período de 10 anos (CAGR) de 2008 a 2018 fique entre 8% a 12% a.a. e o lucro líquido fique entre 12% e 15% a.a.

Razões para manter as Metas anunciadas:

Em 2009 quando anunciamos as metas (CAGR: 2008-2013) que pretendíamos perseguir nos próximos cinco anos, posteriormente estendidos até 2015 (CAGR: 2008-2015), afirmamos que nosso objetivo era dar uma orientação aos acionistas da direção e ordem de grandeza de objetivos que considerávamos razoavelmente possíveis, enfatizando não se tratar de uma previsão a ser aplicada a cada ano individual.

Afirmamos ainda que dada a variabilidade no setor de consumo haveria anos que excederíamos os parâmetros anunciados e anos que ficaríamos abaixo. Foi o que aconteceu nos 6 anos decorridos desde então.

Ainda assim os caminhos percorridos não foram exatamente os previstos. O consumo no mercado interno não cresceu como imaginávamos, mas ganhamos *market share*. As exportações subiram, caíram e voltaram a subir diante de grandes variações nas taxas de câmbio e a sucessão de crises internas e externas.

Na época, o mais importante que queríamos transmitir aos acionistas era a empresa que estávamos visualizando em 2015, em termos de tamanho, exportações, número de pares produzidos, estrutura de custos e qualidade dos resultados. Ao previrmos um crescimento médio nos lucros líquidos acima do crescimento médio da receita antecipávamos nossa determinação de melhorar margens. Num período de vários anos, o crescimento esperado real não seria menor que o crescimento do mercado e, a inflação em nossos custos e despesas, seria repassada aos preços. O objetivo era, e continua sendo, crescer com bons resultados nos mercados e segmentos que isso fosse possível.

Tudo isso foi alcançado. Agora, faltando apenas o ano de 2015 para completar o período, não vemos sentido em alterar estas estimativas ou tentar fazer uma previsão precisa para um único ano.

A verdade é que temos que ser humildes e reconhecer que não sabemos de antemão o resultado de um ano e nem temos o poder de determinar o que vai acontecer no mercado ou o dom de prever. O que sabemos e podemos assegurar com razoável chance de sucesso é que temos flexibilidade e nos adaptamos rapidamente às exigências do mercado e num período suficientemente amplo obtemos os resultados que perseguimos, por isso estendemos esta nossa visão até 2018.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Portanto, nossas estimativas para o período 2008-2015 continuam a valer com a mesma ressalva que sempre fizemos: poderemos ter anos com crescimento maior que esta taxa e outros com crescimento menor, mas pretendemos na média atingir esta meta e estendemos os mesmos parâmetros para o período de 2008-2018.

O panorama de mercado no Brasil e no exterior vai continuar desafiador, e não deve melhorar no curto prazo. O que nos cabe é nos adaptar a esta condição o que temos feito com satisfatório sucesso. Internamente, manteremos o foco no fortalecimento de nossas marcas, na excelência operacional, no ganho de *market share* e principalmente na recuperação das margens.

Não obstante, podemos adiantar que iniciamos o ano de 2015 superando o ano passado (2014) e nossas expectativas, comprovando nossa avaliação que pelo menos até o momento os maiores impactos do ajuste da economia ocorrem em itens de consumo movidos a crédito e não nos de baixo ticket, como são os produtos da Grendene.

Com base no desempenho apresentado e com as ressalvas feitas acreditamos no atingimento das metas propostas para o período de 2008-2018.

Comparação do desempenho com as meta:

Desempenho – taxa média composta de crescimento (CAGR), de 2008 a 2014:

R$ milhões	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	CAGR
Receita Bruta	R$1.576,0	R$1.819,4	R$1.998,6	R$1.831,6	R$2.324,5	R$2.711,4	R$2.720,3	9,5%
VariaçãoY-o-Y		15,4%	9,9%	(8,4%)	26,9%	16,6%	0,3%	
Lucro Líquido	R$239,4	R$272,2	R$312,4	R$305,4	R$429,0	R$433,5	R$490,2	12,7%
Variação Y-o-Y		13,7%	14,8%	(2,2%)	40,5%	1,1%	13,1%	

R$ milhões	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	CAGR
Desp. public. & propag.	R$107,6	R$116,1	R$127,1	R$138,7	R$147,0	R$163,7	R$169,2	7,8%
Participação % ROL	8,6%	8,0%	7,9%	9,4%	7,8%	7,5%	7,6%	

Os valores realizados estão dentro das expectativas traçadas para o período 2008 – 2015.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Atualizado em 23/04/2015

Comparação do desempenho com as metas:

Desempenho – taxa média composta de crescimento (CAGR), nos primeiros trimestres, de 2008 a 2015:

R$ milhões	1T08	1T09	1T10	1T11	1T12	1T13	1T14	1T15	CAGR
Receita Bruta	331,4	371,5	456,6	392,1	495,4	603,6	615,4	638,4	9,8%
VariaçãoY-o-Y		12,1%	22,9%	(14,1%)	26,3%	21,8%	2,0%	3,7%	
Lucro Líquido	41,0	64,3	46,9	63,5	82,1	102,3	96,5	136,9	18,8%
Variação Y-o-Y		56,8%	(27,1%)	35,4%	29,3%	24,6%	(5,7%)	41,8%	

R$ milhões	1T08	1T09	1T10	1T11	1T12	1T13	1T14	1T15	CAGR
Desp .public. & propag.	17,4	18,7	18,4	18,7	30,0	32,9	26,4	23,9	4,6%
Participação % ROL	6,6%	6,1%	4,9%	5,9%	7,6%	6,8%	5,3%	4,5%	

Com os resultados obtidos confiamos em manter a projeção de nossas metas de longo prazo, já divulgadas anteriormente, para o período 2008 a 2018, conforme reiteradas a seguir:

Mantidas as metas para o período 2008-2018:

- Crescimento da receita bruta a uma taxa composta média (CAGR) entre 8% e 12%.
- Crescimento do lucro líquido a uma taxa composta média (CAGR) entre 12 % e 15%.
- A Grendene tem por objetivo manter neste período as despesas de propaganda e publicidade em média entre 8% e 10% da receita líquida.

Entendemos que neste período poderemos ter anos com crescimento maior que esta taxa e outros com crescimento menor, mas pretendemos na média atingir esta meta.

Razões para manter as Metas anunciadas:

A cada ano nossos resultados têm sido melhores que em anos anteriores. Algumas vezes um pouco melhor, outras vezes bastante melhor. No acumulado dos últimos 6 (seis) anos conseguimos nos manter razoavelmente dentro da faixa projetada ainda que enfrentando muitas dificuldades inesperadas.

Os resultados do 1T15 foram muito bons e dentro de nossas expectativas. Na opinião da administração, considerando a conjuntura de mercado que se apresentou, a Grendene desempenhou muito bem.

Não obstante estes bons resultados, podemos esperar um aprofundamento da recessão no Brasil e desta vez com alguns elementos que podem afetar os resultados da Grendene. O desemprego, que afeta diretamente a renda e consumidores da base da pirâmide de consumo já está maior do que imaginávamos para o ano tendo atingido recentemente os 7,4% e a renda disponível deste consumidor vem diminuindo com os aumentos dos chamados preços administrados da economia; a volatilidade na moeda brasileira, bem maior que a volatilidade internacional, pode afetar o custo de matéria-prima no curto prazo, embora não acreditemos numa tendência de alta dos custos de matéria-prima e sim oscilação; a inflação forte e retração econômica continuada completam o quadro do que nos espera no restante do ano.

Como sempre, vamos nos posicionar para este cenário e nossa expectativa continua sendo de obter em 2015 resultados melhores que em 2014. Ganhar *market share* com pouco ou nenhum crescimento de volume, que poderá ficar abaixo dos 200 milhões de pares no ano inteiro, acertar o mix, incluindo a precificação e melhorar margens, especialmente a margem líquida serão os desafios do ano. A pressão nas receitas ocasionadas por demanda mais fraca e a pressão nos custos devido a diminuição do reintegra de 3% para 1% a partir de março de 2015, o Pis/Cofins de 4,65% sobre receitas financeiras a partir de 01 de julho de 2015 e a possível desoneração da folha de pagamento certamente estão tornando este desafio maior. Neste primeiro trimestre vencemos bem estas dificuldades.

Entretanto, antecipamos que o segundo trimestre, período de menor atividade no ano devido à sazonalidade do setor, deverá ser também o período mais difícil para superar os resultados do ano anterior. Pelo menos com os dados que dispomos até o momento. Nos trimestres seguintes (2º semestre), quando tradicionalmente ocorrem a maior parte de nossas vendas temos muito mais flexibilidade para compensar os efeitos negativos do ambiente econômico como temos demonstrado nos últimos anos.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Em nossa expectativa a situação macroeconômica só para de piorar no 2S15 para começar a reagir em 2016 e contamos estar bem preparados para esta conjuntura.

Desta forma, estamos confiantes. Em tempos turbulentos, nosso crescimento sempre ocorreu e uma de nossas características é a agilidade de adaptação. Continuamos acreditando no potencial deste mercado. Com base nestas perspectivas, a Grendene tem razoável expectativa em poder atingir as metas anunciadas para o período de 2008-2018.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Atualizado em 12/02/2015

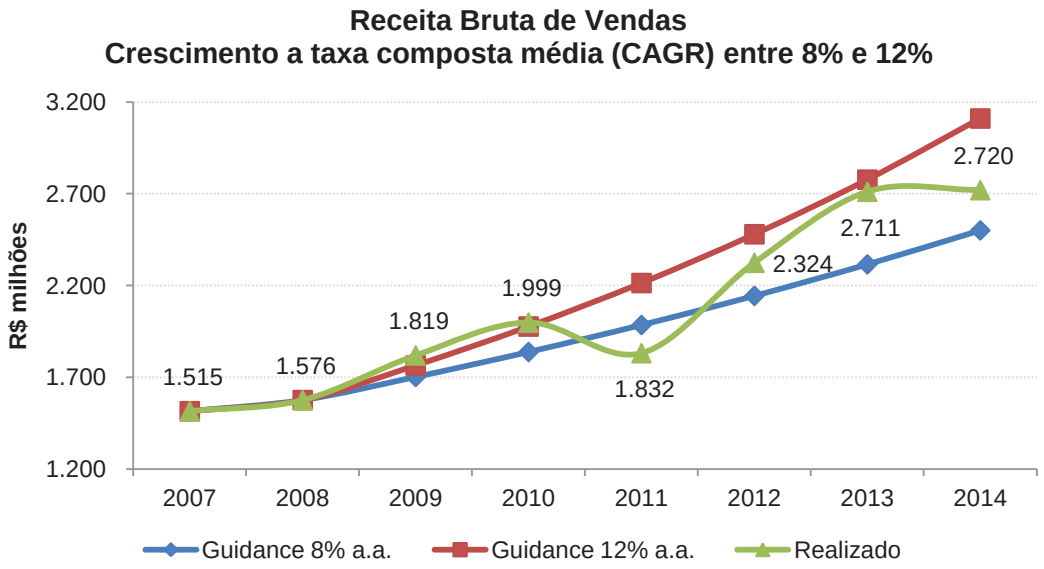
Comparação do desempenho com as metas:

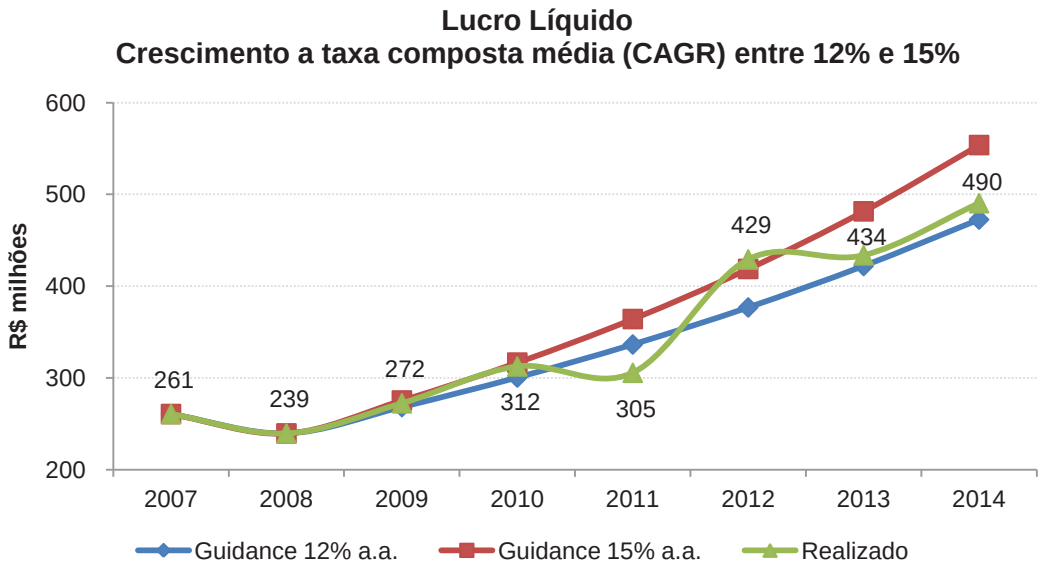
Desempenho – taxa média composta de crescimento (CAGR), de 2008 a 2014:

R$ milhões	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	CAGR
Receita Bruta	R$1.576,0	R$1.819,4	R$1.998,6	R$1.831,6	R$2.324,5	R$2.711,4	R$2.720,3	9,5%
VariaçãoY-o-Y		15,4%	9,9%	(8,4%)	26,9%	16,6%	0,3%	
Lucro Líquido	R$239,4	R$272,2	R$312,4	R$305,4	R$429,0	R$433,5	R$490,2	12,7%
Variação Y-o-Y		13,7%	14,8%	(2,2%)	40,5%	1,1%	13,1%	

R$ milhões	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	CAGR
Desp. public. & propag.	R$107,6	R$116,1	R$127,1	R$138,7	R$147,0	R$163,7	R$169,2	7,8%
Participação % ROL	8,6%	8,0%	7,9%	9,4%	7,8%	7,5%	7,6%	

Os valores realizados estão dentro das expectativas traçadas para o período 2008 – 2015.
Estas observações ficam mais claras nos gráficos abaixo:





11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Os resultados obtidos em ano difícil excederam nossas expectativas o que reforça nossa confiança no modelo de negócios da Grendene e nos estimula a manter a projeção de nossas metas até 2015 e estender para 2018, passando a considerar para avaliação de nossa evolução o período de 2008 a 2018, conforme a seguir:

Mantidas as metas para o período 2008-2015 e estendidas até 2018:

- Crescimento da receita bruta a uma taxa composta média (CAGR) entre 8% e 12% (2008-2018).
- Crescimento do lucro líquido a uma taxa composta média (CAGR) entre 12% e 15% (2008-2018).
- A Grendene tem por objetivo manter neste período as despesas de propaganda e publicidade em média entre 8% e 10% da receita líquida.

Entendemos que neste período poderemos ter anos com crescimento maior que esta taxa e outros com crescimento menor, mas pretendemos na média atingir esta meta.

Nossa expectativa é que o crescimento da receita bruta no período de 10 anos (CAGR) de 2008 a 2018 fique entre 8% a 12% a.a. e o lucro líquido fique entre 12% e 15% a.a.

Razões para manter as Metas anunciadas:

Em 2009 quando anunciamos as metas (CAGR: 2008-2013) que pretendíamos perseguir nos próximos cinco anos, posteriormente estendidos até 2015 (CAGR: 2008-2015), afirmamos que nosso objetivo era dar uma orientação aos acionistas da direção e ordem de grandeza de objetivos que considerávamos razoavelmente possíveis, enfatizando não se tratar de uma previsão a ser aplicada a cada ano individual.

Afirmamos ainda que dada a variabilidade no setor de consumo haveria anos que excederíamos os parâmetros anunciados e anos que ficaríamos abaixo. Foi o que aconteceu nos 6 anos decorridos desde então.

Ainda assim os caminhos percorridos não foram exatamente os previstos. O consumo no mercado interno não cresceu como imaginávamos, mas ganhamos market share. As exportações subiram, caíram e voltaram a subir diante de grandes variações nas taxas de câmbio e a sucessão de crises internas e externas.

Na época, o mais importante que queríamos transmitir aos acionistas era a empresa que estávamos visualizando em 2015, em termos de tamanho, exportações, número de pares produzidos, estrutura de custos e qualidade dos resultados. Ao previrmos um crescimento médio nos lucros líquidos acima do crescimento médio da receita antecipávamos nossa determinação de melhorar margens. Num período de vários anos, o crescimento esperado real não seria menor que o crescimento do mercado e, a inflação em nossos custos e despesas, seria repassada aos preços. O objetivo era, e continua sendo, crescer com bons resultados nos mercados e segmentos que isso fosse possível.

Tudo isso foi alcançado. Agora, faltando apenas o ano de 2015 para completar o período, não vemos sentido em alterar estas estimativas ou tentar fazer uma previsão precisa para um único ano.

A verdade é que temos que ser humildes e reconhecer que não sabemos de antemão o resultado de um ano e nem temos o poder de determinar o que vai acontecer no mercado ou o dom de prever. O que sabemos e podemos assegurar com razoável chance de sucesso é que temos flexibilidade e nos adaptamos rapidamente às exigências do mercado e num período suficientemente amplo obtemos os resultados que perseguimos, por isso estendemos esta nossa visão até 2018.

Portanto, nossas estimativas para o período 2008-2015 continuam a valer com a mesma ressalva que sempre fizemos: poderemos ter anos com crescimento maior que esta taxa e outros com crescimento menor, mas pretendemos na média atingir esta meta e estendemos os mesmos parâmetros para o período de 2008-2018.

O panorama de mercado no Brasil e no exterior vai continuar desafiador, e não deve melhorar no curto prazo. O que nos cabe é nos adaptar a esta condição o que temos feito com satisfatório sucesso. Internamente, manteremos o foco no fortalecimento de nossas marcas, na excelência operacional, no ganho de market share e principalmente na recuperação das margens.

Não obstante, podemos adiantar que iniciamos o ano de 2015 superando o ano passado (2014) e nossas expectativas, comprovando nossa avaliação que pelo menos até o momento os maiores impactos do ajuste da economia ocorrem em itens de consumo movidos a crédito e não nos de baixo ticket, como são os produtos da Grendene.

Com base no desempenho apresentado e com as ressalvas feitas acreditamos no atingimento das metas propostas para o período de 2008-2018.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Atualizado em 23/10/2014

Comparação do desempenho com as metas:

Embora apresentemos os comparativos a cada período para fins de acompanhamento dos valores realizados, enfatizamos que as metas estabelecidas são para períodos completos (ano cheio).

Desempenho – taxa média composta de crescimento (CAGR), nos segundos trimestres, de 2008 a 2014:

R$ milhões	3T08	3T09	3T10	3T11	3T12	3T13	3T14	CAGR
Receita Bruta	457,9	475,5	546,4	511,3	613,0	739,0	730,1	8,1%
VariaçãoY-o-Y		3,9%	14,9%	(6,4%)	19,9%	20,6%	(1,2%)	
Lucro Líquido	73,3	65,6	104,8	83,5	119,4	122,1	126,0	9,5%
Variação Y-o-Y		(10,5%)	59,7%	(20,3%)	43,0%	2,2%	3,2%	

R$ milhões	3T08	3T09	3T10	3T11	3T12	3T13	3T14	CAGR
Desp. public. & propag.	32,3	33,9	44,4	46,3	42,9	45,7	53,4	8,8%
Participação % ROL	9,0%	9,0%	10,2%	11,2%	8,6%	7,6%	8,9%	

Observamos que a Receita Bruta no 3T14 foi a segunda melhor nos últimos 7 terceiros trimestres, inferior apenas à obtida no 3T13 e o Lucro Líquido foi o maior dos terceiros trimestres.

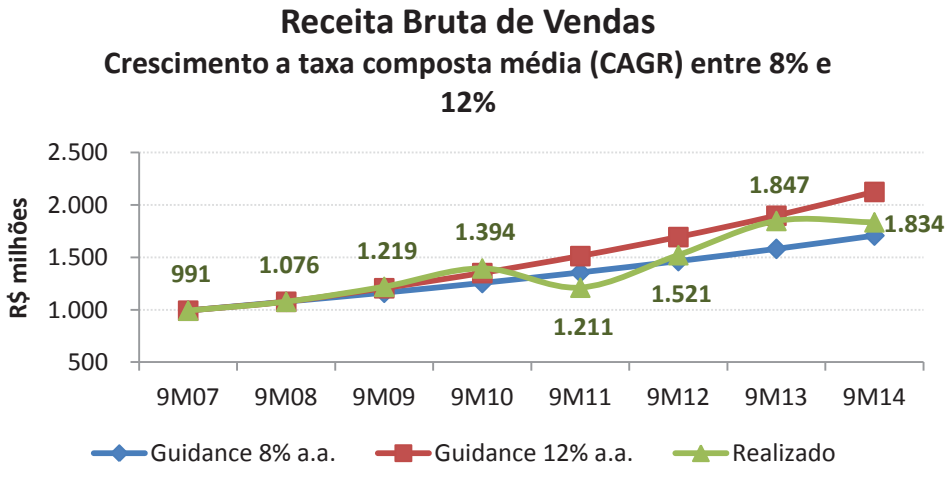
Desempenho – taxa média composta de crescimento (CAGR), nos primeiros nove meses, de 2008 a 2014:

R$ milhões	9M08	9M09	9M10	9M11	9M12	9M13	9M14	CAGR
Receita Bruta	1.076,1	1.218,7	1.394,0	1.210,6	1.521,1	1.847,3	1.834,2	9,3%
Variação Y-o-Y		13,2%	14,4%	(13,2%)	25,6%	21,4%	(0,7%)	
Lucro Líquido	156,7	187,2	189,7	183,9	261,0	290,6	294,9	11,1%
Variação Y-o-Y		19,5%	1,4%	(3,1%)	41,9%	11,4%	1,5%	

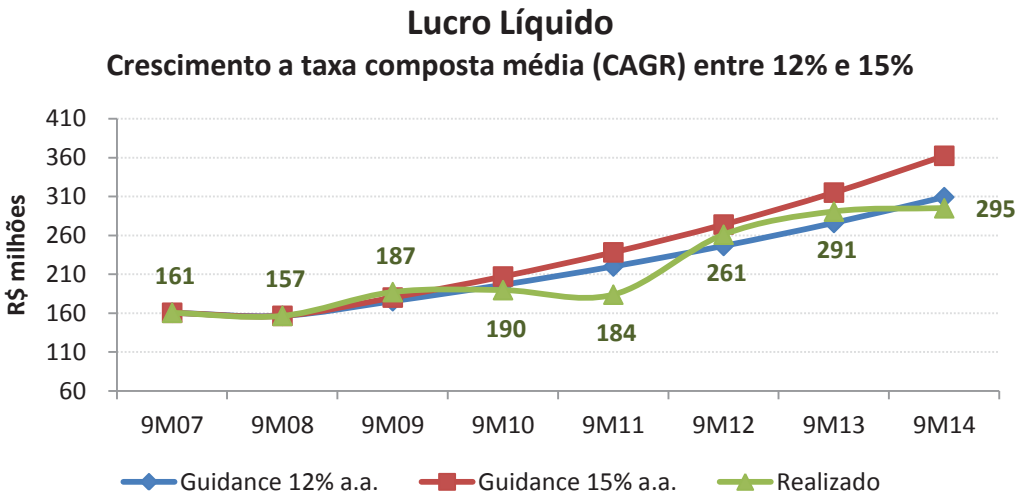
R$ milhões	9M08	9M09	9M10	9M11	9M12	9M13	9M14	CAGR
Desp. public. & propag.	69,5	72,3	82,6	85,0	101,3	105,2	105,9	7,3%
Participação % ROL	8,2%	7,4%	7,4%	8,7%	8,3%	7,1%	7,1%	

Quando analisamos os primeiros nove meses a Receita Bruta nos 9M14 foi a segunda maior obtida nos últimos 7 períodos comparáveis de cada ano anterior, inferior apenas à dos 9M13. Já o Lucro Líquido foi o maior obtido neste histórico.

Estas observações ficam mais claras nos gráficos abaixo:



11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas



Nos últimos 12 meses, encerrados em 30/09/2014, a Grendene apresentou um retorno aos acionistas (lucro acumulado em 12 meses dividido pelo Patrimônio Líquido ajustado pelos dividendos distribuídos) de 23,6%, distribuiu R$266,4 milhões de dividendos, gerou R$472,5 milhões de caixa operacional e aumentou seu saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras para R$1.010,9 milhões.

Os resultados obtidos excederam nossas expectativas o que reforça nossa confiança no modelo de negócios da Grendene o que nos estimula a manter a projeção de nossas metas de longo prazo para o período 2008 a 2015, conforme a seguir:

Mantidas as metas para o período 2008-2015:

- Crescimento da receita bruta a uma taxa composta média (CAGR) entre 8% e 12%.
- Crescimento do lucro líquido a uma taxa composta média (CAGR) entre 12 % e 15%.
- A Grendene tem por objetivo manter neste período as despesas de propaganda e publicidade em média entre 8% e 10% da receita líquida.

Entendemos que neste período poderemos ter anos com crescimento maior que esta taxa e outros com crescimento menor, mas pretendemos na média atingir esta meta.

Razões para manter as Metas anunciadas:

O panorama de mercado no Brasil e no exterior continua desafiador, como previmos e, em nossa opinião, não deve melhorar no curto prazo. No mercado interno, passada a Copa do Mundo permaneceram as incertezas eleitorais e dados macroeconômicos mostram fragilidade já sinalizada no rebaixamento da classificação de crédito do Brasil por duas agências de rating e pelo próprio FMI. No mercado externo a recuperação nos principais mercados ainda não mostrou força, agravado pelo baixo crescimento econômico na América Latina com crises em parceiros tradicionais do comércio brasileiro como Argentina e Venezuela. A continuidade do pouco dinamismo do mercado interno torna cada vez mais difícil o crescimento.

Apesar de termos iniciado o ano com expectativas baixas em relação à economia brasileira os resultados até agora foram ainda piores que as expectativas surpreendendo negativamente. Não obstante, os resultados seguem com tendências positivas com a receita próxima ao piso da faixa esperada e o lucro líquido praticamente no piso da faixa esperada quando analisamos os últimos 6 períodos de 9M (9M08-9M14).

Esta análise de tendência em um prazo maior evidencia a elevada base de comparação que constitui os 9M13 o que faz os 9M14 parecerem piores do que realmente são num contexto de longo prazo. Também indica a possibilidade de ficarmos abaixo da faixa se a situação econômica continuar se agravando.

Entretanto lembramos que a cada ano temos melhorado a última linha de resultado assim como fizemos nos 9M14. Algumas vezes um pouco melhor, outras vezes bastante melhor. Na média, quando um período maior é considerado, conseguimos nos manter razoavelmente dentro da faixa projetada ainda que enfrentando muitas dificuldades. Em 2014 não tem sido diferente.

Lembramos também que em outubro deste ano fazem dez anos da operação de abertura de capital da Grendene (IPO em 28/10/2004). Neste período distribuímos R$1,7 bilhão de dividendos, e ainda, praticamente triplicamos o patrimônio líquido da empresa. Multiplicamos o lucro líquido anual por dois (até 31/12/1013) acumulando R$ 3,2 bilhões no período de 10 anos (até 9M14). Produzimos 1,72 bilhão de pares de calçados, 1,3 bilhão no mercado interno e exportamos 420 milhões de pares. No

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

mercado interno este volume corresponde a aproximadamente 7 pares para cada habitante e no mercado externo a liderança na exportação de calçados do Brasil durante todo o período. No ano de 2013 atingimos o recorde de 216 milhões de pares em um ano. Este crescimento foi obtido com um investimento em ativos fixos, relativamente pequeno, de R$546 milhões e um maior em marketing (registrado como despesa) de R$1,3 bilhão. Apesar dos investimentos e da distribuição de dividendos o caixa líquido da empresa (descontando dívidas financeiras) subiu de R$184 milhões em 31/12/2004 para R$868 milhões em 30/09/2014. E o preço da ação, ajustado aos desdobramentos, subiu de R$10,33 (preço ajustado no IPO) para R$17,00 em 30/09/2014: crescimento de 64,5%.

Para 2014, os resultados do trimestre não mudaram nossa expectativa sobre o ano e continuamos esperando não crescer em volume, mas com expectativa de algum crescimento na receita e lucro líquido. Quando analisado o ano inteiro será um desafio manter as margens do ano passado, pois, começamos o ano com os custos mais elevados do 2S13 e com dificuldades de alinhar preços em um mercado fraco. Continuamos confiantes. Em tempos turbulentos, nosso crescimento sempre ocorreu e uma de nossas características é a agilidade de adaptação. Acreditamos no potencial deste mercado e por este motivo investimos na ampliação de capacidade para atendê-lo.

Internamente, manteremos o foco no fortalecimento de nossas marcas, na excelência operacional, no ganho de *market share* e principalmente na recuperação das margens.

Com base no desempenho apresentado acreditamos no atingimento das metas propostas para o período de 2008-2015.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Atualizado em 24/07/2014

Comparação do desempenho com as metas:

Embora apresentemos os comparativos a cada período para fins de acompanhamento dos valores realizados, enfatizamos que as metas estabelecidas são para períodos completos (ano cheio).

Desempenho – taxa média composta de crescimento (CAGR), nos segundos trimestres, de 2008 a 2014:

R$ milhões	2T08	2T09	2T10	2T11	2T12	2T13	2T14	CAGR
Receita Bruta	286,9	371,7	391,0	307,2	412,6	504,7	488,7	9,3%
VariaçãoY-o-Y		29,6%	5,2%	(21,4%)	34,3%	22,3%	(3,2%)	
Lucro Líquido	42,4	57,3	38,0	36,9	59,5	66,2	72,4	9,3%
Variação Y-o-Y		35,2%	(33,7%)	(3,1%)	61,4%	11,2%	9,4%	

R$ milhões	2T08	2T09	2T10	2T11	2T12	2T13	2T14	CAGR
Desp .public. & propag.	19,8	19,8	19,9	20,0	28,5	26,7	26,2	4,7%
Participação % ROL	9,1%	6,7%	6,5%	8,2%	8,6%	6,6%	6,6%	

Observamos que a Receita Bruta no 2T14 foi a segunda melhor nos últimos 7 segundos trimestres, inferior apenas à obtida no 2T13. Já o Lucro Líquido foi o maior obtido nos últimos 7 segundos trimestres.

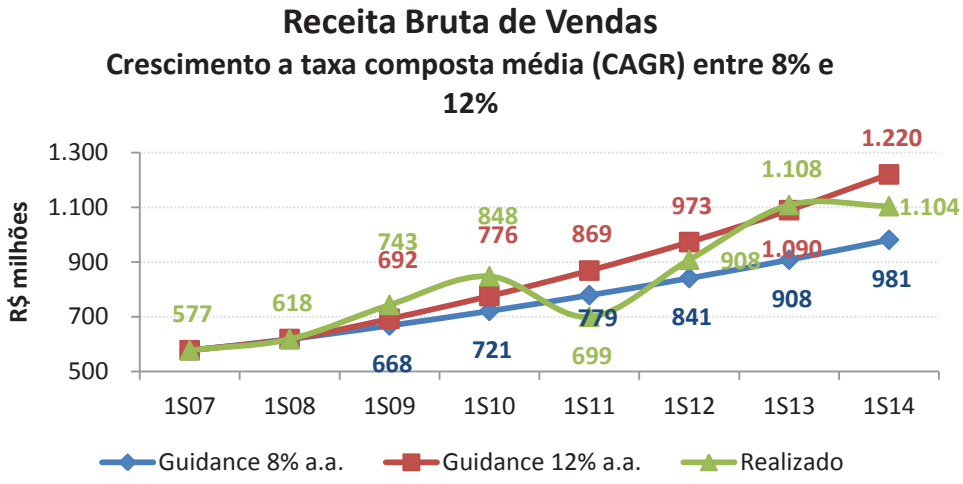
Desempenho – taxa média composta de crescimento (CAGR), nos primeiros semestres, de 2008 a 2014:

R$ milhões	1S08	1S09	1S10	1S11	1S12	1S13	1S14	CAGR
Receita Bruta	618,2	743,2	847,6	699,3	908,1	1.108,3	1.104,1	10,1%
VariaçãoY-o-Y		20,2%	14,1%	(17,5%)	29,8%	22,0%	(0,4%)	
Lucro Líquido	83,4	121,6	84,9	100,4	141,5	168,5	168,9	12,5%
Variação Y-o-Y		20,3%	(30,1%)	18,2%	41,0%	19,1%	0,2%	

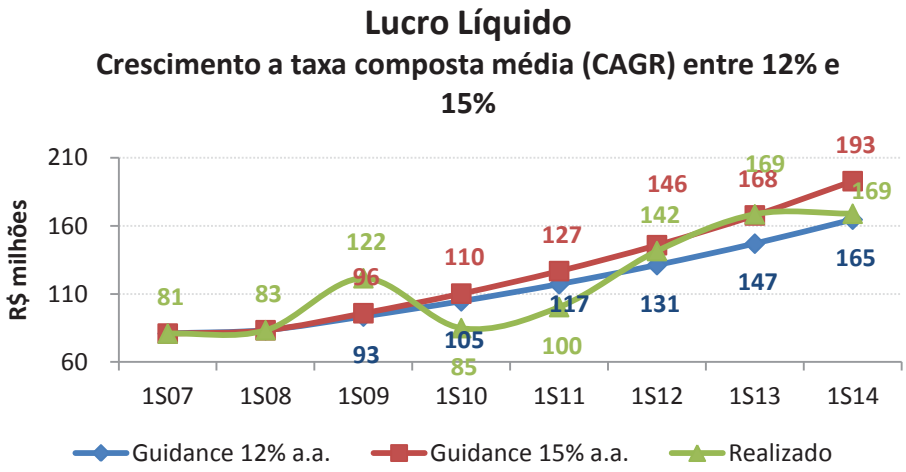
R$ milhões	1S08	1S09	1S10	1S11	1S12	1S13	1S14	CAGR
Desp .public. & propag.	37,2	38,5	38,3	38,7	58,4	59,5	52,5	5,9%
Participação % ROL	7,7%	6,4%	5,6%	6,9%	8,0%	6,7%	5,9%	

Quando analisamos os primeiros semestres vale a mesma observação anterior, isto é, Receita Bruta no 1S14 foi a segunda melhor nos últimos 7 primeiros semestres, inferior apenas à obtida no 1S13. Já o Lucro Líquido foi o maior obtido nos últimos 7 primeiros semestres.

Estas observações ficam mais claras nos gráficos abaixo:



11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas



A resiliência nos resultados obtidos confirmam nossas expectativas e reforçam nossa confiança no modelo de negócios da Grendene o que nos estimula a manter a projeção de nossas metas de longo prazo para o período 2008 a 2015, conforme a seguir:

Mantidas as metas para o período 2008-2015:

- Crescimento da receita bruta a uma taxa composta média (CAGR) entre 8% e 12%.
- Crescimento do lucro líquido a uma taxa composta média (CAGR) entre 12 % e 15%.
- A Grendene tem por objetivo manter neste período as despesas de propaganda e publicidade em média entre 8% e 10% da receita líquida.

Entendemos que neste período poderemos ter anos com crescimento maior que esta taxa e outros com crescimento menor, mas pretendemos na média atingir esta meta.

Razões para manter as Metas anunciadas:

O panorama de mercado no Brasil e no exterior continua desafiador, como previmos e, em nossa opinião, não deve melhorar no curto prazo. No mercado interno, passada a copa do mundo permanecem as incertezas eleitorais. No mercado externo a recuperação nos principais mercados ainda não mostrou força.

O 2T14 não nos surpreendeu. As dificuldades que tivemos foram àquelas esperadas e os ajustes a esta conjuntura continuam. Não obstante, os resultados seguem com tendências positivas e estão dentro da faixa esperada tanto quando olhamos os últimos 5 anos (2008-2013) quanto quando analisamos os últimos 7 primeiros semestres (1S08-1S14). Esta análise de tendência em um prazo maior evidencia a elevada base de comparação que constitui o 1S13 o que faz o 1S14 parecer pior do que realmente é num contexto de longo prazo.

A cada ano nossos resultados têm sido melhores que em anos anteriores. Algumas vezes um pouco melhor, outras vezes bastante melhor. Na média, quando um período maior é considerado, conseguimos nos manter razoavelmente dentro da faixa projetada ainda que enfrentando muitas dificuldades inesperadas. No 1S14 não foi diferente.

Para este ano não esperamos crescimento de volume, mas continuamos com expectativa de algum crescimento na receita e lucro líquido. Quando analisado o ano inteiro será um desafio manter as margens do ano passado, pois, começamos o ano com os custos mais elevados do 2S13 e com preços ainda não totalmente alinhados. Também temos que ajustar nossa estrutura de custos aos volumes realmente demandados nesta conjuntura

Entretanto, estamos confiantes. Em tempos turbulentos, nosso crescimento sempre ocorreu e uma de nossas características é a agilidade de adaptação. Acreditamos no potencial deste mercado e por este motivo investimos na ampliação de capacidade para atendê-lo.

Internamente, manteremos o foco no fortalecimento de nossas marcas, na excelência operacional, no ganho de *market share* e principalmente na recuperação das margens.

Com base no desempenho apresentado acreditamos no atingimento das metas propostas para o período de 2008-2015.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Atualizado em 23/04/2014

Comparação do desempenho com as metas:

Desempenho – taxa média composta de crescimento (CAGR), nos primeiros trimestres, de 2008 a 2014:

R$ milhões	1T08	1T09	1T10	1T11	1T12	1T13	1T14	CAGR
Receita Bruta	331,4	371,5	456,6	392,1	495,4	603,6	615,4	10,9%
VariaçãoY-o-Y		12,1%	22,9%	(14,1%)	26,3%	21,8%	2,0%	
Lucro Líquido	41,0	64,3	46,9	63,5	82,1	102,3	96,5	15,3%
Variação Y-o-Y		56,8%	(27,1%)	35,4%	29,3%	24,6%	(5,7%)	

R$ milhões	1T08	1T09	1T10	1T11	1T12	1T13	1T14	CAGR
Desp .public. & propag.	17,4	18,7	18,4	18,7	30,0	32,9	26,4	7,2%
Participação % ROL	6,6%	6,1%	4,9%	5,9%	7,6%	6,8%	5,3%	

Com os resultados obtidos confiamos em manter a projeção de nossas metas de longo prazo, já divulgadas anteriormente, para o período 2008 a 2015, conforme reiteradas a seguir:

Mantidas as metas para o período 2008-2015:

- Crescimento da receita bruta a uma taxa composta média (CAGR) entre 8% e 12%.
- Crescimento do lucro líquido a uma taxa composta média (CAGR) entre 12 % e 15%.
- A Grendene tem por objetivo manter neste período as despesas de propaganda e publicidade em média entre 8% e 10% da receita líquida.

Entendemos que neste período poderemos ter anos com crescimento maior que esta taxa e outros com crescimento menor, mas pretendemos na média atingir esta meta.

Razões para manter as Metas anunciadas:

A cada ano nossos resultados têm sido melhores que em anos anteriores. Algumas vezes um pouco melhor, outras vezes bastante melhor. No acumulado dos últimos 5 (cinco) anos conseguimos nos manter razoavelmente dentro da faixa projetada ainda que enfrentando muitas dificuldades inesperadas. Em 2013 não foi diferente.

Em 2014, o país passa por um processo eleitoral para a escolha de seu presidente, será sede da copa do mundo e a sociedade brasileira terá que enfrentar grandes desafios na infraestrutura, educação e falta de crescimento da economia. Neste contexto o 1T14 foi difícil, conforme o esperado, elevamos os preços para repassar a inflação do ano passado e perdemos mais volumes do que era nossa expectativa. Para o ano esperamos pouco crescimento de volume e um crescimento de receita inferior ao ano passado, mas superior ao crescimento nos volumes.

Será um desafio manter as margens do ano passado, pois, começamos o ano com os custos mais elevados do 2S13 e com preços ainda não totalmente alinhados. Também temos que ajustar nossa estrutura de custos aos volumes realmente demandados nesta conjuntura

Entretanto, estamos confiantes. Em tempos turbulentos, nosso crescimento sempre ocorreu e uma de nossas características é a agilidade de adaptação. Acreditamos no potencial deste mercado e por este motivo investimos na ampliação de capacidade para atendê-lo.

Internamente, manteremos o foco no fortalecimento de nossas marcas, na excelência operacional e no ganho de *market share*.

Com base nestas perspectivas, a Grendene está pronta para o crescimento e confiante no atingimento das metas para o período de 2008-2015.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Comparação do desempenho com as metas:

Desempenho 2011, 2012 e 2013 – taxa média composta de crescimento (CAGR) desde 2008:

CAGR 2008-2013	1T	2T	3T	4T	2013
Receita bruta	12,7%	12,0%	10,0%	11,6%	11,5%
Lucro líquido	20,1%	9,3%	10,7%	11,6%	12,6%

R$ milhões	1T13	2T13	3T13	4T13	2013
Receita Bruta	R$603,6	R$504,7	R$739,0	R$864,1	R$2.711,4
Variação 2012/2013	21,8%	22,3%	20,6%	7,6%	16,6%
Lucro Líquido	R$102,3	R$66,2	R$122,1	R$142,9	R$433,5
Variação 2012/2013	24,7%	11,2%	2,2%	(14,9%)	1,1%

R$ milhões	1T13	2T13	3T13	4T13	2013
Despesas com publicidade e propaganda	R$32,9	R$26,7	R$45,7	R$58,4	R$163,7
Participação % ROL	6,8%	6,6%	7,6%	8,3%	7,5%

CAGR 2008-2012	1T	2T	3T	4T	2012
Receita bruta	11,1%	9,8%	7,7%	13,2%	10,6%
Lucro líquido	19,0%	8,86%	13,0%	19,4%	15,7%

R$ milhões	1T12	2T12	3T12	4T12	2012
Receita Bruta	R$495,4	R$412,6	R$613,0	R$803,4	R$2.324,5
Variação 2011/2012	26,3%	34,3%	19,9%	29,4%	26,9%
Lucro Líquido	R$82,1	R$59,5	R$119,4	R$168,0	R$429,0
Variação 2011/2012	29,1%	61,4%	43,0%	38,2%	40,5%

R$ milhões	1T12	2T12	3T12	4T12	2012
Despesas com publicidade e propaganda	R$ 20,0	R$ 28,5	R$42,9	R$45,7	R$147,0
Participação % ROL	8,2%	8,6%	8,6%	6,9%	7,8%

CAGR 2008-2011	1T	2T	3T	4T	2011
Receita bruta	5,8%	2,3%	3,7%	7,5%	5,1%
Lucro líquido	15,7%	(4,6%)	4,4%	13,7%	8,5%

R$ milhões	1T11	2T11	3T11	4T11	2011
Receita Bruta	R$397,5	R$309,1	R$514,7	R$625,4	R$1.846,7
Variação 2010/2011	(12,9%)	(21,0%)	(5,8%)	3,4%	(7,6%)
Lucro Líquido	R$63,5	R$36,9	R$83,5	R$121,6	R$305,4
Variação 2010/2011	35,5%	(3,1%)	(20,3%)	(0,9%)	(2,2%)

R$ milhões	1T11	2T11	3T11	4T11	2011
Despesas com publicidade e propaganda	R$ 18,7	R$ 20,0	R$ 46,3	R$ 53,7	R$ 138,7
Participação % ROL	5,9%	8,2%	11,2%	10,6%	9,4%

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a. atribuições de cada órgão

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria na forma da lei e do Estatuto Social. Os conselheiros são eleitos pela Assembleia Geral e os diretores são eleitos pelo Conselho de Administração.

Ao Conselho de Administração compete conforme art.21 do Estatuto Social:

a) eleger e destituir os diretores e fixar suas atribuições, incluindo o Diretor de Relações com Investidores;
b) aprovar o regimento interno da Companhia, se for o caso;
c) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de qualquer sociedade controlada pela Companhia ("Controlada");
d) aprovar um Plano de Negócios para a Companhia e suas Controladas e quaisquer investimentos ou despesas de capital que não estejam incluídas em tal Plano, se for o caso;
e) fiscalizar a gestão dos diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia e de suas Controladas, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
f) convocar Assembleia Geral, nos termos do Artigo 9º acima, sempre que necessário ou exigido por lei e nos termos deste Estatuto Social;
g) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria e demonstrações financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;
h) deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado;
i) autorizar a aquisição pela Companhia de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e/ou posterior alienação;
j) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, e de notas promissórias para distribuição pública nos termos da Instrução CVM 134;
k) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia;
l) autorizar a captação de empréstimos ou financiamentos em valor agregado superior a R$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), considerado o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio, pela Companhia ou qualquer Controlada;
m) autorizar a alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia ou qualquer Controlada, em valor agregado superior a R$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;
n) autorizar a prestação de garantias reais ou pessoais de qualquer natureza pela Companhia ou qualquer Controlada em valor agregado superior a R$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;
o) autorizar a realização de atos que importem em renúncia de direitos pela Companhia ou qualquer Controlada em valor agregado superior a R$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;
p) fixar as condições gerais e autorizar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia e qualquer Controlada e Coligada, seus administradores, seus acionistas controladores e, ainda, entre a Companhia e sociedade(s) controladas e coligadas dos administradores e dos acionistas controladores, assim como com qualquer outras sociedades que com qualquer destas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, que atinjam, individual ou conjuntamente, no período de um ano, valor igual ou superior a 1% sobre o patrimônio líquido da Companhia;
q) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresentar para sua deliberação ou a serem submetidos à Assembleia Geral;
r) deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia e qualquer Controlada;
s) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia e suas Controladas que não estejam na esfera de competência privativa da Assembleia Geral;
t) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação do laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado;
u) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais; e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

v) Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Parágrafo Único - Os valores mencionados nas letras "l", "m", "n" e "o" acima serão corrigidos anualmente a partir de 07 de abril de 2014, pelo índice do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha a substituí-lo.

A Diretoria compete à representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele.

Conforme art.26 do Estatuto Social, salvo conforme disposto no Artigo 27, a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, deve ser exercida individualmente pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente ou (a) por 02 (dois) diretores em conjunto, (b) por um diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais e específicos ou (c) por dois procuradores com tais poderes. As procurações outorgadas pela Companhia devem ser assinadas individualmente pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente, ou por 02 (dois) diretores em conjunto, ou um Diretor em conjunto com um procurador e devem conter poderes específicos e prazo de vigência não superior a 2 (dois) anos (ressalvada a outorga de poderes da cláusula ad judicia et extra que a Diretoria venha a autorizar em cada caso).

Também, **conforme art.27 do Estatuto Social,** sem prejuízo do disposto no Artigo 26, a Companhia pode ser representada por 01 (um) diretor ou, ainda, por 01 (um) procurador com poderes específicos e especiais, inclusive para outorga de procuração, nos termos do Artigo 26 acima, agindo isoladamente, nas seguintes hipóteses:

a. em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista, inclusive, mas não se limitando ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), administrado pela Caixa Econômica Federal, Secretaria da Receita Federal incluindo Inspetorias, Delegacias e Agências da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estadual(is) e/ou Municipal(is), Juntas Comerciais Estaduais, Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Banco Central do Brasil, SECEX, Banco do Brasil S/A, Comissão de Valores Mobiliários, IBAMA e demais órgãos ambientais, Departamento de Aviação Civil (DAC) e Infraero, Bolsas de Valores e de Mercadorias, Sudene/Adene, Sudam/Adam, Bancos Estatais e de Desenvolvimento, Instituições Financeiras de Crédito e de Investimentos;
b. na cobrança e recebimento de créditos a favor da Companhia;
c. na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros; e
d. na representação da Companhia nas Assembleias gerais de suas Controladas.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia, com as atribuições e poderes que a lei lhe confere, é composto de 03 (três) membros titulares e suplentes de igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, dentre pessoas residentes no País, desde que preencham os requisitos legais para o cargo.

§1º O Conselho Fiscal funciona de maneira não permanente, instalando-se, apenas, quando assim decidir a Assembleia Geral, obedecida sempre as disposições previstas em lei e no presente Estatuto Social.

§2º O Conselho Fiscal elege seu Presidente na primeira reunião e funciona de acordo com regimento interno aprovado na Assembleia Geral que deliberar sobre sua instalação, se for o caso.

§3º As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas sempre por maioria absoluta de votos e serão lavradas, em forma de Ata, no livro próprio e assinadas por todos os presentes.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

§4º A Assembleia Geral fixará os honorários do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, observada sempre às disposições previstas em lei.

§5º A posse dos membros do Conselho Fiscal é condicionada à previa subscrição do Termo de Anuência dos membros do Conselho Fiscal a que se refere o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês.
Conselho fiscal instalado em 06/04/2015.

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê
Atualmente não há mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais.
Ver item “a” Diretoria.

e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria.

- Conselho de Administração
Atualmente não há mecanismos de avaliação dos membros do Conselho de Administração.

- **Diretoria**
A avaliação de desempenho dos diretores não controladores é realizada pelo Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente em função do atingimento das metas estabelecidas.

- Conselho Fiscal
Conselho fiscal foi instalado em 06/04/2015.
Atualmente não há mecanismos de avaliação dos membros do Conselho Fiscal.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2 – Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. Prazo de convocação

A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia. Caso a Assembleia Geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

b. Competências

A Assembleia Geral que for convocada e instalada de acordo com a legislação aplicável e as disposições deste Estatuto Social tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar todas as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

- Físico: Avenida Pimentel Gomes, 214, CEP 62040-125, Sobral, Estado do Ceará.

- Eletrônico: http://ri.grendene.com.br

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

No caso de interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, segundo a legislação brasileira, o acionista é vedado em proferir o seu voto. Nesse sentido, na Companhia essa regra se aplica, não se admitindo o voto, regra geral, dos acionistas que tenham conflito com a matéria constando na ordem do dia.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A solicitação de procurações segue os requisitos legais e regulatórios.

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A Companhia não permite procurações por meio eletrônico.

g. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo e/ou áudio das assembleias.

i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não há.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - CE	19/02/2014
		O Povo - CE	19/02/2014
		Valor Econômico - SP	19/02/2014
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - CE	18/03/2014
		O Povo - CE	18/03/2014
		Valor Econômico - SP	18/03/2014
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - CE	09/05/2014
		O Povo - CE	09/05/2014
		Valor Econômico - SP	09/05/2014
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - CE	05/03/2013
		O Povo - CE	05/03/2013
		Valor Econômico - SP	05/03/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - CE	20/03/2013
		O Povo - CE	20/03/2013
		Valor Econômico - CE	20/03/2013
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - CE	03/05/2013
		O Povo - CE	03/05/2013
		Valor Econômico - SP	03/05/2013
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - CE	02/03/2012
		O Povo - CE	02/03/2012
		Valor Econômico - SP	02/03/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - CE	14/03/2012
		O Povo - CE	14/03/2012
		Valor Econômico - SP	14/03/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - CE	23/05/2012
		O Povo - CE	23/05/2012
		Valor Econômico - SP	23/05/2012

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4 – Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, cinco e, no máximo, sete membros efetivos, todos acionistas, dos quais, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, tal como definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. O mandato dos conselheiros é unificado, de no máximo 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Os atuais membros do Conselho de Administração da Companhia são os seguintes:

Membro	Cargo	Data de eleição
Alexandre Grendene Bartelle	Presidente	07/04/2014
Pedro Grendene Bartelle	Vice Presidente	07/04/2014
Maílson Ferreira da Nóbrega	Conselheiro	07/04/2014
Oswaldo de Assis Filho	Conselheiro	07/04/2014
Renato Ochman	Conselheiro	07/04/2014
Walter Jansen Neto	Conselheiro Independente	07/04/2014

a. Frequência das reuniões

O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente ou por deliberação da maioria dos seus membros ou, ainda, por solicitação da Diretoria.

Nos últimos anos, as reuniões do Conselho de Administração da Companhia foram realizadas nas datas abaixo indicadas:

2011	2012	2013
24/02/2011	01/03/2012	28/02/2013
05/05/2011	25/04/2012	25/04/2013
04/08/2011	26/07/2012	25/07/2013
10/11/2011	25/10/2012	24/10/2013
29/12/2011		10/12/2013
		23/12/2013

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer Assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5 – Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

A Companhia, seus Acionistas, Administradores, membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Rudimar Dall Onder	58	Pertence apenas à Diretoria	25/04/2013	3 anos
254.626.870-87	Engenheiro Mecânico	10 - Diretor Presidente / Superintendente	25/04/2013	Sim
Não ocupa outras funções no emissor.				
Gelson Luis Rostirolla	62	Pertence apenas à Diretoria	25/04/2013	3 anos
148.411.429-91	Administrador de Empresas	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	25/04/2013	Sim
Não ocupa outras funções no emissor.				
Francisco Olinto Velo Schmitt	59	Pertence apenas à Diretoria	25/04/2013	3 anos
263.637.980-00	Engenheiro Elétrico	12 - Diretor de Relações com Investidores	25/04/2013	Sim
Diretor Administrativo Financeiro				
Walter Janssen Neto	59	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/04/2014	2 anos
248.808.509-00	Conselheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	07/04/2014	Sim
Não ocupa outras funções no emissor.				
Alexandre Grendene Bartelle	65	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/04/2014	2 anos
098.675.970-87	Industrial	20 - Presidente do Conselho de Administração	07/04/2014	Sim
Não ocupa outras funções no emissor.				
Maílson Ferreira da Nóbrega	72	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/04/2014	2 anos
043.025.837-20	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	07/04/2014	Sim
Não ocupa outras funções no emissor.				
Oswaldo de Assis Filho	65	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/04/2014	2 anos
761.798.778-15	Administrador de Empresas e Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	07/04/2014	Sim
Não ocupa outras funções no emissor.				
Pedro Grendene Bartelle	65	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/04/2014	2 anos
098.647.840-72	Industrial	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	07/04/2014	Sim
Não ocupa outras funções no emissor.				
Renato Ochman	55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/04/2014	2 anos
375.739.690-15	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	07/04/2014	Sim
Não ocupa outras funções no emissor.				

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Valter Bianchi	69	Conselho Fiscal	06/04/2015	1 ano
006.571.230-72	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	06/04/2015	Sim
Não ocupa outras funções no emissor.				
João Carlos Sfreddo	68	Conselho Fiscal	06/04/2015	1 ano
008.936.920-34	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	06/04/2015	Sim
Não ocupa outras funções no emissor.				
Eduardo Cozza Magrisso	49	Conselho Fiscal	06/04/2015	1 ano
456.261.620-20	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	06/04/2015	Sim
Não ocupa outras funções no emissor.				
Edivaldo Rogério de Brito	59	Conselho Fiscal	06/04/2015	1 ano
763.520.488-20	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	06/04/2015	Sim
Não ocupa outras funções no emissor.				
Herculano Aníbal Alves	62	Conselho Fiscal	06/04/2015	1 ano
463.463.178-49	Economista	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	06/04/2015	Não
Não ocupa outras funções no emissor				
Marcello Joaquim Pacheco	46	Conselho Fiscal	06/04/2015	1 ano
112.459.108-76	Advogado	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	06/04/2015	Não
Não ocupa outras funções no emissor.				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Rudimar Dall Onder - 254.626.870-87

Formação: Engenharia Mecânica (1981) pela Universidade de Caxias do SUL (UCS). Iniciou suas atividades na Companhia em 1979 e ocupou diversas posições até assumir a função de Diretor Industrial e Comercial em 1987.

Em 18 de agosto de 2004 foi eleito Diretor Industrial e Comercial estatutário e em 25 de Abril de 2013 foi eleito Diretor Presidente e acumulou a função de Diretor Industrial e Comercial até 07 de abril de 2014, quando houve reforma do Estatuto Social e o cargo estatutário de Diretor Industrial e Comercial deixou de existir.

O Sr. Rudimar Dall Onder declara que não está incurso em qualquer delito que o impeça de exercer as atividades do cargo para o qual foi designado, que não ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado com a Companhia e que não tem interesse conflitante com a mesma.

Gelson Luis Rostirolla - 148.411.429-91

Formação: Administração de Empresas (1977) e Ciências Contábeis (1979) pela UNOESC – Universidade do Oeste Catarinense, em Chapecó - SC.

Iniciou suas atividades na Grendene S.A. em 1980 e nos últimos anos ocupou diversas posições na diretoria da Companhia: Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores - Entre 18/08/2004 e 28/04/2005, Diretor Administrativo e de Controladoria - Entre 29/04/2005 e 25/04/2013 e Diretor Financeiro - Entre 10/05/2007 e 25/04/2013.

Em 25 de abril de 2013 o Sr. Gelson Luis Rostirolla foi eleito Diretor Vice Presidente.

O Sr. Gelson Luis Rostirolla declara que não está incurso em qualquer delito que o impeça de exercer as atividades do cargo para o qual foi designado, que não ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado com a Companhia e que não tem interesse conflitante com a mesma.

Francisco Olinto Velo Schmitt - 263.637.980-00

Formação: Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1978; Especialização e Mestrado em administração com ênfase em Finanças pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Especialização em Controladoria pela Fundação Getúlio Vargas e Doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo, USP (2004).

Iniciou suas atividades em 2007 como Diretor de Relações com Investidores da Companhia.
Em 25 de abril de 2013 foi reeleito Diretor de Relações com Investidores e eleito Diretor Financeiro e Diretor Administrativo e de Controladoria funções exercidas até a reforma do Estatuto Social da Companhia em 07 de abril de 2014, que unificou os cargos de Diretor Administrativo e de Diretor Financeiro e extinguiu o cargo de Diretor de Controladoria.

O Sr. Francisco Olinto Velo Schmitt declara que não está incurso em qualquer delito que o impeça de exercer as atividades do cargo para o qual foi designado, que não ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado com a Companhia e que não tem interesse conflitante com a mesma.

Walter Janssen Neto - 248.808.509-00

Membro do Conselho de Administração desde 18/12/2006.

Formação: Economia e Contabilidade; Pós-graduado em Economia Industrial pela Universidade Federal de SC; e com MBA Executive pela Wharton School da Universidade da Pennsylvania.
Possui certificação de Conselheiro Profissional pelo NACD (National Association of Corporate Directors) dos USA; Especialização em Governança Corporativa pelas Universidades de Stanford Law School, Chicago Business School e Wharton School; É membro do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
Foi executivo do Grupo WEG de Santa Catarina por 31 anos, onde teve a oportunidade de exercer diversos cargos executivos nas áreas de Suprimentos, Finanças e Vendas. Foi diretor Superintendente de Unidade de Negócios, diretor de RH e Marketing Corporativo e mais recentemente presidente das operações do grupo WEG nos USA, além de ser membro do Conselho de Administração de várias empresas Brasileiras.

O Sr. Walter Janssen Neto declara que não está incurso em qualquer delito que o impeça de exercer as atividades do cargo para o qual foi designado, que não ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado com a Companhia e que não tem interesse conflitante com a mesma.

Alexandre Grendene Bartelle - 098.675.970-87

Fundador da Companhia e Presidente do Conselho de Administração desde 18 de agosto de 2004.

Formação: Bacharel em Direito, pela Universidade de Caxias do Sul/RS.

O Sr. Alexandre Grendene Bartelle, foi um dos responsáveis pelo crescimento da companhia, com o desenvolvimento de conceitos, tecnologia, produtos e design inovadores. Ocupou o cargo de diretor Presidente até 25 de Abril de 2013.

O Sr. Alexandre Grendene Bartelle declara que não está incurso em qualquer delito que o impeça de exercer as atividades do cargo para o qual foi designado, que não ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado com a Companhia e que não tem interesse conflitante com a mesma.

Maílson Ferreira da Nóbrega - 043.025.837-20

Membro do Conselho de Administração desde 18 de agosto de 2004.

Formação: Economia pelo Centro Universitário de Brasília (CEUB).

O Sr. Maílson Ferreira da Nóbrega iniciou sua carreira no Banco do Brasil S.A., onde exerceu a chefia da área de crédito rural e industrial de agência na Paraíba.
Após quatorze anos no Banco do Brasil, assumiu a chefia da Coordenadoria de Assuntos Econômicos do Ministério da Indústria e do Comércio (1977) e, posteriormente, da Coordenadoria de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda (1979).
Ocupou por duas vezes o cargo de secretário-geral do Ministério da Fazenda e, entre 1988 e 1990, foi ministro da Fazenda, em cuja qualidade presidiu vários órgãos, incluindo o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e o Conselho de Política Fazendária (Confaz).
Atualmente, é sócio da Tendências Consultoria Integrada e participa de diversas organizações sociais e empresariais, sendo membro do Conselho de Administração de uma série de empresas no Brasil e no exterior.
Atuou, ainda, como representante do governo brasileiro em vários eventos e órgãos internacionais.
É autor de vários livros e de artigos sobre a economia brasileira, publicados no Brasil e no exterior.

O Sr. Maílson Ferreira da Nóbrega declara que não está incurso em qualquer delito que o impeça de exercer as atividades do cargo para o qual foi designado, que não ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado com a Companhia e que não tem interesse conflitante com a mesma.

Oswaldo de Assis Filho - 761.798.778-15

Membro do Conselho de Administração desde 18 de agosto de 2004.

Formação: Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) (1973). É Mestre em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

Entre 1978 e 1983, foi diretor do Banco Mercantil de São Paulo.
Entre 1984 e 1991, foi sócio da Planibanc Corretora de Valores e entre 1992 e 1994 foi sócio da Convenção Corretora de Valores.
Em 1994, assumiu a Vice-Presidência do Banco Itamarati, posição que ocupou até 1996.
Entre 1996 e 1997, foi vice-presidente do Banco de Crédito Nacional (BCN) e, em 1998, tornou-se sócio do Banco Pactual S.A. até 2006. Ocupou a posição de Vice Chairman no UBS Pactual de 2006 até 2009.
Atualmente é Sócio e Diretor Executivo do Banco BTGPactual.

O Sr. Oswaldo de Assis Filho declara que não está incurso em qualquer delito que o impeça de exercer as atividades do cargo para o qual foi designado, que não ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado com a Companhia e que não tem interesse conflitante com a mesma.

Pedro Grendene Bartelle - 098.647.840-72

Fundador da Companhia. Vice-Presidente do Conselho de Administração desde 18 de agosto de 2004.

Formação: Bacharel em Direito, pela Universidade de Caxias do Sul/RS.

O Sr. Pedro Grendene Bartelle, foi um dos responsáveis pelo crescimento da companhia, com o desenvolvimento de conceitos, tecnologia, produtos e design inovadores. Ocupou o cargo de diretor Vice Presidente até 25 de Abril de 2013.

O Sr. Pedro Grendene Bartelle declara que não está incurso em qualquer delito que o impeça de exercer as atividades do cargo para o qual foi designado, que não ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado com a Companhia e que não tem interesse conflitante com a mesma.

Renato Ochman - 375.739.690-15

Membro do Conselho de Administração desde 18 de agosto de 2004.

Formação: Advogado, Bacharel em Direito pela PUC/RS. Mestre em Direito Comercial pela PUC/SP; Pós Graduado em Direito Comercial pela PUC/SP.

Sócio do escritório de advocacia Ochman, Real Amadeo Advogados Associados com escritórios em São Paulo/SP e Porto Alegre/RS, escritório especializado em Direito Societário e Mercado de Capitais; na área consultiva, contencioso societário e civil; abertura de capital de companhias; emissões de valores mobiliários, estruturação de sucessão familiar, dentre outros.
Professor convidado de cursos da GVLaw/Fundação Getúlio Vargas/SP. Membro do Conselho da Escola Graduada de São Paulo - Graded School e membro da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo e Rio Grande do Sul.
Membro do Conselho de Administração da Ultrapar Participações S.A. (São Paulo-SP) e da Unicasa Indústria de Movéis S.A. (Bento Gonçalves-RS).

O Sr. Renato Ochman declara que não está incurso em qualquer delito que o impeça de exercer as atividades do cargo para o qual foi designado, que não ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado com a Companhia e que não tem interesse conflitante com a mesma.

Valter Bianchi - 006.571.230-72

Membro do Conselho Fiscal (Suplente).

Formação Acadêmica: Bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) (1971). / Curso Técnico em Contabilidade - Escola Técnica Nossa Senhora Aparecida (1965) - Bento Gonçalves, RS.

Desde 1972 exerce a advocacia e consultoria empresarial. É diretor da Bianchi Advocacia S/S, sociedade de advogados.
Desde 1994 exerce a função de contador na empresa AGESCON - Contabilidade e Assessoria Empresarial Ltda.
De 1966 a 1994 exerceu a atividade de contador na empresa CONTASA - Contabilidade e Assessoria Empresarial Ltda.

O Sr. Valter Bianchi declara que não está incurso em qualquer delito que o impeça de exercer as atividades do cargo para o qual foi designado, que não ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado com a Companhia e que não tem interesse conflitante com a mesma.

João Carlos Sfreddo - 008.936.920-34

Membro do Conselho Fiscal (Efetivo)

Formação: Bacharel em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com pós graduação, extensão e aperfeiçoamento – auditoria externa – pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em convênio com o IAIB e IBMEC.

Possui mais de 30 anos de experiência na área tributária e de auditoria, em clientes dos setores de varejo, químico e petroquímico, energia elétrica, instituições financeiras e manufatura.
De 1982 a 2009 atuou com Sócio de Impostos na empresa Ernst & Young (Consultoria Tributária).
O Sr. João Carlos é membro da Câmara Júnior, membro fundador do IBEF – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e foi Vice Presidente da ADVB – Associação de Dirigentes de Vendas do Brasil durante duas gestões.

O Sr. João Carlos Sfreddo declara que não está incurso em qualquer delito que o impeça de exercer as atividades do cargo para o qual foi designado, que não ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado com a Companhia e que não tem interesse conflitante com a mesma.

Eduardo Cozza Magrisso - 456.261.620-20

Membro do Conselho Fiscal (Efetivo).

Formação: Advogado graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pós-graduação em Direito Tributário pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS – RS). Possui curso de Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC. Atua nas áreas de Direito Empresarial, com destaque ao Direito Tributário, Societário e Comercial. Sócio responsável pela área de consultoria tributária e societária da Renck & Magrisso Advogados Associados desde 1990. Administrador da Sersat do Brasil Ltda desde 2010. É membro do Conselho de Administração da Meta Agrícola (2008) e Districomp Distribuidora de Produtos de Informática (2014). É membro colaborador da Fundação Escola Superior de Direito Tributário – FESDT.
O Sr. Eduardo Cozza Magrisso declara que não está incurso em qualquer delito que o impeça de exercer as atividades do cargo para o qual foi designado, que não ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado com a Companhia e que não tem interesse conflitante com a mesma.

Edivaldo Rogério de Brito - 763.520.488-20

Membro do Conselho Fiscal (Suplente).

Formação: Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL) São Paulo com Pós-Graduação e Especialização em Finanças pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui curso de Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC. Experiência de mais de 30 anos nas áreas de Finanças, Contabilidade, Controladoria, Orçamento, Custos, Impostos, Incentivos Fiscais, Jurídico, Implantação de Sistemas Financeiros e Mercado de Capitais, ocupando cargos executivos de Diretoria Administrativa Financeira, Diretoria de Relações com Investidores e Gerência Geral em empresas industriais de grande e médio porte, de capital aberto e fechado.
O Sr. Edivaldo Rogério de Brito declara que não está incurso em qualquer delito que o impeça de exercer as atividades do cargo para o qual foi designado, que não ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado com a Companhia e que não tem interesse conflitante com a mesma.

Herculano Aníbal Alves - 463.463.178-49

Membro do Conselho Fiscal (Efetivo- eleito pelos minoritários). Formação: Graduação em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pós-graduação em Administração Financeira pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV) e Mestrado em Finanças e Investimentos pela EAESP/FGV. Possui certificações: Financial Seminary Analyst (CFA), Anbima (CGA) e Gestor de Carteira credenciado pela CVM. É consultor de renda variável da BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM, desde maio de 2014 e diretor da BRAM US, desde setembro de 2011. Também atuou como Diretor de Renda Variável da BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM (Jul/2001 a Abr/2014), Administrador de Renda Variável da Bradesco Templeton Ltda (Jun/1998 a Jun/2001), Diretor de Renda Variável do Banco ABN AMRO S.A. (Fev/1995 a Jun/1998) e Administrador de Carteiras do Banco Unibanco S.A. (out/92 a jan/95). O Sr. Herculano Aníbal Alves declara que não está incurso em qualquer delito que o impeça de exercer as atividades do cargo para o qual foi designado, que não ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado com a Companhia e que não tem interesse conflitante com a mesma.

Marcello Joaquim Pacheco - 112.459.108-76

Membro do Conselho Fiscal (Suplente). Formação: Bacharel em Direito pela Universidade São Francisco. Possui especializações em Controladoria, Administração Financeira e Direito Societário pela Fundação Getúlio Vargas. É diretor-executivo da Marpache Serviços Especializados em Administração desde 2009 e também atua como advogado especializado em Direito Societário. Possui experiência em todos os aspectos de contabilidade, auditoria e administração financeira. Atuou nos últimos anos na função de conselheiro Fiscal em diversas Companhias. O Sr. Marcello Joaquim Pacheco declara que não está incurso em qualquer delito que o impeça de exercer as atividades do cargo para o qual foi designado, que não ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado com a Companhia e que não tem interesse conflitante com a mesma.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui comitês estatutários, bem como comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Alexandre Grendene Bartelle	098.675.970-87	Grendene S.A.	89.850.341/0001-60	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Pedro Grendene Bartelle	098.647.840-72	Grendene S.A.	89.850.341/0001-60	
Vice Presidente do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Alexandre Grendene Bartelle	098.675.970-87	MHL Calçados Ltda	07.512.861/0001-06	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
Pedro Grendene Bartelle	098.647.840-72	MHL Calçados Ltda	07.512.861/0001-06	
Diretor Vice Presidente				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Pedro Grendene Bartelle	098.647.840-72	Grendene S.A.	89.850.341/0001-60	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Vice Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Alexandre Grendene Bartelle	098.675.970-87	Grendene S.A.	89.850.341/0001-60	
Presidente do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Pedro Grendene Bartelle	098.647.840-72	MHL Calçados Ltda	07.512.861/0001-06	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Vice Presidente				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Pessoa relacionada				
Alexandre Grendene Bartelle	098.675.970-87	MHL Calçados Ltda	07.512.861/0001-06	
Diretor Presidente				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Pedro Grendene Bartelle	098.647.840-72	Grendene S.A.	89.850.341/0001-60	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Vice Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Pedro Bartelle	685.957.430-53	Grendene S.A.	89.850.341/0001-60	
Acionista				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Pedro Grendene Bartelle	098.647.840-72	Grendene S.A.	89.850.341/0001-60	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Vice Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Giovana Bartelle Velloso	685.957.780-00	Grendene S.A.	89.850.341/0001-60	
Acionista				
Observação				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2013

Administrador do Emissor

Alexandre Grendene Bartelle | 098.675.970-87 | Controle | Fornecedor

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Telasul S.A. | 87.846.796/0001-86

Diretor Vice-Presidente

Observação

As operações efetuadas com Telasul S.A. (Sediada no Brasil) referem-se a compras de expositores utilizados para a divulgação dos produtos da Companhia. O prazo médio de pagamento é de aproximadamente 15 dias.

Administrador do Emissor

Pedro Grendene Bartelle | 098.647.840-72 | Controle | Cliente

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Vulcabras|Azaleia CE Calçados e Artigos Esportivos S.A. | 00.954.394/0001-17

Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Observação

As Transações referem-se a vendas de insumos utilizados na produção de calçados. O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 32 dias.

Administrador do Emissor

Pedro Grendene Bartelle | 098.647.840-72 | Controle | Cliente

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Vulcabrás|Azaléia - BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. | 00.733.658/0001-02

Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Observação

As transações referem-se a vendas de insumos utilizados na produção de calçados. O prazo médio de recebimento é de 105 dias.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Pedro Grendene Bartelle	098.647.840-72	Controle	Fornecedor
Vice Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Vulcabras|Azaleia CE Calçados e Artigos Esportivos S.A.	00.954.394/0001-17		
Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
As transações referem-se a compras de insumos utilizados na fabricação de calçados. O prazo médio de pagamento é de 30 dias			
Administrador do Emissor			
Pedro Grendene Bartelle	098.647.840-72	Controle	Cliente
Vice Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Agropecuária Grendene Ltda	52.589.017/0001-20		
Diretor Presidente			
Observação			
As transações se referem a venda de ativo imobilizado. O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 30 dias			
Administrador do Emissor			
Alexandre Grendene Bartelle	098.675.970-87	Controle	Cliente
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Lagoa Clara Agrícola Ltda	12.599.553/0001-91		
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Administrativo			
Observação			
As transações referem-se a reembolso à Companhia por recuperação de despesas. O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 30 dias.			

Exercício Social 31/12/2012

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Alexandre Grendene Bartelle	098.675.970-87	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Telasul S.A.	87.846.796/0001-86		
Diretor Vice-Presidente			
Observação			
As operações efetuadas com Telasul S.A. (sediada no Brasil) referem-se a compras de expositores utilizados para a divulgação dos produtos da Companhia. O prazo médio de pagamento é de aproximadamente 30 dias.			
Administrador do Emissor			
Pedro Grendene Bartelle	098.647.840-72	Controle	Cliente
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Vulcabras|Azaleia CE Calçados e Artigos Esportivos S.A.	00.954.394/0001-17		
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Observação			
As transações referem-se a vendas de insumos utilizados na produção de calçados. O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 174 dias.			

Exercício Social 31/12/2011

Administrador do Emissor			
Alexandre Grendene Bartelle	098.675.970-87	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Telasul S.A.	87.846.796/0001-86		
Diretor Vice-Presidente			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
As operações efetuadas com a Telasul S.A. referem-se a compras de expositores utilizados para a divulgação de produtos da companhia. Os prazos médios de pagamento são de aproximadamente 30 dias, sendo similar aos prazos que praticamos com a maioria dos nossos fornecedores.			
Administrador do Emissor			
Pedro Grendene Bartelle	098.647.840-72	Controle	Cliente
Vice Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Vulcabras|Azaleia CE Calçados e Artigos Esportivos S.A.	00.954.394/0001-17		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
As transações referem-se a vendas de insumos utilizados na produção de calçados. O prazo médio de recebimento para vendas é de aproximadamente 60 dias.			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não há quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 – Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Informações referentes às assembleias realizadas em 2011, 2012, 2013 e 2014:

Data de realização	Modalidade	Forma de Instalação	Quorum
04/04/2011	AGO	1ª convocação	Acionistas representando quorum superior ao legal para instalação da Assembleia (79,5%)
02/04/2012	AGOE	1ª convocação	Acionistas representando quorum superior ao legal para instalação da Assembleia (80,3%)
08/04/2013	AGO	1ª convocação	Acionistas representando quorum superior ao legal para instalação da Assembleia (81,8%)
07/04/2014	AGOE	1ª convocação	Acionistas representando quorum superior ao legal para instalação da Assembleia (84,7%)

Cargos ocupados pelos membros do conselho de administração da Grendene S.A. em outras sociedades ou entidades, em atendimento a GAE 1186/11.

Alexandre Grendene Bartelle
MHL Calçados Ltda. - Diretor Presidente
Alexandre G. Bartelle Participações S.A. - Diretor Presidente
Grendene Negócios S.A. - Diretor Presidente
Grendene USA S.A. - Diretor Presidente
Telasul S.A. - Diretor Vice-Presidente
Unicasa Indústria de Móveis S.A. - Presidente do Cons. de Administração
AGP Negócios e Participações S.A. - Diretor Presidente
Agropecuária Jacarezinho Ltda - Diretor Presidente
Karina Empreendimentos Imobiliários Ltda - Administrador
Nova Trento Negócios e Participações Ltda - Administrador
Nova Vicenza Negócios e Participações S.A. - Diretor Presidente
Nova Milano Investimentos Ltda - Diretor Presidente
Veneza Negócios e Participações S.A. - Diretor Presidente
Lagoa Clara Agrícola S.A. - Presidente do Conselho de Administração e Diretor Administrativo
Vulcabrás|Azaléia S.A. - Vice-Presidente Cons. de Administração
Vulcabrás|Azaléia - CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. - Vice-Presidente Cons. de Administração

Pedro Grendene Bartelle
MHL Calçados Ltda. - Diretor Vice-Presidente
Gold Negócios e Participações S.A. - Diretor Presidente
Alexandre G. Bartelle Participações S.A. - Diretor Vice Presidente
Grendene Negócios S.A. - Diretor Vice-Presidente
Verona Negócios e Participações S.A. - Diretor Presidente
AGP Negócios e Participações S.A. - Diretor Vice - Presidente
Agropecuária Grendene Ltda - Diretor Presidente
JP Administração e Participações Ltda - Administrador
Manacá Negócios e Participações Ltda - Administrador
Nova Vicenza Negócios e Participações S.A. - Diretor Vice-Presidente
Nova Milano Investimentos Ltda - Diretor Vice-Presidente
Veneza Negócios e Participações S.A. - Diretor Vice-Presidente
Verona Negócios e Participações S.A. - Diretor Presidente
Grendene USA S.A. - Diretor Vice-Presidente
Gianpega Negócios e Participações S.A. - Diretor Presidente
Vulcabrás|Azaléia S.A. - Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração
Vulcabrás|Azaléia - CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. - Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração
Vulcabrás|Azaléia - RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. - Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração
Vulcabrás|Azaléia - BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. - Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração
Reebok Produtos Esportivos do Brasil Ltda. - Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 – Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Renato Ochman
Ultrapar Participações S.A. - Membro do Conselho de Administração
Unicasa Indústria de Móveis S.A. - Membro do Conselho de Administração

Maílson Ferreira da Nóbrega
TIM Participações S.A. - Membro do Conselho de Administração
Cosan S.A. - Membro do Conselho de Administração
Rodobens Negócios Imobiliários S.A. - Membro do Conselho de Administração
Arteb S.A. - Membro do Conselho de Administração
Banco Pine S.A. - Membro do Conselho de Administração
Fertilizantes Heringer S.A. - Membro do Conselho de Administração

Oswaldo de Assis Filho
Banco BTG Pactual S.A. - Diretor Executivo
FEBRABAN - Diretor
CNF – Confederação Nacional das Instituições Financeiras - Diretor Vice-Presidente

Walter Janssen Neto
Intelbrás S.A. - Membro do Conselho de Administração
CVI – Cia. Vontobel de Investimentos - Membro do Conselho de Administração

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

O objetivo de cada elemento da remuneração dos administradores é incentivar o alinhamento de interesses dos administradores com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os membros do Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções, portanto, além de referida remuneração mensal fixa, não há outros elementos na remuneração dos membros do Conselho de Administração.

Quanto à remuneração dos membros da diretoria estatutária, os elementos da remuneração dos diretores são: o salário fixo mensal e a remuneração baseada em ações da Companhia.

A remuneração fixa busca remunerar os executivos em condições atrativas em comparação ao mercado visando a atração e retenção de bons profissionais.

A remuneração baseada em ações busca um alinhamento com acionistas incluindo o desempenho das ações no mercado entre os fatores que afetam a renda do executivo. Esta remuneração se dá através de outorga de opções de compra de ações da Companhia com período de aquisição do direito dividido em três anos (1/3 pode ser exercido em 1 ano, 2/3 em dois anos e 3/3 em três anos) de forma a desincentivar o excessivo foco no curto prazo.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	2013		
	Conselho de administração	**Conselho fiscal**	**Diretoria**
Remuneração fixa	100%	100%	58%
Remuneração baseada em ações	-	-	42%

	2012		
	Conselho de administração	**Conselho fiscal**	**Diretoria**
Remuneração fixa	100%	100%	88%
Remuneração baseada em ações	-	-	12%

	2011		
	Conselho de administração	**Conselho fiscal**	**Diretoria**
Remuneração fixa	100%	100%	94%
Remuneração baseada em ações	-	-	6%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O montante da remuneração dos Conselheiros é fixada anualmente pela AGO tomando por base valores de mercado e a situação econômico-financeira da Companhia. A remuneração dos Diretores é fixada anualmente pelo Conselho de Administração utilizando os mesmos critérios de mercado e situação da Companhia. Os valores de mercado são obtidos através de pesquisas, informações em jornais e revistas especializadas em negócios e a pesquisa realizada pelo IBGC sobre remuneração dos administradores.

A quantidade de Opções outorgadas aos executivos é decidida anualmente pelo Conselho de Administração tomando-se por base o desempenho da Companhia no ano anterior e de acordo com o regulamento de plano de outorga de opções de compra ou subscrição de Ações aprovado na AGO/AGE de 14 de abril de 2008 e alterações aprovadas na reunião do Conselho de Administração de 01 de março de 2012.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

As principais razões que justificam a composição da remuneração são:

- Contribuir para a atração e retenção dos profissionais;
- Garantir a remuneração adequada ao mercado
- A situação econômico-financeira da Companhia;
- Incentivo de longo prazo, e;
- Alinhamento de interesses com os acionistas.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores são a evolução do EBIT da Companhia comparativamente a evolução ao mercado como um todo; o "*share*" de participação da Grendene no total das exportações brasileira de calçados; o "*share*" de participação no consumo

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

aparente brasileiro de calçados e uma avaliação qualitativa dos produtos lançados e satisfação do "trade". A remuneração fixa também leva em conta parâmetros de mercado comparando as práticas da Companhia com aquelas praticadas por Companhias de igual porte para funções de mesma complexidade e responsabilidade e inflação no ano anterior.
A remuneração baseada em ações é feito de acordo com o Regulamento de Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações aprovado em AGO realizada em 14 de abril de 2008 e alterações aprovadas na reunião do Conselho de Administração de 01 de março de 2012. A quantidade de opções outorgadas é deliberada em Reunião do Conselho de Administração, que leva em conta basicamente o lucro obtido pela Companhia no exercício anterior e os indicadores acima descritos. As opções são outorgadas com preço de exercício baseado no preço da ação no mercado e esta remuneração só se tornará efetiva se durante a vigência do Plano o valor das ações no mercado crescer mais rapidamente que a correção pelo IPCA, que é aplicado ao preço de exercício da outorga até o exercício da opção.
Conforme previsto, anualmente, durante a vigência do Plano, o Conselho de Administração da Companhia, levando em conta as premissas para outorga, determinará os Beneficiários, na forma prevista na Cláusula I do Plano, estabelecendo, também, o número de ações que poderão ser adquiridas com o exercício de cada opção, o preço de exercício de cada opção e as condições de seu pagamento, os prazos e condições de exercício de cada opção e quaisquer outras condições a elas relativas.
As Opções, conforme previsto no referido Plano, terão prazo total de carência de três anos, podendo ser exercidas da seguinte forma: (i) até 1/3 após um (01) ano contado da data da outorga; (ii) mais 1/3 após 2 anos da data da outorga, totalizando o limite de 2/3; (iii) 1/3 restante após 3 anos da data da outorga. As opções terão prazo de vigência de seis (06) anos, contados da data da outorga. A outorga de opções de compra de ações nos termos do referido Regulamento é realizada mediante a celebração dos Contratos de Adesão entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou Comitê (conforme o caso): (a) a quantidade de ações objeto da outorga; (b) as condições para aquisição do direito ao exercício da opção; (c) o prazo final para exercício da opção de compra de ações; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento. O Conselho de Administração ou Comitê (conforme o caso) poderá impor termos e/ou condições prévias para o exercício da opção e impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício da Opção, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas. Os Contratos de Adesão serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Adesão, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontre em situações similares ou idênticas. As opções de compra de ações outorgadas nos termos do referido Regulamento, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculadas à sua remuneração fixa ou eventual participação nos lucros. Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no referido Regulamento ou no Contrato de Adesão, as opções outorgadas extinguir-se-ão automaticamente, cessando de pleno direito todos os seus efeitos, nos seguintes casos: (a) mediante o seu exercício integral; (b) após o decurso do prazo de vigência da opção; (c) mediante distrato do Contrato de Adesão; ou (d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada. A celebração dos Contratos de Adesão implicará na aceitação, pelos Beneficiários, de todas as condições estabelecidas no Plano e no referido Regulamento.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho
A remuneração fixa é comparada com os valores praticados em outras Companhias de igual porte. A remuneração baseada em ações reflete o valor da Companhia, resultado da avaliação do mercado sobre o desempenho da Companhia e uma avaliação do Presidente, submetida ao Conselho de Administração da evolução dos indicadores.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo
Ver remuneração baseada em ações itens 13.4 – letras "c", "d" e "e".

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos
Não existe nenhuma forma de remuneração de Diretores ou Conselheiros, suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor
Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários, no entanto, na hipótese de dissolução, fusão, incorporação, cisão ou liquidação da Companhia, os Beneficiários do Plano de Opções de Compra ou Subscrição de Ações poderão exercer suas Opções que já possam ser exercidas (isto é, com período de "*vesting"* já decorrido) no período compreendido entre a data da convocação da assembleia geral de acionistas que tiver por objeto deliberar sobre a dissolução, fusão, incorporação, cisão ou liquidação da Companhia e a data de realização da mesma. Caso contrário, as Opções serão extintas, da mesma forma que o Regulamento de Plano de Outorga e os respectivos Contratos de Adesão.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	3,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	950.000,00	3.800.000,00	380.000,00	5.130.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00
Observação				
Total da remuneração	950.000,00	6.800.000,00	380.000,00	8.130.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	3,67	3,00	12,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	840.000,00	3.040.000,00	283.800,00	4.163.800,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	2.194.470,60	0,00	2.194.470,60
Observação				
Total da remuneração	840.000,00	5.234.470,60	283.800,00	6.358.270,60

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	768.000,00	2.808.000,00	207.000,00	3.783.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	381.880,68	0,00	381.880,68
Observação				
Total da remuneração	768.000,00	3.189.880,68	207.000,00	4.164.880,68

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	720.000,00	2.604.000,00	135.000,00	3.459.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	167.263,26	0,00	167.263,26
Observação				
Total da remuneração	720.000,00	2.771.263,26	135.000,00	3.626.263,26

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 – Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

A política de remuneração da Grendene S.A. não contempla programas de remuneração variável para os membros dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. Termos e condições gerais

O Regulamento do Programa estabelece as regras relativas ao Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da GRENDENE S.A. e suas empresas controladas ("Companhia"), instituído no âmbito do Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia ("Plano"), submetido à deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 14 de abril de 2008. O Plano e o Regulamento atualmente em vigor foram recomendados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 13 de março de 2008 e alterações aprovadas na reunião do Conselho de Administração de 01 de março de 2012.

Definições estabelecidas no Plano:

Para os fins do REGULAMENTO de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações atualmente em vigor, os termos abaixo, empregados, respeitam as definições a seguir:

i) Acionista: pessoa física ou jurídica titular de ação da Companhia;

ii) Ações: ações ordinárias nominativas que serão ou já foram emitidas pela Companhia;

iii) Beneficiário: o Colaborador Elegível a quem é outorgada efetivamente a Opção;

iv) Colaboradores Elegíveis: executivos em níveis de Administradores, Diretoria e de Gerência, excetuados aqueles que fazem parte do Controle Acionário, aptos a participar do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações, na forma da indicação prevista no referido Regulamento;

v) Companhia: a sociedade GRENDENE S.A. e suas empresas controladas;

vi) Contrato de Adesão: o Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações, celebrado entre a Companhia e o Colaborador Elegível, por meio do qual este último se torna participante do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações;

vii) Data de Outorga: a data de assinatura do Contrato de Adesão, que formalizará a outorga das Opções aos Beneficiários;

viii) Desligamento: significa qualquer ato ou fato que, justificado ou não, ponha fim à relação jurídica do Beneficiário com a Companhia, exceto nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento. Desligamento abrange inclusive as hipóteses de destituição, substituição ou não reeleição do Beneficiário como administrador e rescisão do contrato de trabalho;

ix) Exercício das Opções: a efetiva compra ou subscrição, pelo Beneficiário, de ações relativas às opções a ele outorgadas pelo Contrato de Adesão;

x) Opção ou Opções: a possibilidade de os Beneficiários adquirirem ou subscreverem ações da Companhia por preço previamente fixado, durante um determinado período de tempo, atendidas as condições estabelecidas no Regulamento;

xi) Opção(ões) Exercível(is): a(s) Opção(ões) que atendeu(eram) às condições delimitadas para o exercício do direito de compra ou subscrição das Ações (regras de reserva de direito), portanto passível(eis) de ser(em) exercida(s).

xii) Opção(ões) não Exercível(is): a(s) Opção(ões) que não atendeu(eram) as condições delimitadas para o exercício do direito de compra ou subscrição das Ações.

xiii) Período de Exercício de Opção: período compreendido entre a data em que é possível comprar ou subscrever as ações e a data limite para a compra ou subscrição;

xiv) Regulamento: o referido Instrumento, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral da Companhia;

xv) Preço de Exercício da Opção: valor determinado a ser pago pelo Beneficiário para a compra ou subscrição das ações objeto da opção a ele outorgada;

xvi) Reserva de Direito (Vesting): período estabelecido pela Companhia que antecede o prazo para o exercício da opção de compra ou subscrição de ações pelo Beneficiário.

b. Principais objetivos do plano

O Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações, disciplinado pelo REGULAMENTO, tem por objetivo estabelecer regras para que determinados executivos da Companhia possam adquirir ações de sua emissão, visando, com isso, reforçar os níveis de atração, retenção e motivação de talentos, bem como alinhar interesses de executivos aos dos acionistas na geração de resultados e criação sustentável de valor. A meta é criar incentivo de longo prazo, baseado no conceito de opções de compra de ações ("stock options"), que consiste na concessão de um direito - e não uma obrigação – de comprar ações da Companhia a preços e prazos pré-definidos. O ganho potencial do Beneficiário será o resultado da Compra e Venda das Ações, ou seja, a eventual valorização da ação sobre o preço de exercício.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Uma parte da remuneração dos executivos (aquela baseada em ações) passa a depender do valor das ações no mercado que por sua vez refletem o valor do investimento dos acionistas. O fato das opções terem um período de *vesting* (exercício de 1/3 a cada ano a partir da data de outorga) e um prazo de 6 anos para o exercício incentiva a perseguição de metas de longo prazo e pune ações imediatistas de curto prazo.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A Remuneração baseada em ações é a única forma de remuneração variável da Companhia e o elemento que liga a remuneração dos executivos à remuneração dos acionistas na forma de valorização de suas ações.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Terminado o período de *vesting* previsto no regulamento o beneficiário poderá exercer suas opções de compra de ações uma vez ao ano. O Exercício da Opção consistirá na compra das ações pelo preço de exercício estabelecido, após decorrido o prazo de "*Vesting"*. O Beneficiário, para tanto, deverá manifestar formalmente o exercício das opções à Companhia, através de uma Notificação de Exercício, no prazo de até quinze (15) dias subsequentes à reunião do Conselho de Administração da Companhia que: (a) tiver aprovado o Balanço do Exercício Anterior respeitados os limites previstos pelo período de *vesting*. As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente, observados os prazos e condições estabelecidos pelo Conselho de Administração, pelo Comitê (se for o caso), pelo Regulamento (especialmente, mas não limitado aos limites previstos pelo período de *vesting*) e pelos Contratos de Adesão. A parcela de Opção não exercida até a data prevista no regulamento será considerada extinta automaticamente, sem qualquer direito a indenização. O exercício da Opção somente poderá ocorrer desde que se verifique a continuidade do vínculo do Beneficiário com a Companhia ou com suas controladas, até a data do efetivo exercício da Opção. A Notificação de Exercício só poderá ser expedida pelo Beneficiário, após a divulgação dos resultados anuais e semestrais. Na Notificação de Exercício, o Beneficiário deverá indicar a quantidade de ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso.

Com a continuidade do plano e a permanência do executivo na empresa o mesmo será detentor de opções que podem ser exercidas no curto, médio e longo prazo e cujo valor depende da diferença entre o preço de exercício das opções e o preço das ações negociadas no mercado, sendo tanto maior quanto maior for esta diferença. Portanto, será do interesse dos executivos que as ações emitidas pela Companhia apresentem uma valorização contínua e sustentável o que também é do interesse dos acionistas da Companhia.

f. Número máximo de ações abrangidas

As opções de compra de ações outorgados nos termos do Plano de Outorga de Opções e do Regulamento em vigor terão o limite total de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia. As ações resultantes do exercício de opção serão emitidas em decorrência de deliberação de aumento de capital, pelo Conselho de Administração, dentro dos limites do capital autorizado da Companhia ou utilização de ações em tesouraria, dentro dos limites legais. Os atuais acionistas não terão preferência na outorga ou no exercício de opção de compra de ações, previstos no referido Regulamento, conforme disposto no art. 171, § 3º da Lei 6404/76.

Na eventualidade de o número, espécie e/ou classe das ações de emissão da Companhia serem alterados em razão de desdobramentos, bonificações, grupamentos ou conversões, o Conselho de Administração deverá efetuar o ajuste correspondente ao número, espécie e/ou classe das ações objeto de cada Opção em vigor e seu respectivo preço de aquisição ou subscrição, conforme o caso, informando aos Beneficiários por escrito.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Os critérios são os mesmos do item anterior. A empresa prevê sempre a outorga e uma opção para compra de uma ação conforme critérios definidos no Plano.

h. Condições de aquisição de ações

Terminado o período de *vesting* previsto no regulamento o beneficiário poderá exercer suas opções de compra de ações uma vez ao ano. O Exercício da Opção consistirá na compra das ações pelo preço de exercício estabelecido, após decorrido o prazo de "*Vesting"*. O Beneficiário, para tanto, deverá manifestar formalmente o exercício das opções à Companhia, através de uma Notificação de Exercício, no prazo de até quinze (15) dias subsequentes à reunião do Conselho de Administração da Companhia que: (a) tiver aprovado o Balanço do Exercício Anterior respeitados os limites previstos pelo período de *vesting*. As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente, observados os prazos e condições estabelecidos pelo Conselho de Administração, pelo Comitê (se for o caso), pelo Regulamento (especialmente, mas não limitado aos limites previstos pelo

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

período de *vesting*) e pelos Contratos de Adesão. A parcela de Opção não exercida até a data prevista no regulamento será considerada extinta automaticamente, sem qualquer direito a indenização. O exercício da Opção somente poderá ocorrer desde que se verifique a continuidade do vínculo do Beneficiário com a Companhia ou com suas controladas, até a data do efetivo exercício da Opção. A Notificação de Exercício só poderá ser expedida pelo Beneficiário, após a divulgação dos resultados anuais e semestrais. Na Notificação de Exercício, o Beneficiário deverá indicar a quantidade de ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso.

Aprovada a emissão das ações ou transferência de ações em tesouraria, conforme o caso e a deliberação do Conselho de Administração, as ações resultado dos Exercícios de Opção serão transferidas ou lançadas em nome do respectivo Beneficiário, que deverá pagar à Companhia o Preço de Emissão em até cinco (05) dias após o registro ou transferência.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço do Exercício da opção será baseado na média ponderada por volume da cotação da ação no mês anterior ao da outorga e ajustado pela inflação (IPCA) até o Exercício da Opção, estabelecido, pois, como critério de fixação do preço de emissão o art. 170, § 1º, III, da Lei 6404/76. O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, mas sem desrespeitar os limites legais retro referidos, poderá aplicar um desconto de até 50% sobre o resultado da média referida neste item. A aplicação do referido desconto não cria direito adquirido, a favor do mesmo ou de outros Beneficiários, a similares descontos em outras emissões de ações.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Conforme previsto no Plano: As Opções terão prazo total de carência de três anos, podendo ser exercidas da seguinte forma: até 1/3 após um (01) ano contado da data da outorga; mais 1/3 após 2 anos da data da outorga, totalizando o limite de 2/3; 1/3 restante após 3 anos da data da outorga. As opções terão prazo de vigência de seis (06) anos, contados da data da outorga.

Os prazos foram estabelecidos para gerar incentivos de longo prazo.

k. Forma de liquidação

O pagamento do preço do Exercício de Opção deverá ser na data determinada pela Companhia, em moeda corrente nacional por meio de (i) cheque nominal à Companhia; (ii) transferência bancária para conta indicada pela Companhia; ou (iii) qualquer outra forma de pagamento expressamente permitida pela Companhia e previamente comunicada ao Beneficiário, por escrito.

l. Restrições à transferência das ações

As ações adquiridas pelos beneficiários no âmbito deste plano não têm quaisquer restrições de transferência, entretanto, conforme prevê o Regulamento, O Conselho de Administração ou Comitê (conforme o caso), poderá impor termos e/ou condições prévias para o exercício da opção e impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício da Opção, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas. Os Contratos de Adesão serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Adesão, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O “PLANO” e o REGULAMENTO entraram em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderá ser extinto a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término da vigência respeitará os direitos adquiridos, não afetando a eficácia das Opções ainda em vigor, outorgadas com base nele.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Regulamento ou no Contrato de Adesão, as opções outorgadas extinguir-se-ão automaticamente, cessando de pleno direito todos os seus efeitos, nos seguintes casos: (a) mediante o seu exercício integral; (b) após o decurso do prazo de vigência da opção; (c) mediante distrato do Contrato de Adesão; ou (d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada. Entretanto, na hipótese de dissolução, fusão, incorporação, cisão ou liquidação da Companhia, os Beneficiários do Plano de Opções de Compra ou Subscrição de Ações poderão exercer suas Opções que já possam ser exercidas (isto é, com período de “*vesting*” já decorrido) no período compreendido entre a data da convocação da assembleia geral de acionistas que tiver por objeto deliberar sobre a dissolução, fusão, incorporação, cisão ou liquidação da Companhia e a data de realização da mesma. Caso contrário, as Opções serão extintas, da mesma forma que o Regulamento de Plano de Outorga e os respectivos Contratos de Adesão.

O Regulamento não impedirá a realização de quaisquer operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão. O Conselho de Administração da Companhia e as Sociedades envolvidas em tais operações

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

poderão, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das ações objeto das Opções por ações da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício da Opção de aquisição das Ações, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão ou rescisão do contrato respectivo, se houver, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição do cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o REGULAMENTO, poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto no item 6.2 do Regulamento, transcrito abaixo.

6.2. Se, a qualquer tempo da vigência do Plano, o Beneficiário: a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, rescindindo o respectivo contrato, se houver, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) as Opções Não Exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções Exercíveis poderão ser exercidas no prazo de até trinta (30) dias, após o que ficarão automaticamente extintas, independentemente de aviso, notificação ou intimação; b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão ou rescisão do contrato respectivo, se houver, por justa causa ou destituição de seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Adesão, na data de seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão ou rescisão do contrato respectivo, se houver, sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) as Opções Não Exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Adesão, na data do seu desligamento, ficarão automaticamente canceladas, independentemente de aviso prévio, notificação ou indenização; (ii) as Opções Exercíveis deverão ser exercidas improrrogavelmente em até trinta (30) dias a contar do anúncio do desligamento, após o que restarão automaticamente canceladas, independentemente de aviso prévio, notificação ou indenização; d) desligar-se da Companhia por aposentadoria ou invalidez permanente: (i) as Opções Não Exercíveis de acordo com o Contrato de Adesão, na data de seu desligamento, passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando o prazo de carência; e (ii) as Opções Exercíveis de acordo com o Contrato de Adesão na data de seu desligamento permanecerão inalteradas, podendo ser exercidas normalmente nos termos do Contrato; e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) as Opções Não Exercíveis de acordo com o Contrato de Adesão, na data de seu falecimento, passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, podendo os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário exercer a respectiva Opção no prazo de até doze (12) meses a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções Exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Adesão, na data de seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de até doze (12) meses a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio, notificação ou indenização.

E itens 6.3 e 6.4 do Regulamento também transcritos abaixo:

6.3. No caso de demissões sem justa causa que ocorram no período de 12 meses após uma mudança de controle, na forma da lei, todas as opções se tornam exercíveis.

6.4. O Conselho de Administração terá liberdade e autonomia para decidir os casos excepcionais e/ou alterar as regras acima previstas, sem prejuízo de direitos já exercidos e/ou adquiridos anteriormente à sua deliberação.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.5 – Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais

Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.
Notas:
(*) Estão incluídas as ações de propriedade dos acionistas controladores Alexandre Grendene Bartelle e Pedro Grendene Bartelle e dos demais acionistas vinculados ao acordo de acionistas da Companhia.

Acionistas	31/12/2013	
	Quantidade de ações	% de participação no capital social total
Membros do Conselho de Administração (*)	222.697.184	74,054663%
Membros da Diretoria Estatutária	483.954	0,160932%
Membros do Conselho Fiscal	-	-
Total de ações	**223.181.138**	**74,215595%**

Acionistas	31/12/2012	
	Quantidade de ações	% de participação no capital social total
Membros do Conselho de Administração (*)	224.903.484	74,788335%
Membros da Diretoria Estatutária (**)	285.045	0,094788%
Membros do Conselho Fiscal	-	-
Total de ações	**225.188.529**	**74,883123%**

Acionistas	31/12/2011	
	Quantidade de ações	% de participação no capital social total
Membros do Conselho de Administração (*)	225.039.984	74,833727%
Membros da Diretoria Estatutária (**)	255.199	0,084863%
Membros do Conselho Fiscal	-	-
Total de ações	**225.295.183**	**74,918590%**

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6 – Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia efetuou até 31/12/2013 seis outorgas de ações em 2008 (Plano I), 2009 (Plano II), 2010 (Plano III), 2011 (Plano IV), 2012 (Plano V) e em 2013 (Plano VI). Os beneficiários dos planos são Diretores da Companhia, exceto os Acionistas Controladores e Gerentes conforme definido pelo Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não fazem parte do programa.

Os dados a seguir se referem apenas aos três Diretores estatutários que fazem parte do programa.

a. Órgão	Diretoria		
b. Número de membros	3 (três)		
c. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:	Plano IV (2011)	Plano V (2012)	Plano VI (2013)
i. Data de outorga	24 de fevereiro de 2011	01 de março de 2012	28 de fevereiro de 2013
ii. Quantidade de opções outorgadas	502.248	90.708	261.870
iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Conforme previsto no Plano: As Opções terão prazo total de carência de três anos, podendo ser exercidas da seguinte forma: até 1/3 após um (01) ano contado da data da outorga; mais 1/3 após 2 anos da data da outorga, totalizando o limite de 2/3; 1/3 restante após 3 anos da data da outorga.		
iv. Prazo máximo para exercício das opções	23/02/2017	28/02/2018	27/02/2019
v. Prazo de restrição à transferência das ações	N.A.	N.A.	N.A.
vi. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:			
• **Em aberto no início do exercício social**	R$9,76 (na outorga, corrigido pelo IPCA desde a data da outorga até o exercício da opção)	R$3,92 (na outorga, corrigido pelo IPCA desde a data da outorga até o exercício da opção)	R$8,57 (na outorga, corrigido pelo IPCA desde a data da outorga até o exercício da opção)
• **Perdidas durante o exercício social**	-	-	
• **Exercidas durante o exercício social**	R$10,80	R$4,33	R$9,55
• **Expiradas durante o exercício social**	-	-	
d. Valor justo das opções na data de outorga	R$12,00 - R$10,80 = **R$1,20**	R$8,54 - R$4,33 = **R$4,21**	R$17,93 – R$9,55 = **8,38**
e. Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,17%	0,03%	0,09%

As opções outorgadas referentes aos Planos I, II e III foram exercidas de forma total em março de 2013.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7 – Remunerações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Valores referentes ao exercício de 2013

a. Órgão	Diretoria		
b. Número de membros	3 (três)		
c. Em relação às opções ainda não exercíveis	Plano IV (2011)	Plano V (2012)	Plano VI (2013)
i. Quantidade	167.416	60.472	261.870
ii. Data em que se tornarão exercíveis	24/02/2014 – 167.416	28/02/2014 – 30.236 28/02/2015 – 30.236	01/03/14 – 87.290 01/03/15 – 87.290 01/03/16 – 87.290
iii. - Prazo máximo para exercício das opções	23/02/2017	29/02/2018	27/02/2019
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-
v. Preço médio ponderado de exercício	R$10,80	R$4,33	R$9,55
vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social	R$1,20	R$4,21	R$8,38
d. Em relação às opções exercíveis			
i. Quantidade	167.416	30.236	-
ii. Prazo máximo para exercício das opções	24/02/2017	28/02/2018	27/02/19
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-
iv. Preço médio ponderado de exercício	R$10,80 (R$9,76 atualizado pelo IPCA de 17,34% = R$11,45 projetado pelo preço médio da opção)	R$4,33 (R$3,92 atualizado pelo IPCA de 10,75% = R$4,34 projetado pelo preço médio da opção)	R$9,55 (R$8,57 atualizado pelo IPCA de 4,37% = R$8,95 projetado pelo preço médio da opção)
v. Valor justo das opções no último dia do exercício social	R$1,20	R$4,21	R$8,38
vi. Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R$200.899,20	R$127.293,56	-

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8 – Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

a.	**Órgão**	Diretoria				
b.	**Número de membros**	3 (três)				
c.	**Em relação às opções exercidas informar:**	Plano I (2008)	Plano II (2009)	Plano III (2010)	Plano IV (2011)	Plano V (2012)
	i. Número de ações	2009 - 107.100 ações 2010 - 107.166 ações 2011 – 222.543 ações 2013 – 107.151 ações	2010 - 54.984 ações 2011 – 96.495 ações 2012 – 75.491 ações 2013 – 247 ações	2013 – 179.308	2013 – 334.832	2013 - 30.236
	ii. Preço médio ponderado de exercício	2009 - R$7,05 2010 - R$7,29 2011 - R$6,64 2013 – R$10,15	2010 - R$4,12 2011 - R$6,64 2012 - R$3,92 2013 – R$10,15	2013 – R$10,15	2013 – R$10,15	2013 – R$10,15
	iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R$1.443.261,36	R$185.012,35	R$1.956.250,28	R$3.653.017,12	R$329.874,76
d.	**Em relação às ações entregues informar:**					
	i. Número de ações	543.960 ações	227.217 ações	179.308 ações	334.832 ações	30.236 ações
	ii. Preço médio ponderado de aquisição	2009 - R$8,26 2010 - R$7,29 2011 - R$7,29 2013 - R$21,06	2010 - R$6,31 2011 - R$6,64 2012 – R$4,74 2013 - R$21,06	2013 - R$21,06	2013 - R$21,06	2013 - R$21,06
	iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	R$1.443.261,36	R$185.012,35	R$1.956.250,28	R$3.653.017,12	R$329.874,76

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9 – Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 – Método de precificação do valor das ações e doas opções

a. Modelo de precificação	
Plano I (2008)	Black and Scholles
Plano II (2009)	
Plano III (2010)	
Plano IV (2011)	
Plano V (2012)	
Plano VI (2013)	

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco	
Plano I (2008)	1) Outorga em 25/04/2008 1.1) Total de opções de compra concedido: 543.960 1.2) Preço de exercício: R$7,30 1.3) Volatilidade estimada: 28,2% 1.4) * Dividendo contínuo esperado sobre as ações: 6% 1.5) ** Taxa de juros livre de risco média ponderada: 13,0% 1.6) Maturidade máxima: 6 anos 1.7) Valor prêmio da opção (Valor justo na data da concessão menos preço de exercício): R$7,96 – R$7,30 = R$0,66 * Os dividendos esperados foram obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses. ** A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgadas pelo Banco Central (BACEN).
Plano II (2009)	1) Outorga em 05/03/2009 1.1) Total de opções de compra concedido: 227.217 1.2) Preço de exercício: R$4,26 1.3) Volatilidade estimada: 36,5% 1.4) * Dividendo contínuo esperado sobre as ações: 9% 1.5) ** Taxa de juros livre de risco média ponderada: 9,25% 1.6) Maturidade máxima: 6 anos 1.7) Valor prêmio da opção (Valor justo na data da concessão menos preço de exercício): R$4,68 – R$4,26 = R$0,42 * Os dividendos esperados foram obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses. ** A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgadas pelo Banco Central (BACEN).
Plano III (2010)	1) Outorga em 04/03/2010 1.1) Total de opções de compra concedido: 179.308 1.2) Preço de exercício: R$10,08 1.3) Volatilidade estimada: 32,8% 1.4) * Dividendo contínuo esperado sobre as ações: 4% 1.5) ** Taxa de juros livre de risco média ponderada: 11,25% 1.6) Maturidade máxima: 6 anos 1.7) 1.7) Valor prêmio da opção (Valor justo na data da concessão menos preço de exercício): R$12,36 – R$10,08 = R$2,28 * Os dividendos esperados foram obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses. ** A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgadas pelo Banco Central (BACEN).

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9 – Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 – Método de precificação do valor das ações e doas opções

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco	
Plano IV (2011)	1) Outorga em 24/02/2011 1.1) Total de opções de compra concedido: 502.248 1.2) Preço de exercício: R$10,80 1.3) Volatilidade estimada: 27,6% 1.4) * Dividendo contínuo esperado sobre as ações: 4% 1.5) ** Taxa de juros livre de risco média ponderada: 12,50% 1.6) Maturidade máxima: 6 anos 1.7) Valor prêmio da opção (Valor justo na data da concessão menos preço de exercício): R$12,00 – R$10,80 = R$1,20 * Os dividendos esperados foram obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses. ** A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgadas pelo Banco Central (BACEN).
Plano V (2012)	1) Outorga em 01/03/2012 1.1) Total de opções de compra concedido: 90.708 1.2) Preço de exercício: R$4,33 1.3) Volatilidade estimada: 14,07% 1.4) * Dividendo contínuo esperado sobre as ações: 7% 1.5) ** Taxa de juros livre de risco média ponderada: 9,50% 1.6) Maturidade máxima: 6 anos 1.7) Valor prêmio da opção (Valor justo na data da concessão menos preço de exercício): R$8,54 – R$4,33 = R$4,21 * Os dividendos esperados foram obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses. ** A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgadas pelo Banco Central (BACEN).
Plano VI (2013)	1) Outorga em 28/02/2013 1.1) Total de opções de compra concedido: 261.870 1.2) Preço de exercício: R$9,55 1.3) Volatilidade estimada: 25,51% 1.4) * Dividendo contínuo esperado sobre as ações: 5% 1.5) ** Taxa de juros livre de risco média ponderada: 7,25% 1.6) Maturidade máxima: 6 anos 1.7) Valor prêmio da opção (Valor justo na data da concessão menos preço de exercício): R$17,93 – R$9,55 = R$8,38 * Os dividendos esperados foram obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses. ** A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgadas pelo Banco Central (BACEN).

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado	
Plano I (2008)	Utilizamos para o cálculo do valor justo das opções o valor esperado da vida das opções. Não levamos em consideração a rotatividade por ser considerada desprezível no nível da diretoria da Grendene S.A.
Plano II (2009)	
Plano III (2010)	
Plano IV (2011)	
Plano V (2012)	
Plano VI (2013)	

d. Forma de determinação da volatilidade esperada	
Plano I (2008)	A volatilidade foi calculado com base na variação do preço diário de fechamento da ação da BM&FBOVESPA dos 18 meses anteriores a data de outorga.
Plano II (2009)	
Plano III (2010)	
Plano IV (2011)	
Plano V (2012)	
Plano VI (2013)	

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9 – Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 – Método de precificação do valor das ações e doas opções

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo	
Plano I (2008)	Não
Plano II (2009)	
Plano III (2010)	
Plano IV (2011)	
Plano V (2012)	
Plano VI (2013)	

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10 – Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não mantém Planos de Previdência para seus administradores.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Nº de membros	3,67	5,00	5,00	6,00	6,00	6,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	2.403.218,76	1.075.881,00	1.097.783,20	140.000,00	128.000,00	120.000,00	94.600,00	69.000,00	45.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	60.000,00	180.000,00	180.000,00	140.000,00	128.000,00	120.000,00	94.600,00	69.000,00	45.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.427.582,89	652.425,00	560.979,80	140.000,00	128.000,00	120.000,00	94.600,00	69.000,00	45.000,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12 – Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não existem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13 – Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

A Grendene não faz pagamentos a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos. O único pagamento feito é aos próprios acionistas controladores (Sr. Alexandre Grendene Bartelle que exerce a função de Presidente do Conselho de Administração e o Sr. Pedro Grendene Bartelle que exerce a função de Vice-Presidente do Conselho de Administração).

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Valores reconhecidos em razão que não a função que ocupam.

R$	2011	2012	2013
Conselho de administração	R$241.879,69	R$236.470,18	R$122.270,84

Os demais administradores e membros do Conselho Fiscal não recebem qualquer remuneração que não seja em razão da função que ocupam na empresa.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

A Companhia não tem valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 – Outras informações relevantes

Para melhor entendimento, apresentamos a seguir a integra do Regulamento de Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do dia 14 de Abril de 2008 e as alterações aprovadas na Reunião do Conselho de Administração de 01 de março de 2012.

Regulamento de Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações

I - Apresentação

O presente Regulamento estabelece as regras relativas ao Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da GRENDENE S.A. e suas empresas controladas ("Companhia"), instituído no âmbito do Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia ("Plano"), submetido à deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 14 de abril de 2008. O Plano e o presente Regulamento foram recomendados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 13 de março de 2008 mais as alterações aprovadas na Reunião do Conselho de Administração de 01 de março de 2012.

II – Definições

Para os fins do presente REGULAMENTO de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações, os termos abaixo, empregados ao longo do presente instrumento, respeitarão as definições a seguir:

i) Acionista: pessoa física ou jurídica titular de ação da Companhia;

ii) Ações: ações ordinárias nominativas que serão ou já foram emitidas pela Companhia;

iii) Beneficiário: o Colaborador Elegível a quem é outorgada efetivamente a Opção;

iv) Colaboradores Elegíveis: executivos em níveis de Administradores, Diretoria e de Gerência, excetuados aqueles que fazem parte do Controle Acionário, aptos a participar do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações, na forma da indicação prevista no presente Regulamento;

v) Companhia: a sociedade GRENDENE S.A. e suas empresas controladas;

vi) Contrato de Adesão: o Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações, celebrado entre a Companhia e o Colaborador Elegível, por meio do qual este último se torna participante do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações;

vii) Data de Outorga: a data de assinatura do Contrato de Adesão, que formalizará a outorga das Opções aos Beneficiários;

viii) Desligamento: significa qualquer ato ou fato que, justificado ou não, ponha fim à relação jurídica do Beneficiário com a Companhia, exceto nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento. Desligamento abrange inclusive as hipóteses de destituição, substituição ou não reeleição do Beneficiário como administrador e rescisão do contrato de trabalho;

ix) Exercício das Opções: a efetiva compra ou subscrição, pelo Beneficiário, de ações relativas às opções a ele outorgadas pelo Contrato de Adesão;

x) Opção ou Opções: a possibilidade de os Beneficiários adquirirem ou subscreverem ações da Companhia por preço previamente fixado, durante um determinado período de tempo, atendidas as condições estabelecidas neste Regulamento;

xi) Opção(ões) Exercível(is): a(s) Opção(ões) que atendeu(eram) às condições delimitadas para o exercício do direito de compra ou subscrição das Ações (regras de reserva de direito), portanto passível(eis) de ser(em) exercida(s).

xii) Opção(ões) não Exercível(is): a(s) Opção(ões) que não atendeu(eram) as condições delimitadas para o exercício do direito de compra ou subscrição das Ações.

xiii) Período de Exercício de Opção: período compreendido entre a data em que é possível comprar ou subscrever as ações e a data limite para a compra ou subscrição;

xiv) Regulamento: o presente Instrumento, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral da Companhia;

xv) Preço de Exercício da Opção: valor determinado a ser pago pelo Beneficiário para a compra ou subscrição das ações objeto da opção a ele outorgada;

xvi) Reserva de Direito (*Vesting)*: período estabelecido pela Companhia que antecede o prazo para o exercício da opção de compra ou subscrição de ações pelo Beneficiário.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 – Outras informações relevantes

III – Objetivo e Conceito

O Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações, disciplinado pelo presente REGULAMENTO, tem por objetivo estabelecer regras para que determinados executivos da Companhia possam adquirir ações de sua emissão, visando, com isso, reforçar os níveis de atração, retenção e motivação de talentos, bem como alinhar interesses de executivos aos dos acionistas na geração de resultados e criação sustentável de valor. A meta é criar incentivo de longo prazo, baseado no conceito de opções de compra de ações ("*stock options"*), que consiste na concessão de um direito - e não uma obrigação – de comprar ações da Companhia a preços e prazos pré-definidos. O ganho potencial do Beneficiário será o resultado da Compra e Venda das Ações, ou seja, a eventual valorização da ação sobre o preço de exercício.

Cláusula I. – Beneficiários

1.1. Anualmente, com base em recomendações do Diretor Presidente, o Conselho de Administração da Companhia deliberará a aprovação de Colaboradores Elegíveis que irão efetivamente receber opções.

1.2. A participação do Beneficiário em um Programa ou outorga não lhe garantirá a participação em outorgas posteriores.

1.3. Novas outorgas serão decididas individualmente pelo Conselho de Administração, que irá analisar e deliberar a respeito das recomendações do Diretor Presidente.

Cláusula II. - Administração do Plano

2.1. O "PLANO" será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual poderá delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um comitê especialmente criado para tanto ("Comitê").

2.2. O Comitê será composto de no mínimo 3 (três) membros, sendo um deles necessariamente o Presidente do Conselho de Administração da Companhia e os demais acionistas eleitos pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração não poderá aprovar os membros do Comitê como Beneficiários de outorga de opções.

2.3. Obedecidas as condições do presente REGULAMENTO e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração da Companhia terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo, mas não limitado a:

a) criação e aplicação de normas gerais relativas ao "PLANO", nos termos do presente Regulamento e a solução de dúvidas de interpretação do mesmo;

b) estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos administradores e gerentes da Companhia, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição de Beneficiários;

c) a eleição dos Beneficiários conforme a Cláusula I supra e a autorização para outorgar opções de compra de ações em seu favor, estabelecendo todas as condições das opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as opções aos termos da lei, norma ou regulamento superveniente;

d) a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado, para satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos deste Regulamento.

2.4. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos na Lei e neste Regulamento, ficando claro que poderá tratar de maneira diferenciada administradores e gerentes, excetuados aqueles que fazem parte do Controle Acionário, da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou a alguns.

2.5. As deliberações do Conselho de Administração da Companhia ou do Comitê (conforme o caso) têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano de outorga de opções.

Cláusula III. - Frequência da Outorga, Vesting e Vigência das Opções

3.1. Anualmente, durante a vigência do Plano, o Conselho de Administração da Companhia, levando em conta as premissas para outorga, determinará os Beneficiários, na forma prevista na Cláusula I supra, estabelecendo, também, o número de ações que poderão ser adquiridas com o exercício de cada opção, o preço de exercício de cada opção e as condições de seu pagamento, os prazos e condições de exercício de cada opção e quaisquer outras condições a elas relativas.

3.2. As Opções terão prazo total de carência de três anos, podendo ser exercidas da seguinte forma: (i) até 1/3 após um (01) ano contado da data da outorga; (ii) mais 1/3 após 2 anos da data da outorga, totalizando o limite de 2/3; (iii) 1/3 restante após 3 anos da data da outorga.

3.3. As opções terão prazo de vigência de seis (06) anos, contados da data da outorga.

3.4. A outorga de opções de compra de ações nos termos do presente Regulamento é realizada mediante a celebração dos Contratos de Adesão entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou Comitê (conforme o caso): (a) a quantidade de ações objeto

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 – Outras informações relevantes

da outorga; (b) as condições para aquisição do direito ao exercício da opção; (c) o prazo final para exercício da opção de compra de ações; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento.

3.5. O Conselho de Administração ou Comitê (conforme o caso) poderá impor termos e/ou condições prévias para o exercício da opção e impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício da Opção, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas.

3.6. Os Contratos de Adesão serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Adesão, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

3.7. As opções de compra de ações outorgadas nos termos do presente Regulamento, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculadas à sua remuneração fixa ou eventual participação nos lucros.

3.8. Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista neste Regulamento ou no Contrato de Adesão, as opções outorgadas extinguir-se-ão automaticamente, cessando de pleno direito todos os seus efeitos, nos seguintes casos: (a) mediante o seu exercício integral; (b) após o decurso do prazo de vigência da opção; (c) mediante distrato do Contrato de Adesão; ou (d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada.

3.9. A celebração dos Contratos de Adesão implicará na aceitação, pelos Beneficiários, de todas as condições estabelecidas no Plano e no presente Regulamento.

Cláusula IV. - Exercício da Opção e Preço de Exercício

4.1. O Exercício da Opção consistirá na compra das ações pelo preço de exercício estabelecido, após decorrido o prazo de "Vesting". O Beneficiário, para tanto, deverá manifestar formalmente o exercício das opções à Companhia, através de uma Notificação de Exercício, no prazo de até quinze (15) dias subsequentes à reunião do Conselho de Administração da Companhia que tiver aprovado o Balanço do Exercício Anterior respeitados os limites previstos em 3.2 supra. As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente, observados os prazos e condições estabelecidos pelo Conselho de Administração, pelo Comitê (se for o caso), por este Regulamento (especialmente, mas não limitado aos limites em 3.2 supra) e pelos Contratos de Adesão.

4.1.1. A parcela de Opção não exercida até a data prevista em 3.3 ***(iii)*** supra, será considerada extinta automaticamente, sem qualquer direito a indenização.

4.1.2. O exercício da Opção somente poderá ocorrer desde que se verifique a continuidade do vínculo do Beneficiário com a Companhia ou com suas controladas, até a data do efetivo exercício da Opção.

4.2. A Notificação de Exercício só poderá ser expedida pelo Beneficiário, após a divulgação dos resultados anuais. Na Notificação de Exercício, o Beneficiário deverá indicar a quantidade de ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso.

4.2.1. Caso a quantidade de ações pretendida na Notificação de Exercício exceda os limites previstos em 3.2 supra, a Companhia informará ao Beneficiário, no prazo de cinco (05) dias úteis a contar do recebimento da Notificação de Exercício, a quantidade correta de ações cuja opção pode ser exercida.

4.2.2. A Companhia informará ao Beneficiário no prazo de dois (02) dias úteis a contar da deliberação do Conselho de Administração prevista em 4.3, 4.4 e 4.5 infra, o preço de exercício a ser pago.

4.2.3. O pagamento do preço do Exercício de Opção deverá ser na data determinada pela Companhia, em moeda corrente nacional por meio de (i) cheque nominal à Companhia; (ii) transferência bancária para conta indicada pela Companhia; ou (iii) qualquer outra forma de pagamento expressamente permitida pela Companhia e previamente comunicada ao Beneficiário, por escrito.

4.3. As Notificações de Exercício serão verificadas pela área de recursos humanos da Companhia e, após, encaminhadas ao Conselho de Administração, que conferirá sua exatidão e conformidade com as normas do presente Regulamento, especialmente, mas não limitadamente aos limites previstos em 3.2 supra. Estando as Notificações de Exercício conformes, o Conselho de Administração deliberará, em sua próxima reunião, a emissão da quantidade de ações respectivas, respeitados os preceitos legais e os limites do capital autorizado da Companhia.

4.4. O Preço do Exercício da opção será baseado na média ponderada por volume da cotação da ação no mês anterior ao da outorga e ajustado pela inflação (IPCA) até o Exercício da Opção, estabelecido, pois, como critério de fixação do preço de emissão o art. 170, § 1º, III, da Lei 6404/76.

4.5. O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, mas sem desrespeitar os limites legais retro referidos, poderá aplicar um desconto de até 50% sobre o resultado da média referida neste item. A aplicação do referido desconto não cria direito adquirido, a favor do mesmo ou de outros Beneficiários, a similares descontos em outras emissões de ações.

4.6. Aprovada a emissão das ações ou transferência de ações em tesouraria, conforme o caso e a deliberação do Conselho

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 – Outras informações relevantes

de Administração, as ações resultado dos Exercícios de Opção serão transferidas ou lançadas em nome do respectivo Beneficiário, que deverá pagar à Companhia o Preço de Emissão em até cinco (05) dias após o registro ou transferência.

4.7. Disposição Transitória: O Preço de Exercício de Opção, na outorga do ano de 2008, será baseado na média ponderada da cotação das ações da Companhia em fevereiro do mesmo ano, sem desconto e ajustada pelo IPCA até a data do Exercício da Opção.

4.8. O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

4.9. Nenhum Beneficiário terá qualquer dos direitos, privilégios ou faculdades de acionista da Companhia até que a sua opção seja devidamente exercida, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Adesão. Nenhuma ação será transferida ou emitida em decorrência do exercício de opção até que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

4.10. Durante o período de vigência da Opção, é vedado ao Beneficiário a alienação, ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre as Opções que ainda estejam sujeitas ao Período de exercício, bem como a revenda das Ações à Companhia.

Cláusula V. - Ações Sujeitas ao Plano de Outorga de Opções

5.1. As opções de compra de ações outorgados nos termos do Plano de Outorga de Opções e do presente Regulamento terão o **limite total** de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia.

5.2. As ações resultantes do exercício de opção serão emitidas em decorrência de deliberação de aumento de capital, pelo Conselho de Administração, dentro dos limites do capital autorizado da Companhia ou utilização de ações em tesouraria, dentro dos limites legais.

5.3. Os atuais acionistas não terão preferência na outorga ou no exercício de opção de compra de ações, previstos neste Regulamento, conforme disposto no art. 171, § 3º da Lei 6404/76.

Cláusula VI. - Desligamento do Beneficiário

6.1. Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão ou rescisão do contrato respectivo, se houver, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição do cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o presente REGULAMENTO, poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto no ítem 6.2 abaixo.

6.2. Se, a qualquer tempo da vigência do Plano, o Beneficiário:

a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, rescindindo o respectivo contrato, se houver, ou renunciando ao seu cargo de administrador: ***(i)*** as Opções Não Exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e ***(ii)*** as Opções Exercíveis poderão ser exercidas no prazo de até trinta (30) dias, após o que ficarão automaticamente extintas, independentemente de aviso, notificação ou intimação;

b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão ou rescisão do contrato respectivo, se houver, por justa causa ou destituição de seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Adesão, na data de seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão ou rescisão do contrato respectivo, se houver, sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: ***(i)*** as Opções Não Exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Adesão, na data do seu desligamento, ficarão automaticamente canceladas, independentemente de aviso prévio, notificação ou indenização; ***(ii)*** as Opções Exercíveis deverão ser exercidas improrrogavelmente em até trinta (30) dias a contar do anúncio do desligamento, após o que restarão automaticamente canceladas, independentemente de aviso prévio, notificação ou indenização;

d) desligar-se da Companhia por aposentadoria ou invalidez permanente: ***(i)*** as Opções Não Exercíveis de acordo com o Contrato de Adesão, na data de seu desligamento, passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando o prazo de carência; e ***(ii)*** as Opções Exercíveis de acordo com o Contrato de Adesão na data de seu desligamento permanecerão inalteradas, podendo ser exercidas normalmente nos termos do Contrato;

e) desligar-se da Companhia por falecimento: ***(i)*** as Opções Não Exercíveis de acordo com o Contrato de Adesão, na data de seu falecimento, passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência,

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 – Outras informações relevantes

podendo os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário exercer a respectiva Opção no prazo de até doze (12) meses a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e ***(ii)*** as Opções Exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Adesão, na data de seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de até doze (12) meses a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio, notificação ou indenização.

6.3. No caso de demissões sem justa causa que ocorram no período de 12 meses após uma mudança de controle, na forma da lei, todas as opções se tornam exercíveis.

6.4. O Conselho de Administração terá liberdade e autonomia para decidir os casos excepcionais e/ou alterar as regras acima previstas, sem prejuízo de direitos já exercidos e/ou adquiridos anteriormente à sua deliberação.

Cláusula VII. - Dissolução ou Liquidação da Companhia

7.1. Na hipótese de dissolução, fusão, incorporação, cisão ou liquidação da Companhia, os Beneficiários poderão exercer suas Opções que já possam ser exercidas no período compreendido entre a data da convocação da assembleia geral de acionistas que tiver por objeto deliberar sobre a dissolução, fusão, incorporação, cisão ou liquidação da Companhia e a data de realização da mesma. Caso contrário, as Opções serão extintas, da mesma forma que este Regulamento e os respectivos Contratos de Adesão.

Cláusula VIII. – Prazo de Vigência do Plano de Outorga de Opções

8.1. O “PLANO” e o presente REGULAMENTO entram em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderá ser extinto a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término da vigência respeitará os direitos adquiridos, não afetando a eficácia das Opções ainda em vigor, outorgadas com base nele.

Cláusula IX. – Disposições Gerais

9.1. Este Regulamento não impedirá a realização de quaisquer operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão. O Conselho de Administração da Companhia e as Sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: ***(a)*** a substituição das ações objeto das Opções por ações da sociedade sucessora da Companhia; ***(b)*** a antecipação da aquisição do direito ao exercício da Opção de aquisição das Ações, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão; e/ou ***(c)*** o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano.

9.2. Na eventualidade de o número, espécie e/ou classe das ações de emissão da Companhia serem alterados em razão de desdobramentos, bonificações, grupamentos ou conversões, o Conselho de Administração deverá efetuar o ajuste correspondente ao número, espécie e/ou classe das ações objeto de cada Opção em vigor e seu respectivo preço de aquisição ou subscrição, conforme o caso, informando aos Beneficiários por escrito.

9.3. O Conselho de Administração da Companhia será competente para dirimir eventuais dúvidas quanto à interpretação das normas estabelecidas neste Regulamento, sendo que no caso de conflito entre as disposições deste Regulamento e do Plano, prevalecerão as do Plano.

9.4. O Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, alterar as regras do Plano de Outorga de Opções e deste REGULAMENTO, sem prejuízo, no entanto, dos direitos até então adquiridos.

9.5. Nenhuma disposição do Plano de Outorga de Opções ou deste REGULAMENTO conferirá a qualquer Beneficiário o direito de permanecer como administrador e/ou empregado da Companhia, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado e/ou interromper o mandato do administrador.

9.6. Cada Beneficiário deverá aderir expressamente às condições do presente REGULAMENTO, mediante declaração escrita, sem qualquer ressalva.

9.7. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às Companhias abertas e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão total ou parcial do Plano de Outorga de Opções e do presente REGULAMENTO, sem que isso sujeite a Companhia a qualquer indenização a quem quer que seja.

9.8. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração, consultada, quando entender conveniente, a Assembleia Geral da Companhia. Qualquer opção concedida de acordo com o Plano de Outorga de Opções fica sujeita a todos os termos e condições estabelecidos neste REGULAMENTO, termos e condições estes que prevalecerão em caso de inconsistência a respeito de disposições de qualquer contrato ou documento mencionado neste REGULAMENTO.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 – Outras informações relevantes

9.9. A primeira outorga de Opções, na forma prevista em 3.1 supra, ocorrerá no mês de abril de 2008. Nos exercícios seguintes, as eventuais outorgas ocorrerão nas reuniões do Conselho de Administração conforme previsto nos itens 4.1 e 4.2, supra.

Sobral (CE), 01 de março de 2012.

Renato Ochman
Presidente

Gelson Luis Rostirolla
Secretário

Plano de opções de ações

As informações contidas nos itens anteriores referem-se apenas aos Diretores (Exceto acionistas controladores). Entretanto é preciso esclarecer que o plano de opções de ações, administrado pelo Conselho de Administração prevê como beneficiários os executivos em níveis de Administradores, além dos diretores acima inclui também os principais gerentes. Para maior transparência transcrevemos abaixo a **nota explicativa nº 20** das demonstrações financeiras, que inclui todas as opções de ações outorgadas pela Companhia.

20. Plano de opções de ações

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou a despesa com remuneração por meio de opções de compras de ações, como despesa com pessoal, com base no valor justo das operações na data da concessão das mesmas, no valor de R$4.492(R$1.636 em 2012).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de Abril de 2008, os acionistas da Companhia aprovaram o "Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações", a vigorar a partir de 14 de Abril de 2008, para diretores e gerentes da Companhia, exceto diretores controladores. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual poderá delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um Comitê especialmente criado para tanto.

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Outorga de Opções estão limitadas a 5% do capital social da Companhia. As ações a serem entregues como resultado do exercício de opção serão emitidas em decorrência de deliberação de aumento de capital, pelo Conselho de Administração, dentro dos limites do capital autorizado da Companhia ou utilização de ações em tesouraria, dentro dos limites legais.

Os beneficiários do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações poderão exercer suas opções dentro de até 6 anos contados da data de outorga. O período de carência (*vesting*) será de até 3 anos, com liberações de 33% a partir do primeiro aniversário, 66% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário.

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas outorgas de opções de compra ou subscrição de ações, que conferem direito de aquisição ou subscrição do número de ações, descrito a seguir: i) em 25 de abril de 2008, 2.039.901 ações (pós desdobramento), ii) em 05 de março de 2009, 900.000 ações (pós desdobramento), iii) em 04 de março de 2010, 700.000 ações, iv) em 4 de fevereiro de 2011, 1.741.632 ações, v) em 1° de março de 2012, 326.847 ações e vi) em 28 de fevereiro de 2013, 795.549 ações para objeto da Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia aos diretores e gerentes exceto diretores controladores.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de setembro de 2009 aprovou o desdobramento de ações ordinárias de emissão da Companhia, passando cada ação ordinária ser representada por 3 (três) ações pós desdobramento.

Em 1° de março de 2012, através da Ata da 45ª Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a alteração do Regulamento de Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações, nos itens 4.1, 4.2 e 4.5 da Cláusula IV, conforme descrito a seguir:

Regulamento de Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações – Cláusula IV – texto original	Nova redação aprovada através da Ata da 45ª Reunião do Conselho de Administração
4.1. O Exercício da Opção consistirá na compra das ações pelo preço de exercício estabelecido, após decorrido o prazo de "*Vesting*". O Beneficiário, para tanto, deverá manifestar formalmente o exercício das opções à Companhia, através de uma Notificação de Exercício, no prazo de até quinze (15) dias subsequentes à reunião do Conselho de Administração da Companhia que: (a) tiver aprovado o Balanço do Exercício Anterior ou (b) tiver aprovado as Demonstrações Financeiras do primeiro semestre do exercício respeitados os limites previstos em 3.2 supra.	4.1. O Exercício da Opção consistirá na compra das ações pelo preço de exercício estabelecido, após decorrido o prazo de "*Vesting*". O Beneficiário, para tanto, deverá manifestar formalmente o exercício das opções à Companhia, através de uma Notificação de Exercício, no prazo de até quinze (15) dias subsequentes à reunião do Conselho de Administração da Companhia que tiver aprovado o Balanço do Exercício Anterior, respeitados os limites previstos em 3.2 supra.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 – Outras informações relevantes

4.2. A Notificação de Exercício só poderá ser expedida pelo Beneficiário, após a divulgação dos resultados anuais e semestrais.	4.2. A Notificação de Exercício só poderá ser expedida pelo Beneficiário, após a divulgação dos resultados anuais.
4.5. O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, mas sem desrespeitar os limites legais retro referidos, poderá aplicar um desconto de até 20% sobre o resultado da média referida neste item.	4.5. O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, mas sem desrespeitar os limites legais retro referidos, poderá aplicar um desconto de até 50% sobre o resultado da média referida neste item.

a) Resumo de outorga de opções de compra ou subscrição de ações

A composição das opções outorgadas e as movimentações ocorridas são demonstradas a seguir:

2013

Data da outorga	Preço de exercício da opção	Prazo de carência a partir da outorga	Quantidade máxima de ações	Saldo inicial	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo final
25/04/2008	7,30	25/04/2009	679.967	60.494	-	(60.494)	-	-
25/04/2008	7,30	25/04/2010	1.359.934	164.737	-	(164.737)	-	-
25/04/2008	7,30	25/04/2011	2.039.901	228.494	-	(228.494)	-	-
05/03/2009	4,26	05/03/2010	300.000	-	-	-	-	-
05/03/2009	4,26	05/03/2011	600.000	-	-	-	-	-
05/03/2009	4,26	05/03/2012	900.000	247	-	(247)	-	-
04/03/2010	10,08	04/03/2011	233.333	209.327	-	(209.327)	-	-
04/03/2010	10,08	04/03/2012	466.666	209.327	-	(209.327)	-	-
04/03/2010	10,08	04/03/2013	700.000	209.328	-	(209.328)	-	-
24/02/2011	10,80	24/02/2012	580.544	534.400	-	(528.444)	-	5.956
24/02/2011	10,80	24/02/2013	1.161.088	534.400	-	(528.444)	-	5.956
24/02/2011	10,80	24/02/2014	1.741.632	534.400	-	-	(35.417)	498.983
01/03/2012	4,33	01/03/2013	108.949	106.727	-	(106.727)	-	-
01/03/2012	4,33	01/03/2014	217.898	106.727	-	-	(7.107)	99.620
01/03/2012	4,33	01/03/2015	326.847	106.727	-	-	(7.107)	99.620
28/02/2013	9,55	28/02/2014	265.183	-	265.183	-	(11.916)	253.267
28/02/2013	9,55	28/02/2015	530.366	-	265.183	-	(11.916)	253.267
28/02/2013	9,55	28/02/2016	795.549	-	265.183	-	(11.916)	253.267
				3.005.335	795.549	(2.245.569)	(85.379)	1.469.936

2012

Data da outorga	Preço de exercício da opção	Prazo de carência a partir da outorga	Quantidade máxima de ações	Saldo inicial	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo final
25/04/2008	7,30	25/04/2009	679.967	74.772	-	-	(14.278)	60.494
25/04/2008	7,30	25/04/2010	1.359.934	179.015	-	-	(14.278)	164.737
25/04/2008	7,30	25/04/2011	2.039.901	264.723	-	(12.633)	(23.596)	228.494
05/03/2009	4,26	05/03/2010	300.000	10.338	-	(10.338)	-	-
05/03/2009	4,26	05/03/2011	600.000	10.338	-	(10.338)	-	-
05/03/2009	4,26	05/03/2012	900.000	276.938	-	(276.691)	-	247
04/03/2010	10,08	04/03/2011	233.333	218.250	-	-	(8.923)	209.327
04/03/2010	10,08	04/03/2012	466.666	218.250	-	-	(8.923)	209.327
04/03/2010	10,08	04/03/2013	700.000	218.251	-	-	(8.923)	209.328
24/02/2011	10,80	24/02/2012	580.544	555.392	-	-	(20.992)	534.400
24/02/2011	10,80	24/02/2013	1.161.088	555.392	-	-	(20.992)	534.400
24/02/2011	10,80	24/02/2014	1.741.632	555.392	-	-	(20.992)	534.400
01/03/2012	4,33	01/03/2013	108.949	-	108.949	-	(2.222)	106.727
01/03/2012	4,33	01/03/2014	217.898	-	108.949	-	(2.222)	106.727
01/03/2012	4,33	01/03/2015	326.847	-	108.949	-	(2.222)	106.727
				3.137.051	326.847	(310.000)	(148.563)	3.005.335

O valor justo das opções é calculado na data da outorga dos planos, e não é remensurado posteriormente, devido à liquidação do plano ser feita por meio de instrumentos patrimoniais, como descrito no pronunciamento técnico CPC 10 – R1 (IFRS2) – Pagamento Baseado em Ações. Por isso, a Companhia fica sujeita à variação do preço da ação no mercado quando do exercício das opções por parte dos beneficiários dos planos.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 – Outras informações relevantes

Em 2013 a Companhia adquiriu para cumprimento dos planos de exercício de opções de compra de ações 2.792.569 ações, a um preço médio de R$20,68, totalizando um montante de R$57.751. No primeiro trimestre foram exercidas 2.245.569 ações, a um preço médio de R$21,06, totalizando um montante de R$47.281. O preço médio de cada opção exercida foi de R$10,15, totalizando um montante de R$22.799.

A Companhia reconheceu a diferença entre o preço médio de exercício das opções e as ações adquiridas para cumprimento destes exercícios, no valor de R$21.052, diretamente no Patrimônio Líquido, uma vez que a liquidação das opções dos planos ocorre com instrumentos patrimoniais, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 10 – R1 (IFRS 2) – Pagamento Baseado em Ações.

b) Movimentação das operações com opção de ações

A movimentação das operações de alienação, cancelamentos e aquisição ocorridas no exercício decorrente das operações com opções, está demonstrada a seguir:

Plano de opção de compra ou subscrição de ações	Movimentação	Data da outorga / realização	Quantidade máxima de ações	Quantidade de ações ordinárias	Preço médio da ação	Despesa realizada por opção de ações exercidas e canceladas
Primeiro	Opções de compra de ações emitidas	25/04/2008	2.039.901	-	7,29	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	03/09/2009	-	(213.000)	7,05	-
	Emissão para aumento de capital	22/03/2010	-	496.875	7,29	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	22/03/2010	-	(496.875)	7,29	-
	(-) Canceladas	29/03/2010	-	(41.150)	7,29	-
	(-) Canceladas	25/02/2011	-	(9.789)	7,29	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	15/03/2011	-	(760.577)	6,64	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	14/03/2012	-	(12.633)	4,74	-
	(-) Canceladas	04/05/2012	-	(52.152)	7,29	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	14/03/2013	-	(209.369)	10,23	(159)
	(-) Exercício de opção de compra de ações	25/03/2013	-	(244.356)	10,04	(193)
Segundo	Opções de compra de ações emitidas	05/03/2009	900.000	-	4,12	-
	Emissão para aumento de capital	22/03/2010	-	223.125	4,12	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	22/03/2010	-	(223.125)	4,12	-
	(-) Canceladas	29/03/2010	-	(18.700)	4,12	-
	(-) Canceladas	25/02/2011	-	(8.620)	4,12	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	15/03/2011	-	(339.423)	6,64	-
	(-) Canceladas	01/07/2011	-	(12.518)	4,12	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	14/03/2012	-	(297.367)	4,74	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	25/03/2013	-	(247)	10,04	-
Terceiro	Opções de compra de ações emitidas	04/03/2010	700.000	-	9,16	-
	(-) Canceladas	29/07/2010	-	(6.888)	9,16	-
	(-) Canceladas	25/02/2011	-	(9.189)	9,16	-
	(-) Canceladas	01/07/2011	-	(29.172)	9,16	-
	(-) Canceladas	04/05/2012	-	(26.769)	9,16	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	14/03/2013	-	(390.357)	10,23	(891)
	(-) Exercício de opção de compra de ações	25/03/2013	-	(237.625)	10,04	(543)
Quarto	Opções de compra de ações emitidas	24/02/2011	1.741.632	-	9,76	-
	(-) Canceladas	01/07/2011	-	(75.456)	9,76	-
	(-) Canceladas	04/05/2012	-	(62.976)	9,76	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	14/03/2013	-	(653.682)	10,23	(611)
	(-) Exercício de opção de compra de ações	25/03/2013	-	(403.206)	10,04	(377)
	(-) Canceladas	25/03/2013	-	(7.786)	9,76	(10)
	(-) Canceladas	10/05/2013	-	(7.334)	9,76	(10)
	(-) Canceladas	01/08/2013	-	(12.631)	9,76	(19)
	(-) Canceladas	26/09/2013	-	(7.666)	9,76	(12)
Quinto	Opções de compra de ações emitidas	01/03/2012	326.847	-	3,92	-
	(-) Canceladas	04/05/2012	-	(6.666)	3,92	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	14/03/2013	-	(66.885)	10,23	(295)
	(-) Exercício de opção de compra de ações	25/03/2013	-	(39.842)	10,04	(176)
	(-) Canceladas	25/03/2013	-	(3.016)	3,92	(5)
	(-) Canceladas	10/05/2013	-	(2.840)	3,92	(6)
	(-) Canceladas	01/08/2013	-	(4.922)	3,92	(12)
	(-) Canceladas	26/09/2013	-	(3.436)	3,92	(10)
Sexto	Opções de compra de ações emitidas	28/02/2013	795.549	-	8,57	-
	(-) Canceladas	10/05/2013	-	(9.156)	8,57	(16)
	(-) Canceladas	01/08/2013	-	(14.943)	8,57	(45)
	(-) Canceladas	26/09/2013	-	(11.649)	8,57	(40)
	Movimentação das ações no patrimônio líquido					**(3.430)**

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 – Outras informações relevantes

b) Premissas econômicas utilizadas para reconhecimento das despesas com remuneração de empregados

A Companhia reconhece as despesas com remuneração variável dos empregados com base no valor justo das opções outorgadas, o qual foi estimado usando-se o modelo de precificação de opções "*Black-Scholes*". Para determinar este valor justo médio ponderado, a Companhia utilizou as seguintes premissas econômicas:

	Outorga em 25/04/2008	Outorga em 05/03/2009	Outorga em 04/03/2010	Outorga em 24/02/2011	Outorga em 01/03/2012	Outorga em 28/02/2013
Total de opções de compra concedido	2.039.901	900.000	700.000	1.741.632	326.847	795.549
Preço de exercício	7,30	4,26	10,08	10,80	4,33	9,55
Volatilidade estimada	28,02%	36,50%	32,80%	27,60%	14,07%	25,51%
Dividendo esperado sobre as ações	6%	9%	4%	4%	7%	5%
Taxa de juros livre de risco média ponderada	13,00%	9,25%	11,25%	12,50%	9,50%	7,25%
Maturidade máxima	6 anos	6 anos	6 anos	6 anos	6 anos	6 anos
Maturidade média	2,5 anos	2,5 anos	2,5 anos	2,5 anos	2,5 anos	2,5 anos
Valor prêmio da opção	0,66	0,42	2,28	1,20	4,21	8,38
Valor justo na data da concessão	7,96	4,68	12,36	12,00	8,54	17,93

A volatilidade foi apurada com base na oscilação média histórica do preço da ação dos últimos 18 meses anteriores à data da outorga.

Os dividendos esperados foram obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses.

A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgada pelo Banco Central (BACEN).

O valor justo das opções é calculado no momento da outorga e apropriado como despesa, em base linear, durante o período de aquisição do direito (*vesting period*).

A Companhia não está compromissada à recompra de ações que forem adquiridas pelos beneficiários.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 – Descrição dos recursos humanos

a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Região Nordeste	Mão de Obra *			
Ano	**Direta**	**Indireta**	**Total**	**% rotatividade**
2011	16.078	6.514	22.592	0,95%
2012	14.571	7.518	22.089	1,93%
2013	16.947	8.986	25.933	1,92%
Região Sul	**Mão de Obra ***			
Ano	**Direta**	**Indireta**	**Total**	**% rotatividade**
2011	-	1.804	1.804	2,49%
2012	-	1.995	1.995	1,95%
2013	-	2.161	2.161	2,21%
Total	**Mão de Obra ***			
Ano	**Direta**	**Indireta**	**Total**	**% rotatividade**
2011	16.078	8.318	24.396	1,04%
2012	14.571	9.513	24.084	1,94%
2013	16.947	11.147	28.094	1,94%

**** Média anual de empregados.***

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Região Nordeste	Mão de Obra		
	Direta	**Indireta**	**Total**
2011	-	296	**296**
2012	-	326	**326**
2013	-	360	**360**
Região Sul	**Mão de Obra**		
	Direta	**Indireta**	**Total**
2011	-	69	**69**
2012	-	58	**58**
2013	-	64	**64**
Total	**Mão de Obra**		
	Direta	**Indireta**	**Total**
2011	-	365	**365**
2012	-	384	**384**
2013	-	424	**424**

c. Índice de rotatividade
Vide tabelas item"**a**" acima

d. Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Data	Valor Consolidado
31/12/2011	**R$ 3.003.000,00**
31/12/2012	**R$ 2.444.000,00**
31/12/2013	**R$ 2.327.000,00**

A exposição acima se refere à provisão para riscos trabalhistas da Grendene S.A. e empresas controladas.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2 – Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve alterações relevantes em relação ao item 14.1

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 – Descrição da política de remuneração dos empregados

As políticas e práticas de desenvolvimento e remuneração de carreira estão conectadas ao modelo de gestão de pessoas baseado nos princípios da Gestão por **Resultados**, sustentado por um modelo de **Competências**. Além de carreira e remuneração, o modelo conecta também ações de recrutamento e seleção, gestão da performance e educação corporativa.

a. Política de salários e remuneração variável

Política de salários
A Grendene busca remunerar adequadamente seus profissionais, por meio de uma política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos, fundamentado na capacidade do seu quadro de funcionários, na construção de um modelo de gestão alinhado com o contexto da organização, valorizando cada vez mais o capital humano, sempre em conformidade com a legislação trabalhista vigente.
A atual Política de Remuneração abrange todas as áreas e unidades da Grendene, sendo aplicada segundo as seguintes premissas:

Desenvolvimento e Carreira
A carreira de cada funcionário é uma atribuição pessoal, cabendo à empresa mostrar as oportunidades de crescimento. Essas oportunidades podem ser visualizadas nas “Linhas de Oportunidades” onde:
*Crescimento Vertical é a promoção do funcionário a outro cargo, superior em responsabilidades e em nível remuneratório;
*Crescimento Horizontal é o crescimento salarial do funcionário, dentro do mesmo cargo.

Avaliação de Prontidão
Para apoiar o desenvolvimento da carreira dos seus funcionários, a Grendene pratica um acompanhamento individual através da Avaliação de Prontidão, onde o Gestor imediato avalia o grau de aderência da pessoa ao perfil de cargo solicitado. Esta análise subsidia um feedback consistente sobre as oportunidades de desenvolvimento e reconhecimento das realizações individuais. A partir deste processo, um plano de ação individual (PDI) pode ser construído entre Gestor e funcionário, possibilitando o monitoramento das evoluções ao longo do ano.
Além disso, todas as informações referentes às Linhas de Oportunidades de todas as áreas, bem como os Perfis de Cargos, são disponibilizados a todos os funcionário, independente da área ou posição em que atuam. Esta disponibilização é realizada através do Portal de RH e dos Quiosques instalados nas unidades fabris.

Salários
Os salários da Companhia estão alinhados com os salários praticados no mercado. A Grendene elabora pesquisa de mercado para comparar sua base salarial com empresas representativas e de grande porte da região a cada 2 (dois) anos.
A base salarial da GRENDENE é composta de 6 níveis, (A a F) onde o ponto médio de mercado é representado pelo ponto intermediário do nível C e D, representando o posicionamento frente ao mercado e o nível de proficiência esperado do funcionário.
Os salários são reajustados anualmente, nas datas bases dos acordos coletivos de cada localidade, sendo que o percentual de reajuste será de ate 100% do INPC. Este mesmo índice é utilizado para a atualização das tabelas de referência salarial, mantendo a competitividade perante o mercado.

Reajustes gerais ou coletivos
Estes reajustes atingem indistintamente os valores dos salários de todos os funcionários.
Convenções - Acordos - Dissídios Coletivos: nas datas bases das convenções coletivas de trabalho, os salários serão reajustados de acordo com as negociações de cada localidade e as tabelas serão corrigidas.
Antecipações Compulsórias: serão concedidas de acordo com a legislação vigente, convenções, acordos e dissídios coletivos e compensados na data-base da categoria e/ou conforme a legislação determinar.

Reajustes salariais individuais
São reajustes específicos para determinado funcionário, ocorrendo quando da promoção para cargo de maior valor salarial, por mérito ou por enquadramento do cargo a valores de mercado. Para a concessão de reajustes individuais, os Gestores devem observar as datas estabelecidas na política, bem como os limites das faixas dos cargos na tabela salarial.

Política de remuneração variável
Em 14 de abril de 2008 foi aprovado o Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, beneficiando executivos elegíveis com base nas recomendações do Diretor Presidente ao Conselho de Administração da Companhia para aprovação. (Vide item 13.16 – Regulamento do Plano de Outorga).

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 – Descrição da política de remuneração dos empregados

b. Política de benefícios
A Política de Benefícios tem como objetivo oferecer aos funcionários da Grendene um pacote de benefícios direcionado para o atendimento de suas necessidades básicas e de seu bem-estar físico e social, contribuindo para manutenção de profissionais saudáveis e produtivos, dentre os quais destacamos:

- Alimentação;
- Convênios com farmácias e óticas;
- Assistência médica, odontológica e social na própria fábrica;
- Creches para os filhos de nossos funcionários até a idade de 7 anos;
- Distribuição de cestas de alimentos;
- Seguro de vida.

A operacionalização dos benefícios da Empresa é feita pela área de Benefícios de cada unidade, visando oferecer facilidades aos colaboradores, gerando satisfação para os mesmos. Além de administrar os benefícios as Assistentes Sociais são responsáveis pelas campanhas sócio-educativas.

Adicionalmente, a Grendene participa de diversos projetos sociais, bem como programas assistenciais, participação em campanhas de doação de sangue, programas de combate às drogas e à violência e programas de apoio a associações esportivas.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores:
Vide item 13.16 – Outras informações relevantes, a íntegra do plano de outorga de opções de compra ou subscrição de ações.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4 – Descrição das relações entre o emissor e sindicato

A Grendene respeita a livre associação sindical, fortalecendo a representação legítima dos trabalhadores através de seus sindicatos, tendo em seus quadros um número bastante significativo de funcionários associados a essas entidades.

A Grendene sempre participou ativamente dos sindicatos patronais nas regiões onde atua, incentivando as negociações coletivas de forma responsável, ciente de que cada cláusula constante na convenção é cumprida na sua integralidade.

Em todas as Unidades, é cedido espaço (murais) para que o sindicato dos trabalhadores divulgue suas ações em local de livre acesso dos funcionários.

Os principais itens da Convenção Coletiva são divulgados através dos canais de comunicação interna (murais e e-mails), visando atingir todos os funcionários.

A relação com os membros da diretoria dos sindicatos é amistosa, respeitosa e busca, sempre que possível, negociar as demandas.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Verona Negócios e Participações S.A.					
60.096.153/0001-06	Brasileira-RS	Sim	Sim	30/04/2015	
50.200.000	16,693269%	0	0,000000%	50.200.000	16,693269%
Giovana Bartelle Veloso					
685.957.780-00	Brasileira-RS	Sim	Sim	30/04/2015	
2.743.040	0,912157%	0	0,000000%	2.743.040	0,912157%
Alexandre G. Bartelle Participações S.A.					
04.819.746/0001-82	Brasileira-RS	Sim	Sim	30/04/2015	
60.000.000	19,952115%	0	0,000000%	60.000.000	19,952115%
Grendene Negócios S.A.					
04.819.807/0001-01	Brasileira-RS	Sim	Sim	30/04/2015	
60.300.000	20,051875%	0	0,000000%	60.300.000	20,051875%
Pedro Grendene Bartelle					
098.647.840-72	Brasileiro-RS	Sim	Sim	30/04/2015	
7.367.940	2,450100%	0	0,000000%	7.367.940	2,450100%
Alexandre Grendene Bartelle					
098.675.970-87	Brasileiro-RS	Sim	Sim	30/04/2015	
30.149.457	10,025757%	0	0,000000%	30.149.457	10,025757%
Pedro Bartelle					
685.957.430-53	Brasileiro-RS	Sim	Sim	30/04/2015	
2.720.640	0,904709%	0	0,000000%	2.720.640	0,904709%
Maria Cristina Nunes de Camargo					
064.842.538-03	Brasileira-RS	Sim	Sim	30/04/2015	
5.956.280	1,980673%	0	0,000000%	5.956.280	1,980673%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
OUTROS					
81.217.617	27,007722%	0	0,000000%	81.217.617	27,007722%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 30/04/2015					
65.026	0,021623%	0	0,000000%	65.026	0,021623%
TOTAL					
300.720.000	100,000000%	0	0,000000%	300.720.000	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Alexandre G. Bartelle Participações S.A.				**04.819.746/0001-82**	
Alexandre Grendene Bartelle					
098.675.970-87	Brasileira-RS	Sim	Sim		
3.285.059	99,999909	0	0,000000	3.285.059	99,999909

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

OUTROS					
3	0,000091	0	0,000000	3	0,000091
TOTAL					
3.285.062	100,000000	0	0,000000	3.285.062	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Grendene Negócios S.A.				**04.819.807/0001-01**	
Alexandre G. Bartelle Participações S.A.					
04.819.746/0001-82	Brasileira-RS	Sim	Sim	06/10/2004	
5.522.390	55,223900	0	0,000000	5.522.390	55,223900
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
10.000.000	100,000000	0	0,000000	10.000.000	100,000000
Verona Negócios e Participações S.A.					
60.096.153/0001-06	Brasileira-RS	Sim	Sim	06/10/2004	
4.477.610	44,776100	0	0,000000	4.477.610	44,776100
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Verona Negócios e Participações S.A.				**60.096.153/0001-06**	

Giovana Bartelle Velloso

685.957.780-00	Brasileira-RS	Sim	Sim		
674.114	12,479997	0	0,000000	674.114	12,479997

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

Maria Cristina Nunes de Camargo

064.842.538-03	Brasileira-SP	Sim	Sim		
1.348.228	24,959993	0	0,000000	1.348.228	24,959993

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

OUTROS

0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

Pedro Bartelle

685.957.430-53	Brasileiro-RS	Sim	Sim		
674.114	12,479997	0	0,000000	674.114	12,479997

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

Pedro Grendene Bartelle

098.647.840-72	Brasileira-RS	Sim	Sim		
2.705.100	50,080013	0	0,000000	2.705.100	50,080013

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Verona Negócios e Participações S.A.				**60.096.153/0001-06**	
Pedro Grendene Bartelle					
098.647.840-72	Brasileira-RS	Sim	Sim		
2.705.100	50,080013	0	0,000000	2.705.100	50,080013

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

TOTAL					
5.401.556	100,000000	0	0,000000	5.401.556	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Alexandre G. Bartelle Participações S.A.				**04.819.746/0001-82**	
Alexandre Grendene Bartelle					
098.675.970-87	Brasileira-RS	Sim	Sim		
3.285.059	99,999909	0	0,000000	3.285.059	99,999909

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

OUTROS					
3	0,000091	0	0,000000	3	0,000091
TOTAL					
3.285.062	100,000000	0	0,000000	3.285.062	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Verona Negócios e Participações S.A.				**60.096.153/0001-06**	
Giovana Bartelle Velloso					
685.957.780-00	Brasileira-RS	Não	Não		
674.114	12,479997	0	0,000000	674.114	12,479997
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Cristina Nunes de Camargo					
064.842.538-03	Brasileira-SP	Não	Não		
1.348.228	24,959993	0	0,000000	1.348.228	24,959993
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Pedro Bartelle					
685.957.430-53	Brasileiro-RS	Não	Não		
674.114	12,479997	0	0,000000	674.114	12,479997
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Pedro Grendene Bartelle					
098.647.840-72	Brasileira-RS	Sim	Sim		
2.705.100	50,080013	0	0,000000	2.705.100	50,080013
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Verona Negócios e Participações S.A.				**60.096.153/0001-06**	
Pedro Grendene Bartelle					
098.647.840-72	Brasileira-RS	Sim	Sim		
2.705.100	50,080013	0	0,000000	2.705.100	50,080013

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

TOTAL					
5.401.556	100,000000	0	0,000000	5.401.556	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	07/04/2014
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	6.620
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	64
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	375

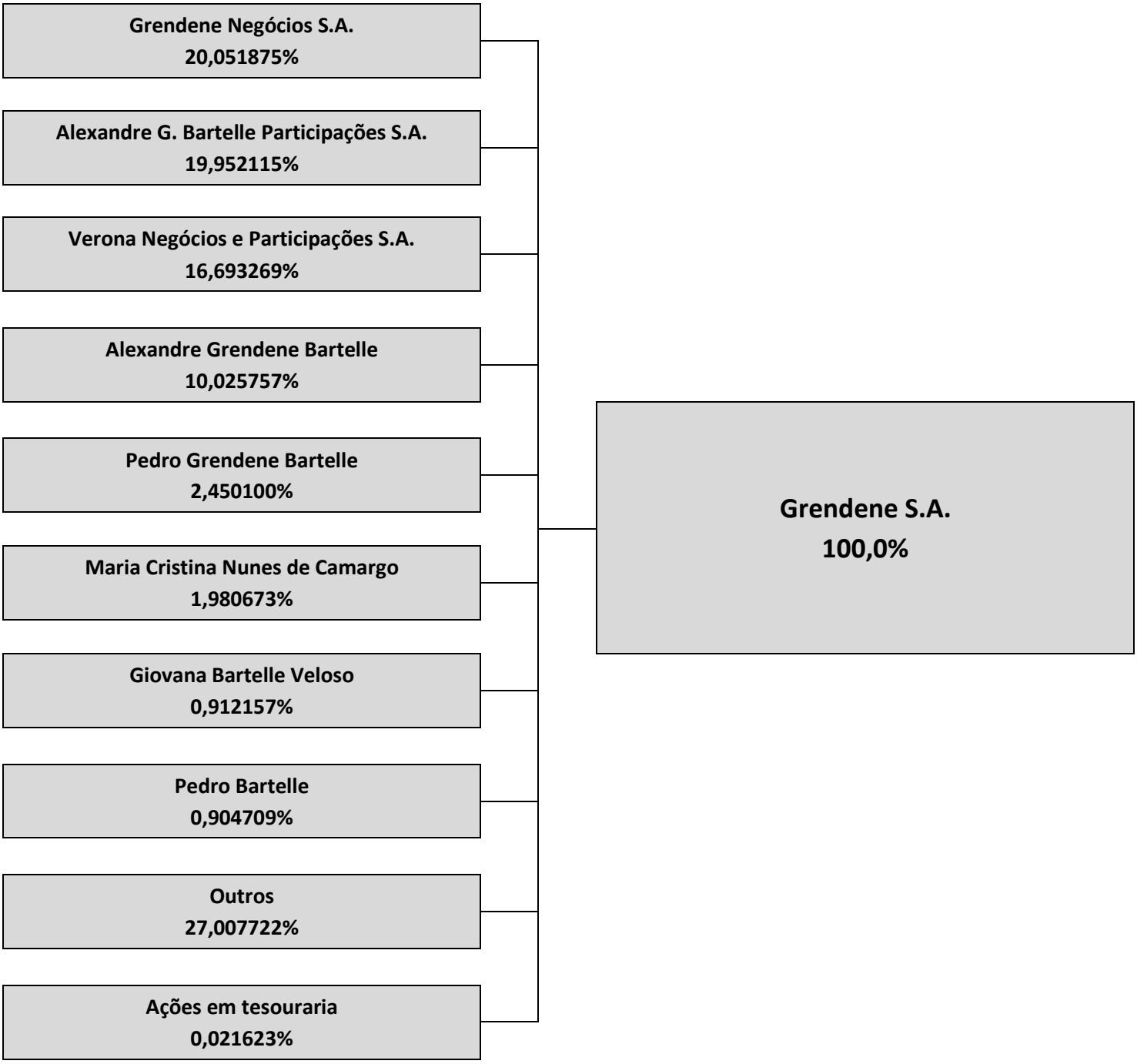
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	81.217.617	27,007722%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	81.217.617	27,007722%

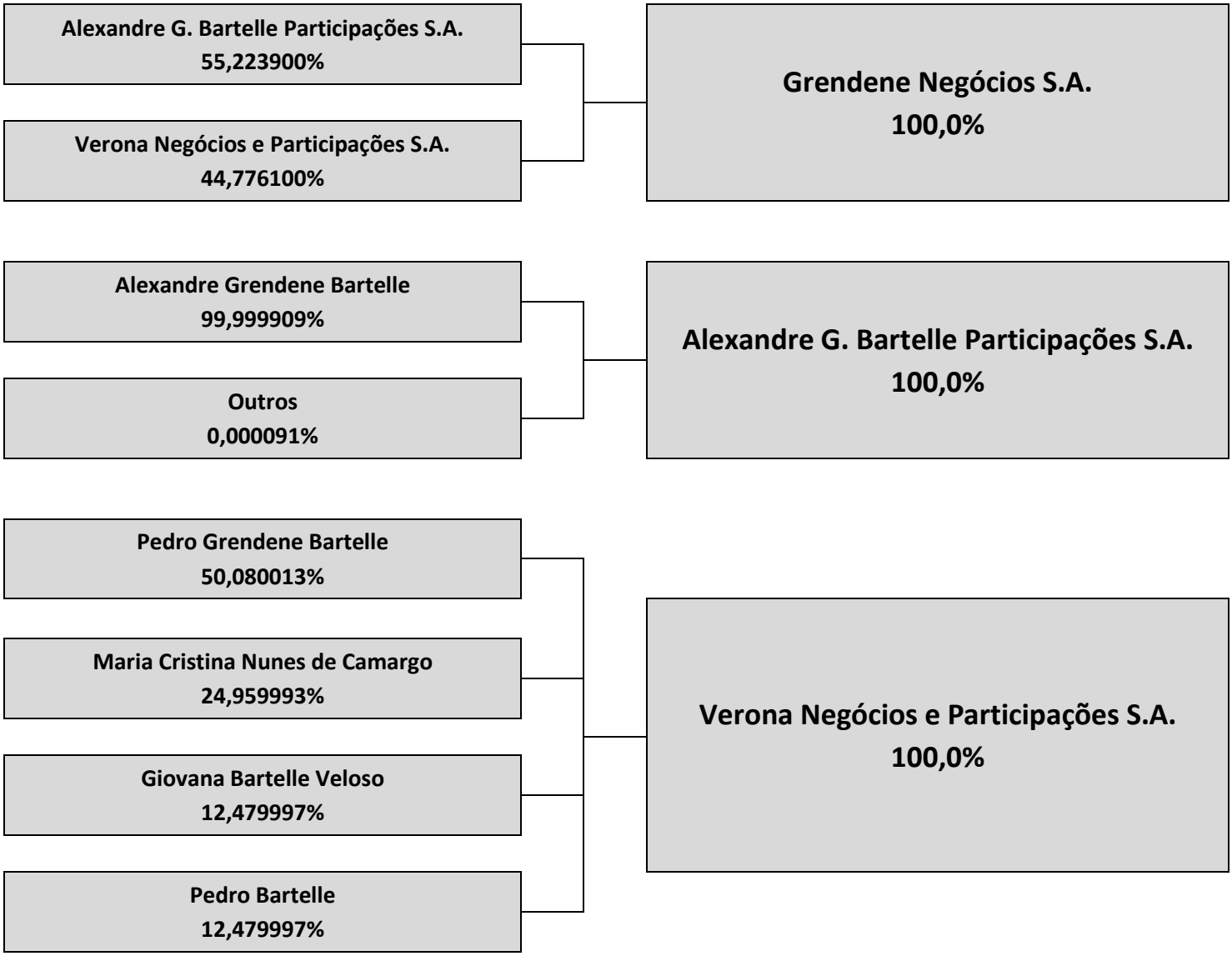
15.4 - Organograma dos acionistas

Posição em 30/04/2015



15.4 - Organograma dos acionistas

Posição em 30/04/2015



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5 – Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

a. Partes
Alexandre G. Bartelle Participações S.A., Verona Negócios e Participações S.A., Grendene Negócios S.A., Alexandre Grendene Bartelle, Pedro Grendene Bartelle, Maria Cristina Nunes de Camargo, Pedro Bartelle e Giovana Bartelle Velloso.

b. Data de celebração
06 de outubro de 2004

c. Prazo de vigência
17 de outubro de 2023

d. Exercício do direito de voto, do poder de controle
Os acionistas Alexandre G. Bartelle Participações S.A., Verona Negócios e Participações S.A. e da Grendene Negócios S.A. concordam em votar e fazer com que seus representantes votem em toda e qualquer Assembleia Geral de Acionista da Grendene S.A. de acordo com a deliberação aprovada pela Reunião Prévia. O poder de controle será exercido pela Alexandre G. Bartelle Participações S.A. caso venha ocorrer a perda da capacidade jurídica ou falecimento do Sr. Alexandre Grendene Bartelle e desde que o Sr. Pedro Grendene Bartelle esteja plenamente capaz e detenha o poder de Controle da Verona Negócios e Participações S.A., durante os 5 (cinco) primeiros anos que sucederem o falecimento ou a perda da capacidade jurídica do Sr. Alexandre Grendene Bartelle, os acionistas da Alexandre G. Bartelle Participações S.A. e Grendene Negócios S.A. deverão exercer o seu direito de voto em conformidade com os votos a serem proferidos pela Verona Negócios e Participações S.A. nas Assembleias Gerais e Reuniões Prévias da Companhia.

e. Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores
A indicação dos administradores caberá a Reunião Prévia dos acionistas.

f. Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las
Não há cláusula relativa à transferência de ações e a preferência para adquiri-las.

g. Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração
Não há restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6 – Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 30 de Julho de 2013 houve reestruturação societária do grupo controlador da Companhia: em decorrência das transferências de ações da Companhia, de Alexandre G. Bartelle Participações S.A. (“AGBPar”) para Alexandre Grendene Bartelle (“Alexandre”) e de Verona Negócios e Participações S.A. (“Verona”) para Pedro Grendene Bartelle (“Pedro”), Maria Cristina Nunes de Camargo (“Maria Cristina”), Pedro Bartelle (“Pedro Filho”) e Giovana Bartelle Velloso (“Giovana”), através de redução de capital da AGBPar e da Verona, conforme detalhado no Comunicado ao Mercado divulgado em 30 de julho de 2013, foi celebrado e arquivado, na sede da Companhia, instrumento particular de aditamento ao acordo de acionistas da Companhia, celebrado em 06 de outubro de 2004, entre AGBPar, Verona e Grendene Negócios S.A., com a anuência da Companhia, de Alexandre, Pedro, Maria Cristina, Pedro Filho e Giovana, visando apenas refletir as transferências de ações mencionadas, incluindo as pessoas físicas como partes integrantes do acordo de acionistas, apesar de as mesmas já serem anteriormente intervenientes anuentes do referido acordo, tendo sido ratificados e mantidos integralmente todos os termos e condições originalmente estabelecidos, **mantendo inalterado o grupo controlador,** detentor em conjunto 74,05370% do capital social da Companhia, e **mantendo-se a mesma estrutura administrativa da Companhia.**

Em 27 de novembro de 2007 os acionistas Alexandre Grendene Bartelle e Pedro Grendene Bartelle, acionistas controladores da Grendene S.A. alienaram em operação realizada na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, 15.600.000 ações ordinárias (1) de emissão da Companhia, representativas de 5,2% do capital social votante e total. Em virtude da referida negociação, os alienantes passaram a deter, direta e indiretamente, 224.699.964 ações ordinárias (1), representativas de 74,9% do capital votante e total da Companhia. A operação visou a atender o compromisso assumido perante a BM&F BOVESPA, a fim de que o percentual de ações de emissão da Companhia em circulação no mercado atenda ao exigido pelo Regulamento de listagem do Novo Mercado. A operação não acarretou alteração na composição do controle da Companhia, nem na sua estrutura administrativa.

(1) Números de ações pós-desdobro ocorrido em 23/09/2009.

15.7 - Outras informações relevantes

15.7 – Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1 – Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As transações realizadas com partes relacionadas são efetuadas em condições de preços e prazos iguais aos praticados com terceiros.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Telasul S.A.	31/12/2011	13.000,00	Em 31/12/2011 saldo devedor R$0,00	Em 31/12/2011 saldo devedor R$0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada por acionista da Grendene S.A.						
Objeto contrato	Cliente - venda de insumos						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Telasul S.A.	31/12/2012	3.000,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 3.000,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 3.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada por acionista da Grendene S.A.						
Objeto contrato	Cliente - venda de insumos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Vulcabrás|Azaléia - CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	31/12/2013	200.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor R$ 0,00	Em 31/12/2013 saldo devedor R$ 0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada por acionista da Grendene S.A.						
Objeto contrato	Cliente - Venda de insumos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Vulcabrás|Azaléia - CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	31/12/2012	431.000,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 4.000,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 4.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Empresa controlada por acionista da Grendene S.A.						
Objeto contrato	Cliente - venda de insumos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Vulcabrás|Azaléia - CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	31/12/2011	555.000,00	Em 31/12/2011 saldo devedor de R$92.000,00	Em 31/12/2011 saldo devedor de R$92.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada por acionista da Grendene S.A.						
Objeto contrato	Cliente - venda de insumos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Vulcabrás|Azaléia - CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	31/12/2013	156.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor R$ 156.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor R$ 156.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada por acionista da Grendene S.A.						
Objeto contrato	Fornecedor - Compra de insumos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Vulcabrás|Azaléia Argentina S.A.	31/12/2011	1.380.000,00	Em 31/12/2011 saldo devedor de R$1.061.000,00	Em 31/12/2011 saldo devedor de R$1.061.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada por acionista da Grendene S.A.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Cliente - venda de insumos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Dall' Onder Viagens &Turismo Ltda - ME	31/12/2011	574.000,00	Em 31/12/2011 saldo devedor R$0,00	Em 31/12/2011 saldo devedor R$0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa pertencente a família de um dos administradores						
Objeto contrato	Fornecedor - serviços de assessoria e agenciamento de viagens aéreas						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Vulcabrás|Azaléia Argentina S.A.	31/12/2012	1.052.000,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 533.000,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 533.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada por acionista da Grendene S.A.						
Objeto contrato	Cliente - venda de insumos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Vulcabrás|Azaléia - BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	31/12/2012	11.000,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 3.000,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 3.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada por acionista da Grendene S.A.						
Objeto contrato	Cliente - venda de insumos						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Grendene USA, Inc	31/12/2012	10.375.000,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 6.936.000,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 6.936.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Cliente - venda de calçados para abastecimento do mercado onde a mesma esta sediada						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Grendene Argentina S.A.	31/12/2012	26.197.000,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 0,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Cliente - venda de calçados para abastecimento do mercado onde a mesma esta sediada						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Grendene USA, Inc	31/12/2012	1.296.000,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 100.000,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 100.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Fornecedor - serviços de representação comercial para clientes com sede nos Estados Unidos						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
MHL Calçados Ltda	31/12/2012	13.236.000,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 1.236.000,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 1.236.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Cliente - venda de insumos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
MHL Calçados Ltda	31/12/2012	355.000,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 366.000,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 366.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Fornecedor - revenda de insumos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Vulcabrás|Azaléia - BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	31/12/2013	6.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$0,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada por acionista da Grendene S.A.						
Objeto contrato	Cliente - Venda de insumos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Grendene USA, Inc	31/12/2013	14.142.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 10.497.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 10.497.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Cliente - venda de calçados para abastecimento do mercado onde a mesma está sediada						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Telasul S.A.	31/12/2011	3.407.000,00	Em 31/12/2011 saldo devedor de R$193.000,00	Em 31/12/2011 saldo devedor de R$193.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada por acionista da Grendene S.A.						
Objeto contrato	Fornecedor - Compra de expositores						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Grendene USA, Inc	31/12/2013	919.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 100.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 100.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Fornecedor - serviços de representação comercial para clientes com sede nos Estados Unidos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Grendene USA, Inc	31/12/2011	7.291.000,00	Em 31/12/2011 saldo devedor R$5.753.000,00	Em 31/12/2011 saldo devedor R$5.753.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Cliente - venda de calçados para abastecimento do mercado onde a mesma esta sediada						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Grendene Argentina S.A.	31/12/2013	29.558.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 29.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 29.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Cliente - venda de calçados para abastecimento do mercado onde a mesma esta sediada						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Grendene Italy S.R.L.	31/12/2013	1.596.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 1.607.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 1.607.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada indireta						
Objeto contrato	Cliente - venda de calçados para abastecimento do mercado onde a mesma esta sediada						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
MHL Calçados Ltda	31/12/2013	15.485.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 3.465.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 3.465.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Cliente - venda de insumos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Grendene Argentina S.A.	31/12/2011	29.238.000,00	Em 31/12/2011 saldo devedor R$43.714.000,00	Em 31/12/2011 saldo devedor R$43.714.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Cliente - venda de calçados para abastecimento do mercado onde a mesma esta sediada						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
MHL Calçados Ltda	31/12/2013	481.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 3.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 3.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Fornecedor - venda de insumos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Vulcabrás Azaléia Argentina S.A.	31/12/2013	1.859.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 668.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 668.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada por acionista da Grendene S.A.						
Objeto contrato	Cliente - venda de insumos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Agropecuária Grendene Ltda	31/12/2013	34.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 0,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada por acionista da Grendene S.A.						
Objeto contrato	Cliente - venda de ativo imobilizado						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Lagoa Clara Agrícola S.A.	31/12/2013	215.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 18.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 18.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada por acionista da Grendene S.A.						
Objeto contrato	Reembolso à Companhia por recuperação de despesas						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Vulcabrás Azáleia Argentina S.A.	31/12/2013	6.982.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 0,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Empresa controlada por acionista da Grendene S.A.						
Objeto contrato	Compra de produtos e serviços pela controlada Grendene Argentina S.A.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Vulcabrás Azaléia Argentina S.A.	31/12/2012	6.665.000,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 0,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada por acionista da Grendene S.A.						
Objeto contrato	Compra de produtos e serviços pela controlada Grendene Argentina S.A.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Dall' Onder Viagens &Turismo Ltda - ME	31/12/2012	602.000,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 0,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa pertencente a família de um dos administradores						
Objeto contrato	Fornecedor - serviços de assessoria e agenciamento de viagens aéreas						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Dall' Onder Viagens &Turismo Ltda – ME	31/12/2013	632.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 0,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa pertencente a família de um dos administradores						
Objeto contrato	Fornecedor - serviços de assessoria e agenciamento de viagens aéreas						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
A3NP Indústria e Comércio de Móveis	31/12/2013	88.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 0,00	Em 31/12/2013 saldo devedor de R$ 0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada da Grendene S.A.						
Objeto contrato	Reembolso por recuperação de despesa						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
MHL Calçados Ltda	31/12/2011	14.601.000,00	Em 31/12/2011 saldo devedor R$9.397.000,00	Em 31/12/2011 saldo devedor R$9.397.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Cliente - venda de insumos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
MHL Calçados Ltda	31/12/2011	18.000,00	Em 31/12/2011 saldo devedor R$11.000,00	Em 31/12/2011 saldo devedor R$11.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Fornecedor - revenda de insumos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Grendene USA, Inc	31/12/2011	1.032.000,00	Em 31/12/2011 saldo devedor R$2.273.000,00	Em 31/12/2011 saldo devedor R$2.273.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Fornecedor - serviços de representação comercial para clientes com sede nos Estados Unidos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Telasul S.A.	31/12/2012	1.920.000,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 0,00	Em 31/12/2012 saldo devedor de R$ 0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada por acionista da Grendene S.A.						
Objeto contrato	Fornecedor - Compra de expositores						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							
Telasul S.A.	31/12/2013	581.000,00	Em 31/12/2013 saldo devedor R$ 0,00	Em 31/12/2013 saldo devedor R$ 0,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada por acionista da Grendene S.A.						
Objeto contrato	Fornecedor - Compra de expositores						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Encerramento das atividades						
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

A Companhia adota as melhores práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado. Ao Conselho de Administração e Diretoria Executiva, é submetida a decisão acerca de todas as operações da Companhia, conforme competência descrita pelo Estatuto Social da Companhia vigente. Assim, todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Ademais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer Assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia. As nossas operações e negócios com nossas partes relacionadas seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
19/04/2010	1.231.301.604,46		300.720.000	0	300.720.000

17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não realizou nenhuma operação de aumento do Capital Social nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não realizou nenhuma operação de desdobramento, agrupamento ou bonificação de ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não realizou nenhuma operação de redução do Capital Social nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Evolução do Capital Social e da quantidade de ações ordinárias emitidas pela Grendene S.A.

Data da deliberação / emissão	Orgão que deliberou o aumento	Valor do aumento	Quantidade de ações emitidas e integralizadas em dinheiro / Desdobro	Total de ações	Preço de emissão médio	% do aumento do capital social	Capital Social Final
16/04/2007 **(1)**	AGO/E	R$121.137.297,32	-	100.000.000	-	14,4%	R$964.584.197,90
14/04/2008 **(1)**	AGO/E	R$132.615.023,39	-	100.000.000	-	13,7%	R$1.097.199.221,29
06/04/2009 **(1)**	AGO/E	R$129.560.889,42	-	100.000.000	-	11,8%	R$1.226.760.110,71
21/09/2009 **(2)**	AGE	-	200.000.000	300.000.000	-	-	R$1.226.760.110,71
19/04/2010 **(3)**	AGO/E	R$4.541.493,75	720.000	300.720.000	R$6,31	0,4%	R$1.231.301.604,46

(1) Aumento do capital social decorrente da incorporação das reservas de incentivos fiscais.

(2) Desdobramento de ações: duas novas ações emitidas para cada ação detida em 22/09/2009 (3 por 1).

(3) A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2010, referendou o aumento do Capital Social aprovado em 22 de março de 2010, em Reunião do Conselho de Administração, aumento decorrente do exercício da opção de Subscrição das 720.000 ações pelos participantes do “Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações”.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 16 de abril de 2007, foi aprovada a incorporação ao Capital Social da Reserva de Incentivos Fiscais relativas ao Imposto de Renda do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, no valor de R$32.533.108,79, assim como da subvenção para investimentos concernentes aos benefícios (Proapi e Provin) concedidos pelo Estado do Ceará, na importância de R$88.604.188,53, perfazendo assim o montante de R$121.137.297,32 e a consequente alteração estatutária, do art. 5º do Estatuto Social, relativo ao valor do Capital Social que era de R$843.446.900,58 passou a R$964.584.197,90, sem modificação do número de ações, como permite o disposto no art.169, § 1º da Lei Societária.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 14 de abril de 2008, foi aprovada a incorporação ao Capital Social da Reserva de Incentivos Fiscais relativas ao Imposto de Renda do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, no valor de R$30.843.234,88, assim como da subvenção para investimentos concernentes aos benefícios (Proapi e Provin) concedidos pelo Estado do Ceará, na importância de R$101.771.788,51, perfazendo assim o montante de R$132.615.023,39 e a consequente alteração estatutária, do art. 5º do Estatuto Social, relativo ao valor do Capital Social que era de R$964.584.197,90 passou a R$1.097.199.221,29, sem modificação do número de ações, como permite o disposto no art.169, § 1º da Lei Societária.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 06 de abril de 2009, foi aprovada a incorporação ao Capital Social da Reserva de Incentivos Fiscais relativas ao Imposto de Renda do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, no valor de R$24.151.215,37, assim como da subvenção para investimentos concernentes aos benefícios (Proapi e Provin) concedidos pelo Estado do Ceará, na importância de R$105.409.674,05, perfazendo assim o montante de R$129.560.889,42 e a consequente alteração estatutária, do art. 5º do Estatuto Social, relativo ao valor do Capital Social que era de R$1.097.199.221,29 passou a R$1.226.760.110,71, sem modificação do número de ações, como permite o disposto no art.169, § 1º da Lei Societária.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de setembro de 2009, foi aprovado um desdobramento de ações, na proporção de 2 (duas) novas ações ordinárias para cada ação, por meio do qual as 100.000.000 de ações ordinárias foram desdobradas em 300.000.000 de ações ordinárias.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2010, foi aprovada a nova redação do caput do artigo 5º do Estatuto Social, relativos ao valor do Capital Social e quantidade de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas, decorrente da emissão particular de 720.000 (setecentos e vinte mil) novas ações ordinárias, sem valor nominal, para atender o Plano de outorga de opções de compra ou subscrição de ações da Companhia, em razão do exercício de tal opção pelos executivos elegíveis da Companhia, sendo 496.875 (quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e setenta e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$7,29 (Sete reais e vinte e nove centavos), totalizando R$3.622.218,75 (três milhões, seiscentos e vinte e dois mil, duzentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos), autorizadas no 1º programa e 223.125 (duzentas e vinte e três mil, cento e vinte e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R$4,12 (Quatro reais e doze centavos), totalizando R$919.275,00 (novecentos e dezenove mil, duzentos e setenta e cinco reais), autorizadas no 2º programa, fixados nos termos do Plano de Outorga de Opções.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Conforme o Estatuto Social da Companhia, art.32, os acionistas fazem jus a dividendo obrigatório anual equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei; e b) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão dessas reservas que tenham sido formadas em exercícios anteriores na forma prevista no Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, conforme art.48 do seu Estatuto Social, a Companhia não pode dissolver-se ou entrar em liquidação, salvo nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger, além do(s) liquidante(s), os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia e nem as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) participar da distribuição dos lucros; (ii) participar, na proporção de sua participação da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstancias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não existem características relevantes adicionais.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2 – Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Descrevemos a seguir os artigos 36 a 40 do Estatuto Social da Companhia, que preveem os casos de limite de voto e de obrigatoriedade de oferta pública de aquisição de ações:

Artigo 36. A alienação de ações que assegurem a um acionista, ou a um grupo de acionistas cujas pessoas estejam vinculados por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sobcontrole comum ou entre as quais haja relação de controle ou estejam sobcontrole comum, o poder efetivo de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, direta ou indiretamente, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida ("Poder de Controle"), tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deve ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente obrigue-se a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Parágrafo único. Há presunção relativa de titularidade do Poder de Controle em relação à pessoa ou ao grupo de acionistas seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações representativas da maioria absoluta do capital votante da Companhia.

Artigo 37. A oferta pública de aquisição de ações a que se refere o caput do Artigo 36 também será exigida quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação de ações que assegurem o Poder de Controle da Companhia.

Artigo 38. A oferta pública de aquisição de ações a que se refere o Artigo 36 será também exigida em caso de alienação do Poder de Controle de sociedade ou sociedades que detenham o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o acionista alienante do Poder de Controle da sociedade ou das sociedades que detenham o Poder de Controle da Companhia ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Artigo 39. Aquele que vier a adquirir o Poder de Controle da Companhia, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista ou grupo de acionistas que represente o Poder de Controle da Companhia, estará obrigado a:

a. efetivar a oferta pública a que se refere o caput do Artigo 36; e

b. pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição das ações que lhe asseguraram o Poder de Controle da Companhia, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Artigo 40. Sem prejuízo das disposições legais e regulamentares, o cancelamento do registro de Companhia aberta da Companhia será precedido por oferta pública de aquisição de ações, a ser lançado pelo acionista que detiver o Poder de Controle ou pela Companhia ("Ofertante") tendo como preço mínimo, obrigatoriamente, o valor econômico apurado em laudo de avaliação.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3 – Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há exceções ou cláusulas suspensivas previstas no Estatuto Social da Companhia.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social **31/12/2013**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	473.937.280	21,84	15,61	R$ por Unidade
30/06/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	764.425.528	23,73	18,21	R$ por Unidade
30/09/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	498.229.492	22,00	18,46	R$ por Unidade
31/12/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	410.018.463	21,47	17,16	R$ por Unidade

Exercício social **31/12/2012**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	101.296.352	10,10	7,49	R$ por Unidade
30/06/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	200.280.546	10,99	8,93	R$ por Unidade
30/09/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	179.093.376	13,89	10,19	R$ por Unidade
31/12/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	292.225.816	16,51	13,31	R$ por Unidade

Exercício social **31/12/2011**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	91.977.268	10,39	8,53	R$ por Unidade
30/06/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	70.866.709	9,94	8,13	R$ por Unidade
30/09/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	73.484.549	9,06	6,90	R$ por Unidade
31/12/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	60.115.781	8,43	7,18	R$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6 – Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia são negociadas na *BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros* sob o código **GRND3**.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7 – Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não há valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.8 – Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros , incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não houve oferta pública de valores mobiliários da Grendene S.A. nos três últimos exercícios sociais.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquiaição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

A Companhia não realizou nenhuma oferta pública de aquisição de ações de emissão de terceiros nos três últimos exercícios sociais.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10 – Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
13/02/2014	14/02/2014 à 13/02/2015	19.072.706,38	Ordinária		1.500.000	1,950000	0	0,00	R$ por Unidade	0,000000

Em reunião realizada em 13 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou um novo programa de aquisição de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, da Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação, representativas do capital social da Companhia, sem diminuição do capital social, em cumprimento ao exercício das futuras opções outorgadas e exercíveis para seus executivos do 4º, 5º, 6º e 7º programa de Stock Options, observadas as condições estabelecidas no Regulamento de Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações. O Conselho entende que a aquisição no mercado de ações ordinárias da Companhia é a melhor forma para contemplar tal propósito. A Companhia dispõe nesta data de 863.782 ações ordinárias nominativas em tesouraria, outorgadas na Ata de Reunião do Conselho de Administração de 28 de fevereiro de 2013 para posterior alienação, em cumprimento ao exercício das opções exercíveis acumuladas até 2014. O novo programa terá as seguintes características: a) limite de aquisição, observado o disposto nos arts. 3º e 5º da referida Instrução CVM nº 10/80, o disposto na Instrução CVM nº 268/97 e a composição acionária de 13/02/2014: até 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a 1,95% das ações em circulação.Total de ações ordinárias que compõe o capital social da Companhia é de 300.720.000 (trezentos milhões, setecentos e vinte mil) sendo: 76.675.080 (setenta e seis milhões, seiscentos e setenta e cinco mil e oitenta) ações em circulação; 863.782 (oitocentos e sessenta e três mil, setecentos e oitenta e duas) ações em tesouraria e 223.181.138 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta e um mil, cento e trinta e oito) ações ordinárias de titularidade dos acionistas controladores e administradores da Companhia. b) Prazo de aquisição: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. / Início: 14 de fevereiro de 2014. / Término: 13 de fevereiro de 2015. c) Preço de aquisição: preço de mercado.

28/02/2013	02/03/2013 à 28/02/2014	39.716.105,72	Ordinária		3.500.000	4,630000	2.792.569	20,68	R$ por Unidade	79,787686

Em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração aprovou a aquisição de até 3.500.000 de ações ordinárias nominativas da Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação, para o futuro cumprimento do exercício das opções outorgadas e exercíveis para seus executivos do 1º, 2º, 3º, 4º e 5º programa de Stock options - outorgadas nas Reuniões do Conselho de Administração de 25 de abril de 2008 (1º programa), 5 de março de 2009 (2º programa), 4 de março de 2010 (3º programa), 1 de março de 2012 (4º programa) e 28 de fevereiro de 2013 (5º programa), com as seguintes características:

a. Limite de aquisição, observado o disposto nos artigos 3º e 5º da referida Instrução CVM nº 10/80, o disposto na Instrução CVM nº 268/97 e a composição acionária de 27/02/2013: até 3.500.000 (três milhões e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a 4,63% das ações em circulação.
Total de ações ordinárias em circulação: 75.532.071 (setenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e duas mil e setenta e uma) ações ordinárias e 225.187.929 (duzentos e vinte e cinco milhões, cento e oitenta e sete mil, novecentos e vinte e nove) ações ordinárias de titularidade dos acionistas controladores, do total de 300.720.000 (trezentos milhões, setecentos e vinte mil) ações ordinárias que compõe o capital social da empresa.

b. Prazo de aquisição: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Início: 1 de março de 2013
Término: 28 de fevereiro de 2014. Preço de aquisição: preço de mercado.

01/03/2012	02/03/2012 à 01/03/2013	23.838.002,07	Ordinária		3.000.000	3,970000	32.500	9,51	R$ por Unidade	1,083333

Em reunião realizada em 01 de março de 2012, o Conselho de Administração aprovou a aquisição de até 3.000.000 de ações ordinárias nominativas da Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação, para o futuro cumprimento do exercício das opções outorgadas e exercíveis para seus executivos do 1º, 2º, 3º e 4º programa de Stock options - outorgadas nas Reuniões do Conselho de Administração de 25 de abril de 2008 (1º programa), 5 de março de 2009 (2º programa), 4 de março de 2010 (3º programa) e 1 de março de 2012 (4º programa), com as seguintes características:

a. Limite de aquisição, observado o disposto nos artigos 3º e 5º da referida Instrução CVM nº 10/80, o disposto na Instrução CVM nº 268/97 e a composição acionária de 23/02/2011: até 3.000.000 (três milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a 3,97% das ações em circulação.
Total de ações ordinárias em circulação: 75.533.043 (setenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e três mil e quarenta e três) ações ordinárias, das quais foram descontadas 277.500 (duzentos e setenta e sete mil e quinhentas) ações em tesouraria para atender parte do programa Stock Options e 224.909.457 (duzentos e vinte e quatro milhões, novecentos e nove mil, quatrocentos e cinquenta e sete) ações ordinárias de titularidade dos acionistas controladores, do total de 300.720.000 (trezentos milhões, setecentos e vinte mil) ações ordinárias que compõe o capital social da empresa.

b. Prazo de aquisição: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Início: 2 de março de 2012
Término: 1 de março de 2013. Preço de aquisição: preço de mercado.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
24/02/2011	25/02/2011 à 24/02/2012	22.576.422,57	Ordinária		500.000	0,670000	377.500	8,56	R$ por Unidade	75,500000

Em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a aquisição de até 500.000 de ações ordinárias nominativas da Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação, para o futuro cumprimento do exercício das opções outorgadas e exercíveis para seus executivos do 1º, 2º e 3º programa de Stock options - outorgadas nas Reuniões do Conselho de Administração de 25 de abril de 2008 (1º programa), 05 de março de 2009 (2º programa) e 04 de março de 2010 (3º programa), com as seguintes características:

a. Limite de aquisição, observado o disposto nos artigos 3º e 5º da referida Instrução CVM nº 10/80, o disposto na Instrução CVM nº 268/97 e a composição acionária de 23/02/2011: até 500.000 (quinhentas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a 0,67% das ações em circulação.
Total de ações ordinárias em circulação: 74.683.043 (setenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e três mil e quarenta e três) ações ordinárias, das quais foram descontadas 1.000.000 (um milhão) de ações em tesouraria para atender parte do programa Stock Options e 225.036.957 (duzentos e vinte e cinco milhões, trinta e seis mil, novecentos e cinquenta e sete) ações ordinárias de titularidade dos acionistas controladores, do total de 300.720.000 (trezentos milhões, setecentos e vinte mil) ações ordinárias que compõe o capital social da empresa.

b. Prazo de aquisição: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Início: 25 de fevereiro de 2011
Término: 24 de fevereiro de 2012

c. Preço de aquisição: preço de mercado.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Exercício social 31/12/2013

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários
Ordinária		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial	0	0,00	0,00
Aquisição	2.792.569	57.750.829,12	20,68
Alienação	2.245.569	47.280.594,16	21,06
Cancelamento	0	0,00	0,00
Saldo final	547.000	10.470.234,96	19,14

Exercício social 31/12/2012

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários
Ordinária		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial	0	0,00	0,00
Aquisição	310.000	2.612.239,18	8,43
Alienação	310.000	2.612.239,18	8,43
Cancelamento	0	0,00	0,00
Saldo final	0	0,00	0,00

Exercício social 31/12/2011

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários
Ordinária		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial	0	0,00	0,00
Aquisição	1.100.000	11.004.957,20	10,00
Alienação	1.100.000	11.004.957,20	10,00
Cancelamento	0	0,00	0,00
Saldo final	0	0,00	0,00

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Valor mobiliário Ações

Espécie ação	Classe ação	Descrição dos valores mobiliários	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição	Fator de cotação	Data aquisição	Relação ações em circulação (%)
Ordinária			547.000	19,14	R$ por Unidade	31/12/2013	0,710465

19.4 - Outras informações relevantes

19.4 – Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	**28/01/2005**
Cargo e/ou função	Acionistas controladores, diretos e indiretos Diretoria Executiva e alta gerência Membros do Conselho de Administração Membros do Conselho Fiscal Pessoas com cargo, função ou posição na Companhia tenham conhecimento de informação relevante A relação completa das pessoas impedidas de negociar está disponível no item 20.2

Principais características

A política de negociação com valores mobiliários da GRENDENE S. A., tem por objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela Companhia e pessoas a ela vinculadas, para a negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a ela referenciados, e com base no disposto na instrução CVM n° 358, de 3 de janeiro de 2002, assegurando a adoção de mecanismos que assegurem controle e transparência das negociações de valores mobiliários de emissão da GRENDENE S. A., a todos os interessados, sem privilegiar alguns em detrimento de outros.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Nos 15 (quinze) dias anteriores à divulgação ou publicação de: a) Qualquer ato ou fato relevante; b) Informações trimestrais da Companhia; c) Informações Anuais da Companhia; e d) Demonstrações financeiras da Companhia. As pessoas impedidas devem aderir a Política de Negociação, mediante assinatura de Termo de Adesão e a fiscalização da Política de Negociação com Valores Mobiliários da Grendene S.A. é feita pelo Diretor de relações com investidores através do acompanhamento da movimentação das ações das pessoas vinculadas.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2 – Outras informações relevantes

Descrevemos a seguir a integra da Política de Negociações com Valores Mobiliários de Emissão da Grendene S.A.

POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO COM VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO DA GRENDENE S.A.

I – INTRODUÇÃO

A GRENDENE S.A., passou a ser uma Empresa de capital aberto, tendo suas ações negociadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), sob o símbolo GRND3, desde 29 de outubro de 2004, o que mostra um grau de comprometimento, com os mais altos padrões de Governança Corporativa. Razão pela qual, a Empresa resolveu estabelecer e divulgar sua Política de Negociação com Valores Mobiliários de sua Própria Emissão.

A política de negociação com valores mobiliários da GRENDENE S. A., tem por objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela Companhia e pessoas a ela vinculadas, para a negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a ela referenciados, e com base no disposto na instrução CVM n° 358, de 3 de janeiro de 2002, assegurando a adoção de mecanismos que assegurem controle e transparência das negociações de valores mobiliários de emissão da GRENDENE S. A., a todos os interessados, sem privilegiar alguns em detrimento de outros. Tendo em vista o registro no Novo Mercado da BOVESPA, também estamos adaptando a presente política, à regulamentação da Bolsa.

O Conselho de Administração da GRENDENE S.A., no uso de suas atribuições, deliberou, conforme ata de 28 de janeiro de 2005, a aprovação da Política de Negociação com valores mobiliários de emissão da GRENDENE, competindo ao Diretor de Relações com Investidores, a implantação geral dos procedimentos necessários à observância das regras e à administração geral da Política de Negociação.

II – ADESÃO

As pessoas impedidas de negociar deverão aderir à presente Política de Negociação, mediante assinatura de Termo de Adesão, conforme Anexo A, incluindo as pessoas vinculadas, e a critério da Companhia, outros que considere necessário ou conveniente, os quais adquirirão a qualidade de Pessoas Vinculadas. O Termo de Adesão também deverá ser assinado, no ato de contratação, eleição, promoção ou transferência, em que reconhecem os termos da política e se obrigam a observá-los.

III – PESSOAS IMPEDIDAS DE NEGOCIAR

São pessoas impedidas de negociar, desde que tenham conhecimento de ato ou fato relevante ainda não divulgado:

a) Acionistas controladores, diretos e indiretos;
b) Diretores e alta gerência;
c) Membros do Conselho de Administração;
d) Membros do Conselho Fiscal ou Conselhos ou Órgãos Consultivos ou Técnicos;
e) Aquelas que, em virtude de cargo, função ou posição na Companhia, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenham conhecimento de informação relevante;
f) Pessoas ligadas: Cônjuge, companheiro(a), filhos das pessoas indicadas nas letras “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, acima.

Equiparam-se às pessoas impedidas de negociar:

a) os seus administradores de carteira e os fundos de investimento, sociedades ou outras instituições ou entidades de que as pessoas impedidas de negociar sejam os únicos cotistas ou acionistas ou nas quais possam influenciar as decisões de negociação;
b) qualquer pessoa jurídica controlada direta ou indiretamente pelas pessoas impedidas de negociar;
c) qualquer pessoa que tenha tido acesso a informação relativa a ato ou fato relevante por intermédio de qualquer das pessoas impedidas de negociar.

IV – VEDAÇÃO À NEGOCIAÇÃO

A Companhia, seus Administradores, seus Acionistas Controladores (diretos e indiretos), seus Conselheiros Fiscais, os Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante e os integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou

20.2 - Outras informações relevantes

20.2 – Outras informações relevantes

Consultivas da Companhia, e ainda, quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Controladora, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia, e que tenham firmado o Termo de Adesão, não poderão negociar Valores Mobiliários da Companhia no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação ou publicação, quando for o caso, das:

(i) informações trimestrais da Companhia (ITR);

(ii) informações anuais da Companhia (DFP e IAN);

(iii) demonstrações financeiras da Companhia.

No período compreendido entre a decisão dos órgãos corporativos competentes e a notificação ao mercado, sobre aumento ou redução de capital, distribuição de dividendos, bonificações em ações, grupamentos, emissão de valores mobiliários e respectivos editais e anúncios.

Os Programas Individuais de Investimento deverão observar estritamente esta restrição.

As Corretoras Credenciadas serão instruídas pela Companhia, e aceitarão por escrito tal instrução, a não registrarem operações das pessoas mencionadas acima, nos 15 dias (quinze) dias anteriores à divulgação ou publicação dessas informações periódicas ou demonstrações financeiras da Companhia.

Vedação à Deliberação relativa à Aquisição ou à Alienação de Ações de Emissão da Própria Companhia (Instrução CVM nº 358/02, artigo 14)

O Conselho de Administração da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão enquanto não for tornada pública, através da publicação de Ato ou Fato Relevante a informação relativa à:

(i) celebração de qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário da Companhia; ou

(ii) outorga de opção ou mandato para o fim de transferência do controle acionário da Companhia; ou

(iii) existência de intenção de se promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.

Caso, após a aprovação de programa de recompra, advenha fato que se enquadre em qualquer das três hipóteses acima, a Companhia suspenderá imediatamente as operações com ações de sua própria emissão até a divulgação do respectivo Ato ou Fato Relevante.

Disposições Finais Negociações, Indiretas e Diretas

As vedações a negociações disciplinadas neste Manual aplicam-se às negociações realizadas, direta ou indiretamente, pelos:

(i) Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais, Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante e integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia, e ainda,

(ii) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Controladora, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia, e que tenham firmado o Termo de Adesão, mesmo nos casos em que as negociações por parte dessas pessoas se dêem por intermédio de:

  (i) sociedade por elas controlada;

  (ii) terceiros com quem for mantido contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações.

  Não são consideradas negociações indiretas aquelas realizadas por fundos de investimento de que sejam cotistas as pessoas mencionadas no item acima, desde que:

  (i) os fundos de investimento não sejam exclusivos; e

  (ii) as decisões de negociação do administrador do fundo de investimento não possam ser influenciadas pelos cotistas.

V. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR

As Pessoas Impedidas e Vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante desta Política de Negociação se obrigam a ressarcir a Companhia e/ou outras Pessoas Vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia e/ou outras Pessoas Vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2 – Outras informações relevantes

GRENDENE S.A.

POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO COM VALORES MOBILIÁRIOS DA COMPANHIA

TERMO DE ADESÃO

Eu, [nome e qualificação], [função ou cargo], declaro que tomei conhecimento dos termos e condições da Política de Negociação com Valores Mobiliários de Emissão Própria da Grendene S.A. originária da observância da Instrução CVM Nº 358/2002 e aprovada por seu Conselho de Administração em 28/01/05. Por meio deste, formalizo a minha adesão à mencionada Política, comprometendo-me a cumprir todos os seus termos e condições.

Declaro, ainda, ter conhecimento de que transgressão às disposições da Política de Negociação com Valores Mobiliários de Emissão Própria configura infração grave, para os fins previstos no § 3º do art. 11, da Lei nº 6.385/76.

[Local, data]

_____

[nome]

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1 – Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Possuímos, conforme Instrução CVM nº 358/02, a política de divulgação de atos ou fatos relevantes, que foi aprovada por seus acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de agosto de 2004, descrita no item 21.2, que consiste na divulgação de informações relevantes bem como as exceções à imediata divulgação de informações e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas ao mercado.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Grendene S.A. foi aprovada por seus acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de agosto de 2004. Ela objetiva estabelecer as normas e procedimentos a serem observados na divulgação, por parte da Companhia, de atos ou fatos relevantes, conforme definição constante do artigo 2.º da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM n.º 358/02"), bem como as exceções à imediata divulgação de informações e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas ao mercado.

Pessoas sujeitas à Política de Divulgação
Sujeitam-se às normas e procedimentos deste Manual os acionistas controladores, diretos ou indiretos, membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua controladora, controladas ou coligadas tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante.

Essas pessoas deverão aderir formalmente à Política de Divulgação de Informações, assinando Termo de Adesão.

Além dessas pessoas, toda e qualquer pessoa que venha a ter informações sobre atos ou fatos relevantes ainda não divulgados pela Companhia ("Pessoa Vinculada") estará sujeita às normas e procedimentos deste Manual.

Sempre que uma Pessoa Vinculada estiver diante de ato ou fato que possa ser considerado relevante para a Companhia, deverá comunicá-lo formalmente ao Diretor de Relações com Investidores.

Sempre que ocorrer ato ou fato relevante mencionado no parágrafo único do Artigo 2.º da Instrução CVM 358, relacionado à Companhia, ou for iminente a sua ocorrência, a Pessoa Vinculada que dele tiver conhecimento deverá comunicar formalmente o Diretor de Relações com Investidores para que ele decida, conforme a Seção 3, sobre sua caracterização como ato ou fato relevante e, consequentemente, sobre a necessidade da publicação de aviso de fato relevante.

As Pessoas Vinculadas que exerçam cargo em órgão estatutário da Companhia (Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal, órgãos técnicos ou consultivos), bem como o acionista controlador, caso tenham conhecimento pessoal de ato ou fato relevante e constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, somente se eximirão de responsabilidades se comunicarem imediatamente o ato ou fato relevante à CVM. Para esses fins, antes da comunicação à CVM, a Pessoa Vinculada deverá se certificar junto ao Diretor de Relações com Investidores se não houve decisão do Conselho de Administração da Companhia de não divulgar o ato ou fato relevante. Neste caso, a obrigação de divulgação à CVM só ocorrerá caso se verifique a existência de oscilação atípica no preço, cotação ou volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Deveres e Responsabilidades na Divulgação de Ato ou Fato Relevante
Cumpre ao Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e à bolsa de valores em que os valores mobiliários de emissão da Companhia são negociados qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação ao mercado.
Em caso de dúvida, caberá ao Diretor de Relações com Investidores decidir sobre a caracterização de determinado ato ou fato como relevante, devendo, para tal fim, consultar os membros do Conselho de Administração.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, sem prejuízo das demais atribuições previstas na Instrução CVM 358, providenciar a correção, aditamento ou republicação de ato ou fato relevante, sempre que solicitado pela CVM.

Os acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua controladora, controladas ou coligadas tenha

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante deverão comunicar imediatamente tal ato ou fato relevante à CVM, caso constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação.

Forma de Divulgação de Ato ou Fato Relevante
A comunicação de ato ou fato relevante à CVM e à bolsa de valores em que os valores mobiliários de emissão da Companhia são negociados deverá ocorrer imediatamente após a deliberação, ocorrência ou conhecimento a seu respeito, conforme o caso, de modo claro e preciso e contendo, no mínimo, as informações exigidas pela regulamentação.

A divulgação de ato ou fato relevante será realizada através de anúncio publicado por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação: a) jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia; ou b) pelo menos 1(um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade, em teor idêntico àquele remetido à CVM e à Bolsa de Valores em que os valores mobiliários de emissão da Companhia são admitidos à negociação.

A divulgação do ato ou fato relevante será realizada, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios na bolsa de valores em que os valores mobiliários de emissão da Companhia são negociados.

Exceção à imediata Divulgação de Ato ou Fato Relevante
Os atos ou fatos relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua revelação porá em risco interesse legítimo da Companhia. Tal faculdade somente poderá ser exercida pela Companhia mediante deliberação do Conselho de Administração e sua comunicação ao Diretor de Relações com Investidores.

Nessa hipótese, caberá ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constate oscilação atípica nesses elementos, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante que a Companhia decidiu não divulgar anteriormente.

Dever de Guardar Sigilo
Cumpre aos acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária e aos empregados da Companhia guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

Em caso de quaisquer contatos com terceiros, relativos a assuntos que possam ser considerados relevantes, a Companhia exigirá, dos mesmos, a assinatura de Termo de Confidencialidade.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3 – Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de Informações é o Diretor de Relações com Investidores - Sr. Francisco Olinto Velo Schmitt.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4 – Outras informações relevantes

Não existem informações consideradas relevantes.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1 – Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

A Companhia não adquiriu ou alienou qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal em seus negócios.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2 – Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3 – Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Em 16 de julho de 2012 a Companhia dando continuidade à sua estratégia de aproximação com o “trading” e incremento dos seus canais de distribuição informou através de **Fato Relevante** que celebrou um “Memorando de Entendimentos” (ME), com a Franqueadora Jelly Ltda (“***Jelly***”), visando esta atuar como master franqueada da Grendene.

A “Jelly” na assinatura do memorando de entendimentos contava com 42 lojas franqueadas (69 lojas franqueadas – abril/2013), sob sua administração e concessão, comercializando exclusivamente sapatos da marca Melissa, de propriedade da Grendene S.A. e acessórios.

As referidas lojas passaram a compor uma rede de lojas de “***franquias Clube Melissa***”, cuja intenção é agregar em cinco anos mais 150 lojas dentro deste conceito.

A “master franqueada” deverá abrir novas lojas “***Clube Melissa***”, inclusive através de sub-franqueados, de no mínimo, mais 100 lojas até 2017.

Por sua vez, a marca “***Jelly”*** passou a ser de titularidade definitiva e exclusiva da Grendene.

Não existem outros contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4 – Outras informações relevantes

Não existem informações consideradas relevantes.